

Pedro Maurício Couto Martins Sousa Rêgo

A comunidade de ourives de Travassos: um retrato socioeconómico (1870-1895)

Versão revista e atualizada da dissertação de mestrado em “História e Património” apresentada em novembro de 2024 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação da Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e da Professora Doutora Paula Cristina Menino Duarte Homem

Para a minha família

Sumário

Resumo.....	6
Abstract.....	7
Índice de Figuras.....	8
Índice de Tabelas.....	8
Índice de Gráficos.....	9
Lista de abreviaturas e siglas.....	11
Introdução.....	12
1. A ourivesaria no noroeste de Portugal no século XIX.....	28
1.1. A ourivesaria na Póvoa de Lanhoso e seus núcleos dinamizadores: Guimarães e Braga..	28
1.1.1. A vila de Guimarães e a sua corporação dos ourives do ouro e da prata.....	31
1.1.2. O percurso da indústria de ourivesaria vimaranense.....	33
1.2. A expansão da indústria de ourivesaria para contextos rurais.....	35
1.3. As raízes da ourivesaria na Póvoa de Lanhoso e a sua importância em finais do	
século XIX.....	38
1.3.1. O concelho da Póvoa de Lanhoso e a freguesia de Travassos no quadro	
geográfico, administrativo – interconexões.....	38
1.3.2. Um balanço do século XIX - a representatividade dos ourives no concelho da	
Póvoa de Lanhoso.....	42
1.4. A procura de adornos em ouro e o crescimento da atividade agrícola	
e da emigração para o Brasil-possíveis conexões.....	47
1.5. A ourivesaria popular portuguesa e a produção do núcleo de ourivesaria de	
Travassos.....	50
2. O setor da ourivesaria na freguesia de Travassos entre 1870 e 1895 – expressão e	
modelo organizativo.....	56
2.1. O peso dos ourives no contexto profissional da freguesia de Travassos (1870-1895)...	56
2.2. A legislação sobre o ouro e a evolução do número de ourives.....	61
2.2.1. O contexto legislativo nacional.....	62
2.2.2. A evolução do número de ourives de Travassos (1870-1895) – um universo	
resistente.....	68
2.2.3 A emigração dos ourives de Travassos.....	72
2.3. A organização do trabalho dos ourives de Travassos: um modelo de	

proto-industrialização?.....	76
2.3.1. O regime de produção doméstico.....	77
2.3.2. As categorias profissionais.....	81
2.3.3. A pluriatividade e o trabalho a tempo parcial.....	84
2.3.4. Mercados e redes de distribuição.....	91
3. A comunidade de ourives de Travassos: desigualdades socioeconómicas e identidade coletiva.....	99
3.1. As diferenças de património e rendimento entre os ourives de Travassos.....	99
3.2. As dimensões socioculturais e simbólicas do trabalho de ourives.....	110
3.2.1. A alfabetização dos ourives de Travassos.....	113
3.2.2. A importância dos ourives no apadrinhamento de crianças e nos testemunhos nupciais de Travassos.....	119
Considerações Finais.....	129
Fontes de informação.....	135
Fontes primárias manuscritas.....	135
Fontes primárias impressas.....	137
Legislação.....	140
Referências eletrónicas.....	142
Bibliografia.....	143
Anexos.....	150
Anexo 1 - Inventário de ourives naturais da Póvoa de Lanhoso a trabalhar em Guimarães (segunda metade do século XVIII até à segunda metade do século XIX).....	150
Anexo 2 - Desenhos de peças da ourivesaria popular portuguesa publicados no artigo “As filigranas” (1908).....	153
Anexo 3 - Fotografia do ourives Manuel José, de Travassos (Leiradela), publicado no artigo, “As Filigranas”.....	156
Anexo 4 - Postais ilustrados de Viana do Castelo representando conjuntos de lavadeiras com traje ourado, ca. 1900.....	157
Anexo 5 – Marcas de ourives de Travassos.....	159
Anexo 6 – A técnica da filigrana e do fabrico de contas.....	162
Anexo 7 – Fotografias do Museu do Ouro de Travassos.....	173
Anexo 8 – Capa do livro, “Livro de notas de um ourives feirante”.....	175

Apêndices.....	176
Apêndice A - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Presença em fontes, naturalidade e moradas.....	176
Apêndice B - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Datas de nascimento, datas de casamento, idade ao casamento, datas de óbito, idades ao óbito.....	185
Apêndice C - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Categorias profissionais, posse de marca própria, outras ocupações.....	191
Apêndice D - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Pais dos ourives e suas ocupações.....	197
Apêndice E - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Cônjuges dos ourives, suas ocupações e nacionalidades.....	206
Apêndice F - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Sogros dos ourives e suas ocupações.....	215
Apêndice G - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Filhos de ourives nascidos entre 1870-1895.....	227
Apêndice H - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Alfabetização, capacidade eleitoral, ourives elegíveis para deputados, total de impostos pagos.....	236
Apêndice I - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Ano do primeiro recenseamento militar; ano da emigração, idade à emigração, retorno da emigração.....	245
Apêndice J - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Frequência com que os ourives foram escolhidos para padrinhos de batismo, ocupação dos compadres e nomes de compadres ourives.....	251
Apêndice L - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Frequência com que os ourives foram escolhidos para testemunhas de casamento, ocupação dos nubentes e nomes de nubentes ourives.....	260
Apêndice M - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Inventários por óbito de ourives ou seus cônjuges entre 1870 e 1899; Valor dos bens em milhares de réis.....	272

Resumo

O presente estudo apresenta como objetivo analisar os fatores que estiveram na origem e na consolidação da comunidade rural de ourives de Travassos (Póvoa de Lanhoso), traçando um retrato socioeconómico da sua atividade entre 1870 e 1895. Este objetivo revela-se particularmente pertinente, uma vez que muitos dos atuais filigraneiros do concelho da Póvoa de Lanhoso possuem antepassados cujo local de origem ou de aprendizagem remonta a Travassos. A investigação assume especial relevância num contexto em que a filigrana de Portugal ganha crescente reconhecimento patrimonial e é objeto de uma candidatura a Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. As conclusões desta investigação apontam para a importância da proximidade geográfica e cultural de Travassos a centros urbanos de relevo com tradição na arte da ourivesaria, como Guimarães e Braga, enquanto causa decisiva para o desenvolvimento desta comunidade profissional. A existência de um mercado regional fortemente orientado para o consumo de objetos em ouro de uso pessoal constituiu igualmente um estímulo essencial para a afirmação e sustentabilidade da produção local. Simultaneamente, a possibilidade destes artífices, na sua maioria dedicados à ourivesaria em regime de tempo parcial (característica típica de economias de perfil protoindustrial), obterem um rendimento económico complementar, revelou-se decisivo para a viabilidade do ofício em contexto rural.

Por outro lado, o prestígio social alcançado por estes ourives, expresso nas suas elevadas taxas de alfabetização e na frequência com que assumiam papéis de relevo nas redes locais de sociabilidade (como padrinhos de batismo ou testemunhas de casamento), bem como a sua integração num universo socioprofissional que lhes assegurava um sentido de pertença e identidade, contribuíram de forma decisiva para a sustentabilidade e expansão da atividade ao longo da segunda metade do século XIX.

Os resultados do presente estudo destacam assim como fatores materiais (de âmbito económico) e imateriais (de cariz sociocultural) contribuíram para o desenvolvimento desta atividade, mantendo vivo um ofício e uma identidade de grupo numa época em que uma conceção individualista e liberal do trabalho assumia cada vez mais força.

Abstract

The present study aims to analyze the factors that led to the emergence and consolidation of the rural community of goldsmiths in Travassos (Póvoa de Lanhoso), outlining a socioeconomic portrait of their activity between 1870 and 1895. This objective proves particularly relevant, as many of today's filigree craftsmen in the municipality of Póvoa de Lanhoso have ancestors whose place of origin or apprenticeship traces back to Travassos. The research gains special significance in a context where Portuguese filigree is receiving increasing heritage recognition and is currently the subject of a nomination to the UNESCO Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity.

The study's findings highlight the importance of Travassos's geographical and cultural proximity to major urban centers with a strong tradition in goldsmithing—namely Guimarães and Braga—as a decisive factor in the development of this professional community. The existence of a regional market strongly oriented toward the consumption of personal gold objects also served as a crucial stimulus for the affirmation and sustainability of local production. At the same time, the possibility for these artisans—most of whom practiced goldsmithing part-time (a characteristic feature of proto-industrial economies)—to earn a supplementary income proved essential to the viability of the craft in a rural context.

Furthermore, the social prestige attained by these goldsmiths, reflected in their high literacy rates and their frequent participation in local social networks (as godparents or witnesses at marriages), together with their integration into a socio-professional environment that fostered a sense of belonging and identity, played a decisive role in sustaining and expanding the activity throughout the second half of the nineteenth century.

The results of this study thus underline how both material (economic) and immaterial (sociocultural) factors contributed to the development of this craft, keeping alive a trade and a sense of group identity at a time when an increasingly individualistic and liberal conception of labor was gaining ground.

Índice de Figuras

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DO MINHO (1890).....	39
FIGURA 2 - O CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO NO CONTEXTO DO DISTRITO DE BRAGA (1890).....	39
FIGURA 3 – A FREGUESIA DE TRAVASSOS (1890).....	40
FIGURA 4 - REPRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS PEÇAS DA OURIVESARIA POPULAR PORTUGUESA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....	51

Índice de Tabelas

TABELA 1 – Nº DE OURIVES EMIGRADOS NO UNIVERSO DE EMIGRANTES DE TRAVASSOS MAIORES DE 16 ANOS DE IDADE (1870-1895).....	73
TABELA 2 – OURIVES , DA FREGUESIA DE TRAVASSOS, EMIGRADOS PARA O BRASIL (1870-1895).....	74
TABELA 3 – FILHOS DE OURIVES, DA FREGUESIA DE TRAVASSOS, EMIGRADOS PARA O BRASIL (1870-1895).....	75
TABELA 4 – CATEGORIAS PROFISSIONAIS, NA FREGUESIA DE TRAVASSOS, IDENTIFICADAS NOS REGISTOS PAROQUIAIS (1883-1887).....	82
TABELA 5 – OURIVES DE TRAVASSOS COM MARCAS PRÓPRIAS.....	84
TABELA 6 – EVOLUÇÃO DA EXPORTAÇÃO NACIONAL DE OURO EM OBRA POR DESTINO (VOLUME EM QUILOS) (1870-1899).....	96
TABELA 7 – EVOLUÇÃO DA EXPORTAÇÃO NACIONAL DE OURO EM OBRA POR DESTINO (EM MILHARES DE RÉIS) (1870-1899).....	96
TABELA 8 - IMPOSTOS COBRADOS AOS OURIVES, DA FREGUESIA DE TRAVASSOS (EM MILHARES DE RÉIS) (1870-1878).....	101
TABELA 9 - CONTRIBUIÇÃO PREDIAL SOBRE PRÉDIOS NÃO ARRENDADOS (EM MILHARES DE RÉIS) (1879).....	103
TABELA 10 - IMPOSTOS COBRADOS AOS OURIVES DA FREGUESIA DE TRAVASSOS (EM MILHARES DE RÉIS) (1880-1889).....	104
TABELA 11 - CONTRIBUIÇÃO PREDIAL COBRADA AOS OURIVES, DA FREGUESIA DE TRAVASSOS (EM MILHARES DE RÉIS) (1890-1895).....	105
TABELA 12 - VALOR TOTAL DE IMPOSTOS COBRADO AOS OURIVES DA FREGUESIA DE TRAVASSOS (EM MILHARES DE RÉIS) (1870-1895).....	106
TABELA 13 - IMPOSTOS COBRADOS AOS OURIVES DA FREGUESIA DE TRAVASSOS. TOTAL, VALOR MAIS ALTO, VALOR MAIS BAIXO, AMPLITUDE, MÉDIA E DESVIO PADRÃO (MILHARES DE RÉIS) (1870-1895).....	107
TABELA 14 - BENS DOS OURIVES, DA FREGUESIA DE TRAVASSOS. NOS INVENTÁRIOS POR ÓBITO (EM MILHARES DE RÉIS) (1870-1896).....	107

TABELA 15 - OURIVES, DA FREGUESIA DE TRAVASSOS, ELEGÍVEIS PARA DEPUTADOS (1870-1895).....	108
TABELA 16 – OURIVES, DA FREGUESIA DE TRAVASSOS, MAIS VEZES ESCOLHIDOS PARA PADRINHOS DE BATISMO SEM LAÇOS FAMILIARES DIRETOS COM AFILHADOS (1870-1895).....	121
TABELA 17 – OURIVES, DA FREGUESIA DE TRAVASSOS, MAIS VEZES ESCOLHIDOS PARA TESTEMUNHAS DE CASAMENTO SEM LAÇOS FAMILIARES DIRETOS COM OS NUBENTES (1870-1895).....	127

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - CONCELHOS COM MAIOR Nº DE OURIVES (OURO) (1890).....	43
GRÁFICO 2 - CONCELHOS COM MAIOR Nº DE OFICINAS DE OURIVESARIA (OURO) (1890).....	43
GRÁFICO 3 - Nº OFICINAS E OURIVES POR CONCELHOS DO DISTRITO ADMINISTRATIVO DE BRAGA (1890).....	44
GRÁFICO 4 - Nº ESTABELECIMENTOS / OFICINAS POR SETORES DE ATIVIDADE NO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO (1890).....	45
GRÁFICO 5 - Nº TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE NO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO (1890).	46
GRÁFICO 6 - POPULAÇÃO DE FACTO CLASSIFICADA SEGUNDO AS GRANDES DIVISÕES PROFISSIONAIS NO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO (1890).....	47
GRÁFICO 7 – Nº DE ELEITORES, NA FREGUESIA DE TRAVASSOS, POR OCUPAÇÃO (1879-1895).....	58
GRÁFICO 8 – Nº DE MANCEBOS, NA FREGUESIA DE TRAVASSOS, POR OCUPAÇÃO (1870-1895).....	58
GRÁFICO 9 - Nº DE PAIS DE CRIANÇAS BATIZADAS, NA FREGUESIA DE TRAVASSOS, POR OCUPAÇÃO (1870-1895).....	59
GRÁFICO 10 - Nº DE NOIVOS, NA FREGUESIA DE TRAVASSOS, POR OCUPAÇÃO (1870-1895).....	60
GRÁFICO 11 - Nº DE ÓBITOS, NA FREGUESIA DE TRAVASSOS, POR OCUPAÇÃO (1870-1895).....	60
GRÁFICO 12 -EVOLUÇÃO DO Nº DE OURIVES NO UNIVERSO DE ELEITORES , NA FREGUESIA DE TRAVASSOS (1879-1895).....	68
GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE OURIVES NO UNIVERSO DE ELEITORES, COM LINHA DE DE TENDÊNCIA, NA FREGUESIA DE TRAVASSOS (1879-1895).....	69
GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS MANCEBOS OURIVES PRESENTES NOS LIVROS DE RECENSEAMENTO MILITAR, NA FREGUESIA DE TRAVASSOS (1870-1895).....	70
GRÁFICO 15 -EVOLUÇÃO DO Nº DE NUBENTES OURIVES NO UNIVERSO DE CASAMENTOS COM LINHA DE TENDÊNCIA, NA FREGUESIA DE TRAVASSOS (1870-1895).....	71
GRÁFICO 16 - EVOLUÇÃO DO Nº DE OURIVES NO UNIVERSO DE ÓBITOS DE HOMENS MAIORES DE 13 ANOS DE IDADE, COM LINHA DE TENDÊNCIA , NA FREGUESIA DE TRAVASSOS (1870-1895).....	71

GRÁFICO 17 – OCUPAÇÃO DOS OURIVES, NA FREGUESIA DE TRAVASSOS, COM MAIS DE UMA ATIVIDADE (1870- 1895).....	86
GRÁFICO 18 – Nº OURIVES QUE SABEM LER, POR CONCELHO, DO DISTRITO ADMINISTRATIVO DE BRAGA (1890).....	114
GRÁFICO 19 – OURIVES DE TRAVASSOS QUE SABEM ASSINAR POR FUNÇÃO EXERCIDA NOS REGISTOS PAROQUIAIS (1874-1895).....	116
GRÁFICO 20 - OCUPAÇÃO DOS PAIS CUJOS FILHOS FORAM APADRINHADOS POR OURIVES (1870-1895).....	123
GRÁFICO 21 - OCUPAÇÃO DOS NOIVOS COM PELO MENOS UM OURIVES COMO TESTEMUNHA NUPCIAL (1870-1895).....	126

Lista de abreviaturas e siglas

AMPL..... ARQUIVO MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

AMVC..... ARQUIVO MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

ANTT.....ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

UM-ADB.....UNIVERSIDADE DO MINHO-ARQUIVO DISTRITAL DE
BRAGA

Introdução

Contexto e objetivos

A investigação que se partilha, e que se constitui como uma versão revista e atualizada da dissertação de mestrado em “História e Património”, ramo “Estudos Locais e Regionais - Construção de Memórias”, apresentada em Novembro de 2024 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, partiu de uma questão de fundo: quais são as raízes e a representatividade económica e social de uma atividade de ourivesaria, dominante em Travassos na segunda metade do século XIX, uma freguesia de invocação de São Martinho¹, do concelho de Póvoa do Lanhoso, noroeste de Portugal, espaço rural que, como seria expectável, era dominado pelo trabalho agrícola?

A motivação para a sua realização, ligada ao designado mundo do trabalho, nasce do nosso percurso profissional no campo da antropologia, onde realizámos diversas investigações na área das designadas artes e ofícios tradicionais, primeiro no Centro Regional de Artes Tradicionais e, atualmente, na Associação "Portugal à Mão"², uma entidade sem fins lucrativos dedicada ao estudo e promoção das artes e ofícios portugueses. Neste contexto, temos realizado estudos que estão na base da certificação de diversas produções artesanais, através da elaboração dos respetivos cadernos de especificações, documentos que procuram caracterizar este tipo de produções, mediante, não apenas, a identificação das matérias-primas utilizadas, a descrição do modo de produção e a caracterização das principais características físicas dos produtos, mas, também, através do seu enquadramento cultural e histórico-geográfico³.

Simultaneamente, temos levado a cabo estudos tendentes à inscrição de manifestações culturais no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, sistema de proteção

¹A freguesia de Travassos era constituída pelos lugares de Aldeia de Baixo, Aldeia de Cima, Bustelos, Cal, Casas Novas, Cruzeiro, Estrada, Laje, Leiradela, Monte, Outeirinhos, Paredes, Perseguidos, Raboeira, Rio Ave, Torrinheira e Vilar. Informação disponível em UM-ADB, <https://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1002953>. (acesso a 1 de julho de 2024).

²Informação disponível em https://www.iefp.pt/documents/10181/7715954/historial_mao/073370ad-6fa1-45be-8097-0a05c5ca3c61 (acesso a 1 de julho de 2024)

³ A legislação que enquadra a certificação de produções artesanais encontra-se publicada no Decreto-Lei n.º 121/2015, de 30 de junho.

legal coordenado pela Direção Geral do Património Cultural. Neste sentido, a “Portugal à Mão” efetuou o estudo que serviu de base à inscrição da “Arte da Filigrana da Póvoa de Lanhoso” no inventário nacional do património cultural imaterial português. A investigação então realizada baseou-se, sobretudo, numa descrição etnográfica da realidade atual, com recurso ao trabalho de campo e à observação direta, tal como é exigido, aliás, pela Direção Geral do Património Cultural, e onde adquiriram relevo as técnicas de investigação de carácter antropológico, como as entrevistas, por exemplo.

Com a investigação que agora se apresenta, pretendeu-se, pelo contrário, recuar no tempo, visando compreender as razões que estiveram na origem de uma indústria de ourivesaria em contexto rural, quando esta é, por tradição, uma atividade associada ao meio urbano, bem como os fatores que impulsionaram o seu desenvolvimento. Os estudos históricos assumem, na verdade, um papel determinante no campo das artes e ofícios tradicionais, pois permitem compreender as condições económicas e socioculturais que estiveram na origem de determinados núcleos artesanais, explicando a sua continuidade ou declínio ao longo do tempo. Num setor frequentemente marginalizado pelas narrativas dominantes do desenvolvimento económico, a investigação histórica oferece uma perspetiva indispensável para reconhecer a complexidade dos seus modos de organização, das redes de transmissão de saberes e das dinâmicas de adaptação às transformações do mercado e da sociedade. Através da análise documental e da reconstrução de percursos coletivos, é possível conferir visibilidade a comunidades de artífices cuja relevância tem sido, por vezes, subestimada, contribuindo para a valorização patrimonial e para uma compreensão mais completa da história económica e cultural das regiões e do próprio país.

Em termos concretos, a atual dissertação apresenta como objetivo central traçar um retrato socioeconómico da atividade da comunidade de ourives de Travassos entre os anos de 1870 e 1895, procurando identificar, de forma sistemática, o seu universo. Neste quadro de fundo, pretende-se realizar uma aproximação ao universo dos ourives, não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente, definindo percursos individuais e disponibilizando-os à comunidade científica e aos descendentes desses ourives, numa reconstrução da memória local. A seleção deste intervalo de tempo deve-

se à sua natureza contraditória. Assim, se por um lado corresponde a uma época marcada pelo crescimento da procura por adornos em ouro, sobretudo no Minho, realidade motivada pelo crescimento económico que o setor agrícola então experimentou e pelas remessas enviadas pelos emigrantes portugueses no Brasil, por outro, é um período no qual se sucederam importantes alterações legislativas no setor da ourivesaria e que foram responsáveis, segundo Rocha Peixoto (PEIXOTO: 1908), pela queda dramática no número de ourives de Travassos.

Finalmente, este é um período igualmente interessante por nos permitir avaliar em que medida, mesmo em pleno regime liberal, teoricamente muito mais individualista, dado o fim do modelo das corporações do Antigo Regime, as ocupações dos indivíduos continuavam a concorrer para a identidade e o estatuto social daqueles que as praticavam. Provar a veracidade destas afirmações é um objetivo essencial desta investigação.

A estrutura deste documento orienta-se pelos objetivos mais específicos da investigação. Assim, no primeiro capítulo, busca-se compreender a influência que os concelhos de Guimarães e Braga tiveram na emergência do núcleo industrial de Travassos, procurando-se ainda compreender a relevância económica e cultural secular que os adornos de ouro de uso pessoal possuíam na região minhota, sem o qual não seria possível entender a força que o setor da ourivesaria assumiu naquela freguesia.

O segundo capítulo é dedicado a entender quais as principais atividades económicas da freguesia de Travassos e compreender o peso do setor da ourivesaria nesse contexto. Procura-se ainda analisar a evolução do número de ourives ao longo do período definido, tentando-se avaliar o impacto da legislação que criou as contrastarias dependentes da Casa da Moeda e a uniformização dos toques das ligas metálicas, ao imporem um quadro normativo mais exigente, no contingente destes profissionais. Depois, analisar a organização do trabalho dos ourives de Travassos, as categorias profissionais em vigor, identificar os mercados e as redes de distribuição existentes, assim como as tipologias de artefactos (ou objetos) fabricados e as técnicas usadas, procurando-se compreender, neste sentido, em que medida o setor da ourivesaria de Travassos se pode enquadrar num modelo proto-industrial.

Finalmente, no terceiro capítulo, pretende-se realizar uma avaliação comparativa dos rendimentos e do património de alguns ourives, não só para procurar desmontar a imagem habitual de um grupo homogéneo, como para determinar em que medida o seu estatuto social, medido através dos seus níveis de alfabetização e da regularidade com que assumiam papéis de elevação social (padrinhos de batismo e testemunhas de casamento) se encontrava dependente ou não da sua prosperidade económica. Pretende-se, ainda, apurar se os laços de compadrio, ou aqueles firmados entre os noivos e as testemunhas dos seus casamentos, refletem uma estratégia social através da qual os ourives reforçavam uma rede de sociabilidade baseada na partilha de um ofício, concorrendo assim para o reforço da sua própria identidade. No fundo, a investigação consistiu numa proposta de interpretação da realidade social a partir do mundo do trabalho, considerado como uma estrutura socioeconómica com impactos profundos e pluridimensionais na vida das pessoas.

Metodologia: desafios, fontes e tratamento da informação

Enquadrada no âmbito da História Local, a perspetiva da investigação foi, fundamentalmente, de natureza historiográfica. O método privilegiado foi o da investigação documental. Um primeiro momento, relativamente à contextualização historiográfica da produção de ourivesaria de Travassos, permitiu retratar, ainda que de modo parcelar, dada a natureza lacunar da informação histórica existente, o percurso histórico daquela produção no concelho⁴.

Tal exercício permitiu perceber o lugar de destaque que é atribuído aos ourives da freguesia de Travassos, sobretudo devido ao trabalho ligado à técnica da filigrana e ao papel que tiveram no abastecimento de um mercado de âmbito regional e mesmo suprarregional, realidade corroborada, aliás, pelos vestígios de antigas oficinas de

⁴ Merece um claro destaque, ainda assim, a dissertação de mestrado de Maria José Costa de Carvalho e Sousa, intitulada “O património arqueológico na longa duração: ourivesarias antiga e tradicional actual no norte de Portugal”, que oferece uma relevante contextualização histórica acerca do núcleo ourives de Travassos, assim como sobre as especificidades da técnica da filigrana executada naquele local.

ourivesaria distribuídos pela paisagem daquele território, um deles, inclusivamente, preservado e musealizado, como é o caso do Museu do Ouro de Travassos.⁵

Por outro lado, um estudo modelar, sobre “As filigranas”, de autoria de Rocha Peixoto, de 1908, data próxima daquela a que se dedica o estudo, oferece informações preciosas acerca do regime de trabalho dos ourives de Travassos, o modo como se fazia a transmissão do saber fazer, as tipologias de peças fabricadas, as técnicas empregues, assim como os mercados para onde a produção era escoada e a rede de distribuição existente. Este texto é incontornável para o esclarecimento de todas essas questões, na medida em que não se conseguiu encontrar registos comerciais, ou de qualquer outra espécie, pertencentes às oficinas de ourivesaria em laboração na segunda metade do século XIX. Mesmo a oficina que alberga hoje o Museu do Ouro de Travassos, uma das mais antigas, viu todo o seu acervo documental desaparecer devido a um incêndio ocorrido na primeira metade do século XX, segundo informação transmitida por Manuel Sousa, o atual responsável por aquela entidade.

Sem um estudo sistemático de informação que permitisse aprofundar o conhecimento sobre a comunidade de ourives na segunda metade do século XIX, procurou-se identificar fontes de informação primárias que permitissem contribuir para cumprir tal objetivo. Um quadro conceptual foi definido, em torno do conceito de comunidade, do local numa escala global, que apresenta desafios metodológicos específicos. Segundo Maria de Fátima Brandão e Rui Graça Feijó (1984: 490), o conceito de comunidade é, antes de tudo, uma construção teórica que, apesar de parecer autoevidente, não é fácil de definir, até porque uma comunidade pode ser dividida numa multiplicidade de outras comunidades, não sendo fácil identificar os seus limites precisos. Este é, pois, um conceito abstrato, mas de cuja construção depende o sentido que vai ser dado à informação recolhida, já que esta deve ser perspectivada no contexto da comunidade

⁵Esta instituição apresenta um página eletrónica no endereço: museudoouro.com (acesso a 17 de junho de 2024).

escolhida, mas também em relação a uma meta comunidade que a ultrapassa e que tem o poder de definir o modo como a informação é registada.

Por outro lado, assume-se a hipótese de pluriatividade destas comunidades. Como argumenta Jaime Reis (2005: 122), “São numerosas e importantes as dúvidas levantadas quanto ao real significado das estatísticas laborais respeitantes ao século XIX por todos os estudiosos da matéria, e Portugal não escapa à regra. Entre vários problemas, refira-se a multiplicidade de funções de muitos recenseados, o trabalho familiar não pago, o trabalho sazonal, a ambiguidade da inclusão do trabalho feminino na agricultura e a falta de informação sobre o desemprego.”

As fontes de informação históricas refletem, por si próprias, a dinâmica que se vai estabelecendo entre uma comunidade e o espaço de referência em que ela se situa, sendo que os contextos de produção de informação situam-se muitas vezes fora da própria comunidade escolhida, espelhando os interesses de poderes e atores sociais que estão fora dela. Pode dizer-se, assim, que todas as fontes apresentam vantagens e desvantagens, oferecendo retratos parcelares da comunidade, não existindo nenhuma que traduza a comunidade no seu todo. Neste sentido, o trabalho do historiador consiste em reunir os retratos fragmentados que sobre ela vão sendo construídos, de modo a compor um retrato o mais aproximado possível dessa mesma comunidade. Para isso, necessita de estar atento aos contextos relacionados com a produção das fontes primárias, perceber as intenções dos seus autores e que relação mantinham estes com a comunidade, objetivos que se partilham e que se desejam alcançar com a investigação.

Neste contexto, a mesma obra de Maria Fátima Brandão e Rui Feijó, atrás citada, apontou um roteiro de fontes produzidas na época em causa, como os registos paroquiais, os cadernos eleitorais e os recenseamentos militares, por exemplo, documentos fulcrais no contexto da investigação, na medida em que seria expectável que ajudassem a identificar os ourives de Travassos, a perceber a dimensão do seu ofício no contexto das atividades económicas de Travassos, assim como a sua relevância em termos sociais, uma lacuna que a investigação pretende colmatar para o período situado entre 1870 e 1895.

O “Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados”⁶, da freguesia de Travassos, revelou-se de grande importância, dada a riqueza de informação que comporta. Em termos concretos, esta fonte, de periodicidade anual, cobria as diferentes freguesias do concelho, apresentando o nome do eleitor, ocupação, a sua idade, estado civil, lugar de residência, se sabia ler e escrever, qual o valor pago de impostos, discriminando igualmente os eleitores que pertenciam aos 40 maiores contribuintes da freguesia e aqueles que reuniam as condições para serem elegíveis para deputados, condição que exigia um rendimento líquido anual de 400 mil réis. Estes dados estão de acordo com o que a legislação obrigava, como Maria Antonieta Cruz estudou (2009: 164-165), análise que permite contextualizar as variáveis legislativas ao longo do período do nosso estudo.

Na verdade, a implantação do liberalismo no nosso país concedeu direito de voto a algumas camadas populacionais, tendo o corpo de eleitores variado bastante, ao sabor da legislação produzida e dos objetivos políticos dos seus impulsionadores. Deste modo, e tal como todas as outras, é preciso abordar esta fonte de modo crítico, estando atento ao evoluir da legislação que determinou os critérios de quem podia ser eleitor, sob pena de se chegar a conclusões enviesadas. Refira-se que, de acordo com a legislação de 30 de setembro de 1852⁷, apenas podia votar quem demonstrasse ter uma renda líquida anual superior a 100 mil réis e fosse maior de idade, ou seja, 25 anos, uma situação que iria mudar somente com a legislação de 1878, apesar de, desde a aprovação do Código Civil de 1867, muitas comissões de recenseamento passarem a permitir, na prática, o voto aos maiores de 21 anos.

A análise deste grupo de eleitores é, pois, um bom indicador acerca do estatuto económico/rendimentos dos grupos socioprofissionais a que pertencem, já que era preciso possuir uma renda anual elevada para poderem votar, embora possam ser excluídos os que não cumpriam as regras legalmente estipuladas. Com efeito, face à

⁶ AMPL - *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*, 1836-1970. Código de referência PT/CMPL/ND-CIMF-01-MUNICÍPIO PÓVOA LANHOSO/07-ELEIÇÕES-01-RECENSEAMENTO ELEITORAL/01-LIVROS-01-GERAL. A fonte não apresenta dados para os anos de 1872, 1873 e 1874.

⁷Ministério do Reino. *Decreto regulando a forma das eleições de deputados às cortes (...)*.

reforma legislativa de 8 de maio de 1878⁸, os critérios de elegibilidade para votar foram consideravelmente ampliados, resultando num aumento substancial do corpo de eleitores. A idade mínima legal para votar foi então estabelecida nos 21 anos, exigindo-se ainda que tivessem de cumprir pelo menos um dos seguintes critérios: possuir uma renda mínima de 100 mil réis, ser alfabetizado ou chefe de família. Ou melhor, que soubessem ler e escrever ou que, sendo analfabetos, possuíssem a renda mínima atrás indicada. A capacidade de votar passou, assim, a depender mais da condição cultural e da condição familiar do que da condição económica, aspeto muito pertinente e que deverá ser tomado em consideração. Não se avançou para lá de 1895, porque, pela lei eleitoral de 28 de março de 1895⁹, a capacidade eleitoral parece ter ficado bastante restringida, eliminando-se a categoria dos chefes de família e vedando-se a participação dos analfabetos, caso estes não fossem coletados numa ou mais contribuições diretas do estado por quantia não inferior a 500 réis, e que eram, como refere Maria Antonieta Cruz (2009: 165), muito poucos.

Outro tipo de fonte relevante utilizada foi a do registo militar, tendo sido consultados todos os registos entre 1870 e 1895. Os “Livros do Recenseamento Militar”¹⁰ do concelho da Póvoa de Lanhoso apresentam-se em conformidade com a lei de 27 de julho de 1855¹¹, servindo para identificar, anualmente e a nível de freguesia, todos os mancebos com idades compreendidas entre os 20 e os 21 anos (inclusivamente os ausentes), para posterior recrutamento militar, sendo elaborados geralmente pelas juntas de paróquia, nomeadamente pelos párocos ou regedores, e as informações obtidas sob juramento, facto que abona a favor da credibilidade da fonte (RODRIGUES, 2000: 97-98). Para além disso, e ao contrário do que sucedia no antigo regime, a legislação liberal que presidia ao recrutamento militar previa o recenseamento de todos os jovens, independentemente da sua condição social, sendo deste universo que seriam

⁸ Ministério do Reino. *Lei reforma da lei eleitoral (...)*.

⁹ Presidência do Conselho de Ministros. *Decreto reformando a lei eleitoral*.

¹⁰ AMPL – *Caderno do registo geral do recenseamento dos mancebos recrutados, 1856-1911*. Código de referência PT/CMPL/ND-CIMF-01-MUNICÍPIO PÓVOA LANHOSO/08-FUNÇÕES MILITARES/01-RECEASEAMENTO-01-GERAL.

¹¹ Ministério do Reino. *Lei regulando o modo de se fazer o recrutamento para o exército*.

sorteados aqueles que efetivamente iriam cumprir o serviço militar (MONTEIRO, 2007: 386). Considera-se, assim, que os livros do recenseamento militar são uma fonte igualmente representativa, neste caso das ocupações da população mais jovem.

Deste recenseamento faziam parte elementos importantes, como a ocupação do mancebo, a sua filiação e residência, estado civil e as possíveis causas de isenção. Dado o universo abrangido, servem como um complemento importante aos cadernos eleitorais, identificando a faixa etária correspondente aos 20 anos, universo não representado naquela fonte. O recenseamento militar de Travassos, no entanto, apresenta algumas lacunas, não tendo sido possível obter informações para os anos de 1880, 1889 e 1895. O manuseamento desta fonte exige alguns cuidados, já que alguns nomes vão-se repetindo ao longo dos anos, tratando-se geralmente de casos de mancebos que obtiveram isenções em anos anteriores.

Também os registos paroquiais da freguesia de Travassos foram estudados, nomeadamente os assentos de batismo, de casamento e de óbito, mais uma vez entre os anos de 1870 e 1895. Estes registos decorrem das obrigações do pároco e traduzem o pulsar de uma comunidade, dos seus fregueses, que eram batizados, crismados, casados e sepultados. Note-se que a obrigação de todas as paróquias possuírem livros onde registar os batismos e os casamentos foi instituída pelo Concílio de Trento, em 1563, sendo posteriormente alargado aos óbitos (BRÁS, 2000: 40). Refira-se, neste contexto, que a freguesia de Travassos possui assentos de óbito¹² desde 1586 e registos de batismo¹³ e casamento¹⁴ desde 1587. Estes assentos, contudo, falham em identificar as ocupações dos indivíduos participantes nestes atos. Um conjunto de decretos-leis promulgados já em pleno regime liberal, em 1859¹⁵ e em 1862¹⁶, contribuíram, no entanto, para uma maior normalização destes assentos, passando a identificação da

¹² UM-ADB, Paróquia de Travassos. *Registos de óbitos*, 1586-1911. Código de referência PT/UM-ADB/PRQ/PFAF33/003

¹³ UM-ADB, Paróquia de Travassos. *Registos de batismo*, 1587-1911. Código de referência PT/UM-ADB/PRQ/PFAF33/001

¹⁴ UM-ADB, Paróquia de Travassos. *Registos de casamento*, 1587-1911. Código de referência PT/UM-ADB/PRQ/PFAF33/002

¹⁵ Ministério da Justiça. *Decreto regulando o registo paroquial*.

¹⁶ Ministério da Justiça. *Carta régia*.

profissão dos pais e dos padrinhos a ser obrigatória no caso dos registos de batismo. Nos registos de casamento, por sua vez, passou a ser imposta a descrição das profissões dos nubentes e das testemunhas. Finalmente, nos assentos de óbito, passou a estar prescrita a identificação da profissão do falecido e a profissão dos seus pais. Esta nova realidade legislativa refletiu-se nos assentos produzidos em São Martinho de Travassos.

Os registos de batismo contêm, assim, informações acerca do nome da criança batizada, lugar e data de nascimento, data do batismo, se é de condição legítima ou natural, o nome dos seus pais e respetivas ocupações, a sua morada, o nome dos avós paternos e maternos e respetivas moradas, assim como o nome dos padrinhos, suas moradas e ocupações, estado civil, indicando, ainda, se sabem ou não escrever.

Por sua vez, os registos de casamento identificam os nomes dos nubentes, data do casamento, as suas ocupações, idades, nacionalidades e residências, o nome dos pais dos nubentes e respetivas residências (raramente mencionando as suas ocupações), assim como o nome das duas testemunhas de casamento, suas moradas, estado civil e ocupações. Para os nubentes e as testemunhas nupciais, é ainda apresentada informação sobre se sabem escrever.

Finalmente, os registos de óbito apresentam o nome da pessoa falecida, data e lugar do óbito, idade, ocupação, estado civil, nome do cônjuge, número de filhos, nacionalidade e residência do falecido, pai e mãe do falecido, respetivas ocupações e residências. Os registos de óbito indicam igualmente se a pessoa falecida fez ou não testamento, tendo-se detetado, no entanto, que apenas um ourives recorreu a este instrumento jurídico.

Consultaram-se, ainda, os “Registos de passaportes” emitidos no distrito de Braga, acervo documental passível de consulta no respetivo Arquivo Distrital¹⁷. Foram consultados 8 livros, abarcando o período entre 1870 e 1895. Esta documentação faz referência aos passaportes passados a nacionais, ou estrangeiros, para o exterior do reino, sendo a sua emissão uma competência dos administradores gerais de distrito,

¹⁷ UM - ADB, Governo Civil de Braga. *Registo de passaportes*, 1868-1966. Código de referência PT/UM-ADB/AC/GCBRG/H-D/026

conforme previsto pela portaria de 1 de setembro de 1838¹⁸. Em termos de informação, esta fonte identifica o nome da pessoa que emigra, a sua filiação, idade, freguesia de residência, principais características físicas, destino de emigração, pessoas que o acompanham, mencionando ainda se está previsto o seu regresso.

A principal limitação desta fonte prende-se com o facto de apenas começar a identificar a ocupação dos emigrantes a partir de meados de 1886, e mesmo assim de forma esporádica, tornando-se este um registo mais sistemático apenas a partir de finais de 1888. Não foi encontrada, porém, na legislação produzida, qualquer referência à necessidade de se passar a registar a ocupação dos emigrantes, sendo de salientar que o modelo usado para o registo dos passaportes entre 1870 e 1895 não inclui nenhum campo específico para esse propósito.

É assim necessário proceder ao cruzamento de dados com outras fontes de modo a conseguir-se identificar corretamente o grupo socioprofissional destes emigrantes. Para além disso, a documentação apresenta lacunas significativas, com ausência de registos para determinados períodos. Assim, para o ano de 1871 os registos estão disponíveis apenas até 11 de abril, havendo uma lacuna que se estende até ao dia 30 de outubro de 1873. Posteriormente, não existem registos desde o dia 2 de novembro de 1892 até ao dia 3 de outubro de 1893.

Em termos práticos, os registos de passaporte permitem aferir se a emigração para o Brasil, especialmente intensa na época, se configurou, ou não, como uma alternativa válida de vida para os profissionais da ourivesaria da freguesia, ou mesmo para os seus filhos, algo importante de perceber na medida em que os finais do século XIX são considerados como uma época de decréscimo do número de ourives em Travassos (PEIXOTO, 1908: 576). É necessário estar consciente, no entanto, que alguns ourives podem ter escapado ao controlo administrativo do distrito de Braga, na medida em que a portaria de 13 de janeiro de 1874 deixou ao critério do requerente a escolha do governo civil aonde se dirigir para obter passaporte, deixando de ser obrigatório ser o

¹⁸ Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. *Portaria sobre concessão de passaportes*.

do distrito da sua naturalidade (MONTEIRO, 2011: 125). Foram igualmente localizados todos os inventários orfanológicos da freguesia de Travassos entre os anos de 1870 e 1900¹⁹ relativos aos ourives ou seus cônjuges, tendo sido analisados um total de sete inventários que cumpriam esses critérios²⁰. Adicionalmente, foi estudado o inventário orfanológico da mulher do ourives mais rico de Travassos na segunda metade do século XIX, António José da Silva, por se considerar que, apesar de datar de 1856, poder conter informações relevantes para o estudo, dada a natureza de um inventário que projeta intenções para filhos ainda menores, em crescimento. Segundo o código civil de 1867²¹, os inventários de menores, como ficaram conhecidos então estes processos, eram processos cíveis promovidos pelos curadores dos órfãos que tinham a obrigação de promover o andamento e conclusão do inventário junto do respetivo juiz aquando da morte de um dos cônjuges. Estes inventários consistiam em listagens detalhadas dos bens do casal e destinavam-se a proteger os interesses hereditários dos filhos menores, ou seja, com menos de 21 anos.

Esta fonte possui um vasto manancial de informações, identificando o inventariado e o seu cônjuge, assim como os seus herdeiros e respetivos cônjuges. É assim uma fonte muito relevante para a reconstituição de famílias, apesar de, em muitos destes processos, a ocupação profissional dos intervenientes não ser referida, sendo preciso, mais uma vez, recorrer ao cruzamento de dados com outras fontes para se obter essa informação. A natureza singular desta fonte resulta da descrição pormenorizada dos rendimentos, ou seja, dos bens móveis, imóveis e semoventes dos cabeças de casal, assim como o concerto das suas dívidas ativas e passivas, sendo que, relativamente às dívidas, não foi possível perceber, nos casos analisados, a finalidade dos empréstimos.

Deste modo, os inventários orfanológicos oferecem um acesso privilegiado à intimidade do quotidiano familiar, descrevendo ao pormenor toda a roupa da casa, os seus móveis,

¹⁹ UM- ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. *Processos de inventário*, 1789-1981. Código de referência PT/UM-ADB/JUD/TCPVL/002

²⁰ Dada a riqueza informativa da fonte decidimos alargar o período cronológico em análise um pouco para lá do limite superior do nosso estudo.

²¹ Ministério da Justiça. *Lei aprovando o código civil*.

os objetos de valor, assim como os instrumentos de lavoura ou de ofício, conforme o caso, efetuando ainda a listagem e descrição das casas, terrenos e animais possuídos, sendo que a todos os bens é atribuído um determinado valor monetário para efeito de partilhas. Estas informações são preciosas, permitindo-nos olhar para o património detido pelos ourives e observar a possível heterogeneidade económica existente dentro do próprio grupo, desde aqueles com patrimónios elevados até aos que se encontravam em posições menos favorecidas.

Por último, alguns documentos das Contrastarias do Porto e de Braga dependentes da Casa da Moeda, e que se encontram depositados na Torre do Tombo²², foram também consultados, dado que estas mesmas instituições tinham por função garantir, através da marcação de uma punção, a composição das ligas metálicas usadas na confeção das peças de ourivesaria. Deste modo, foram encontrados dois documentos preciosos, um datado de 1903²³ e outro de 1908²⁴, com informações acerca da tipologia de algumas das peças produzidas em Travassos, locais de escoamento da produção, e mesmo de estratégias fraudulentas encetadas por alguns ourives para enganarem as instituições supervisoras e assim garantirem maiores lucros.

Relativamente ao tratamento de dados, foram construídas tabelas em Excel onde os dados encontrados foram registados de modo sistemático, facilitando a posterior tarefa de organizar, cruzar e filtrar a informação de acordo com os objetivos propostos²⁵. Neste processo recorreu-se à análise nominativa, confrontando os nomes encontrados nas diversas fontes de modo a obter-se uma visão mais detalhada e integrada da realidade socioeconómica da freguesia de Travassos, assim como da sua evolução. Esta será a base de trabalho que permitirá obter um produto final sempre em progresso, uma base de dados com a identificação dos ourives de Travassos, detalhando os seus percursos

²² ANTT, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Contrastaria.

²³ ANTT, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Contrastaria, *Punção falso apreendido ao fabricante José Fernandes da Silva (...)*

²⁴ ANTT, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Contrastaria, *Artefactos de ourivesaria apreendidos à firma Carvalho & Silva*

²⁵ Foram construídas tabelas em Excel para os cadernos eleitorais, os livros do recenseamento militar, os registos paroquiais, os registos de passaportes, assim como para os inventários por óbito.

individuais, e que será passível de posterior enriquecimento, para lá das balizas cronológicas deste estudo, e/ou, sempre que possível, acrescentando mais informação e disponibilizando-a à consulta em acesso aberto.²⁶

O conjunto de fontes primárias mencionado foi usado de modo diverso para atingir os objetivos definidos, refletindo as suas características específicas. Assim, para se aferir a estrutura económica da freguesia de Travassos e avaliar o peso relativo dos ourives, tal como foi evoluindo o seu número ao longo do período em análise, recorreu-se aos cadernos eleitorais (ocupação dos eleitores), aos livros do recenseamento militar (ocupação dos mancebos), bem como aos registos de batismo (ocupação dos pais das crianças batizadas), casamento (ocupação dos nubentes) e óbitos (ocupação da pessoa falecida). Refira-se que se usaram unicamente os dados encontrados para a população masculina já que a natureza das fontes, como os cadernos eleitorais ou os livros do recenseamento militar, apresentam informações exclusivamente sobre o universo masculino.

Tenha-se a consciência de que o retrato a traçar será sempre incompleto, parcelar, e não apenas por causa da ausência das mulheres. Um dos problemas, já apontado, levantado por Jaime Reis, atrás citado, é que a pluriatividade económica representa um desafio metodológico importante para qualquer estudo, que se torna muito pertinente nesta dissertação. Por isso, adotou-se um procedimento que procura identificar o peso da polivalência económica dos indivíduos nas dinâmicas socioeconómicas da freguesia de Travassos, na segunda metade do século XIX. As fontes nomeadas permitem identificar indivíduos, mas as dificuldades em distinguir homónimos, a não ser pelas variáveis relativas ao quadro familiar, são um dos principais problemas a enfrentar. E se o mesmo indivíduo surge com mais do que uma ocupação (ourives e proprietário, ou ourives e lavrador, etc.), o desafio de tratamento da informação e da sua quantificação é constante e incontornável. Assim, e no caso de indivíduos com mais de uma ocupação profissional, optou-se por registar as suas ocupações separadamente. Significa isto que um sujeito identificado como ourives e jornaleiro contribui para o número de ourives

²⁶Esta base de dados pode ser consultada nos Apêndices A a M.

assim como para o dos jornaleiros. Esta decisão assenta na premissa de que o mundo do trabalho possui, nesta época, dinâmicas extremamente complexas, sendo muitas ocupações exercidas simultaneamente. É admissível que os indivíduos possuíssem um mosaico de atividades económicas, às quais se dedicavam de modo alternado. Se sim, dar-se-á a devida atenção a esta questão, avaliando que tipo, assim como o significado das atividades que alternavam com a prática da ourivesaria, de modo a não se perder o significado específico que essa informação pode apresentar no contexto da comunidade profissional em estudo.

Se um dos objetivos é definir as hierarquias dentro do grupo dos ourives, medida em termos de rendimentos e posição social, tal só será possível se se cruzar a informação contida nos cadernos eleitorais e nos inventários por óbito. Por um lado, a listagem dos ourives com capacidade eleitoral até 1878 poderá fornecer informação acerca do grupo dos ourives com rendimentos mais elevados, pois até essa data apenas podia votar quem detivesse um património líquido de 100 mil réis anual, como se viu atrás.

Por outro lado, a análise dos impostos pagos pelos ourives permitirá perceber aqueles que detinham rendimentos suficientes para serem taxados, enquanto a identificação dos elegíveis para deputados fornece acesso a um grupo de ourives ainda mais restrito, com um rendimento anual superior a 400 mil réis. Os inventários por óbito complementam a informação retirada dos cadernos eleitorais, informando acerca do valor dos seus bens. Estas informações permitem posicionar os ourives do ponto de vista dos seus níveis de rendimento e posicionamento nas elites políticas, sempre que elegíveis para cargos de governação administrativa, contribuindo para se perceberem as diferenças socioeconómicas que marcavam a comunidade de ourives naquele período, desmontando assim a imagem de homogeneidade tradicionalmente observada. Um outro indicador de diferenciação social, muitíssimo importante, é o grau de alfabetização dos ourives de Travassos, pelo que os cadernos eleitorais, assim como os registos de batismo e casamento, são usados de forma cruzada, permitindo avaliar a capacidade de ler e escrever de alguns dos intervenientes nestes atos. Tal informação recolhe-se na identificação dos eleitores, nos cadernos eleitorais, dos padrinhos das crianças batizadas, nos assentos de batismo, assim como dos noivos e das testemunhas

nupciais, nos registos de casamento. Por último, os registos de batismo e casamento foram ainda utilizados no sentido de se aferir os padrões de escolha dos padrinhos de batismo e das testemunhas de casamento dos ourives, percebendo em que medida estas alianças representavam uma estratégia social efetiva de reforço das suas redes de sociabilidade e de perpetuação da identidade dos ourives e do seu reconhecimento social.

A reconstituição de um rol de ourives, o mais completo possível, permite correlacionar tais dados com os seus níveis de rendimento, conferindo uma visão integrada da força, representatividade e possível influência socioeconómica dos ourives em Travassos.

Para a realização desta investigação utilizaram-se, igualmente, fontes primárias de natureza estatística, como é o caso do “Inquerito Industrial” de 1881 (COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL, 1884) e de 1890 (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, 1891), o Censo da População de 1864 (ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, 1868), o “Censo da população do reino de Portugal” de 1890 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1896)²⁷, assim como os anuários existentes entre os anos de 1870 e 1895, referentes ao “Comércio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com países estrangeiros e com as províncias portuguesas do ultramar” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1887-1900), recursos importantes para avaliar da importância do setor da ourivesaria do concelho da Póvoa de Lanhoso no contexto nacional, e dentro do próprio concelho, assim como para caracterizar melhor a freguesia de Travassos em termos demográficos.

²⁷ Este censo continuou a usar o boletim de família, a que se juntavam os boletins de fogos (casas ou locais habitados) e embarcações, tendo sido apurados desta vez o número de famílias e sua constituição (famílias segundo o número de pessoas que a compõem). Outra inovação consistiu na listagem das casas habitadas e desabitadas, dos estabelecimentos comerciais ou com fins que não os de residência, dos chefes de família e ainda nas características toponímicas da zona, além da contabilização dos estrangeiros por nacionalidades e da distinção entre residência e naturalidade. Informação disponível em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1890 (acesso em 1 de julho de 2024).

1. A ourivesaria no noroeste de Portugal no século XIX

Este capítulo apresenta o contexto temático da ourivesaria e uma aproximação ao espaço objeto de estudo, focando-se no papel que Guimarães e Braga desempenharam no desenvolvimento do núcleo industrial de Travassos e os motivos que justificaram a expansão desta atividade para espaços rurais. Discute-se um modelo que existe pela Europa e que será avisado aqui discutir e aplicar. Na sequência, é realizada uma contextualização geográfica e administrativa do concelho da Póvoa de Lanhoso, detalhando-se as raízes da origem da atividade da ourivesaria naquele território e a importância que o setor detinha no concelho da Póvoa de Lanhoso em finais do século XIX. É ainda dada atenção às razões económicas que impulsionaram a produção e o consumo de objetos de adornos de ouro na segunda metade do século XIX, apresentando as principais tipologias da ourivesaria popular portuguesa e as técnicas de produção mais importantes em vigor em Travassos.

1.1. A ourivesaria na Póvoa de Lanhoso e seus núcleos dinamizadores: Guimarães e Braga

A história da ourivesaria em Portugal tem apresentado um cenário marcadamente urbano, sendo nas cidades e vilas, devido à sua maior concentração demográfica, que os ourives se reconheceram como uma comunidade. Tal como outros ofícios, organizaram-se frequentemente, e ainda no período medieval, por ruas, participando ativamente da vida política e religiosa das principais cidades portuguesas, antes mesmo de se organizarem formalmente nas corporações de ofícios, as primeiras das quais, da cidade de Lisboa e do Porto, datadas ainda do século XVI (MELO, 2006: 370). Deste modo, os centros urbanos tiveram uma importância fundamental na emergência dos núcleos de ourivesaria em contextos rurais. Afinal, era nas cidades que trabalhavam os detentores do saber-fazer, assim como os comerciantes responsáveis pelo escoamento da produção nos mercados. Se é certa esta perspetiva, a verdade é que o reconhecimento de produção de ourivesaria em ambiente rural também acontece e não pode ser uma surpresa. Com efeito, a importância que a ourivesaria deteve em

Travassos, assume-se, não pode ser explicada cabalmente sem se perceber a importância que esta atividade industrial logrou ter nas cidades vizinhas de Guimarães e Braga, núcleos ourives de inegável importância histórica, reconhecidamente localizados em estudos realizados na década 20 do século XX (COSTA, 1920: 41). Efetivamente, como investigações mais recentes apontam, "(...) terá sido a partir de contactos com oficinas de ourivesaria do ouro destas cidades [Guimarães e Braga] que se desenvolveu a ourivesaria na Póvoa de Lanhoso." (MOTA, 2011: 17)

Apesar desta constatação, a verdade é que as relações de Guimarães com a Póvoa de Lanhoso encontram-se mais bem estudadas do que aquelas existentes com a cidade de Braga. Apesar de tudo, é possível constatar a presença de um ourives natural de Travassos, chamado João Silva, a trabalhar em Braga, mais precisamente na freguesia da Sé, no ano de 1762, ano em que fez o seu testamento²⁸, o que atesta da longevidade das ligações existentes entre aquela freguesia rural e a cidade dos arcebispos. O mesmo deveria acontecer, naturalmente, com outros ourives oriundos de contextos rurais, até porque a aprendizagem da arte e a transmissão do saber-fazer teriam de ser necessariamente efetuados onde existissem oficinas.

A proximidade do concelho de Lanhoso com Braga convidava, naturalmente, ao aprofundamento das ligações entre os ourives dos dois concelhos, havendo referências a ourives de Travassos a trabalharem em Braga na segunda metade do século XIX, casos de José Vieira Lopes e Eduardo Vieira Lopes, por exemplo, filhos do ourives Luís Vieira Lopes mencionados no seu inventário por óbito, realizado em 1896²⁹. O contrário, porém, também sucedia, como ilustra o caso de António Augusto da Cruz Braga³⁰, um ourives natural da cidade de Braga que se encontrava a trabalhar em Travassos desde 1872, pelo menos, realidade que parece denotar a atratividade que este núcleo rural representava então para alguns ourives naturais das cidades vizinhas.

²⁸ UM-ADB, Provedoria de Braga. *Testamento de João Silva*.

²⁹ UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. *Inventário por óbito de Luís Vieira Lopes*.

³⁰ UM-ADB, Paróquia de Travassos. *Registos de batismos, 1872, assento nº 13*.

Diga-se que os ourives de Braga se encontravam organizados sob a alçada da irmandade, ou confraria de Santo Elói, desde o século XVIII, havendo notícia da aprovação dos seus estatutos em 1760³¹. Esta confraria, como qualquer outra, teria finalidades essencialmente religiosas e de assistência mútua, e os estatutos encontrados não previam o tipo de regulamentação profissional típico das corporações de ofício, embora pudesse estar subjacente uma organização que não deveria ser muito diferente de outras. Este facto pode denotar um nível de enraizamento socioprofissional inferior ao registado em Guimarães, local onde, aí sim, se erigiu um edifício jurídico capaz de sustentar uma autêntica corporação de ofício.

A cidade de Guimarães, por sua vez, é um dos centros ourives mais relevantes a nível nacional desde o século XIV, pelo menos. Sinal dessa importância são os sete ourives com atividade registada na cidade de Guimarães na centúria de trezentos, facto que coloca esta cidade na segunda posição em relação ao número de ourives existentes à época, muito longe de Coimbra (18), mas muito acima de cidades como Lisboa (4), Porto (1) ou Santarém (1) (SANTOS, 2000: 99-100).

Como refere Manuela de Alcântara Santos (2000: 100), “Estes dados apontam para o enraizamento local do ofício, assente certamente numa oferta que não se compreende sem elevada procura. E parecem sugerir um processo evolutivo em pleno desenvolvimento, com raízes em períodos anteriores.”

A presidir a esta procura encontrava-se uma rede de cenóbios, que encomendavam o fabrico, em ouro e prata, das suas mais importantes alfaias religiosas. De destacar, neste contexto, a poderosa colegiada de Guimarães, nascida na primeira década do século XII, assim como os mosteiros de Santa Marinha da Costa, de São Torcato, do Souto e de Sande. No século XIII, por sua vez, chegariam à cidade as ordens mendicantes de São Francisco e São Domingos, a que acrescem, naturalmente, um conjunto vasto de igrejas distribuídas ao longo do território vimaranense (SANTOS, 2000: 92).

³¹ UM-ADB, Mitra Arquiepiscopal de Braga. *Registo de confirmação de estatutos a favor dos oficiais de ourives do ouro e da prata desta cidade, 1760.*

Os ourives continuariam a marcar a estrutura profissional e económica da cidade nos séculos seguintes. Entre os anos de 1400 e 1600 foram identificados 9 ourives a trabalhar em Guimarães. Dois destes exerciam a sua atividade no século XV e 7 no século XVI, o que aponta para um crescimento do número de profissionais deste setor ao longo daqueles dois séculos (FERNANDES & OLIVEIRA, 2004: 54). Refletindo a sua crescente importância na comunidade vimaranense, os ourives encontravam-se representados na Casa dos 12, organização, instituída por D. João III na cidade em 1535, que tinha por finalidade a eleição anual de 12 representantes dos diversos mesteres que poderiam e deveriam tomar parte nas decisões que diziam respeito à urbe.

À época, os ourives da cidade pertenciam já à Confraria de Santo Elói, uma irmandade com responsabilidades orientadas para a assistência material e espiritual dos seus associados com origem ainda na época medieval.

1.1.1. A vila de Guimarães e a sua corporação dos ourives do ouro e da prata

Seria apenas em 1781 que os cerca de 30 mestres ourives do ouro e da prata, então existentes na vila iriam organizar-se em torno de uma corporação de ofício, aprovando os “Estatutos dos ourives do ouro e da prata da vila de Guimarães”³². Este documento iria regulamentar todas as dimensões ligadas ao exercício da profissão até 1834, data da extinção das corporações, tornando obrigatória a adesão dos ourives à corporação para que pudessem exercer o seu ofício (SANTOS, 2007: 26).

Os estatutos acompanhavam a hierarquia profissional de outros mesteres, típica da organização laboral do antigo regime, dividindo-se entre os mestres, os oficiais e os aprendizes. Os aprendizes iniciavam normalmente a sua aprendizagem entre os 10 e os 12 anos e o período de formação durava 8 anos, sendo que cada mestre podia ter o máximo de dois aprendizes sob sua responsabilidade. Findo esse tempo, os aprendizes ascendiam ao cargo de oficial, no qual se mantinham por mais dois anos, passando a receber um salário. Decorrido esse tempo eram propostos a exame. Em caso de aprovação ascendiam, finalmente, à categoria de mestre, podendo abrir a sua própria

³²Estes estatutos podem ser consultados na página da internet da Sociedade Martins Sarmento, em <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/archsms/item/107707> (acesso a 7 de Julho de 2024).

oficina. Era necessário, porém, possuir os meios financeiros para poder abrir loja, assim como para comprar a matéria-prima e os equipamentos necessários, realidade que explica o facto de muitos oficiais passarem a vida inteira a trabalhar por conta de outrem (SANTOS, 2007: 31-36).

A corporação de ofício era presidida por um juiz, personalidade que, para além de funções administrativas e judiciais, tinha a responsabilidade de avaliar os oficiais que se propunham a exame, assim como a de fiscalizar as oficinas, garantindo que estas cumpriam com o estabelecido nos estatutos. Estas funções eram partilhadas pelo denominado ensaiador do contraste (contraste ensaiador) do ofício, um cargo vitalício de nomeação municipal, responsável por avaliar o peso e marcar todas as peças produzidas no burgo, assim garantindo a pernilagem das ligas metálicas usadas no fabrico das peças (SANTOS, 2007: 52).

É significativo, neste contexto, que esta importante posição tenha sido ocupada por ourives naturais da Póvoa de Lanhoso (SANTOS, 2007: 66-71). João Manuel da Silva, natural de Covelas (freguesia atualmente pertencente à Póvoa de Lanhoso), exerce o cargo de 1825 até 1842, data do seu falecimento, sucedendo-lhe no cargo o seu antigo oficial, João António da Cruz, ourives natural de Travassos, que desempenha as funções até 1874, ano em que renuncia ao cargo. O último contraste ensaiador é o filho deste, José Joaquim da Cruz, que exerce funções até à extinção do cargo, em 1886. De facto, a ascensão a posições de relevo por parte dos ourives naturais da Póvoa de Lanhoso, e nomeadamente de Travassos, como se verá, é reveladora do modo como estes se tinham conseguido impor social e profissionalmente em Guimarães, atestando, simultaneamente, a importância das ligações existentes entre aqueles dois territórios para os seus ourives.

A influência de indivíduos naturais da Póvoa de Lanhoso estendia-se igualmente à área comercial. Neste sentido, um dos mais importantes negociantes de fazendas de ouro de Guimarães da primeira metade do século XIX foi João Batista da Silva, natural de Covelas, Póvoa de Lanhoso, sogro, por sua vez, do importante ourives feirante José Moreira Pinto de Carvalho (1806-1864), indivíduo que manteve relações estreitas com ourives da Póvoa de Lanhoso (SANTOS *et al.*, 2023: 257).

Existem, de facto, diversas referências à presença de ourives naturais do concelho da Póvoa de Lanhoso em Guimarães desde a segunda metade do século XVIII, sendo que no anexo nº 1 pode ser consultada uma listagem, resultante de uma investigação efetuada por Manuela de Alcântara Santos, com a identificação de todos os ourives naturais do concelho da Póvoa de Lanhoso que se encontravam a trabalhar em Guimarães entre a segunda metade do século XVIII e a segunda metade do século XIX.

1.1.2. O percurso da indústria da ourivesaria vimaranense

Com a vitória do liberalismo, as corporações de ofício foram extintas, caindo as premissas jurídicas que asseguravam a autorregulação dos mesteres pelos seus profissionais, e a corporação dos ourives do ouro e da prata de Guimarães desaparece como tal. O acesso à profissão passa a ser livre e os anos de formação exigidos são eliminados, aumentando-se a liberdade individual dos ourives na prossecução dos seus negócios, em detrimento das estruturas corporativas que protegiam os mestres da concorrência e os mantinham numa posição de privilégio, não apenas económica, mas também social³³. Mantiveram-se apenas em funções, e porque era um cargo de nomeação municipal, os contrastes ensaiadores.

Esta situação parece ter resultado num certo abastardamento da produção e numa diminuição acentuada do contingente de ourives vimaranenses, uma situação particularmente evidente na segunda metade do século XIX. Segundo o Relatório da Exposição Industrial de Guimarães, publicado em 1884, os ourives então existentes no concelho dividiam-se pela cidade de Guimarães e pelas freguesias rurais de São Torcato e de Castelões, num total de 25 profissionais (6 dos quais menores). Era então referido que estes artífices exerciam a sua profissão sem uma direção capaz, laborando a partir do seu domicílio ou dos respetivos patrões. A produção artesanal e doméstica é considerada um problema, evidenciando a falta de capital para investir em

³³ O declínio do estatuto social, político e económico dos artesãos urbanos com a queda do antigo regime é um tema prevalente a nível europeu, uma realidade que parece andar a par com o crescimento dos contextos de produção proto-industriais em meios rurais (CROSSICK, 1998: 15).

equipamentos industriais e na modernização dos processos de produção, o que resultava inevitavelmente numa baixa produtividade. Obviamente que este discurso decorre de uma nova visão de industrialização, da ideia de decadência que acompanha os processos organizativos considerados ineficientes, mas é importante por evidenciar um modelo organizativo que continuava a vigorar.

Refere o relatório (EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL DE GUIMARÃES, 1884: 37) que, “As ferramentas valerão 1.500\$000, e os aposentos das oficinas uns 3.000\$000; para capital circulante atribua-se-lhes 4.000\$000 réis. O ouro que gastam por ano regulará por 21.000\$000, e a prata por 3.000\$000. A produção não deverá exceder a 32.000\$000 réis.”

Como é possível concluir pelos dados apresentados, o peso que a aquisição das matérias-primas detinha no total de receitas era elevado, resultando numa reduzida capacidade de investimento. Rematando este cenário relativamente desolador, o mesmo relatório concluía que a produção de ourivesaria do concelho de Guimarães na segunda metade do século XIX representava apenas um décimo daquela existente em 1834.

Um dos dados mais interessantes deste relatório, porém, prende-se com a constatação da existência de oficinas de ourivesaria em freguesias rurais, como São Torcato ou Castelões, esta última fazendo fronteira, inclusivamente, com a freguesia de Travassos, refletindo o modo como a atividade se havia expandido para fora dos limites urbanos.

Reforçando o que havia sido apurado pelo relatório apenas dois anos antes, José Augusto Vieira (1856-1890) refere em 1886, “Uma outra indústria, hoje decadente, nobilitou em tempo a freguesia de S. Torquato. Era essa a da famosa ourivesaria portuguesa, que tantas maravilhas deixou pelos tesouros dos mosteiros, e que hoje se reduz, na formosa aldeia, à fabricação, em prata, de alguns faqueiros, fivelas e anéis, e em ouro à de bijuterias de uso mais comum. (...) Vão hoje perguntar em S. Torquato, em Gonça, fértil vizinha e companheira alegre de trabalho, em Castelões, a terra antiga de nobres castelãos, onde param aqueles artistas, que faziam a filigrana de ouro, e rendilhavam o metal com as delicadezas mais subtis (...)” (VIEIRA, 1886: 615).

O que pode concluir-se, através deste percurso comparativo, é que, de um modo um tanto paradoxal, o declínio da indústria da ourivesaria vimaranense não parece ter correspondência no concelho da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente em Travassos, onde um núcleo de produção com características proto-industriais se terá afirmado, tornando-o um dos mais importantes a nível nacional no final do século XIX, a par com o de Gondomar, como se verá no final deste capítulo.

1.2. A expansão da indústria da ourivesaria para contextos rurais

Num movimento semelhante ao que se vinha a desenhar a nível europeu, o setor industrial português conheceu um crescimento apreciável ao longo dos séculos XVIII e XIX. Respondeu assim aos estímulos favoráveis provenientes do aumento da produtividade da agricultura e do conseqüente crescimento demográfico, beneficiando ainda de condições particulares associadas à construção de vias de comunicação que impulsionaram e facilitaram a circulação mercantil e da emergência de instituições de crédito que permitiram uma alocação mais eficiente de capital. Este cenário teve reflexos evidentes no mundo rural, onde o trabalho em regime doméstico, constituído por uma mão de obra abundante e barata, logrou um desenvolvimento notável em determinados setores³⁴, desde que houvesse centros urbanos nacionais ou externos (como o Brasil) a fomentar a procura. Assim, e antes da consolidação do modelo fabril, foram precisamente as formas de produção artesanais que foram dando resposta ao aumento da procura por bens transformados, tendo sido as unidades de produção domésticas substituídas pelas fábricas quando demonstraram não conseguir acompanhar o ritmo da procura e da necessidade de maior produção (PEDREIRA, 2005: 177-178).

O crescimento do setor industrial em meios rurais, nos séculos XVIII e XIX, é um fenómeno observado à escala europeia, tendo vindo a merecer a atenção de diversos historiadores desde a década de 70 do século passado, que assim inauguraram o

³⁴ Veja-se, a este propósito, o sucedido com os sombreireiros do concelho da Feira (SILVA, 2002).

conceito de proto-industrialização. Para Franklin Mendels (1972:241), o criador do conceito, “Muito antes do advento da indústria mecânica, muitas regiões da Europa tornaram-se cada vez mais industrializadas, no sentido de que uma proporção crescente do seu potencial de trabalho estava alocada à indústria. No entanto, esse tipo de indústria – o artesanato tradicionalmente organizado, principalmente rural – mal se enquadra na imagem que se tem de uma economia em modernização. Há, no entanto, valor cognitivo, bem como vantagem didática, em pensar no crescimento da ‘indústria pré-industrial’ como parte integrante do processo de ‘industrialização’ ou, melhor, como uma primeira fase que precedeu e preparou a industrialização moderna propriamente dita.”³⁵

Do conceito de proto-industrialização fazem parte algumas características fundamentais, como sejam a natureza doméstica das unidades de produção, a sua frequente implantação rural, escapando assim à apertada regulação imposta pelas corporações de ofício de âmbito urbano, a venda para mercados não locais e o controlo dos circuitos comerciais por parte de intermediários e negociantes com capitais urbanos, que assim auferiam o grosso das mais valias. Graças à sua pluriatividade, que lhes permitia obter uma parte do seu sustento económico através da exploração agrícola, os trabalhadores rurais proporcionavam ainda custos de mão de obra mais reduzidos do que aqueles oferecidos nas cidades, fortemente regulamentados, um fator que contribuiu decisivamente para a competitividade destas regiões. Conseguiu-se assim alocar a certas atividades económicas rentáveis uma mão de obra que se encontrava anteriormente ociosa nos períodos de menor atividade agrícola (OGILVIE, CERMAN, 1996: 1).

O sistema proto-industrial encontra-se assim na fronteira entre as formas de produção artesanais, ou pré-industriais, e aquelas cujo eixo de ação se centra nas fábricas. Neste contexto, o artesão já não se constitui como um agente totalmente independente, encontrando-se dependente de uma rede de intermediários comerciais que

³⁵Tradução do autor.

determinam frequentemente, pelo conhecimento que têm do mercado, o teor do que é produzido e os ritmos da produção.

Neste regime produtivo, a produção de bens transformados concentrou-se em determinados polos regionais especializados, aproveitando recursos e infraestruturas locais, uma realidade visível também em Portugal. Fatores como a disponibilidade de matéria-prima, a abundância de mão de obra, a proximidade a vias de comunicação estruturantes ou a facilidade de integração em circuitos comerciais, facilitaram a concentração industrial em áreas específicas. Se não se pode apontar um modelo de proto-industrialização à imagem de outras zonas europeias, formou-se de certo uma certa divisão do trabalho com reflexos evidentes na emergência de regiões especializadas na produção de certo tipo de bens para o mercado, cenário que contribuiu para a criação de “(...) enraizadas tradições artesanais a nível local e verdadeiras manchas de especialização regional, que, já no século XVIII, ou ainda antes, marcavam a geografia industrial do país” (PEDREIRA, 2005: 183).

É o caso da indústria dos panos e linhos, concentrada nas imediações do rio Vizela e do Ave, da indústria lanífera, na Serra da Estrela, ou da cerâmica, na região de Ovar (PEDREIRA, 2005: 182-187). Avançamos a hipótese, neste trabalho, de que este poderá ser também o caso da ourivesaria praticada em Travassos, local que beneficiou da proximidade existente com as cidades de Braga e Guimarães, reconhecidas pela sua produção de ourivesaria, e das relações que os negociantes de metais preciosos destas urbes mantinham com o mercado, para se desenvolver.

O fenómeno de expansão da produção de ourivesaria para contextos rurais foi, aliás, uma realidade experimentada com particular acuidade no norte do país. É bastante difícil, porém, precisar com exatidão desde quando a indústria da ourivesaria começou a expandir-se para o campo, caso tenha sido esta a tendência, embora possam ter coexistido (urbano e rural). Sabemos que Gondomar, sobretudo a freguesia rural de São Cosme, passou a adquirir importância enquanto centro ourives a partir da segunda metade do século XVIII, tendo esta atividade se estendido para outras freguesias do

concelho já no século XIX, à medida que a procura foi crescendo (SOUSA & FELÍCIA, 2021: 281-282).

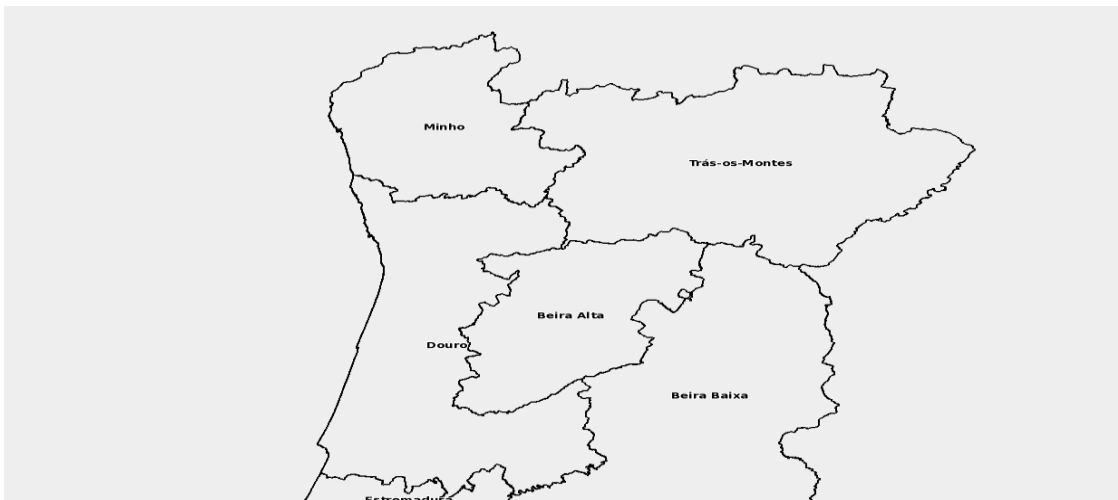
De modo semelhante ao sucedido na Póvoa de Lanhoso, algumas aldeias do concelho de Gondomar passaram a funcionar, pelo menos a partir do século XIX, como núcleos industriais de inegável importância a nível nacional, beneficiando, neste caso, da sua proximidade à cidade do Porto, outro centro de produção de ourivesaria de grande relevância histórica.

1.3. As raízes da ourivesaria na Póvoa de Lanhoso e a sua importância em finais do século XIX

1.3.1. O concelho da Póvoa de Lanhoso e a freguesia de Travassos no quadro geográfico, administrativo – interconexões

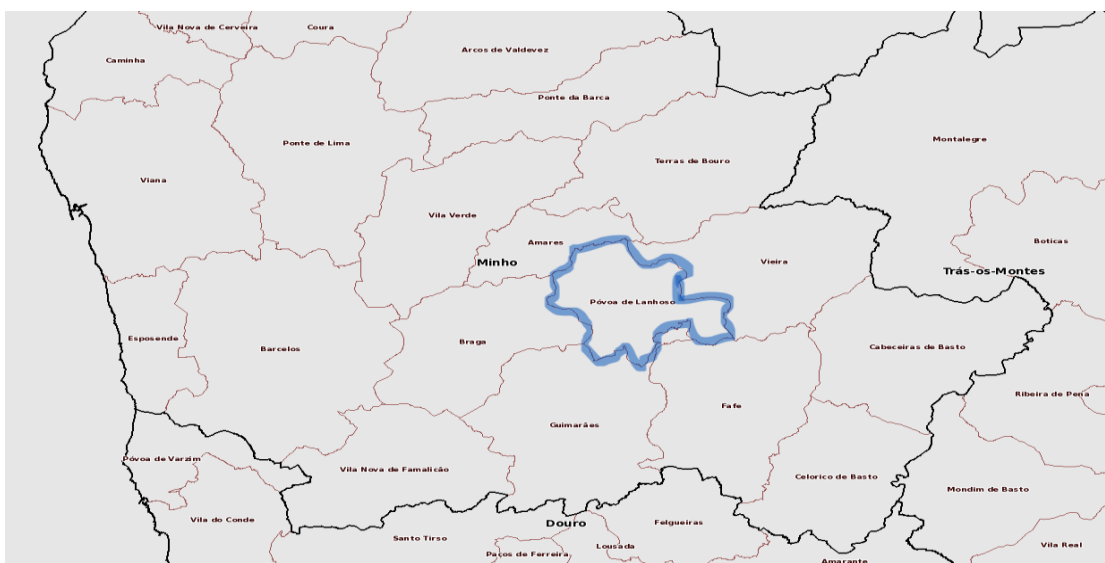
Em termos geográficos e administrativos, o concelho da Póvoa de Lanhoso fazia parte, na segunda metade do século XIX, da província do Minho (Figura 1), assim como do distrito de Braga, tendo como limites territoriais os concelhos de Guimarães e Fafe, a sul, Braga, a poente, Amares, a norte, e Vieira do Minho a nascente. O concelho (Figura 2), é ainda delimitado a noroeste pelo rio Cávado e, meridionalmente, pelo Rio Ave, com exceção das freguesias de Sobradelo da Goma e Garfe, situadas a sul daquele curso de água. O seu mapa político administrativo, com 29 freguesias, é, desde 1855, praticamente semelhante ao atual, com exceção da freguesia da Póvoa de Lanhoso, fundada apenas em 1925 (FREITAS, 2015).

Figura 1 – Localização da província do Minho em 1890. Orientação: N↑



Fonte: Atlas de cartografia histórica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt> (acesso a 31 de julho de 2024).

Figura 2 - O concelho da Póvoa de Lanhoso no contexto do distrito de Braga em 1890
Orientação: N↑

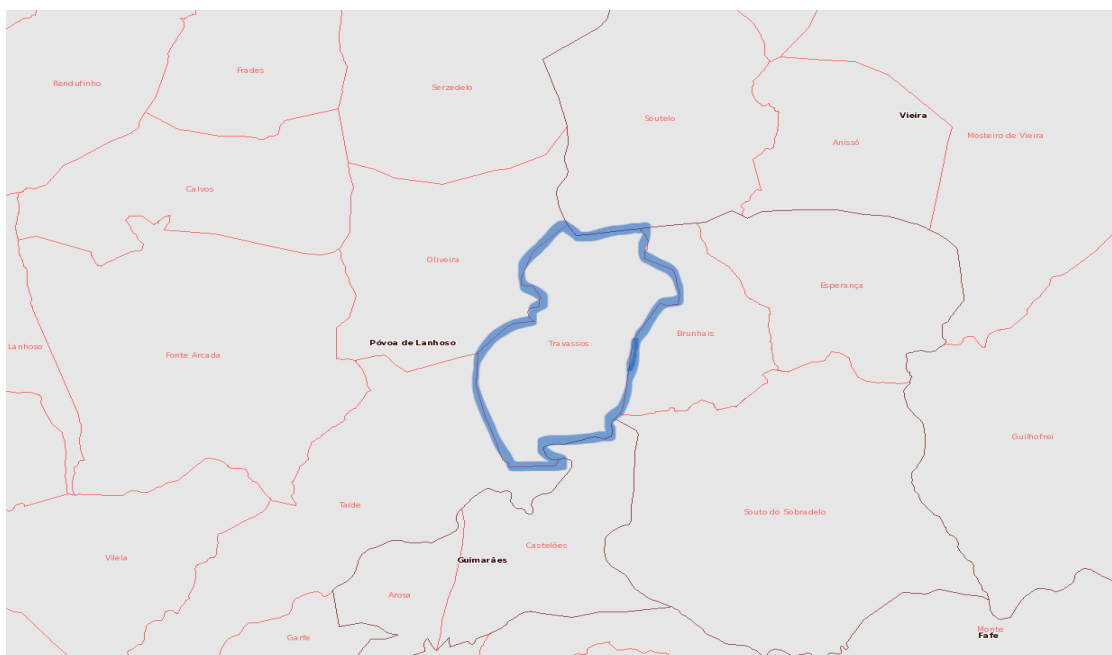


Fonte: Atlas de cartografia histórica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt> (acesso a 31 de julho de 2024). Sublinhado do autor.

A freguesia de Travassos (Figura 3), por sua vez, situa-se na vertente poente do concelho, encontrando-se delimitada por uma elevação a norte, com mais de 500

metros de altitude, e o vale, formado pelo rio Ave, a sul. Sobranceiro, portanto, a este curso de água, Travassos apresenta uma área de 3,59 quilómetros quadrados, fazendo fronteira a sul com a freguesia de Castelões (Guimarães), a sudoeste com Taíde, a noroeste com Oliveira, a norte com Soutelo (Vieira do Minho), a oeste com Brunhais e a Sudeste com Sobradelo da Goma, algumas destas freguesias com registo histórico de produção de ourivesaria.

Figura 3 – A freguesia de Travassos e o contexto envolvente em 1890. Orientação: N ↑



Fonte: Atlas de cartografia histórica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt> (acesso a 31 de julho de 2024). Sublinhado do autor.

A implantação de núcleos ourives em povoações rurais poderá ter sido favorecido, entre outras razões, pela existência de uma rede de vias que permitisse a deslocação de pessoas, o abastecimento de bens e o escoamento da produção. O vale do rio Ave deverá ter facilitado particularmente as ligações entre o concelho da Póvoa de Lanhoso e Guimarães, criando uma passagem natural sem acidentes orográficos de monta entre os dois territórios, uma realidade que verificava já nos itinerários medievais (FAURE, 2017: 341-342). Na segunda metade do século XIX avançou-se com a construção de modernas vias rodoviárias que iriam tornar todo este espaço muito mais integrado. A ligação a Guimarães, por exemplo, fazia-se do centro da vila de Lanhoso para Donim

pela Estrada Distrital nº 7, aberta ao trânsito em 1874, prosseguindo daqui até às Taipas pela estrada concelhia nº 11, aberta ao trânsito no mesmo ano, e das Taipas para Guimarães pela estrada real nº 27, estrada inaugurada, por sua vez, em 1865 (CALDAS, 1996: 178).

A interconectividade é evidente. Dito isto, é possível remontar o trabalho da ourivesaria em Travassos à primeira metade do século XIX. O recenseamento dos eleitores elegíveis para o ano canónico de 1842 a 1843³⁶, relativo àquela freguesia, menciona a existência do ourives proprietário Manuel José Barbosa, então com 45 anos, do ourives Francisco da Cruz, de 56 anos, e do ourives João António da Cruz, de 58 anos.³⁷ A mesma fonte, mas relativa aos anos de 1844 a 1845, identifica, por sua vez, o ourives proprietário Bernardo Vieira Lopes, de 48 anos, assim como o ourives lavrador João António da Silva, de 47 anos. Não descartamos, contudo, que o núcleo industrial de Travassos possa remontar à segunda metade do século XVIII, acompanhando o crescimento que esta atividade teve tanto na cidade, como em alguns polos rurais vizinhos do concelho de Guimarães.

Na Póvoa de Lanhoso, e já na segunda metade do século XIX, os centros ourives mais relevantes localizavam-se a sudeste do concelho, em freguesias rurais como Oliveira, Taíde, Brunhais, Sobradelo da Goma e, principalmente, Travassos, prolongando uma área industrial que se estendia às freguesias vimaranenses vizinhas de São Torcato, Gonça e Castelões, estas últimas, segundo testemunhos coevos, já quase sem expressão em finais do século XIX (VIEIRA, 1886: 615).

Em aparente contraste, porém, com o sucedido nestas freguesias vimaranenses, em fase de declínio, Travassos aparentava continuar com um significativo dinamismo industrial, constituindo-se inclusivamente como uma opção válida de residência para indivíduos naturais de Guimarães desejosos de aprender o saber-fazer ou exercer o ofício de ourives. Neste contexto, Manuel, um dos filhos do ourives feirante José Moreira Pinto de Carvalho, é mandado pelo pai para Travassos, em 1857, para aprender o ofício com

³⁶AMPL, Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados.

³⁷Apesar de existirem cadernos eleitorais desde 1836, apenas encontramos ourives a partir de 1842.

o ourives Luís da Cruz (SANTOS *et al.*, 2023: 257). Este caso é significativo, na medida em que o pai possuía uma extensa rede de contactos com ourives de Guimarães, onde vivia, tendo preferido, no entanto, enviar o filho para Travassos. Para além deste caso, os registos paroquiais da segunda metade do século XIX permitiram identificar outros exemplos de ourives naturais de Guimarães a trabalhar em Travassos. Entre eles, destacam-se as figuras de Manuel Joaquim Lopes de Macedo³⁸, Eduardo José Pereira³⁹, Serafim Fernandes (natural da freguesia vizinha de Castelões)⁴⁰ ou de Gregório Joaquim da Silva⁴¹, este último exposto na roda de Guimarães.

1.3.2. Um balanço do século XIX – a representatividade dos ourives do concelho de Póvoa de Lanhoso

A relevância que o concelho da Póvoa de Lanhoso detinha para o setor da ourivesaria nacional na segunda metade do século XIX é visível nos dados apurados pelo “Inquérito Industrial de 1890”, isto apesar do distanciamento crítico que é prudente ter, já que os agentes envolvidos na recolha de informações encontraram problemas na administração do inquérito, explicitamente descritos, “No serviço do inquérito houve dificuldades, porque os povos deste concelho consideravam-no como uma tentativa para novos impostos, não obstante terem sido escolhidos para agentes indivíduos de reconhecida probidade, que gozam de bom conceito, e que tentaram persuadi-los das vantagens que podiam advir às indústrias nacionais da boa execução do mesmo inquérito. O serviço não podia ser perfeito, porquês os agentes, para evitar novas suspeitas, não poderem fazer as observações que esse serviço reclamava” (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, 1891: 252).

É esperado, portanto, que este inquérito denote uma certa sub-representação do universo dos ourives. Apesar de poder apresentar falhas, parece-nos, de qualquer forma, uma fonte importante, ao apresentar um retrato genérico do mundo industrial

³⁸UM - ADB, Paróquia de Travassos, registos de batismos, 1882, assento nº 12.

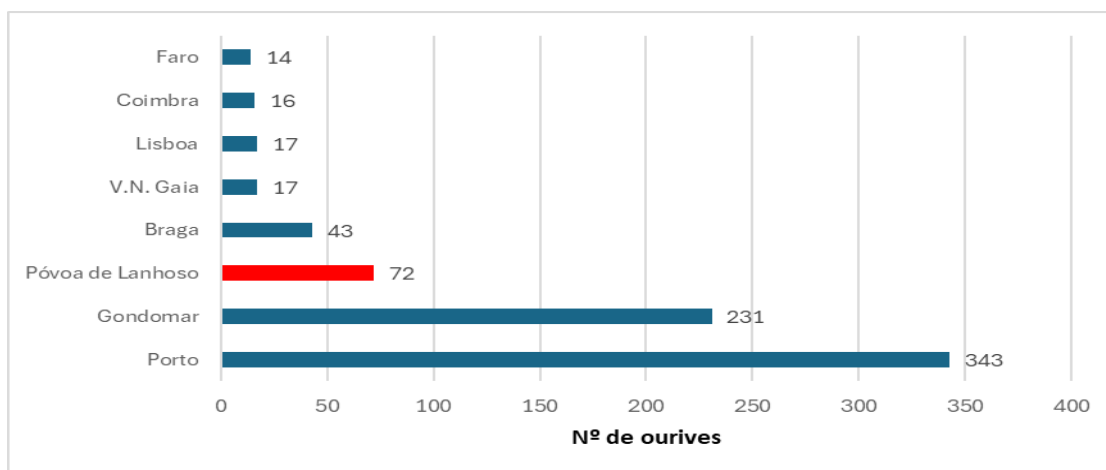
³⁹UM - ADB, Paróquia de Travassos, registos de batismos, 1883, assento nº 5

⁴⁰UM - ADB, Paróquia de Travassos, registos de batismos, 1887, assento nº 17.

⁴¹UM - ADB, Paróquia de Travassos, registos de batismos, 1886, assento nº 5.

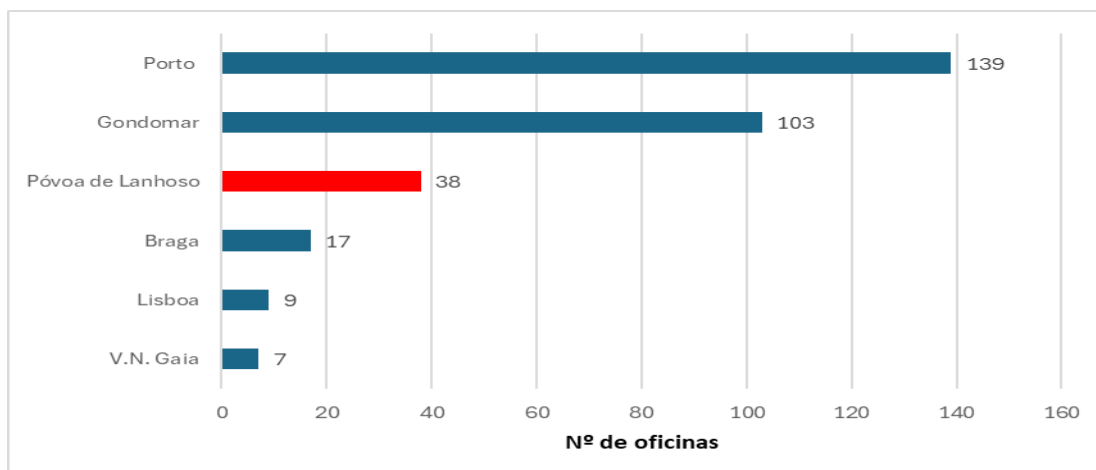
português em finais do século XIX⁴², embora não apresente dados desagregados por freguesia, não permitindo, portanto, avaliar o significado da freguesia de Travassos. Nesse contexto, e relativamente ao setor da ourivesaria, impressiona o facto do concelho da Póvoa de Lanhoso surgir como o terceiro do país com maior número de ourives (Gráfico 1) e de oficinas (Gráfico 2).

Gráfico 1- Concelhos com maior nº de ourives (ouro) (1890)



Fonte: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891. *Inquérito Industrial de 1890*

Gráfico 2- Concelhos com maior nº de oficinas de ourivesaria (ouro) (1890)



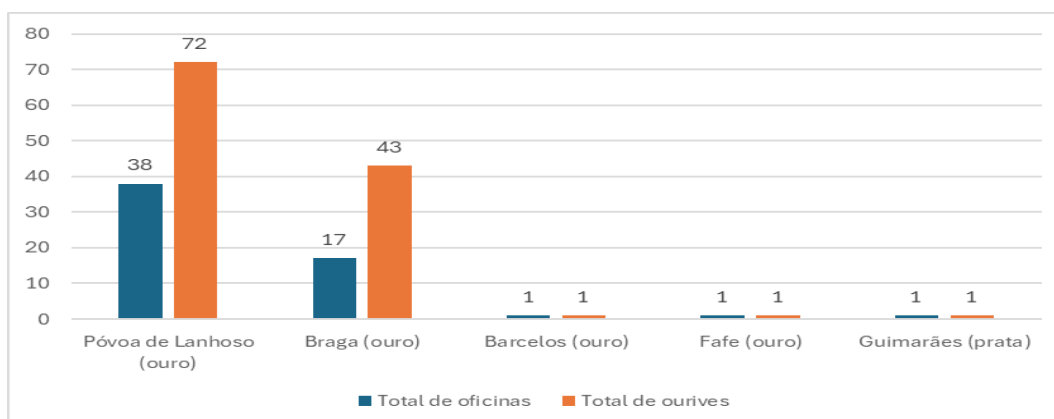
Fonte: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891. *Inquérito Industrial de 1890*

⁴²Em 1881 foi publicado igualmente um inquérito industrial, não tendo sido recolhidos dados, porém, para o concelho da Póvoa de Lanhoso.

É certo que o concelho da Póvoa de Lanhoso aparece algo distante dos concelhos do Porto e Gondomar. No entanto, se levarmos em linha de consideração que, historicamente, a ourivesaria foi uma atividade essencialmente urbana, e que aqueles concelhos albergavam uma população de residência habitual muito superior à existente na Póvoa de Lanhoso, o lugar ocupado por este concelho é absolutamente singular. Segundo o “Censo da população do reino” de 1890, o Porto tinha uma população de 138,587 pessoas (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA; Vol. I, 1896: 194) e Gondomar de 31.142 (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA; Vol I, 1896: 186), o que compara com as 16.364 almas que residiam habitualmente na Póvoa de Lanhoso (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA; Vol I, 1896: 78-80). Estes números permitem concluir que o número médio de ourives por habitante era superior na Póvoa de Lanhoso, onde se fixava nos 0,004, em relação aos seus contrapartes do Distrito Administrativo do Porto, Gondomar, com 0,003 e Porto, com um número médio de 0,001 ourives por habitante.

A proeminência do peso do setor da ourivesaria da Póvoa de Lanhoso ressalta evidente dentro da sua própria região (Gráfico 3), ultrapassando claramente, em números absolutos de ourives, as cidades de Braga e Guimarães (que, segundo o inquérito, nem sequer tinha em atividade um único ourives do ouro), assim se afirmando como um núcleo fundamental de produção de ourivesaria no contexto do então distrito administrativo de Braga.

Gráfico 3 - Nº de oficinas e ourives por concelhos do distrito administrativo de Braga (1890)

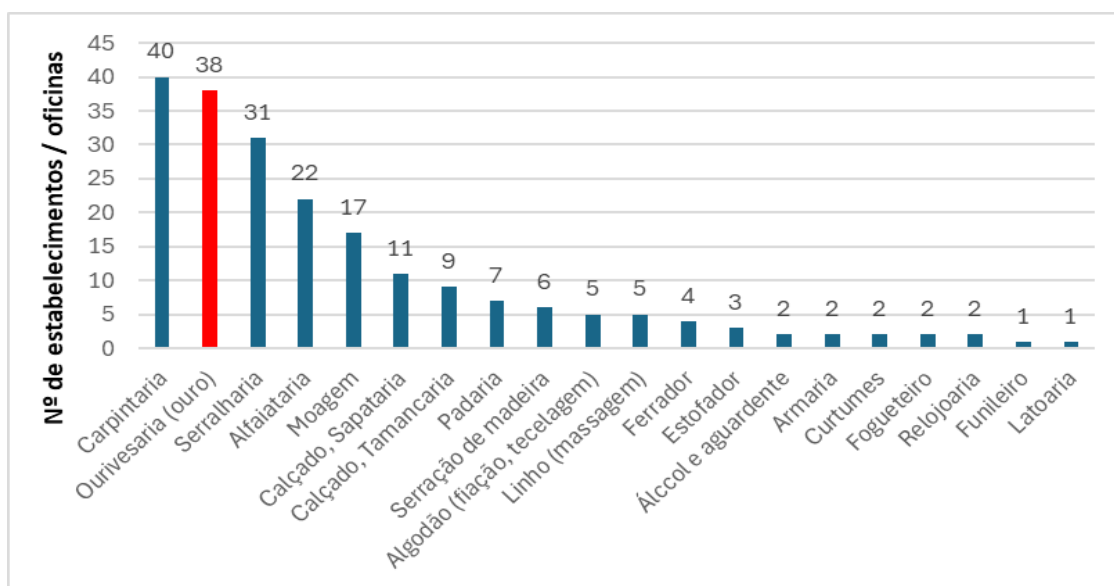


Fonte: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891. *Inquérito Industrial de 1890*

No que se refere ao número médio de ourives por oficina constata-se que as cidades do Porto, Gondomar e Braga apresentam uma maior concentração de mão de obra por unidade de produção, relativamente ao que acontece na Póvoa de Lanhoso. No Porto, trabalhavam em média 2,46 ourives por oficina, em Gondomar, 2,2, em Braga, 2,5 e na Póvoa de Lanhoso apenas 1,8. Este número sugere, desde logo, a hipótese de uma organização do trabalho mais dispersa nas aldeias do concelho lanhosense, espelhando talvez o peso que outro tipo de ocupações, como as atividades agrícolas, tinham para a reprodução económica das unidades familiares.

A importância do setor da ourivesaria da Póvoa de Lanhoso resulta igualmente evidente quando analisado no contexto das atividades económicas do concelho, quer quanto ao número de estabelecimentos (Gráfico 4), quer relativamente ao número de trabalhadores (Gráfico 5)⁴³.

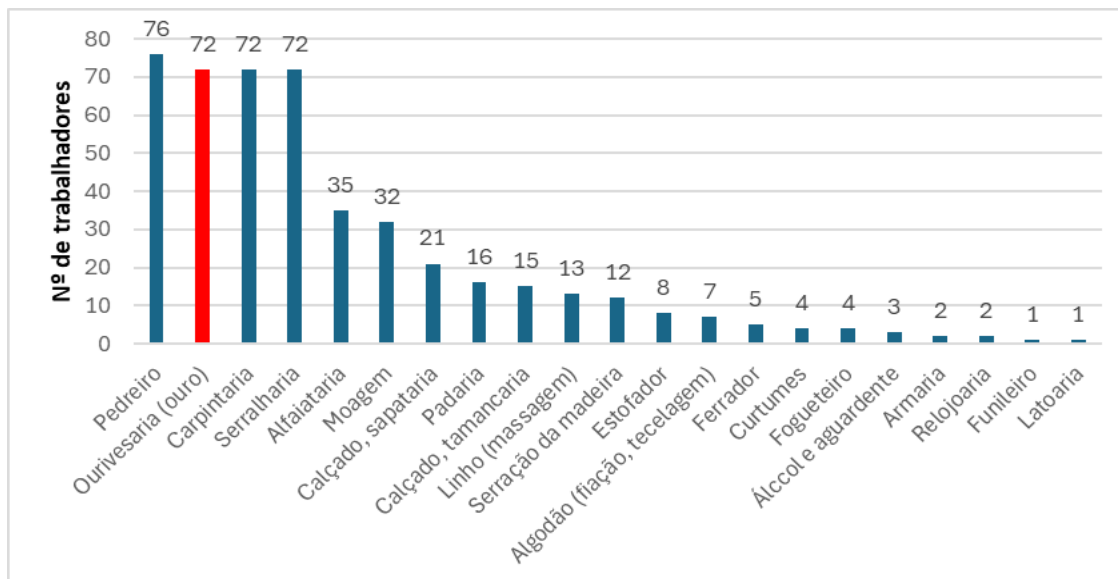
Gráfico 4 - Nº de estabelecimentos / oficinas por setores de atividade no concelho da Póvoa de Lanhoso (1890)



Fonte: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891. *Inquérito Industrial de 1890*

⁴³ Relativamente aos pedreiros não é apresentada informação relativamente ao número de oficinas, apenas quanto ao número de trabalhadores.

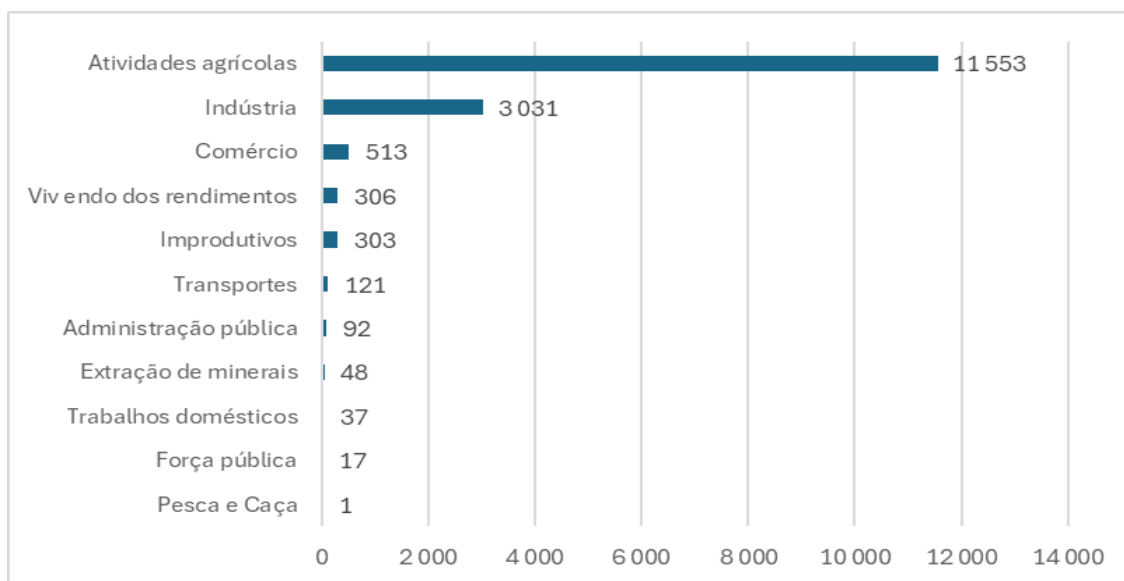
Gráfico 5 - Nº de trabalhadores por setor de atividade no concelho da Póvoa de Lanhoso (1890)



Fonte: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891. *Inquérito Industrial de 1890*

Ao agregarem-se os dados por categorias de atividade percebe-se que o setor da construção civil, englobando os pedreiros, carpinteiros e serralheiros, é, sem dúvida, o mais relevante. Além disso, não pode ser esquecido que estamos perante um concelho rural, sendo que as atividades agrícolas, não discriminadas no inquérito industrial, ocupam um lugar de inegável destaque, como nos demonstra o “Censo da população do reino de Portugal” (Gráfico 6), realizado no mesmo ano de 1890 (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria; Vol. III, 1896: 52).

Gráfico 6 - População de facto classificada segundo as grandes divisões profissionais no concelho da Póvoa de Lanhoso (1890)



Fonte: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1896. *Censo da população do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*. Vol. III.

A assimilação destes dados é importante no sentido de se entender que, apesar da ourivesaria possuir uma importância inegável no âmbito das atividades industriais, é um setor relativamente pequeno, quando comparado com o das atividades económicas ligadas à agricultura. De facto, teremos que testar, como veremos mais à frente, em que medida estas categorias económicas eram, ou não, estanques, na medida em que muitos indivíduos, sobretudo os ourives, poderiam combinar a sua prática industrial com a agricultura, numa pluriatividade típica de contextos proto-industriais, como atrás argumentamos.

1.4. A procura de adornos em ouro e o crescimento da atividade agrícola e da emigração para o Brasil – possíveis conexões

Se a proximidade a Braga e Guimarães terá tornado possível a emergência de núcleos rurais de ourivesaria na Póvoa de Lanhoso, a sua relevância está associada, igualmente, à importância económica e cultural secular que os adornos de ouro possuem na região minhota. Como sugere António Medeiros (MEDEIROS *et al.*, 2009: 16), parece que a produção dos ourives do norte do país estabilizou, no século XIX, em redor de alguns modelos de maior difusão popular no Entre Douro e Minho, região onde existem

evidências de uma expressiva predileção pelo uso do ouro desde, pelo menos, o século XVI (SOUSA, 1997: 25-26).

Este acervo de peças, designado por alguns como “ouro popular português” (MOTA, 2021: 9), e que se divide entre adornos de orelhas, colares, cordões e pendentes, adquiriu ao longo do tempo uma crescente coerência tipológica, formal e decorativa, mas foi apenas no século XIX, sobretudo na sua segunda metade, que se encontraram reunidas as condições económicas que permitiram que a procura por estes adornos crescesse.

Para António Medeiros, a riqueza e vitalidade de alguns elementos da cultura popular minhota desta época, como sejam o traje à lavradeira ou o referido ouro popular, não podem ser dissociados do crescimento económico experimentado pelo setor agrícola na segunda metade do século XIX, realidade que favoreceu os seus lavradores, nomeadamente daqueles ligados à produção de gado bovino (MEDEIROS *et al.*, 2009: 16).

De acordo com Amélia Branco e Ester Gomes da Silva, e apesar do setor agrícola continuar a comparar-se de modo negativo com outras economias europeias, a verdade é que o período situado entre a revolução liberal de 1820 e o fim da primeira república, em 1926, foi marcado pela evolução positiva do setor agrário, sendo que a produção, a produtividade e o emprego se mantiveram em patamares elevados. Esta evolução, contudo, não foi linear, apresentando o período situado entre 1870 e 1900 os melhores resultados em termos de crescimento económico (BRANCO & SILVA, 2017: 221).

Leonor Costa, Pedro Lains e Susana Miranda confirmam este mesmo cenário, adiantando que o produto agrícola nacional apresentou um crescimento anual de 1% ao ano, em termos reais, entre as décadas de 1850 e 1900, sendo que a produtividade do trabalho agrícola cresceu a taxas da ordem dos 0,6%-0,8% (COSTA *et al.*, 2014: 304).

Este cenário positivo refletiu-se no aumento das exportações de gado, um setor bastante lucrativo e concentrado nos distritos de Braga, Viana, Aveiro e Coimbra (MARTINS, 2005: 242), tendo como destino, sobretudo, Inglaterra. De facto, em 1847

havam sido enviadas para aquele país 548 cabeças de gado no valor de 17.500\$000 réis, enquanto que na década de 70 foram exportadas entre 15 a 20 mil cabeças por ano, resultando num valor superior a mil contos de réis (LIMA, 1878: 127).

Neste contexto, o valor da exportação de gado no total das exportações portuguesas subiu de 1,3% na década de 50, para 4,1% na década de 60 e 7,1% na década de 70. Nas duas décadas seguintes, as exportações de gado diminuíram, passando a representar 5,2% do total das exportações portuguesas na década de 80 e 1,7% na década de 90. Contudo, e apesar da quebra dirigida aos mercados externos, a produção de gado continuou a crescer de modo expressiva ao longo de toda a segunda metade do século XIX, passando de uma produção anual média de carne de bovino, na década de 60, de 17 mil toneladas, para as 21 mil e 500 toneladas em 1898 (LAINS, 1986: 399).

Este cenário poderá ter favorecido os lavradores minhotos, com rendimentos suficientes para animarem uma série de indústrias locais ligadas à confeção do traje, como a dos bordados e da tecelagem, o mesmo se passando com a ourivesaria. O traje à lavradeira de Viana (o chamado Traje à Vianesa), uma indumentária rica pela qualidade das matérias-primas empregues e pela minúcia com que são feitos os seus diversos componentes, adquiriu expressão precisamente na segunda metade do século XIX, altura em que começou a ser usado, em conjunto com uma série de peças de ouro, pelas mulheres de famílias de maiores posses nos momentos mais solenes e festivos do calendário.

Por outro lado, também as remessas enviadas pelo enorme contingente de minhotos emigrados para o Brasil na segunda metade do século XIX, tiveram um papel fundamental na capitalização da economia local, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento (MAIA, 2014: 336). Como referem Adília Fernandes e Odete Paiva (2009: 411), “O Minho terá sido a região portuguesa de onde saiu mais gente para o Brasil, desde a colonização até à emigração massiva do século XIX, tendo esta última alterado profundamente a face social e económica da região.” Em termos concretos, aliás, as remessas totais acumuladas dos emigrantes brasileiros deverão ter

representado um valor de cerca de 60 milhões de libras entre 1851 e 1891 (MATA & VALÉRIO, 1994: 155).

Este afluxo de capitais possibilitou a muitas famílias minhotas acederem a um rendimento que pôde ser investido em adornos de ouro, uma solução de entesouramento tradicional bastante eficaz, dada a sua liquidez, e que foi particularmente útil aquando da crise bancária de 1876, momento em que "(...) se assistiu a uma corrida aos bancos e a uma suspensão temporária da convertibilidade em ouro das notas do banco (...)." (MAIA, 2014: 338)

A capitalização da economia minhota, seja através do crescimento económico do setor agrícola ou das remessas enviadas pelos emigrantes brasileiros, terá desempenhado assim um papel instrumental no impulso conferido ao denominado "ouro popular português".

1.5 A ourivesaria popular portuguesa e a produção do núcleo de ourivesaria de Travassos

Segundo Rosa dos Santos Mota, fazem parte do conjunto original oitocentista da ourivesaria popular portuguesa, "(...) argolas, arrecadas e brincos de várias feições, colares de contas, cordões, colares de gramalheira, colares de corda, grilhões, trancelins, cruces de canevão e resplendor, cruces estampadas e ditas barrocas, cruces fundidas e de filigrana, relicários, conceições, corações barrocos, estampados e de filigrana, cruces de Malta, colares e medalhas de gramalheira, borboletas, laças, peças, medalhas, libras encastoadas e alfinetes de três libras." (MOTA, 2021: 10)

A relevância etnográfica destas peças, inclusive no contexto europeu, é evidenciada pela sua presença na monumental obra "História do Vestuário", de Auguste Racinet, publicada em 1888 em França. O VI volume da obra apresenta uma rica representação visual de grande parte do conjunto, incluindo corações, cruces, argolas, arrecadas e brincos, como se observa na seguinte imagem.

Figura 4 - Representação das principais peças da ourivesaria popular portuguesa da segunda metade do século XIX



Fonte: Racinet, A. (1888). *Le costume historique*. Vol. VI. Paris: Firmin-Didot et Cie

Estes artefactos tiveram um uso generalizado em todo o país, apesar de ser na região norte, e sobretudo na zona minhota, que mais se difundiram. Os postais ilustrados do século XIX e inícios do século XX retratam bem esta realidade, nomeadamente aqueles

dedicados a ilustrar os costumes regionais, onde o traje ourado assume uma notável expressão.⁴⁴

O conjunto de artefactos denominado de “ouro popular português” distingue-se por duas características fundamentais. Em primeiro lugar, pela significativa transversalidade social do seu uso⁴⁵ e, em segundo lugar, por constituir-se como um acervo de peças que concentram uma rede de significados de notável importância, não apenas económica, mas igualmente cultural. Deste modo, diversas são as referências a apontar para o significado pluridimensional destes objetos, constituindo-se como uma solução de entesouramento eficaz por parte dos núcleos familiares (CARVALHO, 1950: 185), como um importante símbolo do estatuto social das mulheres que os envergavam (COSTA, 1991: 35), como atributo fundamental da condição feminina (SOUSA, 1997: 25), possuindo um valor amulético de proteção contra os infortúnios (SOUSA, 2000: 40), apresentando ainda significados simbólicos ligados ao amor romântico (PEIXOTO, 1908: 555) ou funcionando como testemunhos de devoção religiosa (MOTA, 2021: 74).

É necessário considerar, assim, que a importância do ouro popular não reside apenas nos seus atributos físicos singulares, mas sobretudo na rede de significados que sobre eles foi sendo tecida pelos atores sociais. Constituem-se assim como um verdadeiro património intangível, uma manifestação cultural de notável dimensão imaterial.

A tipologia de peças fabricadas em Travassos na segunda metade do século XIX reflete o universo de adornos de uso pessoal que se tornaram emblemáticos sob a designação de “ouro popular português”. A este propósito, Rocha Peixoto oferece um retrato inestimável acerca do acervo de peças que tornaram os núcleos industriais de Travassos e Gondomar conhecidos durante o século XIX, no contexto do qual a técnica da filigrana assumiu um papel decisivo.⁴⁶ Relativamente aos adornos em ouro, Rocha Peixoto

⁴⁴No anexo 4 podem ser observados dois postais ilustrados do concelho de Viana do Castelo, de inícios do século XX, representando conjuntos de lavradoras com seus trajes ourados.

⁴⁵Dada a existência de peças com uma grande variedade de preços, dependendo do grau de incorporação de metais preciosos, das técnicas empregues e dos tamanhos específicos fabricados.

⁴⁶No anexo 2 podem ser consultados os desenhos de algumas das peças mais emblemáticas publicadas no artigo, “As filigranas”.

refere-se em concreto, e no que diz respeito aos adornos de orelha, às argolas, às arrecadas e aos brincos, mas também aos colares de contas, assim como a uma série de pendentes entre os quais avultam os corações, as cruzes ou os relicários (PEIXOTO, 1908: 546-566).

Os colares de contas e os outros adornos em filigrana parecem representar, pois, o núcleo central de peças produzidas historicamente em Travassos, encontrando-se referências datadas a estas mesmas tipologias.⁴⁷ Uma carta enviada pelo ourives feirante José Moreira Pinto de Carvalho (1806-1864) ao seu filho Luís, datada de 1857, refere, “Teu irmão Manuel está em Travassos, daqui distante 3 léguas, a aprender o ofício de ourives, que é filigrana e contas.” (SANTOS *et al.*, 2023: 257, 258)

Esta mesma realidade pode ser inferida através da análise do inventário por óbito de um dos ourives mais ricos de Travassos da segunda metade do século XIX, Luís Joaquim da Cruz, falecido em 1883⁴⁸. Na secção relativa à descrição dos seus bens móveis, é referido que possui instrumentos de produção de ourivesaria, como uma fieira, dois damasquilhos e dois carrinhos de puxar fio, tudo ferramentas e utensílios usados para adelgaçar o fio de ouro e assim dar origem à filigrana, bem assim como três embutideiras e um lote de embutidores, equipamentos e ferramentas usadas para o fabrico de contas.

A importância que o fabrico de contas e a produção de outras peças em filigrana detinha em Travassos é igualmente corroborada por dois documentos encontrados na Torre do Tombo. O primeiro, oriundo da repartição da contrastaria do Porto, datado de 1903, faz referência a um fio de contas fabricado em Travassos pelo ourives José Fernandes da Silva⁴⁹. O segundo, produzido em 1908, pertencente, por sua vez, à repartição da contrastaria de Braga, descreve um lote de 86 pares de argolas de filigrana fabricados pela oficina Carvalho e Filhos, também de Travassos⁵⁰.

⁴⁷No anexo 6 apresenta-se uma descrição detalhada do tradicional processo de fabrico de filigrana e de contas em Travassos.

⁴⁸ UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso, *Inventário por óbito de Luís Joaquim Cruz*.

⁴⁹ ANTT, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Contrastaria, *Punção falso apreendido (...)*.

⁵⁰ ANTT, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. *Artefactos de ourivesaria apreendidos (...)*.

Esta realidade é igualmente descrita pelos profissionais atuais, nomeadamente por aqueles que representam já a 4ª geração de ourives dentro do mesmo núcleo familiar, casos de Rosa Silva, Inês Barbosa ou Elsa Monteiro⁵¹, artesãs na faixa etária dos 50 e dos 60 anos de idade e que recordam que as argolas, as arrecadas, os brincos, as contas, assim como os corações, as cruces e os relicários constituíam, de facto, as peças mais emblemáticas da ourivesaria produzida em Travassos no passado. Este conjunto de peças é, aliás, frequentemente designado de *tradicionais*, para as distinguir de uma outra tipologia de peças, de design mais recente, denominada pelos mesmos artesãos de *contemporâneas*.

No sentido de detalhar com mais pormenor o acervo de peças produzidas em Travassos na segunda metade do século XIX, procurou-se informação junto dos arquivos das contrastarias responsáveis por marcar as peças produzidas naquela freguesia. Até 1882, ano em que as contrastarias municipais seriam extintas, as peças fabricadas pelos ourives de Travassos eram enviadas para os serviços de contrastaria de Braga ou Guimarães, não havendo notícia de que um serviço semelhante tenha alguma vez existido na Póvoa de Lanhoso. Apesar desta realidade, a verdade é que a documentação afeta às contrastarias municipais de Braga e Guimarães, e depositada nos respetivos arquivos municipais, não oferece qualquer informação sobre as tipologias de peças remetidas para as respetivas contrastarias, o mesmo acontecendo, aliás, com o polo da contrastaria de Braga da Casa da Moeda, criado naquela cidade por decreto datado de 1886.⁵²

Existe documentação na Torre do Tombo acerca das contas correntes mensais da receita e despesa desta repartição de Braga⁵³. No entanto, o primeiro ano para o qual existem registos desta natureza é o de 1896, uma data posterior ao período do estudo que se desenvolveu. Para além disso, e ao contrário do que acontece com as repartições do

⁵¹ Testemunhos recolhidos em 2022 aquando da realização do estudo tendente à inscrição da filigrana da Póvoa de Lanhoso no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

⁵² Ministério da Fazenda. *Decreto creando uma repartição de contrastaria na cidade de Braga*.

⁵³ ANTT, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. *Contrastaria de Braga, Contas Mensais da Receita e Despesa da Repartição*.

Porto⁵⁴ e Lisboa⁵⁵, não se encontraram os mapas de receita e despesa do polo de Braga, onde seria possível constatar o número de peças marcadas com a punção de garantia e o seu peso em gramas. Estes seriam sempre dados genéricos, porém, já que a informação, como se pôde observar a partir dos dados enviados peças repartições do Porto e Lisboa, não faz referência à tipologia de peças, apenas à quantidade total, e não se encontra desagregada ao nível da freguesia ou concelho.

Procurou-se, ainda, obter informação documental no Museu do Ouro, instituição sediada no local onde funcionou uma das mais antigas oficinas de ourivesaria de Travassos, pertença, na segunda metade do século XIX, do ourives Francisco António de Carvalho. Porém, um incêndio da primeira metade do século XX terá destruído, por completo, a antiga oficina e os seus registos documentais.⁵⁶

⁵⁴ ANTT, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Contrastaria do Porto, *Contas Mensais da Receita e Despesa da Repartição*.

⁵⁵ ANTT, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Contrastaria de Lisboa, *Contas Mensais da Receita e Despesa da Repartição*.

⁵⁶No anexo 7 é possível observar algumas fotografias do Museu do Ouro de Travassos

2. O setor da ourivesaria na freguesia de Travassos entre 1870 e 1895 – expressão e modelo organizativo

Neste capítulo procura-se compreender, em termos concretos, qual a relevância do setor da ourivesaria no contexto das atividades económicas da freguesia de Travassos, o observatório preferencial, e a sua evolução ao longo do período em análise, analisando o possível impacto da legislação controladora na realidade observada. Descreve-se ainda a organização do trabalho dos ourives, avaliando se pode ser enquadrada num modelo protoindustrial.

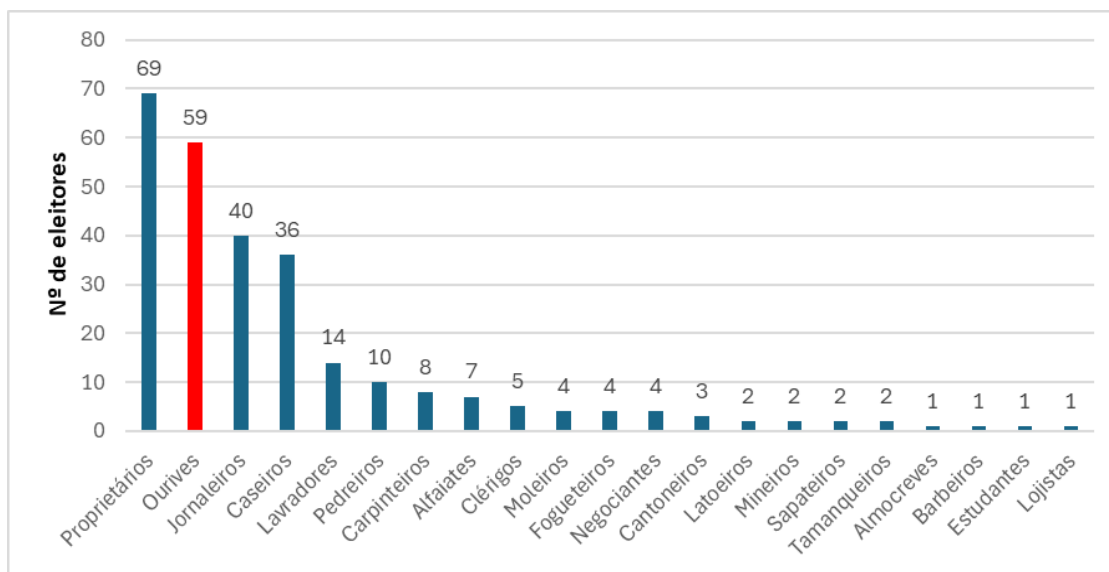
2.1. O peso dos ourives no contexto profissional da freguesia de Travassos (1870-1895)

Compreendido, no primeiro capítulo, o lugar de destaque que o concelho da Póvoa de Lanhoso detinha na produção de ourivesaria nacional na segunda metade do século XIX, assim como algumas das razões por detrás de tal proeminência, é tempo de aferir agora a relevância deste setor no contexto das atividades económicas da freguesia de Travassos, em concreto. De modo a atingir esse objetivo recorreu-se à análise sistemática de cinco conjuntos de fontes: os registos de batismo, os registos de casamento, os registos de óbito, os cadernos eleitorais e os livros do recenseamento militar, cujas características (valências e limites) foram definidas na Introdução. Em termos metodológicos, cada indivíduo identificado nestas fontes foi contabilizado apenas uma única vez, independentemente do número de vezes em que aparece registado. Cada indivíduo agregará informação que permitirá analisar as redes de sociabilidade em que se insere. Considera-se que tal procedimento permite obter um retrato mais aproximado da realidade. Assim, e apenas a título de exemplo, um ourives registado como pai de uma criança batizada uma única vez, terá o mesmo relevo estatístico que o de um proprietário que foi pai 5 vezes e que, apenas por esse motivo, é assinalado mais vezes.

Refira-se, ainda, que o número de ocupações registadas, através deste exercício metodológico, supera consistentemente o número de indivíduos identificados em cada uma dessas fontes, se tratadas individualmente. Esta discrepância resulta da pluriatividade em que incorriam os indivíduos da freguesia, sendo normal a mesma pessoa ser identificada por mais do que uma ocupação ao longo do período em estudo e de acordo com a fonte da informação. Um exemplo claro é o de alguns ourives que são igualmente designados como proprietários.

No caso dos cadernos eleitorais, este exercício foi realizado, por questões de representatividade, para o período posterior a 1878, na medida em que, recorde-se, até essa data as listas de eleitores eram unicamente constituídas pelos indivíduos com rendimentos líquidos anuais de 100 mil réis e maiores de 25 anos de idade. Servem assim, e até essa data, como um indicador de privilégio social e menos como uma ferramenta descritiva mais próxima do panorama socioeconómico da freguesia. Em 1878, contudo, com a reforma do sistema eleitoral, baixando a idade mínima de voto para os 21 anos, e podendo votar aqueles com uma renda mínima de 100 mil euros ou que, em alternativa, soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família, alargou-se consideravelmente o universo de pessoas abrangidas, sendo, portanto, e a partir dessa data, uma fonte muito mais representativa da realidade socioprofissional de Travassos. Da análise aos cadernos eleitorais obteve-se assim uma primeira radiografia da ocupação dos homens (Gráfico 7).

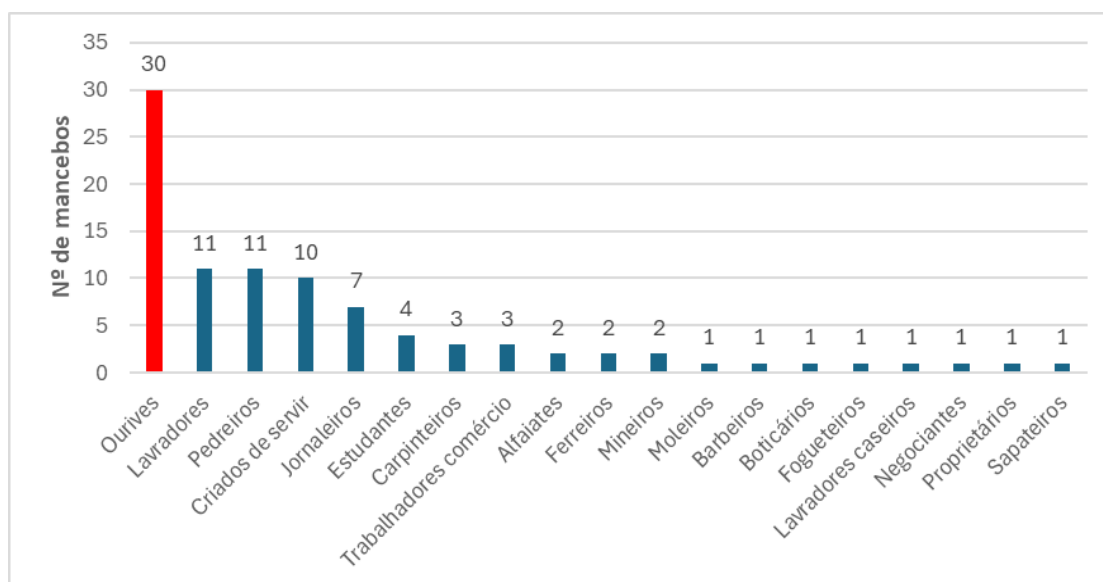
Gráfico 7 - Nº de eleitores, na freguesia de Travassos, por ocupação (1879-1895)



Fonte: AMPL, *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*.

Os livros do recenseamento militar, por sua vez, identificam uma faixa etária que não aparece registada nos cadernos eleitorais, já que abrange os mancebos com 20 anos, para lá daqueles com 21 anos de idade (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Nº de mancebos, na freguesia de Travassos, por ocupação (1870-1895)



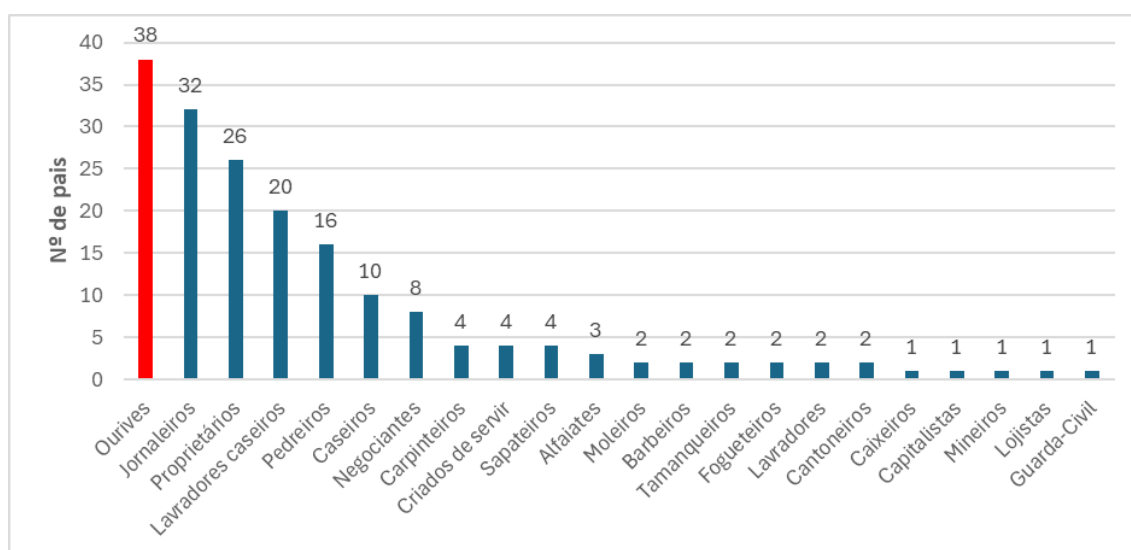
Fonte: AMPL, *Registo geral do recenseamento dos mancebos recrutados*.

A presença significativa de ourives em idade mais jovem sugere que a transmissão do saber-fazer se encontrava salvaguardada durante aquele período, continuando o ofício, mesmo que pudesse ser realizado, hipoteticamente e nalguns casos, em tempo parcial, a representar uma atividade económica viável para as novas gerações.

Para além dos cadernos eleitorais e dos livros do recenseamento militar, também os registos paroquiais são um indicador importante da importância dos ourives no contexto das atividades económicas da freguesia de Travassos, na medida em que a partir da década de 60 do século XIX as ocupações de alguns dos intervenientes nestes atos começam a ser registadas de modo sistemático. Embora os registos de casamento, batismo e óbito sejam fontes valiosas, é importante reconhecer as suas limitações, como largamente se justifica na Introdução, já que oferecem uma visão mais fragmentada da realidade do que outras fontes. Tal deriva do facto de apenas identificarem os indivíduos que se casaram, batizaram seus filhos ou faleceram num determinado período, significando isto que a informação obtida é mais casuística.

Relativamente aos registos de batismo, é possível discriminar os pais por tipo de ocupação entre 1870 e 1895, permitindo assim comparar a presença de ourives com o de outras categorias socioprofissionais (Gráfico 9).

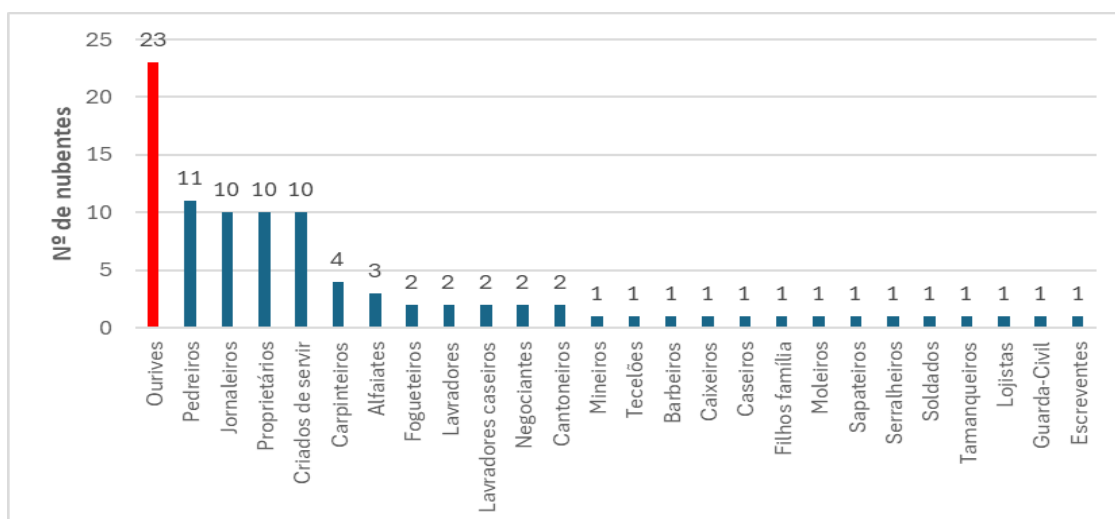
Gráfico 9 – Nº de pais de crianças, na freguesia de Travassos, batizadas por ocupação (1870-1895)



Fonte: UM-ADB, Paróquia de Travassos, *registo de batismos*.

Um exercício similar pode ser realizado para os registos de casamento, quantificando as ocupações dos noivos (Gráfico 10).

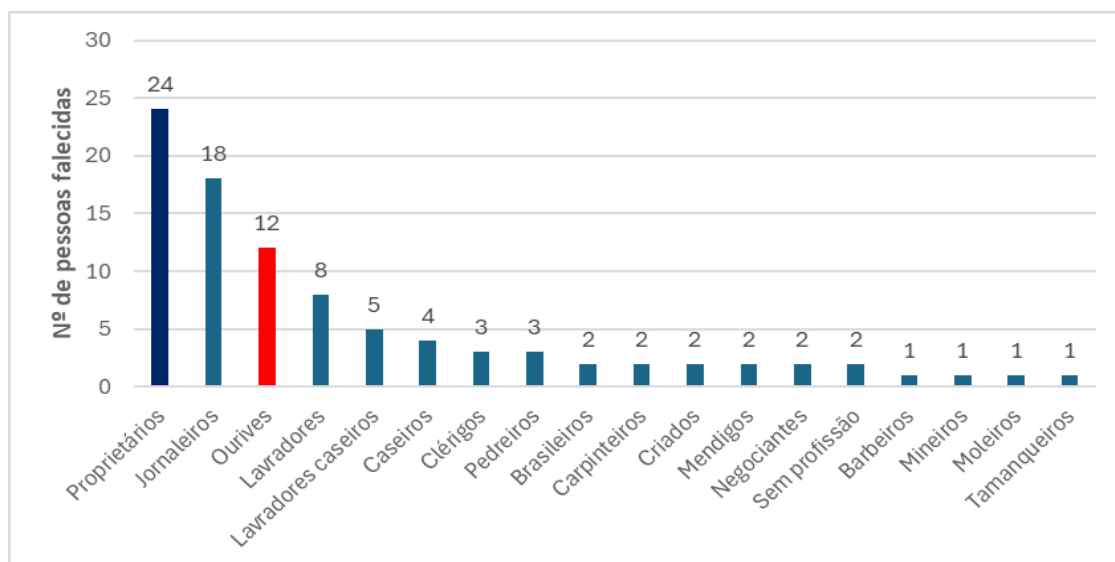
Gráfico 10 – Nº de noivos, na freguesia de Travassos, por ocupação (1870-1895)



Fonte: UM-ADB, Paróquia de Travassos, *registo de casamentos*.

Finalmente, os registos de óbitos fornecem os seguintes dados (Gráfico 11):

Gráfico 11 – Nº de óbitos, na freguesia de Travassos, por ocupação (1870-1895)



Fonte: UM-ADB, Paróquia de Travassos, *registos de óbitos*.

Estes resultados refletem o destaque inegável que o ofício de ourives detinha no contexto das atividades económicas da freguesia de Travassos, ocupando o primeiro lugar nos livros do recenseamento militar, nos assentos de batismo e nos assentos de casamento, o segundo lugar nos cadernos eleitorais e o terceiro lugar nos assentos de

óbito. Não obstante, devem ser encarados com muita prudência, considerando a sub-representação de outras atividades nas fontes, particularmente a agricultura.

Conforme concluído pelo Censo de 1890, a agricultura configurava-se como a principal atividade económica da Póvoa de Lanhoso, detendo uma hegemonia significativa sobre os demais setores. Essa característica intensifica-se em Travassos, em virtude de seu caráter predominantemente rural. É preciso levar em linha de conta, assim, que o trabalho agrícola era uma atividade que, em maior ou menor grau, permeava a vida económica de Travassos, sendo de considerar que os indivíduos com mais do que uma ocupação tenham optado, certas vezes, por figurar nas fontes com uma denominação profissional que lhes permitia se diferenciar socialmente, relegando assim para um plano secundário o trabalho da terra. Esta é uma hipótese que se procurará observar acerca dos ourives no sub-capítulo 2.3.3. Apesar da proeminência das atividades agrícolas, a ourivesaria ocupava o lugar cimeiro no que ao setor da transformação de matérias-primas diz respeito, Este é um dado extremamente relevante, pois denota o lugar central que a ourivesaria, mesmo que praticada a tempo parcial, ocupava na economia local, permitindo que muitas famílias auferissem um rendimento suplementar. Como referem R. Houston e K. Snell, “A proto-indústria ocorreu no campo entre camponeses e trabalhadores semi-proletarizados com necessidades de um complemento de rendimento” (HOUSTON & SNELL, 1984: 473).⁵⁷

2.2. A legislação sobre o ouro e a evolução do número de ourives

A relevância da ourivesaria para o panorama socioeconómico da freguesia de Travassos na segunda metade do século XIX é inegável. No entanto, para além de reconhecer a sua importância, é crucial analisar a evolução dessa atividade entre 1870 e 1895, perspetivando-a na sua dinâmica temporal. Apenas deste modo se conseguirá perceber se a extinção das contrastarias municipais, e a criação de contrastarias submetidas à autoridade de Casa da Moeda, assim como a uniformização dos toques do ouro e da

⁵⁷Tradução do autor

prata para todo o país, correspondeu a uma quebra no número de ourives em Travassos. Para se compreender a fundo a evolução do número de ourives é necessário conhecer, em primeiro lugar, o contexto legislativo aplicado aos metais preciosos naquele período, percebendo-se assim de que modo as leis em vigor impactaram ou não a realidade observada.

2.2.1. O contexto legislativo nacional

Importa assim detalhar os quadros legislativos prevaletentes relativamente à aferição e certificação da pureza das ligas metálicas empregues na confeção de peças de ourivesaria em Portugal, na medida em que estas leis serviram para controlar a produção tendo em vista a proteção dos consumidores. A obrigatoriedade de marcação das peças de ourivesaria portuguesas foi recuperada no reinado de D. Pedro II, depois de ter sido abandonada durante o domínio filipino, tendo ficado estabelecido, a partir de 1688, que todas as joias de ouro deveriam conter um teor mínimo de vinte quilates e meio, ou seja, a liga metálica com que eram fabricadas teria que conter um mínimo de 87,5% em ouro puro (SANTOS, 2007: 51). No ano seguinte, por sua vez, e através do Regimento de 13 de julho de 1689⁵⁸, seria regulamentado o modo como aquela determinação legal seria controlada na cidade de Lisboa e em 1690, por decreto de 11 de setembro, estender-se-ia essa mesma regulamentação a todo o país (SANTOS, 2007: 52).

Deste modo, foi determinada legalmente a criação de contrastarias de âmbito municipal, prevendo-se a criação do cargo de ensaiador, também de nomeação municipal, sendo este a pessoa responsável por testar (ensaiar) as peças e verificar se elas cumpriam com o teor de ouro exigido por lei. As peças conforme a lei teriam que ser puncionadas com a marca do ensaiador, servindo como uma certificação de garantia da qualidade da peça junto dos consumidores. A mesma legislação previa que os ourives teriam também de marcar as suas peças com a marca do fabricante, tornando possível

⁵⁸SENADO, *Regimento pelo qual se governem os Ensaiaadores, como os Ourives (...)*.

rastrear a origem da peça. Deste modo, as peças colocadas à venda teriam de conter sempre uma dupla certificação; da oficina e do ensaiador. As marcas dos ensaiadores e dos ourives seriam registradas, por sua vez, nos senados das respectivas câmaras.

Foi com base nesta legislação que o controlo da qualidade das peças foi efetuado até 1882, ano em que os contrastes municipais, bastantes descredibilizados, seriam extintos. No preâmbulo do decreto de 10 de Agosto de 1881, que veio uniformizar, durante o reinado de D. Luís I, os toques de ouro e prata para todo o território nacional, refere-se que a Câmara Municipal do Porto, a Associação dos Ourives e Artes Anexas e a Sociedade Aurífera, se queixavam, "(...) dos prejuízos que têm sofrido e do estado de decadência em que se acha a indústria da ourivesaria, em consequência da irregularidade dos toques dos artefactos de ouro e prata, e da falta de garantia nas marcas de toque, sendo por estas causas preferidas as obras francesas." (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1881: 208)

Este cenário impulsionou o fabrico de "(...) obras de ouro e prata de toques arbitrários, sendo marcadas nas contrastarias sem rigor nem distinção (...)", levando os consumidores a rejeitar, "(...) com receio de fraude, os artefactos nacionais, [preferindo] os estrangeiros que são garantidos pela igualdade e absoluta regularidade dos toques." (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1881: 208)

É na sequência destes protestos que são definidos, pela primeira vez durante o regime liberal, os toques das ligas de ouro e prata empregues na feitura de peças. Assim, e relativamente ao ouro, foram previstos os toques de 800 milésimos e de 916 milésimos, significando isto que as ligas das peças de ouro tinham de ser formadas com 800‰ ou 916‰ de ouro, podendo o restante ser composto por outros metais, como a prata ou o cobre. Esta condição tinha obrigatoriamente de ser cumprida para que a peça fabricada pudesse ser marcada com a punção do ensaiador, garantindo-se a pureza da liga metálica.

Pela lei de 27 de julho de 1882⁵⁹, por sua vez, seriam extintos os contrastes municipais, passando o serviço de contrastaria a ser realizado pela Casa da Moeda, prevendo-se a criação das repartições de contrastarias nas cidades de Lisboa e do Porto. O toque legal seria garantido, portanto, pela marca do respetivo contraste, enquanto a responsabilidade do fabricante seria garantida pela marca da fábrica (oficina).

A criação da contrastaria do Porto, contudo, não serviu os interesses dos ourives do distrito de Braga, na medida em que as deslocações até à cidade invicta para marcar as peças representavam um custo acrescido. Nesse sentido, os ourives do distrito de Braga e Viana do Castelo solicitaram a criação de uma contrastaria em Braga, de modo a, “(...) evitar os incómodos e prejuízos que sofrem em consequência de terem de mandar os seus artefactos à repartição de contrastaria do Porto, a fim de serem ensaiados e marcados.” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1886: 442)

Foi na sequência dessa pretensão que foi estabelecida, em 1887, a repartição da contrastaria de Braga, que iria funcionar até 1911, altura em que seria extinta. A obrigatoriedade de marcação das peças em Braga, no entanto, levantou uma forte contestação junto dos ourives e negociantes vimaranenses, assim como dos núcleos rurais de produção de ourivesaria vizinhos que mantinham relações comerciais preferenciais com a cidade de Guimarães. Neste sentido, e segundo António Amaro das Neves, seria enviada, ainda em 1886, uma petição ao rei por parte dos ourives negociantes e fabricantes dos concelhos de Guimarães, Fafe, Cabeceiras de Basto e das freguesias de Travassos, Oliveira, Taíde e Campo, do concelho da Póvoa de Lanhoso, suplicando que fosse criado um serviço de contrastaria na cidade de Guimarães⁶⁰. Tal pretensão, no entanto, não viria a ser atendida.

Não há conhecimento da existência de um serviço de contrastaria na Póvoa de Lanhoso. Laurindo Costa refere que só terão existido nas cidades de Lisboa, Porto, Braga, Guimarães, Coimbra, Évora, Setúbal e Beja (COSTA, 1920: 75). Deste modo e até à

⁵⁹Ministério da Fazenda, *Lei subordinando à casa da moeda o serviço de contrastaria (...)*.

⁶⁰Esta informação foi obtida no blogue “Araduca”, de autoria de António Amaro das Neves, no seguinte endereço: <https://araduca.blogspot.com/2013/09/efemeride-do-dia-o-contraste-entre.html> (acesso a 8 de julho de 2024).

criação da contrastaria na cidade do Porto, as peças fabricadas na Póvoa de Lanhoso eram enviadas, de modo a serem punccionadas, para os contrastes de Braga ou de Guimarães. Após a extinção dos contrastes municipais, as peças provenientes dos ourives da Póvoa de Lanhoso chegaram a ser enviadas para a cidade do Porto e, a partir de 1887, para a cidade de Braga.

Segundo Rocha Peixoto (PEIXOTO, 1908: 571), o núcleo industrial de Travassos havia prosperado, em boa medida, devido ao fabrico de peças com ligas metálicas com um teor de ouro inferior ao determinado legalmente, uma realidade à qual os contrastes municipais não conseguiam pôr cobro, o que garantia aos ourives, e aos comerciantes destas peças, significativos lucros.

Nas palavras de Rocha Peixoto, situações fraudulentas existiram, com benefícios iniciais que acabaram em desgraça: “A formação das ligas, entre nós como em toda a parte onde se manufactura o ouro, dava o ensejo primacial para a espoliação. Conta-se que em Travassos um mestre, a um tempo fabricante e mercador, conduzia as argolas ao contraste, o qual as legalizava firmando a punção, como era da praxe, no arco que directamente atravessa o lóbulo da orelha. Contrastadas as peças volvia à oficina e cuidava imediatamente de lhes amputar os componentes, que eram de mais vulto e de bom ouro, substituindo-os por outros de ouro baixo onde o cobre assistia em grande parte. Assim vinham depois para o mercado. E a verdade é que alcançou basto dinheiro, comprando muitas terras no lugar e despendendo grandes somas com amores. (...) Veio, porém, o descalabro da indústria para o qual também concorrera a sua insaciedade e fraudulagem. E o homem morreu mísero, acudindo-se-lhe com subscrições benemerentes para o tratamento como enfermo e para a morte!” (PEIXOTO, 1908: 572)

A imposição e uniformização de toques de ouro para todo o país, efetuada em 1881, e o maior controlo exercido sobre os adornos comercializados por parte das modernas contrastarias, teria, segundo o autor, provocado a falência de muitas oficinas de ourivesaria, incapazes agora de concorrer no mercado.

Rocha Peixoto traça o mapa desse declínio na altura em que escreve, corria o ano de 1908, “Entretanto a indústria fora próspera. Contavam-se, em Travassos, oficinas com

seis, dez e dezasseis operários, nenhum amealhando consideravelmente, mas mantendo-se num grato desafogo. As flutuações da moda, porém, e o moderno regime das contrastarias, impedindo o fabrico com ouro baixo e conseqüentemente os lucros advindos duma fraude desconhecida ou tolerada, iniciou a ruína (...)” (PEIXOTO, 1908: 571).

Ruína que teria sido completa, se, segundo o mesmo autor, a moda recente das contas em filigrana, juntamente com o consumado gosto popular pelas cruces e os corações, não tivesse garantido um certo rejuvenescimento do número de ourives, apesar de, “(...) não constar, nomeadamente em Lanhoso, que aos novos incitamentos acoressem aderentes em número superior aos que outrora se contavam” (PEIXOTO, 1908: 576).

O panorama apresentado por este investigador é, assim, o de uma tendencial decadência, iniciada no princípio da década de 80 do século XIX com o moderno regime das contrastarias, movimento que teria sido contrariado, apenas parcialmente, com o aumento da procura por contas em filigrana, mais para o final do século. As páginas seguintes procurarão aferir se esta tendência é real, mas de momento existem indicadores de que a atividade era dinâmica.

Com efeito, a perseverança do setor da ourivesaria em Travassos parece poder decorrer, certamente, da existência de uma procura, sustentada ao longo da segunda metade do século XIX, por adornos de ouro, procura essa que continuava a ser satisfeita, pelo menos em parte, com recurso a práticas não legais, ao arrepio dos objetivos da nova legislação. Apesar da uniformização dos toques para todo o país, e a criação das contrastarias sob alçada da Casa da Moeda, os ourives continuavam a tentar iludir o sistema, procurando assim obter lucros ilícitos.

Alguns documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo confirmam esta ideia para Travassos. Em 1903, por exemplo, o ourives José Fernandes da Silva, de Travassos, procedeu à venda de um fio de contas a um negociante de ouro do Porto que, desconfiado, solicita à contrastaria daquela cidade que avalie a peça, tendo-se concluído

que a punção da contrastaria de Braga, que esta apresentava, era nitidamente falsa⁶¹. Ou seja, a peça nunca tinha sido certificada pela contrastaria de Braga, provavelmente porque a liga metálica com que as contas tinham sido fabricadas continham um teor de ouro muito inferior ao exigido por lei.

Mas este não é caso único. Em 1908, por sua vez, um lote de argolas de filigrana da oficina Carvalho & Filho, com destino a uma ourivesaria de Elvas, foi apreendido pela contrastaria de Braga pelo facto daquelas peças não conterem a marca dessa mesma repartição, não podendo assim entrar no circuito comercial.⁶² Ao invés, as peças estavam marcadas com uma marca de garantia e outra de fabricante que eram desconhecidas da contrastaria bracarense. Apesar destas evidências, e para surpresa dos serviços da contrastaria, o procedimento criminal então iniciado contra a oficina seria indeferido pelo juiz da comarca da Póvoa de Lanhoso e os bens apreendidos tiveram de ser devolvidos aos ourives.

Estes factos sugerem que os ourives, mais de 20 anos depois das leis que uniformizaram os toques do ouro a nível nacional e deram origem às contrastarias dependentes da Casa da Moeda, continuavam a adotar comportamentos que desvirtuavam o espírito daquelas normas legais. Consequentemente, é preciso levar em linha de conta que a legislação, embora defina normas e imponha sanções, não determina o comportamento das pessoas. Nestes casos em concreto, foi possível observar como as oficinas tentavam enganar ou subtrair ao controlo da contrastaria as peças fabricadas. Neste sentido, a afirmação de Rocha Peixoto de que o "moderno regime das contrastarias" reduziu o número de ourives precisa de ser questionada. Como veremos, as fontes consultadas não comprovam essa suposta redução, facto que pode estar ligado, pelo menos em

⁶¹ANTT, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Contrastaria, Punção falso apreendido (...).

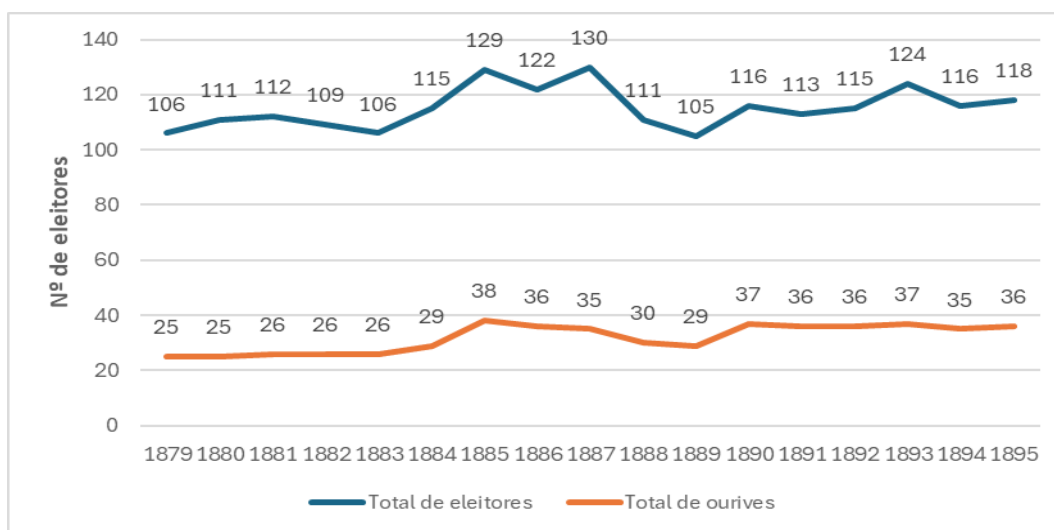
⁶²ANTT, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Contrastaria, Artefactos de ourivesaria apreendidos (...).

parte, à ineficácia da nova legislação perante os comportamentos adotados pelos ourives que, apesar de pouco éticos, lhes continuavam a garantir lucros interessantes.

2.2.2. A evolução do número de ourives de Travassos (1870-1895) – um universo resistente

De modo a aferir a linha evolutiva do número de ourives entre 1870 e 1895 recorreu-se aos cadernos eleitorais, aos livros do recenseamento militar e aos registos de casamento. Não foram utilizados, neste contexto, os registos de batismo, por se considerar que esta fonte não é pertinente para analisar a evolução do número de indivíduos por categoria profissional, pois que a frequência com que um indivíduo surge nesses registos encontra-se unicamente dependente da quantidade de filhos que tem, o que representa um risco claro de distorção da representatividade das diversas categorias socioprofissionais. Assim, e relativamente aos cadernos eleitorais, foram obtidos os resultados que se apresentam no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Evolução do nº de ourives no universo de eleitores, na freguesia de Travassos (1879-1895)

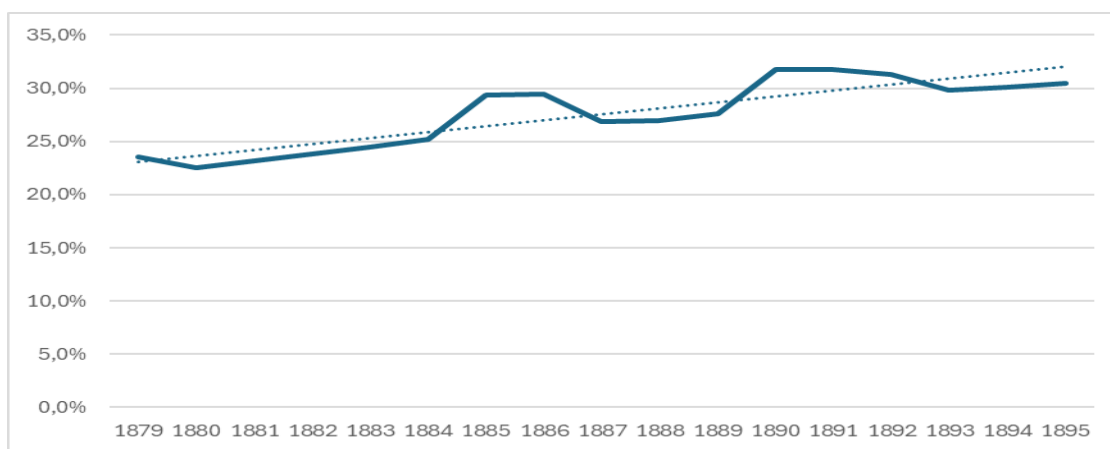


Fonte: AMPL, *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*. Apêndice H.

Comparando, percebe-se que o número médio de ourives existentes até 1882 é de 25,5, enquanto, posteriormente, ascende aos 33,8. É certo que se observa um abaixamento entre 1885 e 1889, mas esse fenómeno parece corresponder à diminuição do número de eleitores verificado igualmente nesse período. A linha de tendência relativamente

aos ourives é também positiva, denotando um crescimento sustentado ao longo do tempo. Neste sentido, torna-se interessante apresentar a evolução do peso percentual dos ourives no universo dos eleitores, já que confirma claramente a tendência de crescimento da importância relativa destes artífices no contexto económico da freguesia de Travassos (Gráfico 13).

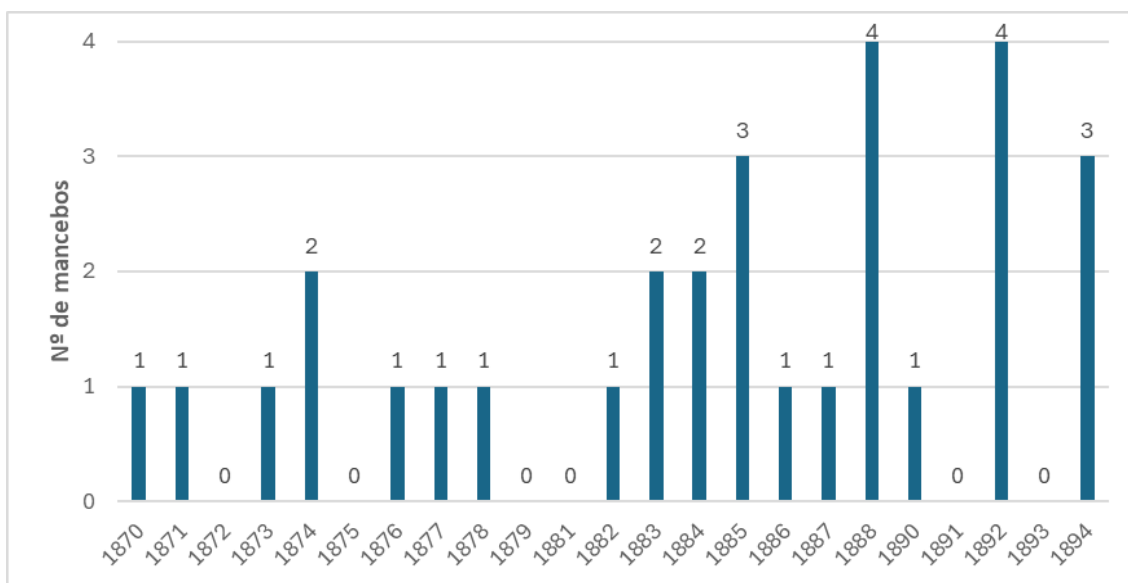
Gráfico 13 – Evolução da percentagem de ourives no universo de eleitores, com linha de tendência, na freguesia de Travassos (1879-1895)



Fonte: AMPL, *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*

Relativamente aos livros do recenseamento militar, por sua vez, os resultados obtidos encontram-se refletidos no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Distribuição anual dos mancebos ourives presentes nos livros de recenseamento militar, na freguesia de Travassos (1870-1895)

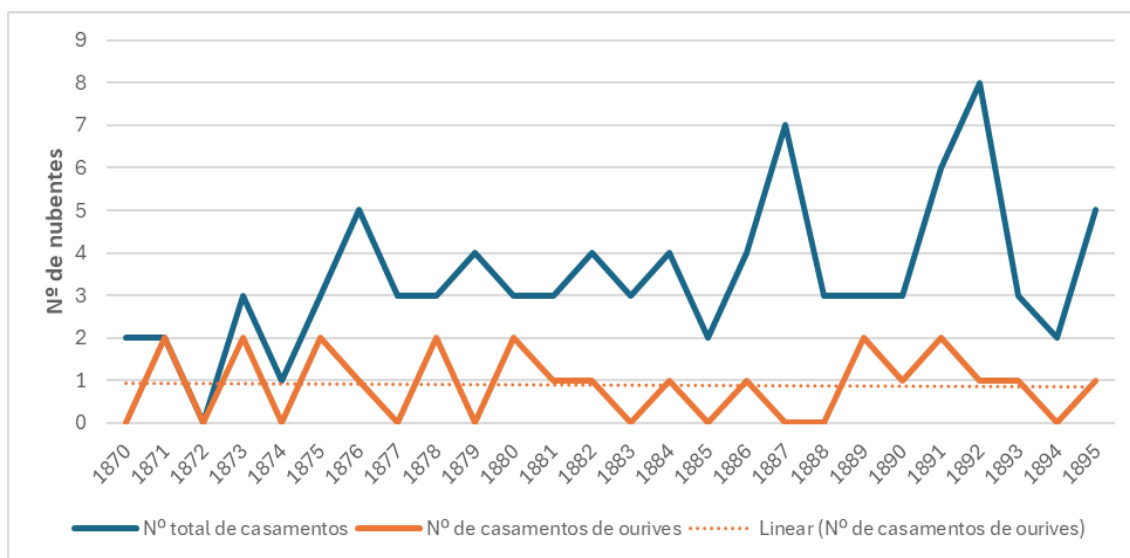


Fonte: AMPL - *Registo geral do recenseamento dos mancebos recrutados*. Apêndice I.

Apesar do reduzido número de mancebos recenseados anualmente, percebe-se que não existe uma quebra no número destes profissionais mais jovens ao longo dos anos, sendo de considerar, inclusive, que os anos onde mais ourives são inventariados (1885, 1888, 1892 e 1894) correspondem a uma época posterior às reformas legislativas que criaram as contrastarias dependentes da Casa da Moeda e à fixação de um teor mínimo de ouro nas ligas metálicas. Este fenómeno é bastante significativo, refletindo a transmissão intergeracional do saber-fazer do fabrico de ourivesaria e o potencial de crescimento que o setor então apresentava, aparentemente alheio às mudanças legislativas que iam sendo operadas. É evidente que um surto de mortalidade poderia ter interrompido essa cadeia, mas não parece o ocorrido.

Apenas nos dados obtidos para os registos de casamento se observa uma linha de tendência para os ourives com uma evolução ligeiramente negativa, contrariando a orientação positiva do número de casamentos (Gráfico 15). Até 1882 existe uma média de um casamento de um ourives por ano, enquanto a partir dessa data, e até 1895, a média desce para 0,7.

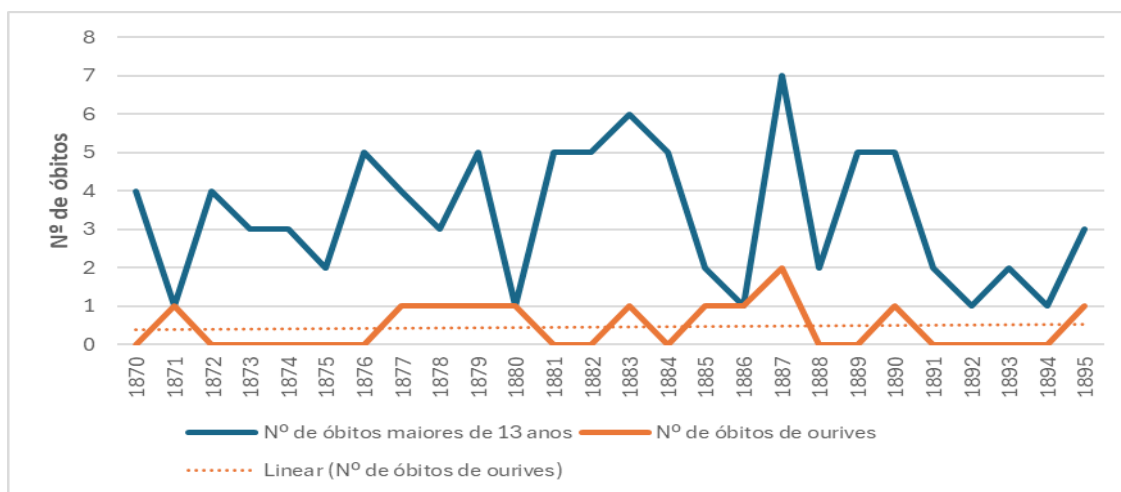
Gráfico 15 – Evolução do nº de nubentes ourives no universo de casamentos com linha de tendência, na freguesia de Travassos (1870-1895)



Fonte: UM-ADB, Paróquia de Travassos, *registos de casamentos*. Apêndice B.

Finalmente, a linha evolutiva do número de ourives nos assentos de óbito é conforme se apresenta no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Evolução do nº de ourives no universo de óbitos de homens maiores de 13 anos de idade com linha de tendência, na freguesia de Travassos (1870-1895)



Fonte: ADB-UM, Paróquia de Travassos, *registro de óbitos*. Apêndice B.

A análise do número de ourives identificados nos cadernos eleitorais revela uma clara tendência crescente, o que deve ser valorizado pela forte representatividade da fonte, o mesmo sucedendo, apesar do universo mais reduzido, nos livros do recenseamento militar. Mesmo os números obtidos nos registos de casamento oferecem-nos um

panorama estável, apesar da ligeira tendência decrescente. Os registos de óbito, por sua vez, tornam a apresentar uma linha evolutiva praticamente invariável, apesar de apenas ter sido registado o óbito de 12 ourives durante o período em análise.

Os dados observados, e ao contrário do defendido por Rocha Peixoto, não parecem assim apontar para uma quebra no número de ourives nos anos posteriores à publicação da legislação sobre o moderno regime de contrastarias, tendo-se observado mesmo uma tendência sólida de crescimento nos cadernos eleitorais, talvez a fonte mais representativa, devido ao tamanho do universo registado e aos critérios subjacentes à inscrição dos eleitores naquelas listagens.

Sublinhe-se que a evolução positiva no número de ourives é tanto mais expressiva quando comparada com os dados dos censos da população do reino, que apresentam um decréscimo na população de Travassos de 15% entre 1864 (ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, 1868: 46) e 1890 (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, 1896: 80-81), passando de um total de 723 habitantes para 585. É preciso dizer que já antes da reforma das contrastarias, diversos fabricantes se queixavam da crise do setor, um facto que atribuíam à forte concorrência das peças francesas ou à ineficácia das contrastarias municipais, como referido por um fabricante bracarense no Inquérito Industrial de 1881 (COMISSÃO CENTRAL DIRETORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL, 1882: 184). O discurso da crise do setor da ourivesaria é assim um discurso prevaemente ao longo de toda a segunda metade do século XIX, antes e depois da criação das contrastarias dependentes da Casa da Moeda, mas que os dados encontrados para Travassos desmentem, pelo menos no que ao número de artesãos diz respeito. Neste sentido, é revelador que em 1907, um anos antes da publicação do estudo de Rocha Peixoto, o escritor e jornalista Paixão Bastos considerasse Travassos como um polo de fabrico de filigrana de importância nacional (MOTA, 2011: 17).

2.2.3. A emigração dos ourives de Travassos

No sentido de se avaliar se a emigração representou uma alternativa de sobrevivência para os ourives de Travassos perante a crise descrita por Rocha Peixoto, analisaram-se igualmente os registos de passaporte, uma fonte importante no contexto da emigração para o Brasil, um fenómeno social de avultada importância histórica no Minho durante

o século XIX, como atrás referido. Com esse objetivo, analisaram-se os registos de passaportes existentes no Arquivo Distrital de Braga entre os anos de 1870 e 1895⁶³, obtendo-se os resultados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1– Nº de ourives emigrados no universo de emigrantes de Travassos maiores de 16 anos de idade (1870-1895)⁶⁴

Anos	Nº de ourives emigrados	Nº total de emigrantes
De 1870 até 1882	6	35
De 1883 a 1895	9	55

Fonte: UM-ADB, Governo Civil de Braga. *Registo de passaportes*

Como se pode observar pela tabela, não é possível concluir que existiu um aumento significativo da emigração após as reformas legislativas que incidiram sobre o setor da ourivesaria no início da década de 80. Assim, e se até 1882 a média de emigrantes ourives é de 0,5, no período posterior é de 0,6, números muito baixos quando comparados com o universo de ourives da freguesia e com o verificado com outras ocupações profissionais. No seu conjunto, apenas 13 ourives emigraram durante os 25 anos analisados, sendo que um deles, Gabriel Barbosa Vieira, efetuou três viagens ao Brasil naquele período. Para além disso, um estudo mais detalhado dos dados da emigração, através do cruzamento de informações com outras fontes, revela que 10 dos 13 ourives emigrados retornaram a Portugal pouco tempo depois, o que corresponde 76,9% dos casos. A listagem dos ourives emigrados, todos com destino para o Rio de Janeiro, é a que consta na Tabela 2.

⁶³UM-ADB, Governo Civil de Braga. *Registo de passaportes*.

⁶⁴Os registos de passaportes apresentam lacunas. Em 1871 só constam dados até 11 de abril, não existindo informações para 1872. Em 1873, por sua vez, só se encontram registos de passaportes a partir de 30 de outubro. Finalmente, existe mais uma lacuna entre 2 de novembro de 1892 até 3 de outubro de 1893.

Tabela 2 – Ourives, da freguesia de Travassos, emigrados para o Brasil (1870-1895)

Nome do ourives	Idade	Ano (s)	Regresso
Gabriel de Barbosa Vieira	31, 38, 47	1871, 1878, 1887	Sim
José António de Almeida	25	1874	Sim
António Augusto da Cruz Braga	44	1875	Não
Joaquim Pereira Rodrigues	44	1876	Sim
João António dos Santos	27	1880	Sim
Cândido José da Cruz	44	1883	Sim
José Vieira Rodrigues	45	1883	Sim
Gaspar Rebelo de Sousa	44	1885	Sim
Bernardino José da Cruz	33	1887	Sim
José Joaquim Vieira	46	1887	Não
Luís António da Silva	35	1888	Sim
Eduardo José de Lima Trindade	22	1891	Não
Luís José da Silva Matos	31	1891	Sim

Fonte: UM-ADB, Governo Civil de Braga. *Registo de passaportes*

Da análise da tabela ressalta o facto de 8 dos 13 ourives emigrados constarem do universo de eleitores registados anteriormente à reforma legislativa de 1878, condição que previa a posse de um rendimento líquido anual de pelo menos 100 mil réis, como referido atrás⁶⁵. Neste sentido, é significativo que a emigração se tenha constituído como uma opção para aqueles indivíduos com maiores rendimentos. Estes resultados são consistentes com a literatura existente sobre o assunto, na medida em que a

⁶⁵ São eles, Gabriel de Barbosa Vieira, António Augusto da Cruz Braga, Joaquim Pereira Rodrigues, João António dos Santos, José Vieira Rodrigues, Bernardino José da Cruz, José Joaquim Vieira e Luís António da Silva. Irá explorar-se a questão das diferenças de rendimento entre os ourives no capítulo seguinte.

emigração era um privilégio que estava unicamente ao alcance das famílias que podiam pagar a viagem, fosse a pronto ou a crédito, ao passo que as famílias mais pobres participavam das migrações internas, sobretudo para as grandes cidades, onde os salários, contudo, eram três a quatro vezes menores daqueles praticados no Rio de Janeiro (LEITE, 1987).

A concentração de emigrantes na faixa etária entre os 20 e os 40 anos, indica que a emigração dos ourives se fazia em idade ativa, representando uma estratégia de enriquecimento num país, como se verá mais adiante, com uma forte apetência pelo consumo da ourivesaria nacional. Não se sabe, contudo, se estes ourives iam praticar o seu ofício para o Brasil, ou optavam por se dedicar a outras atividades económicas. A elevada taxa de retorno, contudo, levanta algumas questões. Seria a emigração um expediente a que alguns ourives recorriam quando os ganhos obtidos em Portugal não correspondiam às suas expectativas? O caso do ourives Gabriel Barbosa Vieira é, a este título, bastante sugestiva, tendo efetuado 3 viagens para o Brasil nas décadas de 70 e 80. Sem dados que permitam aprofundar esta questão, deixa-se a interrogação em aberto por agora.

Por outro lado, foi igualmente possível detetar a emigração de filhos menores de ourives, mais precisamente com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos. No total, 10 rapazes emigraram para o Brasil entre 1870 e 1895, o que sugere que mesmo nas famílias de ourives a emigração dos mais novos era considerada uma opção compensadora. Os nomes destas crianças e jovens encontram-se identificados na Tabela 3.

Tabela 3 - Filhos de ourives, da freguesia de Travassos, emigrados para o Brasil (1870 - 1895)

Nome	Idade	Nome do pai	Ano da emigração
José Augusto da Cruz Braga	12	António Augusto da Cruz Braga	1874
João Alfredo de Matos Vieira	13	José Joaquim Vieira	1881
António Joaquim Costa	15	João António da Costa	1883
José Bernardo	11	Serafim José da Silva	1885
João da Costa Macedo	12	Manuel J. Lopes de Macedo	1890
José Maria da Costa	16	João António da Costa	1890
Joaquim José de Matos Vieira	15	José Joaquim Vieira	1891
Álvaro dos Santos	12	João António dos Santos	1891

José Barbosa da Silva	10	Luís Barbosa da Silva	1893
Aristides Matos Cruz	13	João Manuel da Cruz Júnior	1894

Fonte: UM-ADB, Governo Civil de Braga. *Registos de passaportes*

Mais uma vez, os dados constantes da tabela são bastante reveladores, indicando que a decisão de enviar os filhos para o Brasil é adotada, sobretudo, pelos núcleos familiares de ourives de maiores rendimentos, como ilustram os casos dos filhos de João António da Costa e de João Manuel da Cruz Júnior, dois ourives com capacidade financeira para serem elegíveis para deputados, mas também os casos dos filhos de Manuel Joaquim Lopes de Macedo, José Joaquim Vieira, João António dos Santos e Serafim José da Silva, todos eles com capacidade eleitoral previamente à reforma de 1878 e, portanto, com rendimentos superiores a 100 mil réis anuais. Fica mais uma vez em aberto a questão de se saber se estes jovens já dominavam o ofício de ourives e se o iriam praticar para o Brasil. Do que não há dúvida é que mesmo entre os ourives mais afortunados economicamente a emigração dos seus filhos era uma estratégia a que recorriam para aumentar o pecúlio familiar.

Refira-se, por último, que os dados apurados fazem referência unicamente à emigração legal, faltando um estudo que permita aferir a relevância da emigração clandestina junto do grupo socioprofissional dos ourives, um expediente adotado com alguma frequência pela população masculina para fugir ao serviço militar (RODRIGUES, 2000: 101-102).

2.3. A organização do trabalho dos ourives de Travassos: um modelo de proto-industrialização?

O elevado número de ourives existentes em Travassos e a importância da sua atividade económica no contexto de uma freguesia predominantemente rural, sugere a possibilidade de se poder estar perante um exemplo de proto-industrialização. Importa, pois, perceber se o modo de organização do trabalho se adequa ao modelo teórico da proto-industrialização que tem vindo a ser proposto por alguns historiadores desde a década de 70 do século passado. Grande parte das informações recolhidas para este subcapítulo são provenientes da análise que Rocha Peixoto realizou acerca dos ourives filigraneiros de Travassos (PEIXOTO: 1908). Apesar de datada de inícios do século XX, o

seu estudo oferece um olhar retrospectivo sobre como aquela comunidade havia evoluído nas últimas décadas, tornando-se, assim, um material de grande valor para compreender a sua trajetória.

2.3.1. O regime de produção doméstico

Em termos absolutos, e concatenando os ourives encontrados em todas as fontes trabalhadas, foram encontrados um total de 91 ourives a trabalhar em Travassos entre 1870 e 1895.⁶⁶ Acredita-se, no entanto, que este número não reflete, seguramente, a verdadeira dimensão desta comunidade, quer por ignorar o universo feminino, quer por não refletir a contribuição, muitas vezes informal, dada por outros membros do núcleo familiar.

Uma das características fundamentais da proto-industrialização prende-se com o regime de produção doméstico adotado. De facto, em contextos proto-industriais, não existia uma divisão clara entre os espaços de habitação e os de trabalho, sendo que as oficinas de ourivesaria se localizavam, geralmente, dentro das próprias habitações, muitas vezes num anexo. Esta é uma característica que ainda hoje pode ser observada em grande parte das oficinas em laboração, ou também naquelas, como a que integra o Museu do Ouro de Travassos, que foram preservadas.

Um dos benefícios do trabalho doméstico prende-se com a facilidade com que os diversos membros da estrutura familiar podiam ser chamados para ajudar no esforço de produção. A contribuição de mão de obra doméstica nas oficinas de ourivesaria de Travassos é visível no modo frequente como a transmissão do saber fazer dos ourives era realizada dentro do núcleo familiar, dos pais para os filhos, o que acontecia geralmente numa idade precoce. Os livros do recenseamento militar são, a este propósito, bastante elucidativos, ao demonstrarem que dos 30 jovens ourives identificados a residir em Travassos, 19 eram filhos de pais com o mesmo ofício,

⁶⁶ Consulte-se, a propósito, a base de dados de ourives presente nos Apêndices.

representando um total de 63% dos mancebos⁶⁷. Por outro lado, é significativo que quase metade dos ourives identificados no presente estudo, mais precisamente 47%, tinham pais ourives.⁶⁸

O caso do ourives Luís Vieira Lopes é, a este propósito, bastante elucidativo, na medida em que cinco dos seus seis filhos homens eram também ourives, um exemplo notável da transmissão intergeracional do saber fazer dentro do mesmo núcleo familiar, como consta do seu inventário por óbito datado de 1896.⁶⁹

Rocha Peixoto refere, a propósito da formação dos ourives, “É assim, de ordinário, que se faz o aprendizado, à vista do pai e lentamente. O moço, por muito ver, vai ensaiando e começando pelo simples. A certa altura da idade e da vontade o chefe manda executar fáceis modelos, aconselhando e corrigindo. Até que, com a dependência exclusiva da aptidão e da constância, o rapaz aparece artista habilitado a fixar-se nas suas preferências.” (PEIXOTO, 1908: 577)

A investigação centrada na produção caseira de bens dirigidos ao mercado, típica dos cenários proto-industriais, tem também realçado a importância das mulheres no esforço de produção. Este é um cenário que não pode ser descartado no âmbito da ourivesaria praticada em Travassos, sobretudo por parte das mulheres e filhas dos ourives, dado o grande número de tarefas e operações envolvidas no ofício. O recurso ao trabalho manual intensivo, de base doméstica e informal, constituiu, de facto, a base do desenvolvimento de diversas indústrias da segunda metade do século XIX, no qual a participação feminina, mas também das crianças, foi parte integral. Esta reserva de mão

⁶⁷ AMPL, Registo geral do recenseamento dos mancebos recrutados.

⁶⁸No Apêndice D é possível identificar a ocupação dos pais dos ourives identificados neste estudo.

68UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. Inventário por óbito de Luís Vieira Lopes, folhas 15v, 16, 16v

⁶⁹ UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. Inventário por óbito de Luís Vieira Lopes, folhas 15v, 16, 16v

de obra familiar era, aliás, absolutamente fundamental para acudir aos picos de produção exigidos, uma realidade bastante conspícua naqueles setores industriais com atividade mais sazonal (ROSE, 1988: 183).

O recurso à mão de obra familiar não assalariada, de crianças e mulheres, terá sido, pois, crucial para estas unidades industriais oitocentistas singrarem. Álvaro Ferreira da Silva identifica, para a região de Lisboa, as unidades de produção doméstica encabeçadas por um trabalhador que recorria ao trabalho familiar não remunerado, residente na mesma habitação, como o protótipo da economia doméstica, no qual o domicílio e o espaço de trabalho coincidiam, “(...) a que correspondiam os fogos de um número significativo dos membros do artesanato tradicional das sociedades pré-industriais, tal como do campesinato” (SILVA, 1987: 535).

Apesar desta realidade, a verdade é que as fontes consultadas são omissas relativamente ao trabalho feminino na área da ourivesaria. Apenas o Inquérito Industrial de 1890 (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, 1891) menciona a existência de 4 “operárias” a trabalhar no setor da ourivesaria no concelho da Póvoa de Lanhoso, um facto notável dado que é o único município do país onde tal foi registado, o que comprova a visibilidade estatisticamente comprovada das mulheres deste concelho rural nesta atividade económica.

A utilização da mão de obra familiar proporcionava ao intermediário, responsável pelo escoamento da produção, uma vantagem comparativa, permitindo-lhe manter os custos de produção a níveis relativamente baixos. Como refere Jane Gray, “Como trabalhavam como uma unidade familiar e recebiam pagamento pelo produto acabado, e não pelo tempo de trabalho despendido, a contribuição das mulheres e das crianças para o volume total de trabalho não era remunerada proporcionalmente” (GRAY, 2005, 58).⁷⁰

⁷⁰ Tradução do autor

Apesar da importância inegável do núcleo familiar para a indústria da ourivesaria de Travassos, a verdade é que o setor adquiriu escala suficiente para empregar operários assalariados, mantendo assim um regime híbrido de produção que parece ficar a meio caminho entre a oficina e a fábrica, um cenário típico, mais uma vez, de alguns contextos proto-industriais. Rocha Peixoto refere, a propósito, que “Neste caso, em Travassos, um artífice regular ajusta-se por 16 libras anuais e alimentos; mas se trabalha a jornal este é, em média, de 120 réis diários e o comer e 500 réis, raro 600, sem o sustento”(PEIXOTO, 1908: 577).

Por aqui se constata que mesmo dentro dos assalariados existiam diferenças significativas, sendo os artífices regulares aqueles que trabalhavam numa base regular, enquanto os que trabalhavam à jorna eram chamados quando o volume de encomendas o justificava, consistindo, assim, a mão de obra um fator de produção com elasticidade suficiente para se adaptar aos picos de demanda. Para David Levine, a proto-industrialização esteve na base do crescimento significativo do universo de assalariados em contexto rural, contribuindo assim para a destruição, a prazo, da estrutura social rural clássica, fazendo emergir uma nova classe de proletários rurais (LEVINE, 1977: 1).

Uma constatação semelhante é feita por Charles Tilly, para quem a proto-industrialização levou à proletarização de uma parte da mão de obra rural muito antes do advento das fábricas, dando origem assim a uma população de famílias crescentemente dependentes da venda da sua força de trabalho para subsistir economicamente (TILLY, 1983: 124).

Esta proletarização refletiu-se igualmente numa progressiva especialização do trabalho e na subsequente divisão de tarefas, um modo das oficinas conseguirem imprimir um ritmo de produção mais acelerado para responder ao aumento da demanda por adornos de ouro. Rocha Peixoto refere a existência de operários especializados no fabrico de argolas, outros de corações e cruces de Malta e outros ainda no fabrico de contas (PEIXOTO, 1908: 578). Significativamente, contudo, as máquinas e ferramentas da época utilizadas na produção permaneceram as mesmas, não se tendo assistido a qualquer inovação tecnológica responsável pela mecanização da produção. Mais uma vez, esta parece ser uma constante dos regimes produtivos proto-industriais onde o modo de

produção é marcado pelo progressivo aumento da subdivisão das tarefas (MERRINGTON, 1975: 87-88). Tal realidade, parece, começou a colocar em causa o múnus do trabalho artesanal, consistindo este no facto do artesão conseguir dominar todas as fases do processo produtivo. O saber-fazer, antes global, começou assim a ser espartilhado por setores de especialidade, enfatizando-se a perda do conhecimento holístico do artesão.

2.3.2. As categorias profissionais

Veja-se se as observações de Peixoto e a historiografia têm razão de ser quando se aplica uma metodologia mais fina a partir das fontes trabalhadas no contexto da presente dissertação. Sublinhe-se que o ofício de ourives se encontrava dividido profissionalmente em moldes bastante semelhantes ao que acontecia com as corporações no antigo regime, refletindo os diferentes níveis de experiência e conhecimentos dos seus artífices. Esta é a imagem obtida a partir do Inquérito Industrial de 1890 (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, 1891). Assim, e segundo este inquérito, os ourives do concelho da Póvoa de Lanhoso integravam-se em três grandes categorias profissionais, tal e qual era observado nos regimentos gerais de organização de qualquer ofício no Antigo Regime: os mestres, os operários e os aprendizes. Esta nomenclatura é bastante interessante, já que mistura termos típicos do antigo regime, como “mestre” e “aprendiz”, com vocábulos mais característicos das sociedades industrializadas liberais, como “operário”, o que denota a força que as velhas conceções de organização do trabalho ainda detinham em finais do século XIX e, igualmente, como era difícil aplicar uma classificação socioprofissional do ponto de vista de um mundo em mudança.

O número elevado de operários confirma a existência de um grupo socioprofissional, dentro da comunidade de ourives, que exercia o seu ofício por conta de outrem, recebendo em troca um salário. O termo operário, aliás, sugere que a atividade de ourives estava a adquirir escala, com o contributo desta mão de obra assalariada. No entanto, esta atividade industrial ainda mantinha algumas das designações das antigas corporações, refletindo assim a natureza híbrida, de perfil pré-industrial, da sua

organização. A segmentação do ofício de ourives encontra-se espelhada, igualmente, nos registos paroquiais, mais precisamente entre os anos de 1883 e 1887, altura em que, embora de uma forma algo casuística, à ocupação de um indivíduo é acrescentada uma referência quanto à sua categoria profissional, nomeadamente se é mestre ou oficial. Diga-se, neste contexto, que existem párocos que são mais regulares na inscrição destas referências do que outros.⁷¹

Por estas razões, os mestres identificados representam apenas uma parte desse universo, sendo de referir que ourives importantes no contexto da freguesia de Travassos, alguns com patrimónios bastante avultados, não aparecem, nestas fontes paroquiais, mencionados, como é o caso de Francisco António de Carvalho, por exemplo. Mas a menção a mestre coloca-os no topo de uma hierarquia organizativa, porque têm possibilidade de acumular capitais, empregar oficiais e aprendizes, produzir e vender. Segundo Maria José Sousa, em meados do século XIX Francisco António de Carvalho empregava seis artífices na sua oficina, para além de um número indeterminado de outros que trabalhavam a feitiço, muito possivelmente a partir dos seus próprios domicílios. (SOUSA, 2005: 89)

Ao todo, foram identificados nos registos paroquiais da freguesia de Travassos 17 mestres e 3 oficiais, entre 1883 e 1887. Refira-se que o termo “oficial”, com que se designam alguns ourives, é, considerámos, equiparável ao “operário” do “Inquérito Industrial”, recuperando os registos paroquiais, desta forma, a terminologia plena das antigas corporações de ofício do antigo regime. Apresenta-se, na Tabela 4, o nome dos ourives identificados neste contexto.

Tabela 4 – Categorias profissionais, na freguesia de Travassos, identificadas nos registos paroquiais (1883-1887)

Mestres	Oficiais
Alexandre Vieira Lopes	Constantino José de Araújo

⁷¹ UM-ADB, Paróquia de Travassos

António Joaquim de Freitas	José Custódio da Silva
António Joaquim dos Santos	José Maria Pereira Rodrigues
Bernardino José da Cruz	
Custódio Barbosa Mendes	
Domingos António Gomes	
Eduardo José Pereira	
João António da Costa	
João Manuel da Cruz Júnior	
José Francisco Alves	
José Joaquim Fernandes da Silva	
José Joaquim Vieira	
Justino José da Silva	
Luís António da Silva	
Manuel Joaquim Mendes	
Serafim Fernandes	
Serafim José da Silva	

Fonte: UM-ADB, Paróquia de Travassos

A diferença de estatuto profissional entre os ourives de Travassos reflete-se igualmente no facto de alguns possuírem marca de fabricante e outros não. Os detentores de marca própria eram os mestres de oficina de ourivesaria, sendo com essa marca que punccionavam todas as peças destinadas ao mercado que saíam da respetiva oficina, fossem elas fabricada por si ou pelos seus operários.⁷² A marca do fabricante, portanto, tornava possível rastrear o local de origem das peças fabricadas, associando-as a uma determinada oficina. Com a extinção dos contrastes municipais, em 1882, e a criação dos contrastes dependentes da Casa da Moeda, como já referido anteriormente, foi necessário proceder ao registo das marcas de fabricante junto destas. Essas marcas foram identificadas por Manuel Gonçalves Vidal e Fernando Moitinho de Almeida (1996), constituindo-se assim como uma base de dados incontornável. Relativamente a Travassos, foram encontradas as marcas que se identificam na Tabela 5.

⁷² No Apêndice C é possível constatar a categoria profissional dos ourives identificados no presente estudo, assim como identificar aqueles que possuíam marca própria.

Tabela 5 – Ourives de Travassos com marca própria⁷³

Ourives	Data da marca
Alexandre Vieira Lopes	1892
António José da Silva	1887
Carvalho & Filho	1887
Domingos António Gomes	1887
João António da Costa	1887
João Manuel da Cruz Júnior	1887
José Fernandes da Silva	1887
José Maria Vieira	1894
Manuel Custódio Vieira	1887
Manuel Joaquim Lopes de Macedo	1888

Fonte: VIDAL & ALMEIDA, 1996

A inserção dos ourives em diferentes categorias socioprofissionais reflete-se, necessariamente, nos níveis de rendimentos apresentados, sendo que 4 dos 10 ourives com marca própria aqui identificados (Carvalho & Filho, João António da Costa, João Manuel da Cruz Júnior e Manuel Joaquim Lopes de Macedo) pertencem igualmente ao universo de ourives de Travassos de maior estatuto económico na segunda metade do século XIX, como se verá no terceiro capítulo.

2.3.3. A pluriatividade e o trabalho a tempo parcial

Apesar do ofício de ourives representar, naturalmente, uma ocupação profissional *per si*, não deve ser esquecido o facto de que os ourives que trabalhavam a partir de contexto rurais combinavam normalmente a sua prática industrial com outro tipo de atividades, sobretudo a agricultura. A polivalência e a pluriatividade económicas são, aliás, um reflexo de contextos proto-industriais. Neste sentido, o trabalho a tempo parcial representou uma eficaz estratégia de reprodução económica por parte dos agregados familiares rurais, permitindo-lhes diversificar as suas fontes de rendimento, adaptar-se às flutuações sazonais da agricultura e maximizar o uso de mão de obra familiar. Como refere Jane Gray, “Enquanto as famílias proto-industriais mantivessem o acesso a pequenas parcelas de terra, poderiam produzir mercadorias a custos

⁷³ No Anexo 5 é possível visualizar as marcas dos ourives presentes nesta tabela.

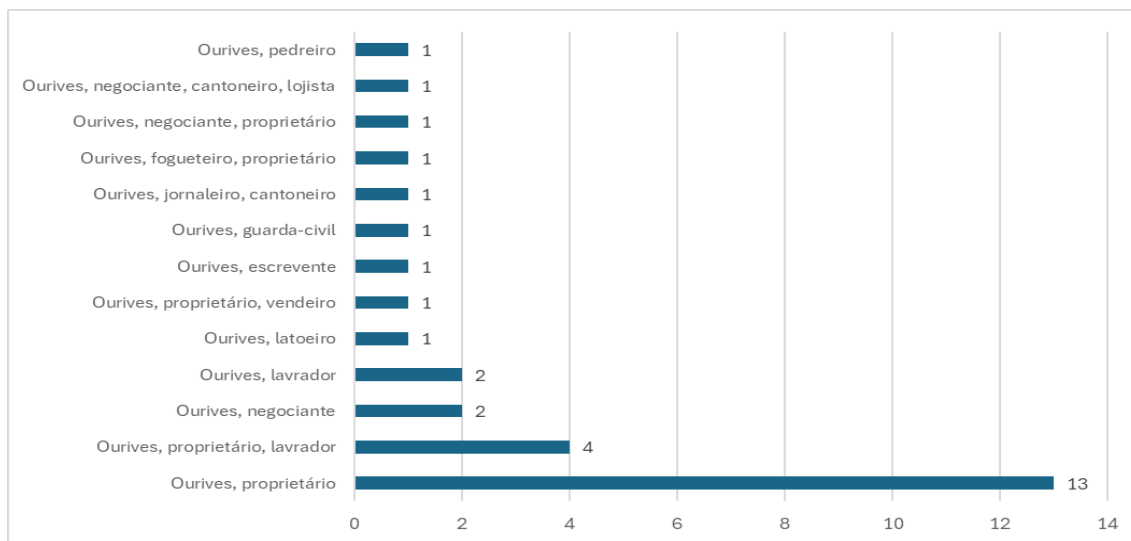
significativamente mais baixos do que os artesãos urbanos restringidos pelas regulamentações das corporações, ou os fabricantes capitalistas que empregavam trabalhadores assalariados”⁷⁴ (GRAY, 2005: 58). Este é um aspeto fundamental, na medida em que explica, em parte, a competitividade das indústrias rurais relativamente às suas congéneres urbanas, e uma das razões do seu crescimento.

Relativamente à ourivesaria praticada no concelho da Póvoa de Lanhoso, o Inquérito Industrial de 1890 é bastante claro, revelando que das 38 oficinas existentes apenas uma trabalhava praticamente todo o ano, mais precisamente 11 meses, enquanto todas as outras apresentavam um regime de trabalho incerto.

Esta realidade sugere que os ourives dos núcleos rurais da Póvoa de Lanhoso combinavam a sua prática industrial com outras atividades que concorriam para o seu sustento económico, nomeadamente o trabalho da terra, representando a ourivesaria, neste contexto, um modo de obterem um importante rendimento suplementar. Em termos concretos, e relativamente a Travassos, identificou-se um total de 30 ourives que, de acordo com as fontes, exerciam simultaneamente outras ocupações, apresentando combinações que podiam atingir quatro variáveis (Gráfico 17).

⁷⁴ Tradução do autor

Gráfico 17 – Ocupações dos ourives, na freguesia de Travassos, com mais de uma atividade (1870-1895)



Fontes: AMPL, *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*; UM-ADB, Paróquia de Travassos.

No Apêndice C é possível identificar os ourives com múltiplas ocupações, assim ajudando a definir melhor os seus percursos individuais. Entre os ourives com mais de uma atividade, destacam-se vinte que são simultaneamente proprietários. Embora ser proprietário não consubstancie em si mesmo uma profissão, era sem dúvida uma condição que proporcionava a obtenção de rendimentos através da posse e exploração de determinados bens de raiz, como as propriedades agrícolas. Com a queda do antigo regime, aliás, e como bem sugere Nuno Gonçalo Monteiro, o termo conheceu um grande incremento, refletindo o lugar central que a propriedade assumiu enquanto requisito para o exercício de determinados direitos políticos, como o direito de voto, assim como a transformação social que permitiu que antigos enfiteutas ou lavradores rendeiros passassem a ser proprietários efetivos da terra que exploravam (MONTEIRO, 2002: 94).

Ser proprietário denotava quase sempre, também, um elevado grau de prosperidade económica. Assim, entre o universo de ourives proprietários presentes na tabela anterior, encontram-se, como se verá no terceiro capítulo, alguns dos indivíduos mais prósperos de Travassos, condição que lhes permitia, inclusivamente, ser elegíveis para deputados. São esses os casos de António José da Silva, Francisco António de Carvalho,

Luís Joaquim da Cruz, João António da Costa, João Manuel da Cruz Júnior, Manuel José Fernandes, José Maria Fernandes e José Joaquim de Carvalho. Dos 20 ourives simultaneamente identificados como proprietários, aliás, 16 faziam parte do conjunto de ourives com capacidade eleitoral no período anterior a 1878, época que exigia a posse de um rendimento líquido anual de 100 mil réis.⁷⁵

Ao analisarem-se os inventários por óbito de alguns destes indivíduos, constata-se, efetivamente, que a designação de "proprietários" reflete a posse de propriedades agrícolas, algumas com uma extensão considerável. Luís Joaquim da Cruz, por exemplo, era possuidor de um complexo de imóveis destinados à exploração agrícola formado por casas, eiras, hortas, campos, leiras e matas, e ainda bens semoventes, onde constavam diversas juntas de bois, uma junta de touros, para além de cavalos, carneiros, porcos e cabras⁷⁶.

Apesar de pertencer a uma elite económica, a classe dos ourives proprietários acomodava, porém, uma grande heterogeneidade económica. Os bens imóveis detidos pelo ourives Luís Vieira Lopes, por exemplo, resumiam-se a “Uma morada de casas de vivenda que se compõe de sobrado, lojas, cortes, quinteiro e horta (...)”⁷⁷, para além de um segundo prédio composto por “Um terreno de horta, da Raboeira, com seus arvoredos e mais pertenças.”⁷⁸ Para se ter uma ideia aproximada, estes bens ascendiam a um valor de 152 mil réis, enquanto os bens de raiz de Luís Joaquim da Cruz alcançavam um valor superior a 4 milhões e 900 mil réis.

⁷⁵ No Apêndice H é possível identificar os ourives com capacidade eleitoral antes de 1878.

⁷⁶ UM- ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. Inventário por óbito de Luís Joaquim Cruz, fl. 30, 30v, 31.

⁷⁷ UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. Inventário por óbito de Luís Vieira Lopes, fl. 38

⁷⁸ UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso.. Inventário por óbito de Luís Vieira Lopes, fl. 38.

A exploração de bens de raiz dedicados à exploração agrícola não era, porém, um atributo exclusivo dos ourives proprietários, sendo uma realidade partilhada pelos dois ourives lavradores que, no entanto, não surgem identificados como proprietários nas fontes, casos de Luís José da Silva Matos e Constantino José de Araújo. Segundo José Vicente Serrão, a principal diferença entre proprietários e lavradores era que aqueles não trabalhavam diretamente a terra, limitando-se a obter rendimentos da sua exploração, o que poderá ser uma pista interessante para a realidade encontrada em Travassos (SERRÃO, 2002: 68).

Segundo o inventário por óbito elaborado por morte da mulher do ourives lavrador Luís José da Silva Matos, fica a perceber-se que o casal possuía efetivamente diversos imóveis dedicados à exploração agrícola, incluindo campos, sortes de mato e olivais, através dos quais produziam pão, vinho, azeite, mato e lenha.⁷⁹

Independentemente do modo como os ourives são classificados, em termos socioprofissionais, pelas fontes, acredita-se que o trabalho agrícola se encontrava mais ou menos disseminado entre estes artífices, quanto mais não fosse através da prática de uma agricultura de subsistência. Como referem Felipe Medeiros e Luiz Prado, “O trabalhador da protoindústria era, de modo geral, um agricultor que produzia para sua subsistência (...) [dedicando-se] ao trabalho industrial especialmente no período entressafas quando havia pouco trabalho agrícola que pudesse ser feito” (MEDEIROS; PRADO, 2019: 135, 136).

É preciso estar consciente, assim, que as fontes nem sempre reconhecem a prática agrícola dos ourives, sobretudo se estes se dedicarem a uma agricultura de pequena escala, para autoconsumo. Nestes casos, torna-se necessário consultar fontes que discriminam a tipologia de bens detidos por estes profissionais, como os inventários por óbito, para reconhecermos a relevância económica da agricultura para estes indivíduos.

⁷⁹ UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. Inventário por óbito de Bernardina Cruz, folhas 17-21v.

Deste modo, ao analisarem-se os inventários por óbito de Serafim Fernandes⁸⁰ e Manuel José Joaquim Ferreira⁸¹, ambos descritos unicamente como ourives pelas fontes, descobre-se que suas propriedades possuíam áreas para atividades agrícolas: um eido no primeiro caso e uma corte, no segundo.

Estes exemplos ajudam a compreender que, paradoxalmente, as atividades ligadas ao trabalho da terra, em contexto rural, podem sofrer de uma certa invisibilidade nas fontes, sobretudo no caso da agricultura de subsistência. O facto de existirem ourives que alternam ou conjugam a sua prática artesanal com a agrícola, sendo identificados unicamente como “ourives”, pode ficar a dever-se a um modo de se conseguirem diferenciar socialmente, na medida em que o trabalho da terra encontrava-se largamente disseminado, não sendo assim uma atividade particularmente valorizada. Assim, e apesar da agricultura contribuir de modo decisivo para a subsistência dos núcleos familiares rurais, o ofício de ourives possuía um capital simbólico muito mais significativo, pelo valor das matérias-primas manuseadas e competências técnicas que o saber-fazer reclamava, permitindo ao indivíduo que assim se identifica diferenciar-se socialmente. Deste modo, é admissível que entre o universo de 61 indivíduos exclusivamente identificados como ourives pelas fontes existam muitos que se dedicariam simultaneamente ao trabalho da terra, uma ocupação tão transversal e banal no mundo rural que pode surgir algo “negligenciada” na documentação coeva.

Diga-se que, e para além de trabalharem as suas próprias terras, existiam ourives que exerciam trabalho agrícola por conta de outrem, disso sendo exemplo Manuel Joaquim Mendes, um ourives jornaleiro (para lá de cantoneiro), que trabalhava à jorna nos campos.

⁸⁰ UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. Inventário por óbito de Serafim Fernandes, folha 16

⁸¹ UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. Inventário por óbito de Manuel Ferreira, folha 20v.

Exemplo diverso representam os ourives que combinavam o trabalho dos metais preciosos com atividades que não se cingiam ao trabalho da terra. Um exemplo claro deste fenómeno são os ourives que são simultaneamente identificados como negociantes. Esta designação sugere que estes indivíduos poderiam estar envolvidos diretamente na comercialização das peças de ouro, produzidas por si ou mesmo por outros ourives, junto dos consumidores, denotando assim um acesso privilegiado às redes de distribuição existentes, apesar de não se terem encontrado provas concretas dessa realidade. Refira-se que a dispensa de intermediários permitir-lhes-ia, em princípio, maximizar os lucros associados à sua atividade, sendo ainda de mencionar que entre os quatro ourives negociantes identificados, três eram mestres, ou seja, estavam no topo da hierarquia profissional, casos de José Francisco Alves, Luís António da Silva e António Joaquim de Freitas. Como refere Rocha Peixoto, “Algumas vezes entre o mercador cidadão e o fabricante há o mestre de oficina que também comerceia e, portanto, pode haver mais rendimentos” (PEIXOTO, 1908: 577).

Procurou-se perceber, neste contexto, se a atividade enquanto negociantes se refletiu, de algum modo, nos níveis de rendimento destes ourives negociantes. José Francisco Alves era, sem dúvida, um dos ourives mais ricos de Travassos, ao figurar nas listagens dos cadernos eleitorais anteriores à reforma legislativa de 1878, como se verá mais adiante. Por outro lado, Luís António da Silva era filho de António José da Silva, o ourives mais rico da freguesia durante a segunda metade do século XIX, podendo assim ter acesso às condições financeiras para desenvolver uma atividade comercial relevante. Os outros dois casos, porém, são mais dúbios. António Joaquim de Freitas, por exemplo, era filho de um jornaleiro, tendo, porém, casado com uma filha de um casal de proprietários naturais de uma freguesia vizinha, Sobradelo da Goma, podendo assim tratar-se de um caso de nivelamento ou ascensão social. Por último, Luís Barbosa Mendes da Silva, apesar de ser filho de um ourives proprietário com rendimentos suficientes para figurar nas listagens de eleitores anteriores à reforma de 1878, surge também identificado nas fontes como cantoneiro. Diga-se, aliás, que o outro ourives cantoneiro identificado no nosso estudo é precisamente o seu irmão, Manuel. Como refere Manuela de Alcântara Santos, a propósito dos ourives vimaranenses, “(...) parece

seguro que o estatuto económico dos mestres ourives era, em Guimarães, bastante confortável, situando-se acima da média local. Mas é preciso ter presente que existiam desníveis no interior do ofício, e que a pobreza espreitava em situações de doença, de invalidez e de velhice” (SANTOS, 2007: 234), uma realidade que pode ser facilmente equiparada à existente em Travassos.

Outros exemplos notáveis de pluriatividade incluem o ourives fogueteiro, uma atividade intrinsecamente sazonal, o ourives latoeiro, uma atividade igualmente dedicada à transformação de metais, o ourives vendeiro, o ourives guarda-civil e o ourives pedreiro. Acerca deste último exemplo, Rocha Peixoto refere que quando a crise se manifestou mais aguda para os ourives de Travassos, muitos deles abraçaram o ofício de pedreiros (PEIXOTO, 1908: 574). Apesar desta constatação, apenas se encontrou o exemplo do ourives Eduardo José Pereira.

Estes dados reforçam a ideia de que a atividade oficial em contexto rural era, para muitos ourives, um trabalho a tempo parcial, que iam combinando, de modo flexível, com outros afazeres, ao ritmo da procura por cada um dos serviços que prestavam. Esta é uma realidade que parece se enquadrar no modelo proto-industrial que continuava a marcar algumas regiões do mundo rural nacional e bem diversa da encontrada no caso dos ourives dos centros urbanos, tradicionalmente apenas afetos à arte de trabalhar o ouro. Outros ourives, porém, conseguiam combinar a sua prática oficial com trabalhos de ordem intelectual, como demonstra o ourives escrevente Domingos António da Costa. Neste caso, assinala uma competência que o coloca num patamar de domínio da escrita, tanto a nível administrativo como, eventualmente, de contabilidade.

2.3.4. Mercados e redes de distribuição

Outra característica fundamental dos cenários proto-industriais prende-se com o facto dos bens produzidos nas unidades domésticas de meio rural serem vendidos especificamente para mercados não locais. Para Peter Kriedte, Hans Medick e Jurgen Schlumbohm, uma das características fundamentais da proto-industrialização prende-se precisamente com a produção fabril em massa, desenvolvida em meios rurais, e

orientada para mercados inter-regionais e mesmo internacionais (KRIEDTE *et al.*, 1981: 1).

De facto, e para além do escoamento da produção para um mercado mais próximo, correspondentes sobretudo aos distritos de Braga e Viana do Castelo, onde os adornos de ouro femininos alcançaram grande importância ao longo do século XIX, as peças fabricadas pelos ourives de Travassos atingiram mercados não apenas no território nacional, mas também no estrangeiro.

A abrangência nacional do mercado existente para as peças fabricadas em Travassos pode ser inferida na documentação pertencente às contrastarias do Porto e de Braga do início do século XX. Um documento datado de 1903⁸² regista a venda de um fio de contas pelo ourives José Fernandes da Silva, de Travassos, ao negociante de ourivesaria David Ferreira da Silva, do Porto (Campanhã). Outro documento, este datado de 1908⁸³, relata que a firma Carvalho & Filho (de Francisco António de Carvalho), também de Travassos, apresentou à contrastaria de Braga uma encomenda de 86 pares de argolas de filigrana destinada a ser enviada por correio a António da Conceição Salvado, com ourivesaria em Elvas. Refira-se que o próprio Francisco António de Carvalho possuía um estabelecimento comercial para escoar a sua produção em Cabeceiras de Basto (SOUSA, 2005: 89).

A crescente divulgação dos adornos de ouro feitos no norte do país ficou a dever-se, em boa parte, aos ourives feirantes vimaranenses que, pelo menos desde a primeira metade do século XIX, percorriam as diversas feiras nacionais, começando a mostrar a um público mais alargado as joias produzidas pelos seus artífices. Um dos casos mais paradigmáticos é o do ourives feirante José Moreira Pinto de Carvalho (1806-1864), cujo livro de notas⁸⁴ sobreviveu até aos dias de hoje, uma ocorrência raríssima, na medida

⁸² ANTT, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Contrastaria. Punção falso apreendido (...).

⁸³ ANTT, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Contrastaria. Artefactos de ourivesaria apreendidos (...).

⁸⁴ O livro de notas deste ourives feirante foi estudado com bastante pormenor pela Casa de Sarmento (Guimarães), do qual resultou a publicação, em 2023, do livro, “Livros de notas de um ourives feirante: José Moreira Pinto carvalho: 1806-1864”. A capa deste livro pode ser visualizada no Anexo 8.

em este tipo de documentos⁸⁵, “(...) estavam destinados a desaparecer à morte dos proprietários” (SANTOS *et al.*, 2023: 11).

Apesar de ter vivido numa época anterior à que se debruça o este estudo, representa um caso que merece ser analisado, demonstrando a existência de rotas comerciais de âmbito nacional para as peças de ouro fabricadas no século XIX. As suas viagens comerciais encontram-se particularmente bem documentadas, nomeadamente as realizadas entre 1840 e 1842, época em que se desloca por diversas feiras distribuídas pelas províncias da Beira Alta, Beira Baixa, Beira Litoral e Alto Alentejo, denotando a abrangência do mercado então existente para a ourivesaria nortenha (SANTOS *et al.*, 2023: 46-51).

Este consumo popular, apoiado numa rede de feiras distribuídas pelo país, parece ter representado, portanto, um estímulo fundamental ao desenvolvimento da ourivesaria popular nacional, contribuindo para o estabelecimento de relações bem particulares entre os feirantes e os artesãos. Nesse sistema, os feirantes, que encomendavam o trabalho aos ourives, também se encarregavam pela distribuição da matéria-prima, pagando apenas o *feitio*, ou seja, o trabalho manual dos artesãos na confeção das peças, capturando as principais margens de lucro do negócio. Este é um sistema de organização do trabalho típico de cenários proto-industriais, conhecido como *putting-out system*, e que assumiu contornos mais evidentes durante os séculos XVII, XVIII e XIX (LITTLEFIELD & REYNOLDS, 1990: 359-360).

⁸⁵ São muito raros os livros de ourives que sobreviveram até aos dias de hoje provenientes do século XIX ou inícios do século XX. Uma exceção é o livro de desenhos e medidas do ourives Manuel José, de Travassos, a partir do qual uma parte do artigo de Rocha Peixoto sobre as filigranas, datado de 1908, foi escrito. Infelizmente não se conseguiu encontrar nenhum livro desta natureza para o local e o período estudado.

Note-se que o inquérito industrial de 1881, menciona um sistema semelhante em vigor no Distrito Administrativo do Porto, local onde, “O fabricante trabalha por conta do ourives mercador, que entrega a peso a matéria-prima e recebe, também a peso, a obra, abonando certos preços ou feitos” (COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL, 1884: 241). Refira-se, a este propósito, que a matéria-prima entregue pelos mercadores assumia a forma de barra de ouro, formada pela fusão de moedas ou de peças velhas em ouro (COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL, 1884: 241), uma realidade encontrada também em Braga (COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL, 1882:184). O Inquérito Industrial de 1890 identifica igualmente o ouro em barra como o modo de apresentação da matéria-prima empregue pelos ourives da Póvoa de Lanhoso, tendo este atingido um volume de 54 quilos no ano de 1889 (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, 1891: 238).

O papel desempenhado pelos intermediários em Travassos é confirmado por Rocha Peixoto. Refere o autor que, “A retribuição do fabrico é baixíssima e, só com ela, nenhum [ourives] alcança uma elementar mediania. Apenas alguns mercantes enriquecem, lamentando-se sempre – é claro! – da exorbitância dos seus dispêndios em aluguer e pessoal, da voracidade tributária e d’outros horrores, que nem os impede de capitalizarem, às vezes soberbamente, nem lhe adoça o ânimo no sentido de espoliarem menos favoravelmente o produtor- É o lugar-comum velho e relho do mercador que floresce – o senhorio, o caixeiro, o imposto, o empate – enquanto quem trabalha enlanguesce e por fim até a mercadoria se abastarda! Sabendo-se o peso da matéria-prima empregada e seu valor, o custeio da mão de obra e os pequenos desembolsos acessórios até que um objecto chegue à venda, maravilha o despropósito do lucro leonino que o intermediário reclama para si” (PEIXOTO, 1908: 576).

A presença do intermediário é reveladora de um sistema a meio caminho entre a produção artesanal, na qual o artesão detinha o controlo sobre a produção e a comercialização, e o sistema fabril, em que o operário trabalhava numa fábrica sob as ordens de um patrão, recebendo um salário em contrapartida. Mais uma vez constata-se uma realidade híbrida, embora no caso dos ourives de Travassos tenha permanecido

algum grau de autonomia por parte do mestre artesão, que trabalha à peça a partir do seu próprio domicílio. A figura do intermediário emerge, portanto, como uma ponte entre dois mundos distintos, nele se entevendo a promessa de um futuro industrial mais padronizado.

Os adornos de ouro produzidos em Travassos, porém, não se limitavam a ser vendidos em Portugal, existindo mesmo casos de mestres ourives que controlavam por si próprios circuitos de distribuição e venda em Espanha. Segundo Maria José Sousa, o ourives Francisco António de Carvalho comercializava peças da sua oficina através de um entreposto em Burgos, possuindo igualmente um posto de vendas em Ciudad Rodrigo (SOUSA, 2005: 89).

Rocha Peixoto refere-se, por sua vez, à exportação de artigos para o Brasil, África e mesmo para a Galiza, apesar das peças enviadas para o estrangeiro terem fama de conter muito pouco ouro. Informa o conhecido etnógrafo que, “Nos artefactos exportados para a América as ligas de cobre e ouro só deste tinham o vestígio. Era, convêm os de agora, o excesso da desvergonha e desaforo” (PEIXOTO, 1908: 571). Esta realidade terá estado na origem da extinção do mercado brasileiro para as peças fabricadas em Travassos, e que, segundo Rocha Peixoto, consistiam principalmente em brincos.

O mesmo tipo de fraude, aliás, era cometido com as peças enviadas para África e a Galiza, contendo as mesmas uma maior porção de cobre do que de ouro. “Para a África, que ainda hoje recebe algumas contas de filigrana de ouro muito baixo, exportavam-se outrora, antes de se fomentar o mesmo suspeito renome, «aos sacos e às canastras» (...) E na Galiza o dolo atingia igual e despejada pertinácia, associando-se enganosamente o elemento cúprico aos milhares de contas «de ouro» que para lá se expediam, subtraídas, para mais, aos encargos da aduana. De contrabando é certo que ainda hoje vai muita conta de filigrana para a Galiza” (PEIXOTO, 1908: 571).

As estatísticas comerciais relativas ao “Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1887-1900) revelam a apetência dos mercados externos

pelas obras em ouro fabricadas em Portugal, sobretudo o Brasil e as denominadas províncias portuguesas em África, os dois maiores destinos de exportação destes produtos⁸⁶. Infelizmente, os dados apresentam unicamente os totais nacionais, não apresentando dados desagregados por concelho ou freguesia de origem dos produtos exportados. De qualquer modo, é possível observar a evolução (Tabelas 6 e 7) da procura externa por objetos de ourivesaria, tanto em volume (quilos), como em valor (milhares de réis).

Tabela 6 – Evolução da exportação nacional de ouro em obra por destino (volume em quilos) (1870-1899)

Intervalo	Brasil	Províncias portuguesas de África	Total
1870 a 1879	874 quilos	266 quilos	1140 quilos
1880 a 1889*	215 quilos	65 quilos	280 quilos
1890 a 1899	116 quilos	162 quilos	278 quilos

Fonte: Estatística de Portugal. *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar*, 1887-1900. *Não foi possível recuperar os dados relativos aos anos de 1883, 1884 e 1886.

Tabela 7 – Evolução da exportação nacional de ouro em obra por destino (em milhares de réis) (1870-1899)

Intervalo	Brasil	Províncias portuguesas de África	Total
1870 a 1879	237,000 réis	87,000 réis	324,000 réis
1880 a 1889*	108,000 réis	35,000 réis	143,000 réis
1890 a 1899	74,000 réis	96,000 réis	170,000 réis

Fonte: Estatística de Portugal. *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar*, 1887-1900. *Não foi possível recuperar os dados relativos aos anos de 1883, 1884 e 1886.

⁸⁶ Relativamente a estas estatísticas não foi possível obter dados para os anos de 1883, 1884 e 1886.

Os dados constantes das tabelas sugerem uma tendência decrescente da procura externa por objetos de ouro fabricados em Portugal ao longo dos últimos 30 anos do século XIX, sendo de mencionar que os referentes à década de 80 se encontram sub-representados, por não ter sido possível recuperar informação relativa aos anos de 1883, 1884 e 1886. Apesar dessa limitação, a análise revela um declínio estatisticamente significativo, tanto no valor, quanto no volume dos objetos exportados. Poderão estes dados refletir, pelo menos em parte, o descrédito das peças portuguesas no exterior, conforme Rocha Peixoto sugere, devido à produção de peças com ligas metálicas de menor valor? Não se têm dados concretos que permitam chegar a essa conclusão, pelo menos para já, sendo uma hipótese a considerar em estudos futuros. Importa reter, por agora, a existência de um mercado internacional para as peças de ourivesaria fabricadas em Portugal.

Pelo que ficou descrito até ao momento, parece evidente que, apesar de partilhar muitas das características de outras atividades proto-industriais, como o regime de produção doméstico em contexto rural, o recurso misto à mão de obra familiar e assalariada, a pluriatividade dos seus profissionais e o escoamento da produção para mercados não locais através do recurso a negociantes urbanos, o setor da ourivesaria não evoluiu do mesmo modo que outros nas mesmas circunstâncias. Para Mendels, a proto-industrialização nada mais era que a antecâmara da industrialização, precedendo-a e preparando-a, um passo na direção de um modelo de produção centralizado nas fábricas, com a utilização de mão de obra assalariada, acentuada divisão de tarefas e elevada concentração de capitais em máquinas e equipamentos industriais (MENDELS, 1972: 241). Com efeito, a ourivesaria praticada em Travassos, à semelhança dos núcleos industriais gandomarenses, nunca evoluiu para um modelo fabril, continuando a operar numa escala reduzida, apresentando um modelo de produção amplamente artesanal, de base oficial. Parece assim apresentar uma trajetória singular, divergindo do modelo proto-industrial clássico. Se é verdade que assumiu, até certo ponto, características semelhantes a outros setores que depois foram completamente industrializados, como o têxtil, a escassez e o custo das matérias-primas podem ter impedido que a arte da ourivesaria adquirisse escala suficiente para se enquadrar num modelo tipicamente

fábrica. Em Travassos, encontrou reunidas as condições para ganhar escala, mas só até determinado ponto. Esta realidade vem alertar para a especificidade de determinados setores económicos, com suficiente elasticidade para ganharem escala, quando a procura assim o exige, mas incapazes de dar o salto para modelos mais avançados de produção. Em certo sentido, não corresponderão tanto a uma categoria proto-industrial, se este conceito for entendido de modo determinístico, ou seja, como uma fase que precede sempre a industrialização, mas como um modelo alternativo que reúne os critérios daquele conceito sem assumir todas as suas consequências. Tal não surpreende, pois, como refere Jane Gray, "(...) duas décadas de estudos revelaram enormes variações na trajetória das regiões industriais rurais, de tal forma que nenhuma das hipóteses originais da proto-industrialização saiu ilesa" (GRAY, 1992: 4).⁸⁷

Independentemente das questões ligadas ao modelo organizativo adotado, importa reconhecer que o peso que a atividade da ourivesaria assumiu em Travassos na segunda metade do século XIX constituiu um fator decisivo para a sua continuidade nas décadas seguintes, tanto no concelho da Póvoa de Lanhoso como em freguesias vimaranenses limítrofes. Esta persistência histórica encontra reflexo nos artesãos contemporâneos, os quais descendem de ourives daquela freguesia ou cuja aprendizagem foi feita com artífices daquela aldeia. Elsa Monteiro, Rosa Silva e Fernando Fernandes, por exemplo, embora possuam oficinas na freguesia de Sobradelo da Goma, pertencem a uma linhagem que remonta a ourives de Travassos. O mesmo se aplica a Inês Barbosa, com oficina na vila da Póvoa de Lanhoso, e a Jorge Silva, com oficina em Castelões, Guimarães. Manuel Amândio Vieira, Custódio Gomes e os Irmãos Rodrigues, por sua vez, constituem casos distintos, pois, descendendo de ourives de Travassos, continuam a exercer a sua atividade na própria freguesia, enquanto Artur Carvalho, com estabelecimento na freguesia de Taíde, e Filipe Fernandes, com empresa em Castelões, Guimarães, aprenderam a arte com mestres de Travassos.

⁸⁷ Tradução do autor

3. A comunidade de ourives de Travassos: desigualdades socioeconómicas e identidade coletiva

Este capítulo procura realizar uma análise da comunidade de ourives de Travassos segundo variáveis económicas (património e rendimentos), assim como simbólicas e culturais, (frequência com que os diversos ourives são convidados a participar em posições de elevação social, como padrinhos de batismo ou testemunhas de casamento). De igual modo, busca-se compreender de que modo a partilha de um ofício era ocasião para o estabelecimento de vínculos sociais preferenciais entre os ourives, assim fomentando-se e consolidando-se a identidade coletiva deste grupo profissional.

3.1. As diferenças de património e rendimentos entre os ourives de Travassos

Embora o conceito de comunidade pareça insinuar uma ideia de homogeneidade, há que atender às dinâmicas socioeconómicas que moldam o grupo e que, eventualmente, o tornam heterogéneo. Adotado para a análise de microssistemas, por parte dos antropólogos, ou para estudos locais, no âmbito da história, o conceito de comunidade é, antes de tudo, uma construção teórica, um conceito operativo abstrato, que possibilita e confere sentido às informações recolhidas (BRANDÃO & FEIJÓ, 1984: 489). O seu significado, contudo, é bastante evasivo, apesar de parecer autoevidente, na medida em que uma comunidade pode ser dividida numa multiplicidade de outras comunidades, não sendo fácil de perspetivar as relações que vão sendo estabelecidas entre elas e o modo como se vão determinando uma às outras.

Neste contexto, os ourives de Travassos são entendidos como uma comunidade por partilharem genericamente o mesmo saber fazer e por viverem e trabalharem num mesmo espaço geográfico, neste caso uma freguesia. Estes são, pois, os dois grandes elementos agregadores que dão vida à comunidade por nós escolhida. Uma comunidade, contudo, não pode ser entendida como uma realidade homogénea. Na verdade, se se decidir problematizar a comunidade de ourives segundo os seus níveis de rendimento, verifica-se que ela é atravessada por tensões que, em vez de agregarem os

seus elementos, os separam em universos bem diversos, de acordo com os intervalos de rendimentos e a sua relação com a categoria em que são definidos. Neste contexto, optou-se por tentar detalhar os níveis de rendimentos existentes dentro deste grupo profissional, obtendo assim uma imagem mais aproximada dos percursos pessoais destes ourives. Metodologicamente, decidiu-se avaliar as categorias e os níveis de impostos cobrados aos ourives, refletidos nos livros do recenseamento eleitoral, assim como o universo de bens de raiz, móveis e semoventes presentes nos inventários por óbito de alguns destes ourives e de seus cônjuges⁸⁸.

A informação recolhida é relevante, igualmente, para vir a relacionar e interpretar de modo mais preciso os dados obtidos relativos à alfabetização, assim como o capital simbólico e o real que advém dos apadrinhamentos e dos testemunhos nupciais, permitindo aferir se há relação entre os níveis de rendimento e o nível de alfabetização, ou entre o estatuto económico dos ourives e o número de vezes que são convidados para padrinhos de batismo e para testemunhas de casamento. Tais variáveis evidenciam a diversidade de classificações e apontam as formas como os ourives se inserem numa paróquia e num universo social do século XIX.

Relativamente à aferição dos rendimentos dos ourives, os cadernos eleitorais relativos à freguesia de Travassos⁸⁹ são uma fonte valiosa. Em primeiro lugar, permitem identificar os eleitores com mais de 100 mil réis de rendimento líquido anual entre 1870 e 1878, já que essa era uma condição obrigatória para poderem votar durante esse período. É, assim, possível perceber, num primeiro momento, quem eram esses ourives e quanto foi o total acumulado cobrado de impostos para cada um deles naquele

⁸⁸ A utilização dos inventários por óbito como meio de detalhar a composição da riqueza e a hierarquia de ocupações profissionais é bastante pertinente, dado o nível de detalhe apresentado por estes documentos. Veja-se, por exemplo, o estudo de Maria Armanda Ribeiro, datado de 2002, “Trabalho e quotidiano numa vila do litoral: Vila do Conde no século XVIII”.

⁸⁹ AMPL – Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados

intervalo de tempo. Diga-se, aliás, que os impostos cobrados são não apenas um bom indicador para medir os níveis de riqueza destes artífices, mas igualmente um modo de determinar a origem dos seus rendimentos, avaliar da sua heterogeneidade assim como a possibilidade de se habilitarem a cargos da administração pública.

Relativamente ao esforço fiscal dos ourives, ele dividia-se por três grandes categorias, a contribuição industrial, a predial e a pessoal. A contribuição industrial, pela qual eram taxados os ourives do ouro e da prata pelos lucros da sua atividade, foi criada por lei de 30 de julho de 1860 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1860), assim se eliminando a décima industrial e maneiço de fábricas. A contribuição predial, por sua vez, foi criada por decreto de 31 de dezembro de 1852 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1852), ficando extinta uma série de impostos como as décimas de prédios ou as décimas de foros, sendo este um imposto que incidia sobre o rendimento coletável dos prédios rústicos e urbanos. A contribuição pessoal, finalmente, seria criada por lei de 30 de julho de 1860 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1860), recaindo sobre os criados do sexo masculino, sobre cavalos, éguas ou muares (excluindo-se os que se encontravam dedicados ao trabalho agrícola), sobre os veículos destinados ao transporte de pessoas e ainda sobre a renda ou valor locativo das casas habitadas. Estes impostos (Tabela 8) seriam substituídos, através de lei de 9 de maio de 1872 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1872), por duas novas contribuições, a sumptuária (abrangendo apenas os criados do sexo masculino, os cavalos, éguas e muares, assim como os veículos destinados ao transporte de pessoas) e a de rendas de casas.

Tabela 8 – Impostos cobrados aos ourives, da freguesia de Travassos (em milhares de réis) (1870-1878)

Nome	Valor total cobrado de impostos	Contribuição sobre prédios não arrendados	Contribuição pessoal, industrial, adicionais e cônica dos párcos
António José da Silva	246,232 réis	246,232 réis	-
Luís Joaquim da Cruz	173,004 réis	173,004 réis	-
Francisco António de Carvalho	53,013 réis	29,033 réis	23,980 réis
Manuel José Fernandes	36,796 réis	33,796 réis	3,000 réis
João António da Costa	21,246 réis	20,666 réis	,580 réis
Manuel J. Lopes de Macedo	16,908 réis	7,908 réis	9,000 réis

José Joaquim Vieira	13,430 réis	8,470 réis	4,960 réis
Manuel Mendes	7,828 réis	1,118 réis	6,710 réis
João Batista de Vasconcelos	7,600 réis	-	7,600 réis
Luís Vieira Lopes	7,000 réis	-	7,000 réis
José Vieira Rodrigues	6,700 réis	3,600 réis	3,100 réis
Ant ^o Augusto da Cruz Braga	6,530 réis	4,730 réis	1,800 réis
Gabriel Barbosa Vieira	6,500 réis	4,700 réis	1,800 réis
José Joaquim da Cunha	4,520 réis	3,320 réis	1,200 réis
Luís António da Silva	4,500 réis	-	4,500 réis
João Manuel da Cruz Júnior	4,400 réis	4,400 réis	-
José Francisco Alves	3,600 réis	-	3,600 réis
Serafim José da Silva	3,400 réis	-	3,400 réis
José Joaquim de Almeida	3,001 réis	-	3,001 réis
Bernardino José da Cruz	2,600 réis	-	2,600 réis
João António dos Santos	2,600 réis	-	2,600 réis
Manuel Joaquim Ferreira	2,200 réis	-	2,200 réis
Joaquim Pereira Rodrigues	2,000 réis	-	2,000 réis

Fonte: AMPL, *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*

Da análise da fonte depreende-se a existência de 23 ourives com capacidade eleitoral, sobressaindo os ourives António José da Silva e Luís Joaquim da Cruz, concentrando 65,5%, ou seja, dois terços, do total de impostos cobrados. O intervalo de rendimentos é abismal porque se o segundo ultrapassa largamente os 100 mil, o primeiro mais do que duplica. Os restantes, apenas 5 estão acima dos 10 mil mas com amplitudes e desvios-médios significativos.

Embora este grupo de 23 ourives apresente um rendimento líquido anual superior a 100 mil réis, a fonte de sua riqueza não decorreria exclusivamente da sua atividade na área da ourivesaria. Esta constatação resulta do facto da origem da maior parte dos impostos cobrados a estes ourives, mais precisamente 85,1%, derivar da contribuição sobre imóveis. A análise dos dados fiscais permite concluir, assim, acerca da natureza subsidiária da ourivesaria para uma parte dos ourives de Travassos, seguramente para aqueles mais ricos, para quem os bens imobiliários representavam um componente crucial na acumulação de riqueza. Os restantes 15% de impostos cobrados dizem respeito, por sua vez, à “Contribuição pessoal, industrial, adicionais e cômguas dos párocos”. Esta categoria, no entanto, é tão genérica, ao misturar diversas categorias fiscais, que não permite destringir qual a parte do imposto que diz respeito à atividade industrial destes ourives.

Importa, por outro lado, lançar um olhar crítico sobre os resultados obtidos. Se se atender ao caso dos dois maiores contribuintes fiscais, António José da Silva e Luís Joaquim da Cruz, constata-se que são taxados unicamente pelo seu património imobiliário. Não é possível descortinar, no entanto, a razão pela qual não lhe é cobrado outro tipo de impostos, nomeadamente o industrial, já que são identificados regularmente como ourives nos cadernos eleitorais. Desta constatação resulta que os rendimentos obtidos da prática da ourivesaria poderão estar algo subestimados nesta fonte. E conclui-se que a forma como a sociedade distinguia a ocupação dos rendimentos e a forma como cada um se identificava ou era identificado apresentava grandes nuances.

Apesar desta ressalva, conclui-se que os ourives António José da Silva, Luís Joaquim da Cruz, Francisco António de Carvalho, João António da Costa e Manuel José Fernandes, são, sem dúvida, aqueles com maior riqueza acumulada na década de 70 do século XIX, razão pela qual são os únicos, no universo dos ourives, elegíveis para deputados naquele mesmo período, uma condição que para ser satisfeita exigia a posse de um rendimento líquido anual superior a 400 mil réis, como se disse atrás.

Com a reforma eleitoral de 1878 alargou-se substancialmente o universo de eleitores, ampliando-se a capacidade eleitoral aos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever ou que, em alternativa, fossem chefes de família, deixando o nível de rendimentos de ser considerado um critério obrigatório. De 1879 a 1895, no entanto, as categorias fiscais plasmadas nos cadernos eleitorais vão sofrer algumas alterações, sendo que no ano de 1879 (Tabela 9) os ourives foram taxados unicamente através da “Contribuição predial sobre prédios não arrendados”.

Tabela 9 – Contribuição predial sobre prédios não arrendados (em milhares de réis) (1879)

Nome do ourives	Valor de imposto cobrado
António José da Silva	44,954 réis
Luís Joaquim da Cruz	30,769 réis
Manuel José Fernandes	11,310 réis
Francisco António de Carvalho	9,900 réis
João António da Costa	4,400 réis

Fonte: AMPL, *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*

Nesta listagem figuram apenas os 5 ourives mais ricos de Travassos, todos eles elegíveis para deputados em 1879. Entre 1880 e 1889 (Tabela 10), por sua vez, os ourives voltam a ser taxados através de uma tipologia fiscal demasiado abrangente para os objetivos definidos, denominada de contribuição sobre “Prédios não arrendados, industrial, pessoal e sumptuária, municipal, paroquial e cômguas”, havendo ainda o caso singular do ourives Francisco António de Carvalho, que em 1885 foi taxado pela categoria das “Décimas de juro, foros e pensões, empregos judiciários, municipal paroquial e cômguas”.

Tabela 10 – Impostos cobrados aos ourives, da freguesia de Travassos (em milhares de réis) (1880-1889)

Nome do ourives	Contribuição sobre prédios não arrendados, industrial, pessoal e sumptuária, municipal, paroquial e cômguas	Décimas de juros, foros e pensões, empregos judiciários, municipais, misericórdias e hospitais	Total
António José da Silva	563,768 réis	-	563,768 réis
Luís Joaquim da Cruz	157,380 réis	-	157,380 réis
Francisco António de Carvalho	100,671 réis	5,260 réis	105,931 réis
Manuel José Fernandes	91,730 réis	-	91,730 réis
José Maria Fernandes	50,403 réis	-	50,403 réis
João António da Costa	45,250 réis	-	45,250 réis
Manuel Joaquim Lopes de Macedo	11,400 réis	-	11,400 réis

Fonte: AMPL, *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*

Ao longo do período situado entre 1890 e 1895 (Tabela 11), por sua vez, os ourives de Travassos foram exclusivamente tributados pela "Contribuição Predial", não havendo registo de nenhum ourives taxado pela "Contribuição Industrial".

Tabela 11 - Contribuição predial cobrada aos ourives, da freguesia de Travassos (em milhares de réis) (1890-1895)

Nome do ourives	Valor de imposto cobrado
António José da Silva	398,752 réis
José Joaquim de Carvalho	103,987 réis
Francisco António de Carvalho	96,140 réis
João Manuel da Cruz Júnior	31,023 réis
João António da Costa	9,440 réis

Fonte: AMPL, *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*

É de notar, porém, que o número de ourives identificados como estando sujeitos a alguma tributação fiscal sofreu uma redução considerável ao longo do tempo, passando de 23, entre 1870 e 1878, para 4 em 1879, 6 entre 1880 e 1889 e outra vez 4 entre 1890 e 1895⁹⁰. Desconhecem-se, porém, as razões por detrás de tal diminuição, até porque o número de ourives registados nos cadernos eleitorais aumentou bastante de 1879 em diante, sendo que muitos ourives tributados entre 1870 e 1878 deixaram de constar como contribuintes nos anos posteriores. Poderá esta realidade estar ligada ao facto de o nível de rendimento ter deixado de ser considerado um critério obrigatório para se exercer o direito de voto? Seria temerário avançar-se com certezas. Constata-se, contudo, que não surge nenhuma tributação com valor inferior a 4400 réis posteriormente a 1878, algo que sucedia no período anterior. Este facto sugere que os ourives tributados depois daquele ano representam casos de indivíduos de maior estatuto económico, sendo de supor que a ourivesaria tenha concorrido, em maior ou menor parte, para essa realidade.

Analisado o modo como os ourives foram sendo taxados entre 1870 e 1895, é possível, por fim, estabelecer uma hierarquia final de acordo com o valor total cobrado de impostos aos 25 ourives identificados.

⁹⁰ Ao todo, foram alvo de tributação um total de 25 ourives entre 1870 e 1895.

Tabela 12 – Valor total de impostos cobrados aos ourives, da freguesia de Travassos (em milhares de réis) (1870-1895)

Nome do ourives	Valor total cobrado de impostos
António José da Silva	1,253,706 réis
Luís Joaquim da Cruz	361,153 réis
Francisco António de Carvalho	264,984 réis
Manuel José Fernandes	139,836 réis
José Joaquim de Carvalho	103,987 réis
João António da Costa	80,336 réis
José Maria Fernandes	50,403 réis
João Manuel da Cruz Júnior	35,423 réis
Manuel Joaquim Lopes de Macedo	28,308 réis
José Joaquim Vieira	13,430 réis
Manuel Mendes	7,828 réis
João Batista de Vasconcelos	7,600 réis
Luís Vieira Lopes	7,000 réis
José Vieira Rodrigues	6,700 réis
António Augusto da Cruz Braga	6,530 réis
Gabriel Barbosa Vieira	6,500 réis
José Joaquim da Cunha	4,520 réis
Luís António da Silva	4,500 réis
José Francisco Alves	3,600 réis
Serafim José da Silva	3,400 réis
José Joaquim de Almeida	3,001 réis
Bernardino José da Cruz	2,600 réis
João António dos Santos	2,600 réis
Manuel Joaquim Ferreira	2,200 réis
Joaquim Pereira Rodrigues	2,000 réis

Fonte: AMPL, *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*

Este quadro reflete claramente as enormes disparidades de rendimentos existentes na comunidade de ourives de Travassos da segunda metade do século XIX, algo que se pode constatar pela amplitude e pelo desvio padrão dos valores identificados (Tabela 13).

Tabela 13 – Impostos cobrados aos ourives de Travassos (em milhares de réis) (1870-1895). Valor total, valor mais alto, valor mais baixo, amplitude, média e desvio padrão.

Nº de ourives	Valor total cobrado de impostos	Valor mais alto	Valor mais baixo	Amplitude	Média	Desvio padrão
25	2,396,885 réis	1,253,706 réis	2,000 réis	1,251,706 réis	95,875 réis	251,543 réis

Fonte: AMPL, *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*

Neste contexto, importa realçar o núcleo familiar formado por António José da Silva e o seu genro, Francisco António de Carvalho, assim como o filho deste, José Joaquim de Carvalho, a família de ourives mais rica de Travassos no período analisado, sendo que estes três indivíduos foram responsáveis por 67% da receita fiscal arrecadada na freguesia entre 1870 e 1895. Esta família residia na denominada Casa de Alfena, a mesma propriedade que hoje alberga o Museu do Ouro e em cuja oficina de ourivesaria o saber fazer foi transmitido de geração em geração até ao fundador daquele mesmo espaço museográfico, Francisco de Carvalho e Sousa, nascido em 1934 e ainda hoje guardião da memória daquele local.

As tipologias de tributação fiscal refletem o peso das propriedades imobiliárias no concerto dos bens que concorriam para a riqueza dos ourives de Travassos, uma realidade que é possível detalhar igualmente nos inventários por óbito (Tabela 14). Foram encontrados sete inventários orfanológicos, procedentes do período em análise, respeitantes aos ourives ou seus cônjuges, apresentando estes, conforme imperativo legal, uma listagem detalhada dos bens na posse destes casais, assim como o seu respetivo valor. Estes inventários constituem-se, portanto, como um instrumento igualmente interessante para se avaliar a heterogeneidade de estatutos socioeconómicos prevalecente nesta classe profissional.

Tabela 14 – Valor dos bens dos ourives, da freguesia de Travassos, nos inventários por óbito (em milhares de réis) (1870-1896)

Nome	Bens imóveis	Bens móveis	Semoventes	Total
Luís Joaquim da Cruz	4,951,800 réis	245,880 réis	407,600 réis	5,605,280 réis
José Maria Fernandes	3,231,704 réis	60,100 réis	122,000 réis	3,413,804 réis
Francisco António de Carvalho	2,995,300 réis	136,160 réis	157,000 réis	3,288,460 réis
Luís José da Silva Matos	1,236,200 réis	20,380 réis	-	1,256,580 réis

Luís Vieira Lopes	152,000 réis	-	-	152,000 réis
Manuel Joaquim Ferreira	60,000 réis	7,500 réis	-	67,500 réis
Serafim Fernandes	25,000 réis	3,500 réis	-	28,500 réis

Fonte: UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso, *Inventários por óbito*

Mais uma vez se comprovam as enormes disparidades patrimoniais prevaletentes na comunidade de ourives de Travassos, sendo que a amplitude entre o valor mais elevado e o mais baixo é bastante expressiva. Refira-se que os 3 ourives mais ricos identificados nos inventários por óbito correspondem a indivíduos que pertencem ao restrito grupo daqueles que podiam ser eleitos para deputados, possuindo um património de dimensão muito mais elevada do que os ourives de menor estatuto socioeconómico. Este facto, vem mais uma vez, demonstrar que, se é verdade que os ourives formavam uma comunidade, por exercerem o mesmo saber fazer dentro de um mesmo território, não podem ser esquecidas as grandes disparidades económicas que existiam dentro desse mesmo universo socioprofissional.

Nesse contexto, é curioso verificar que apenas 35 indivíduos possuíam os rendimentos necessários para serem elegíveis para deputados entre 1870 e 1895, 18 proprietários, 9 ourives e 8 clérigos, o que atesta da importância socioeconómica de uma parte dos ourives no contexto da freguesia de Travassos. Por sua vez, refira-se que a elite económica formada pelos ourives elegíveis para deputados representa 1/5 do total de ourives a quem foram cobrados impostos entre 1870 e 1895. É bastante revelador, nesse sentido, que 8 destes 9 ourives sejam ourives proprietários, sendo que apenas um deles, Eduardo José Pereira, é identificado unicamente como ourives, apesar dos seus pais e sogros serem também proprietários.⁹¹ Este universo mais restrito representa assim o estamento mais rico da classe socioprofissional dos ourives, figurando os seus nomes na Tabela 15.

⁹¹No apêndice F é possível identificar os nomes e as ocupações dos sogros dos ourives de Travassos.

Tabela 15 – Ourives, da freguesia de Travassos, elegíveis para deputados (1870-1895)

Ourives	Anos em que foram elegíveis
António José da Silva	1870 a 1895
Luís Joaquim da Cruz	1870 a 1883
Francisco António de Carvalho	1871 a 1895
João António da Costa	1875 a 1891
Manuel José Fernandes	1876 a 1888
José Maria Fernandes	1884-1887
Eduardo José Pereira	1886
João Manuel da Cruz Júnior	1892 a 1895
José Joaquim de Carvalho	1893 a 1895

Fonte: AMPL - *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*

A aferição das datas em que estes ourives tiveram a capacidade de ser eleitos para deputados ajuda-nos, por outro lado, a compreender a evolução da sua situação patrimonial. O ourives Eduardo José Pereira, por exemplo, apenas em 1886 reuniu as condições para ser elegível, enquanto João António da Costa perdeu este estatuto em 1892 e Manuel José Fernandes em 1889, um ano antes da sua morte. Por outro lado, João Manuel da Cruz Júnior e José Joaquim de Carvalho representam exemplos claros de ascensão social, tendo o primeiro alcançado os rendimentos suficientes para cumprir o critério de elegibilidade em 1892 e o segundo em 1893. Caso diverso representam os três ourives mais ricos de Travassos, António José da Silva, Luís Joaquim da Cruz e Francisco António de Carvalho, que conseguiram manter o estatuto de elegíveis para deputados ininterruptamente durante o período analisado⁹² ou até à data da sua morte, caso de Luís Joaquim da Cruz, realidade que reflete a solidez da situação patrimonial desta elite.

A riqueza acumulada por alguns destes ourives permitia-lhes, inclusivamente, desenvolver uma atividade creditícia de âmbito privado, emprestando dinheiro a pessoas com necessidades de capital, como exemplifica o caso de António José da Silva. Na altura do falecimento da sua mulher, em 1856, este ourives detinha 4 empréstimos ativos, no valor total de 2 contos e 630 mil réis⁹³. O inventário por óbito do ourives

⁹² Francisco António de Carvalho apenas não consta como elegível em 1870.

⁹³ UM - ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. Inventário por óbito de Custódia Teresa Matos, folha 11v.

Manuel Joaquim Ferreira, datado de 1885, revela, por sua vez, que devia 27 mil réis ao mesmo António José da Silva⁹⁴. E ainda o seu genro, Francisco António de Carvalho, desenvolvia operações de crédito. O inventário realizado por óbito do ourives Serafim Fernandes⁹⁵, de 1888, refere que este lhe devia 105 mil réis, 100 mil em capital e 5 mil respeitantes a um ano de juros vencidos na razão de 5% ao ano.

Estes créditos configuravam-se então como um bom meio de canalizar as poupanças por parte daqueles indivíduos com maiores rendimentos, uma realidade constatada noutras zonas agrárias europeias, onde a proximidade das relações pessoais, o conhecimento mútuo e a existência de um maior controlo social facilitaram a concessão de empréstimos (ROCHA, 1998: 9). Significa ainda a criação de laços de dependência e redes que catapultam alguns para o topo na realidade creditícia portuguesa em espaços rurais.

3.2. As dimensões socioculturais e simbólicas do trabalho de ourives

O trabalho é um fenómeno social de elevada complexidade, representando não apenas um modo de os indivíduos adquirirem os meios necessários à sua sobrevivência económica, no que poderia ser nomeado como a sua faceta utilitária, mas também um poderoso instrumento simbólico, de múltiplas dimensões sociais e culturais, a partir do qual a posição dos indivíduos na sociedade é codificada e o seu estatuto social atribuído. Como refere João Freire, "(...) se no trabalho primam, à primeira vista, as vertentes úteis (ou utilitárias) – do esforço que garante a sobrevivência do homem isolado, ao funcionamento de uma organização extensa e complexa - não são para nós menos

⁹⁴ UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. Inventário por óbito de Manuel Ferreira, folha 20v.

⁹⁵ UM-ADB, Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso. Inventário por óbito de Serafim Fernandes, folha 19

importantes – pelo contrário – as vertentes simbólicas que nele também existem. Com efeito (...) todo o modo colectivo de satisfação de necessidades materiais é contemporaneamente uma oportunidade de desenvolvimento de jogos sociais, de medição de poderes, de exibição e confronto de estatutos, de reafirmação, criação, subversão e reformulação de sentidos” (FREIRE, 1997: 13, 14).

A pertença a uma determinada categoria socioprofissional tem impacto igualmente no modo como os seus membros interpretam e atribuem significado ao mundo, bem assim como na forma como adotam comportamentos considerados distintivos da comunidade laboral à qual pertencem, facilitando assim a integração e a construção de laços sociais entre os seus membros. Como refere Dominique Méda, “O trabalho é o nosso *facto social total*. Estrutura por inteiro não só a nossa relação com o mundo, mas também as nossas relações sociais. É a relação social fundamental” (MÉDA, 1991: 31). Deste modo, o trabalho configura-se como um elemento central do modo como os coletivos sociais se organizam, possuindo assim um valor verdadeiramente estruturante em termos socioeconómicos (BARAHONA *et al.*, 1996).

Neste sentido, a historiografia tem dedicado cada vez mais atenção, numa perspetiva própria da micro-história, ao mundo dos ofícios, pois reconhece que determinadas realidades são mais bem compreendidas se abordadas a partir do ponto de vista do mundo do trabalho, tal é a importância que esta categoria detém no modo como a sociedade se encontra organizada. Durante a época moderna o trabalho artesanal, sobretudo em ambiente urbano, encontrava-se enquadrado pelas corporações, organizações que concediam uma verdadeira existência jurídico-política aos artesãos, atribuindo-lhes uma série de deveres e direitos, assim definindo o seu lugar na sociedade, como já atrás assinalamos. Às corporações, por sua vez, correspondia uma confraria, com funções assistenciais e caritativas, organizada em torno do culto ao santo patrono da profissão, assim se cruzando a dimensão profissional com a religiosa. O ingresso num ofício era o ingresso numa comunidade moral, ao qual o artesão pertencia toda a vida (PEREIRA, 1988: 46-47). No Antigo Regime, portanto, os laços sociais estabelecidos entre os trabalhadores de uma determinada corporação eram assumidos

de modo formal, contribuindo para a noção de pertença a uma coletividade ao qual estavam intimamente vinculados.

Com a queda do Antigo Regime, porém, como já referimos em passagens anteriores deste estudo, teoricamente, cai também a concepção corporativa do trabalho, passando a assumir preponderância uma filosofia mais liberal que confere valor à livre iniciativa dos trabalhadores, encarados agora como livres para vender a sua força de trabalho no mercado, passando o próprio trabalho a ser visto como um reduto da liberdade individual. Neste sentido, é defendida a livre concorrência da prática económica, liberta das amarras corporativas, entendidas agora como causadoras do atraso económico português. Em Portugal, a instauração do regime liberal, em 1820, acentuou todas estas tendências, apesar da extinção do regime corporativo não ter sido imediato, ocorrendo apenas em 1834. Com o liberalismo, enfim, a inserção do indivíduo na comunidade passou a fazer-se não por via da sua adesão a uma corporação, estando os seus direitos e deveres assegurados, ao invés, por um conjunto de direitos políticos a que ele, enquanto cidadão nacional, tinha direito (PEREIRA, 1988: 78).

Esta aparente atomização social veio dificultar a perceção dos atributos intangíveis que unem os membros das diversas comunidades laborais, ou seja, a compreensão do papel do trabalho para a conformação das identidades coletivas e também individuais dos próprios trabalhadores. Desfeitas as instituições que velavam pela organização coletiva dos ofícios, sobraram os próprios indivíduos, “libertos” agora, aparentemente, das redes de sociabilidade que lhes asseguravam um módico de proteção social e lhe atribuíam um lugar na sociedade.

Tendo em conta este cenário de crescente atomização social, interessou perceber se em pleno regime liberal, época em que se situa este estudo, existiriam alguns atributos imateriais partilhados pelos ourives de Travassos, para além do saber-fazer inerente ao seu ofício. Partiu-se, assim, em busca de indicadores de cultura socioprofissional, como sejam os níveis de alfabetização, e outros que revelassem os laços de sociabilidade preferenciais que iam sendo estabelecidos entre os ourives, assumindo os apadrinhamentos e os testemunhos nupciais um papel relevante nesta análise. No

fundo, procura-se entender se mesmo num cenário de desregulamentação do mercado laboral continuariam a existir marcadores de identidade de grupo entre os ourives de Travassos que transcendiam a mera relação económica. Por outro lado, e numa análise mais fina, interessou igualmente compreender de que modo o estatuto económico dos ourives influenciou o seu nível de instrução, assim como a frequência com que determinados indivíduos eram escolhidos para padrinhos de batismo ou testemunhas de casamento, permitindo avaliar o peso de cada uma dessas variáveis, ocupação laboral e níveis de rendimento, na realidade observada.

3.2.1. A alfabetização dos ourives de Travassos

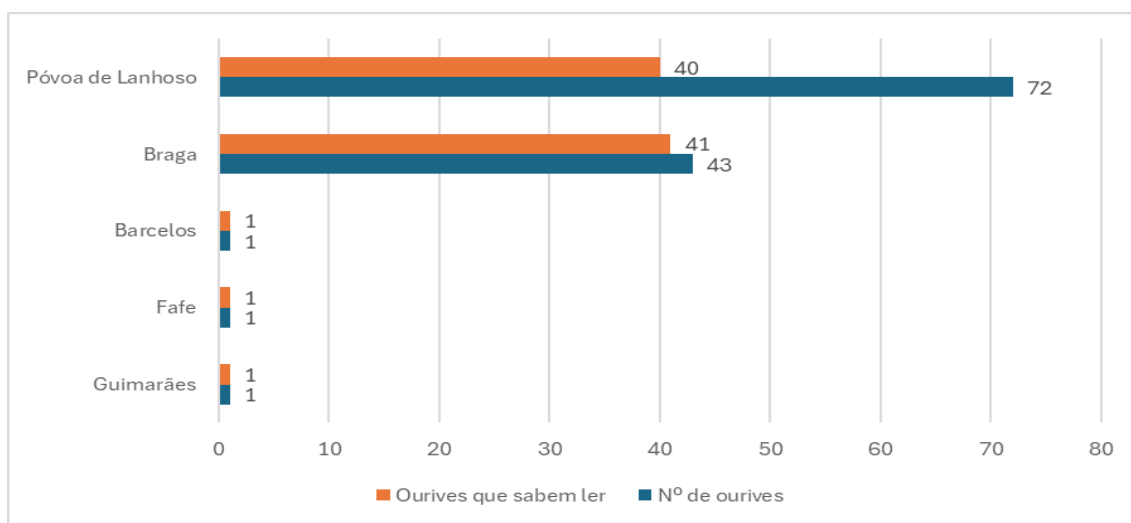
Procurou-se perceber se o nível de instrução, medido pelo grau de alfabetização dos seus membros, se poderia constituir como uma dimensão imaterial importante da comunidade dos ourives de Travassos, concorrendo para a identidade deste grupo profissional, e compará-lo com o de outras classes socioprofissionais.

Sabe-se, pelos estudos de Francisco Ribeiro da Silva, que os ourives apresentavam elevados índices de alfabetização durante o antigo regime, nomeadamente na região do Porto e seu termo, já no século XVII, chegando quase aos 100%, uma condição que partilhavam com os sirgueiros, os ensambladores e os violeiros (SILVA, 1986: 151).

O mesmo acontecia, aliás, na região de Lisboa em finais do século XVIII. Segundo Ana Cristina Araújo, “O domínio da técnica da escrita não atrai ao mesmo ritmo os artesãos urbanos. Por exemplo, nos finais do século XVIII, os relojoeiros, os ourives, os alfaiates, os carpinteiros de segas e os espadeiros sabem, em regra, assinar o seu nome. Mas já o mesmo não acontece com os sapateiros, curtidores, ferreiros, esparteiros, agulheiros, esteireiros, cutileiros, tecelões e vidraceiros, entre outras profissões” (ARAÚJO, 2000: 278). Esta é uma realidade que parece apontar para o lugar central que o ofício ocupa nos processos de aquisição de conhecimentos, nomeadamente, neste caso, no que à escrita diz respeito, pelo menos assinar, ou mesmo aprendizagem da leitura. Os casos apresentados, porém, referem-se aos principais núcleos urbanos do país, Porto e Lisboa. Importa agora perceber qual a realidade existente relativamente aos ourives rurais de Travassos na segunda metade do século XIX.

Antes de considerar Travassos, partiu-se da realidade existente no concelho da Póvoa de Lanhoso, mais precisamente aquando da realização do “Inquérito Industrial” de 1890. Os dados recolhidos permitem perceber se os ourives sabiam ler (Gráfico 18), competência essencial e que presume caracterizar um indivíduo como alfabetizado, situação que exige o domínio da leitura e também da escrita.

Gráfico 18 – Nº de ourives que sabem ler, por concelho, do Distrito Administrativo de Braga (1890)



Fonte: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891. *Inquérito Industrial de 1890*

É notória a diferença existente entre os ourives de Braga e os da Póvoa de Lanhoso, uma realidade que pode ser atribuída ao facto de os ourives de Braga exercerem o seu ofício em meio urbano, sendo sabido que as zonas urbanas foram tradicionalmente aquelas com as maiores taxas de alfabetização. Como refere Ana Cristina Araújo, “Na cidade, ao contrário do campo, ler e escrever é uma exigência ligada à qualificação do mundo do trabalho e, por isso, uma competência partilhada de forma menos desigual” (ARAÚJO, 2000: 276).

Apesar de tudo, merece destaque o facto de 55,5% dos ourives da Póvoa de Lanhoso saberem ler, um número relevante quando contrastado com o facto de 79,2% da população portuguesa ser analfabeta, segundo o “Censo da População do Reino de Portugal”, realizado em 1890 (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, 1986: XCVII).

Relativamente a Travassos, decidiu-se problematizar a questão dos níveis de instrução dos ourives a partir de informações fornecidas pelos cadernos eleitorais, assim como pelos registos de batismo e casamento. Os cadernos eleitorais são bastante pertinentes, neste contexto, na medida em que mencionam se os eleitores sabem ler e escrever, permitindo assim concluir se são ou não alfabetizados.⁹⁶

Refira-se, assim, que dos 63 ourives identificados nos cadernos eleitorais, apenas 5 são analfabetos, não tendo sido possível obter informações acerca de apenas um ourives, obtendo-se uma taxa de alfabetização de 92%, sendo interessante constatar que os resultados deste grupo socioprofissional se assemelham aos encontrados para os ourives do Porto e Lisboa durante o antigo regime.⁹⁷

Embora os cadernos eleitorais sejam uma fonte valiosa para aferir a alfabetização dos eleitores, optamos por complementar a nossa análise com outras fontes, como os registos paroquiais. A alfabetização era um dos requisitos para poder votar, mas não o único, sobretudo a partir da reforma eleitoral de 1878. Diante desta realidade surgiu a questão: poderiam os dados sobre a alfabetização dos eleitores ourives estar inflacionados relativamente ao seu universo?

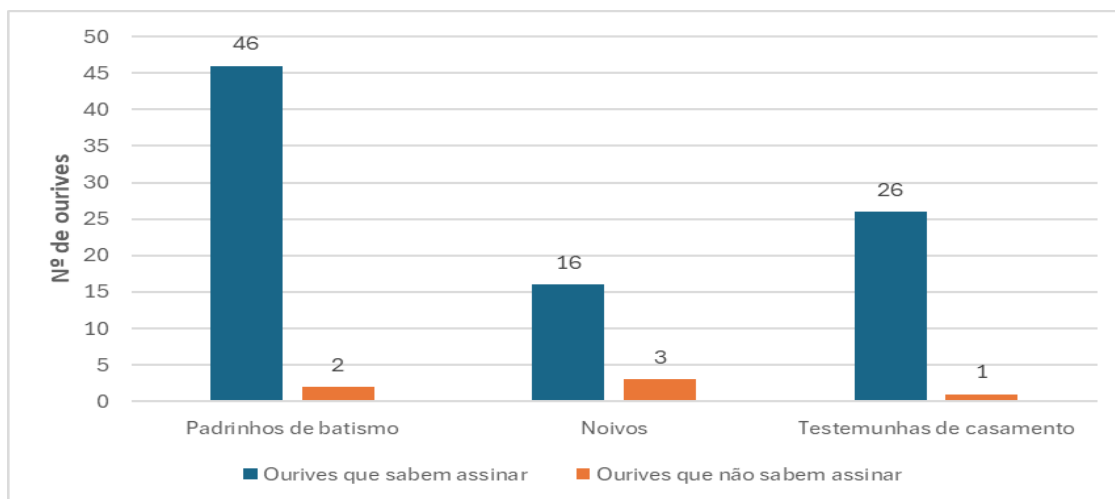
Procuraram-se registos que assinalassem os ourives nos assentos paroquiais, permitindo obter uma amostra mais abrangente. Nos registos de batismo utilizou-se o universo dos padrinhos de batismo, pois os que sabiam escrever assinavam o seu nome no fim do assento, ao contrário dos analfabetos, explicitamente identificados pelos padres como incapazes de escrever. Ao contrário dos padrinhos, porém, o pai não assinava o assento de batismo, realidade que impediu de descrever os níveis de

⁹⁶ Do ponto de vista metodológico, excluiu-se desta análise eleitores com alfabetização incerta, pois as informações sobre sua capacidade de ler e escrever variavam ao longo do período. Incluímos, contudo, eleitores inicialmente considerados analfabetos, mas que posteriormente demonstraram, de forma consistente, ter capacidade de leitura e escrita.

⁹⁷ No apêndice H é possível identificar o nome de todos os ourives registados como sabendo ler e escrever nos cadernos eleitorais.

alfabetização para este universo em particular. Nos registos de casamento, por sua vez, conseguiu-se trabalhar tanto o universo das testemunhas nupciais como dos noivos, pois todos eles tinham de assinar o assento nupcial, caso soubessem escrever. Os resultados obtidos constam do Gráfico 19.

Gráfico 19 – Ourives de Travassos que sabem assinar por função exercida nos registos paroquiais (1874-1895)



Fonte: UM-ADB, Paróquia de Travassos, *registos de batismos; registos de casamentos*

Estes resultados confirmam os dados encontrados nos cadernos eleitorais, observando-se um elevado número de ourives, correspondentes a 93%⁹⁸, que sabiam assinar o seu próprio nome⁹⁹.

Este resultado torna-se ainda mais relevante quando comparado com o nível de instrução dos habitantes de Travassos. Segundo o “Censo da população do reino de Portugal” de 1890, dos 256 homens a residir em Travassos naquele ano, 135 eram

⁹⁸ No Apêndice H é possível identificar os ourives cuja única informação que temos é acerca da sua capacidade de saber assinar o nome.

⁹⁹ Não são desconhecidos, contudo, os problemas metodológicos existentes, no que à aferição histórica dos níveis de alfabetização diz respeito, sobretudo os relacionados com as conclusões que podem ser inferidas do facto de um indivíduo saber assinar. Como sugere Lawrence Stone, “Não sabemos hoje e talvez nunca conheçamos com precisão a relação entre a capacidade de assinar o nome e a alfabetização no sentido próprio, isto é, aptidão para usar a escrita como meio de comunicação” (STONE, apud SILVA, 1986: 109). Nesse sentido, importa destacar a existência de 11 ourives cuja única informação que se possui é a de que sabiam assinar o seu nome, não sendo possível confirmar se eram devidamente alfabetizados por não se encontrarem registados nos cadernos eleitorais.

analfabetos e apenas 119 sabiam ler e escrever, refletindo uma taxa de alfabetização de apenas 46,4% (MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA; Vol I, 1896: 80-81).

As elevadas taxas de alfabetização dos ourives apontadas pelas fontes, sobretudo numa época em que a maioria da população era analfabeta, sugere que este grupo profissional era detentor de um capital simbólico e cultural ímpar no contexto da freguesia em que habitavam, apontando para o investimento pessoal dos ourives de Travassos na melhoria dos seus níveis de educação, uma marca identitária dos ourives ao longo dos séculos.

Esta realidade sugere que a expansão da atividade da ourivesaria para as aldeias não foi simplesmente um processo de índole económico, um modo de uma parte da mão de obra rural ter acesso a um rendimento suplementar, tendo tido importantes consequências a nível social, nomeadamente ao nível do desenvolvimento intelectual e cultural da comunidade de ourives. A adesão dos ourives a códigos sociais imateriais, como a capacidade de leitura e escrita, parece corresponder a um esforço para se adequarem às expectativas sociais que recaíam sobre eles, sendo aqueles atributos considerados uma parte importante da identidade do grupo.

Neste contexto, é muito interessante constatar que a capacidade de ler e escrever não é um privilégio dos ourives economicamente mais favorecidos, sendo uma realidade transversal a praticamente toda a comunidade de ourives. Entre os oito ourives identificados como analfabetos constam os irmãos Custódio Mendes, igualmente identificado como guarda-civil, e Manuel Mendes (filho), um ourives que também é reconhecido nas fontes como jornaleiro e cantoneiro. Outro ourives iletrado é Manuel Mendes (Júnior). Embora o parentesco entre este último e os irmãos Custódio e Manuel não seja totalmente claro, a coincidência de sobrenomes sugere uma possível ligação familiar. Pela diversidade e tipologias de ocupações económicas a que se dedicava, esta família parece representar um exemplo de um núcleo familiar com uma relação mais esporádica com a ourivesaria, característica que pode, hipoteticamente, explicar o analfabetismo de seus membros.

Outros ourives identificados como analfabetos são António José da Silva¹⁰⁰, Miguel de Freitas, Francisco da Cruz Vieira e Justino José da Silva, apesar de não ter sido possível apurar a que famílias pertenciam, sabendo-se que todos são identificados unicamente como ourives. Finalmente, também Gregório Joaquim da Silva, exposto da roda de Guimarães, é identificado como analfabeto, sendo casado com uma jornaleira que também tinha a ocupação de costureira. Este é um caso especial, porém, na medida em que os cadernos eleitorais identificam-no como alfabetizado, apesar de, na mesma altura, o padre que celebrou o seu casamento ter indicado claramente que o nubente não sabia ler nem escrever.

Podemos, portanto, estar perante um erro dos agentes responsáveis pelo recenseamento eleitoral, involuntário ou não. Na verdade, no preâmbulo do decreto que em 1895 reformou a lei eleitoral de 1878, é referido que a verificação da capacidade eleitoral, “(...) tornou-se uma operação sujeita ao arbítrio das comissões de recenseamento, que inscreviam grande número de eleitores indevidamente, a pretexto de saberem ler e escrever e de serem chefes de família (...)” (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, 1895: 350). Este pormenor é revelador do cuidado e espírito crítico que é preciso ter sempre com as fontes.

Refira-se ainda que segundo uma inspeção realizada em 1875 pela Direção Geral de Instrução Pública¹⁰¹, existia naquele ano uma escola primária masculina em Travassos frequentada por 58 alunos. A escola, porém, apenas existia há dois meses aquando da inspeção, o que suscita a questão sobre onde os ourives terão aprendido a ler até esse momento. Em casa, com familiares ou outros membros da comunidade? Frequentariam escolas vizinhas? Estas são questões que exigem um estudo mais aprofundado para serem respondidas.

¹⁰⁰ Não confundir com o ourives homónimo António José da Silva, de que se tem vindo a dar conta neste estudo, sobretudo pela riqueza acumulada.

¹⁰¹ ANTT, Ministério do Reino. Direcção-Geral da Instrução Pública, Inspeção das escolas públicas e particulares

3.2.2.A importância dos ourives no apadrinhamento de crianças e nos testemunhos nupciais de Travassos

O prestígio dos ourives e o estatuto social que detinham parecem ter tido reflexos concretos na maneira como estavam inseridos nas redes de relações sociais construídas em Travassos na segunda metade do século XIX. Um modo pertinente de aferir o capital simbólico acumulado por este grupo profissional é fazer o estudo dos padrões de escolhas para padrinhos de casamento ou testemunhas de casamento, por ocupação, entre 1870 e 1895.

Historiadores, como Joaquim Carvalho e Rosário Campos (2007), têm vindo a estudar os apadrinhamentos como um meio de obter informações relevantes acerca das estruturas sociais de diversas comunidades. Embora os apadrinhamentos efetuados dentro do próprio núcleo familiar sejam uma realidade com uma forte tradição em Portugal, as relações de compadrio que estabelecem relações de parentesco ritual, por serem realizadas entre indivíduos sem laços de sangue, possuem um valor heurístico bastante significativo (CALLIER-BOISVERT, 1968: 99).

Deste modo, os apadrinhamentos são considerados como uma ocasião de forjar um parentesco espiritual, que não de sangue, com indivíduos a quem se reconhece a capacidade de oferecerem algum tipo de benefício, tanto ao afilhado em questão como à sua família. Robert Jutte, por exemplo, fala do papel dos apadrinhamentos na construção de laços de sociabilidade entre padrinhos e afilhados na Europa, “Sociólogos e antropólogos, bem como historiadores, sublinharam recentemente a importância de tal parentesco espiritual, apontando quão significativos tais laços podem ser não apenas na aquisição de prestígio e poder, mas também no estabelecimento de redes orientadas para a solução de problemas” (JUTTE, 1994: 90).

Esta é uma realidade estudada também em Portugal, onde estudos efetuados para os séculos XVII e XVIII demonstram o papel instrumental das relações de compadrio no estabelecimento de vínculos sociais orientados para a obtenção de vantagens em termos de recursos, de patrocínio ou proteção (CARVALHO & CAMPOS, 2007: 176). Deste modo, é significativo que as escolhas que os pais das crianças batizadas fazem

para padrinhos dos seus filhos sejam dirigidas a indivíduos considerados de posição similar ou superior à sua, esperando obter, com esta aliança, uma vantagem futura.

Como refere João de Pina Cabral, “A ocasião do estabelecimento de uma relação de filiação espiritual entre um indivíduo que nasce e os seus padrinhos, é usada pela unidade social primária para criar ou reproduzir alianças. Assim, quando se estabelece uma nova aliança, não é só o indivíduo que cria uma relação, os pais dele também obtêm novos *compadres* e os cônjuges dos padrinhos também são muito frequentemente tratados como padrinhos/madrinhas e *compadres/comadres*” (CABRAL, 1991: 235).

Nesse contexto, torna-se importante investigar se os ourives faziam parte do universo dos indivíduos mais vezes escolhidos para padrinhos de batismo, sendo esse um indicador crucial para aferir do seu estatuto social. Por outras palavras, interessa perceber se os ourives eram um grupo com o qual havia interesse em estabelecer laços de compadrio.

Para este exercício, contudo, não pode, simplesmente, efetuar-se uma soma, na medida em que, frequentemente, os padrinhos de batismo eram escolhidos dentro da própria família a que o afilhado pertencia. Esta é uma realidade particularmente expressiva na Península Ibérica, onde existe uma longa tradição dos padrinhos serem simultaneamente avós ou tios da criança batizada (CABRAL, 1991: 236).

É preciso perceber, portanto, quais os atos de apadrinhamento efetuados entre pessoas sem laços de sangue diretos, pois é este universo que se pretende entender, no sentido de compreender o verdadeiro estatuto social dos ourives dentro da freguesia a que pertenciam. Deste modo, foram excluídos desta contabilização os padrinhos que se conseguiram identificar como avós ou tios da criança batizada¹⁰².

A análise dos registos de batismo permitiu perceber que, dos 122 apadrinhamentos realizados com aqueles critérios, 57 tiveram como padrinho um ourives, ou seja, um

¹⁰² Os casos que suscitaram dúvidas não foram considerados como apadrinhamentos passíveis de cumprir o critério de “parentesco espiritual”.

total de 47%, praticamente metade. É notório, assim, o peso dos ourives nos apadrinhamentos de crianças de Travassos na segunda metade do século XIX, o que sugere a importância socioeconómica deste grupo profissional na freguesia. É preciso estar consciente, no entanto, que o ofício não pode ser considerado como a única variável determinante dessa relevância. Ao cruzarmos os dados dos ourives mais frequentemente escolhidos como padrinhos de batismo com os seus níveis de rendimentos, uma correlação significativa torna-se evidente: aqueles com maiores recursos económicos posicionavam-se no topo da lista, conforme se pode constatar pelos dados na Tabela 16.

Tabela 16 – Ourives, da freguesia de Travassos, mais vezes escolhidos para padrinhos de batismo sem laços familiares diretos com afilhados (1870-1895)¹⁰³

Ourives	Nº de vezes escolhido para padrinho
Francisco António de Carvalho	6
João Batista de Vasconcelos	4
José Joaquim de Carvalho	3
José Maria Fernandes	3
Manuel Joaquim Lopes de Macedo	3
Bernardo Vieira Lopes	3
Domingos António da Costa	3
Francisco Joaquim Rodrigues	2
João António da Costa	2
João Manuel da Cruz Júnior	2
Manuel Gonçalves	2
Manuel José Fernandes	2
Manuel Joaquim Antunes	2
Luís António da Silva	2
José Joaquim Fernandes da Silva	2

Fonte: UM-ADB, Paróquia de Travassos, *registos de batismo*

De facto, entre o universo dos ourives maioritariamente escolhidos para padrinhos de batismo, oito fazem parte do grupo com rendimentos mais elevados, seja por figurarem na lista de eleitores até 1878, quando se exigia um património líquido anual de, pelo menos, 100 mil réis para poder votar, ou por serem detentores de património sujeito a

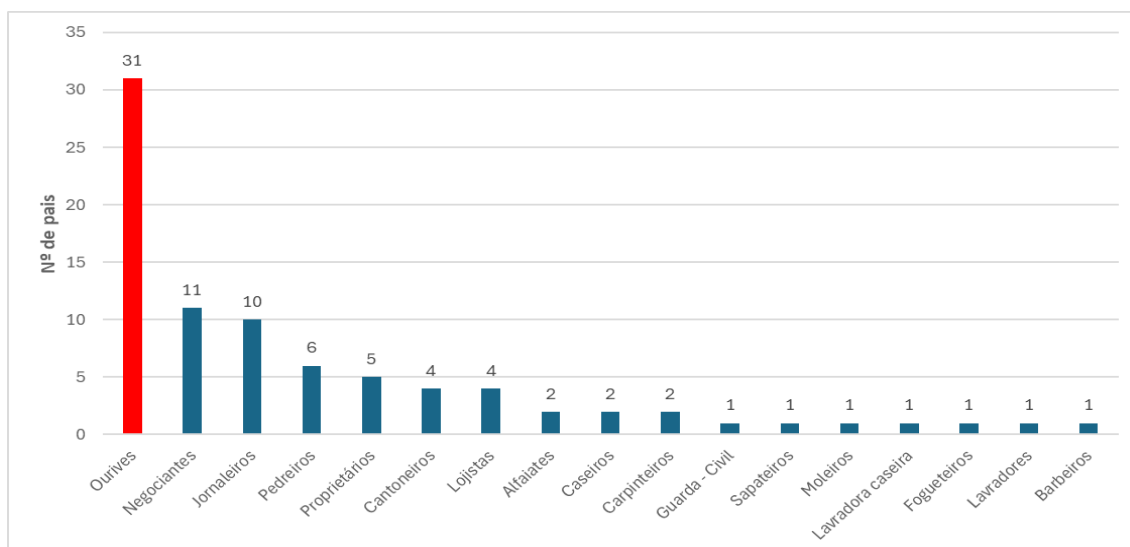
¹⁰³ No Apêndice J é possível identificar a frequência com que os ourives apadrinharam crianças sem laços familiares, assim como a ocupação dos seus compadres e o nome dos compadres ourives.

tributação fiscal entre 1870 e 1895. São os casos de Francisco António de Carvalho, sem dúvida um dos ourives mais ricos de Travassos na época, José Maria Fernandes, João Batista de Vasconcelos, José Joaquim de Carvalho, Manuel Joaquim Lopes de Macedo, Manuel José Fernandes, João António da Costa e João Manuel da Cruz Júnior. Todos eles, à exceção de Manuel Joaquim Lopes de Macedo, identificados pelas fontes igualmente como proprietários.

Neste contexto, é difícil extrapolar qual seria o peso relativo da variável “ofício” e da variável “rendimento” nesta equação. É provável que ambas as variáveis tenham desempenhado um papel importante na definição da relevância dos ourives como padrinhos. Assim, é preciso levar em consideração que a escolha de um padrinho poderia representar uma vantagem futura em termos de ajuda financeira, no caso dele possuir substanciais recursos económicos, mas também em termos de integração socioprofissional, atributos que podiam ser conjugados no caso da escolha de ourives bem-dotados financeiramente.

No sentido de explorar melhor esta questão considerou-se pertinente analisar qual a ocupação dos pais das crianças apadrinhadas pelos ourives (Gráfico 20), procurando constatar qual o grau de homogeneidade socioprofissional entre as famílias de crianças apadrinhadas por ourives e os seus compadres, assim como aferir as redes de relacionamento existentes entre os ourives e famílias com outras ocupações.

Gráfico 20 – Ocupação dos pais cujos filhos foram apadrinhados por ourives (1870-1895)



Fonte: UM- ADB, Paróquia de Travassos, *registos de batismo*

Como se pode observar, os apadrinhamentos dos ourives foram dirigidos, na sua grande maioria, aos filhos de outros ourives. Estes dados confrontam-nos com uma realidade bastante significativa, sugerindo-nos que os apadrinhamentos poderiam ser usados pelos ourives como uma estratégia de reforço da coesão social deste grupo profissional, contribuindo para a formação de uma rede de apoio mútuo e de solidariedade entre os seus membros. Os apadrinhamentos, neste sentido, funcionariam como mecanismos formais de integração e reprodução social, levando ao fortalecimento das relações sociais entre as famílias de ourives, assim promovendo a perpetuação do estatuto económico e da identidade profissional desta comunidade.

As relações de compadrio estabelecidas entre ourives podiam ser simétricas, se estabelecidas entre ourives de semelhante estatuto económico, ou assimétricas, se envolvessem ourives de situação patrimonial diversa. Da primeira categoria existe o exemplo do ourives João Batista de Vasconcelos, convidado duas vezes pelo ourives negociante José Francisco Alves para ser padrinho dos seus filhos¹⁰⁴. No entanto, também existiam relações de compadrio entre ourives com desníveis económicos acentuados. É o caso daquela existente entre o casal Manuel Joaquim Ferreira (ourives)

¹⁰⁴ UM-ADB, Paróquia de Travassos, Registos de batismos, 1872, assento nº 7; 1876, assento nº 12

e Maria Joaquina da Silva (jornaleira), com a família de ourives Fernandes. Tanto o pai, Manuel José Fernandes, como o seu filho, José Maria Fernandes, ambos ourives proprietários, foram escolhidos como padrinhos de dois dos filhos daquele casal¹⁰⁵.

Enquanto o primeiro caso representa um exemplo de consolidação das posições económicas privilegiadas dos ourives e o fortalecimento do seu estatuto social, o segundo aponta numa perspetiva diferente, sendo um modo de um casal com menos recursos económicos estabelecer laços de sociabilidade formais com uma pessoa de um círculo social mais elevado.

Como se constata pelo gráfico, no entanto, as relações de compadrio não se limitavam a ser exercidas entre ourives. São diversas as famílias de jornaleiros, por exemplo, que escolhem ourives como padrinhos de seus filhos, talvez procurando obter, desta forma, um módico de segurança para o futuro dos seus descendentes, garantindo-lhes assim, quem sabe, a aprendizagem de um ofício. Foi, talvez, a busca por um parentesco espiritual benéfico para a sua família que explica que o jornaleiro João António Moraes tenha escolhido, em 1882, um ourives de posses, como João Batista de Vasconcelos, para apadrinhar o seu filho¹⁰⁶. Do mesmo modo se pode entender a relação de compadrio estabelecida entre a jornaleira Genoveva Rosa, mãe de uma filha natural, e o ourives proprietário João Batista de Vasconcelos, embora neste caso possa ser o reconhecimento de um filho que não podia ser assumido, porque fruto de uma relação adúltera.¹⁰⁷

Outro modo possível de se estudar o prestígio social dos ourives no contexto da freguesia de Travassos é através da análise das pessoas que são escolhidas para testemunhas de casamento. É preciso ressaltar, no entanto, que as funções de um padrinho diferem substancialmente de uma testemunha de casamento,

¹⁰⁵ UM-ADB, Paróquia de Travassos, Registos de batismos, 1875, assento nº 13; 1877, assento nº 2

¹⁰⁶ UM-ADB, Paróquia de Travassos, Registos de batismos, 1882, assento nº 8

¹⁰⁷ UM-ADB, Paróquia de Travassos, Registos de batismos, 1884, assento nº 12

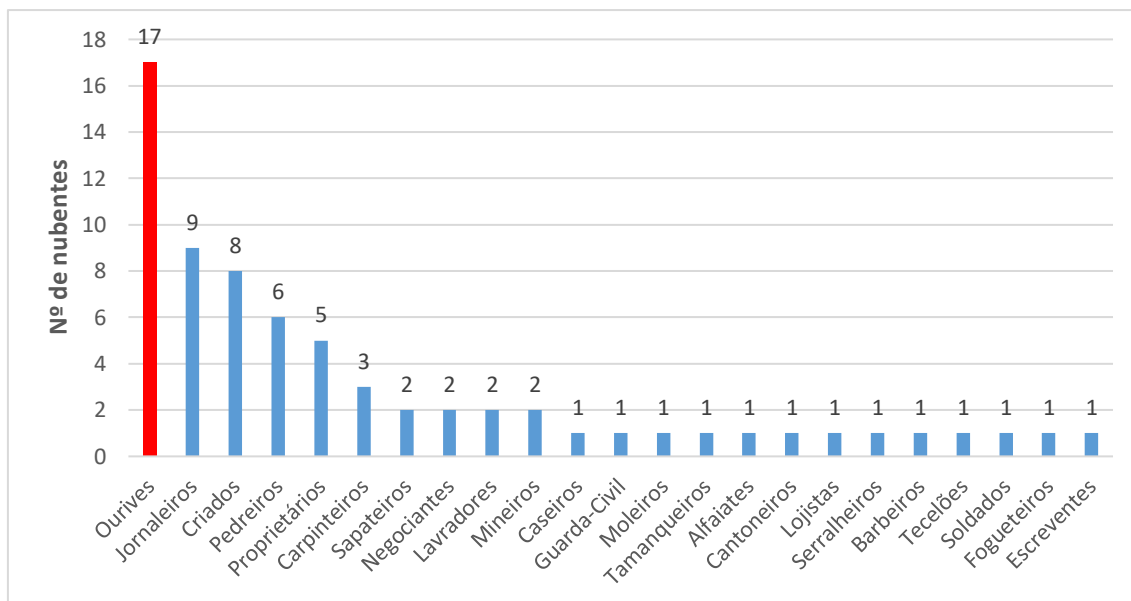
desempenhando o primeiro um papel não apenas simbólico, mas com repercussões práticas e tangíveis na vida do seu afilhado, enquanto o segundo assume uma função mais formal, apesar do seu grande simbolismo, contribuindo para validação do ritual do casamento (FIORUCCI, 2023: 103). De qualquer modo, parece existir uma semelhança de propósitos entre estes dois tipos de relacionamentos, já que ambos representam uma ocasião para o desenho de estratégias sociais visando a promoção de alianças, permitindo assim estudar as redes de relacionamentos estabelecidas entre os indivíduos e os seus significados (ALFANI, 2006: 58).

À semelhança do verificado nos apadrinhamentos, o peso dos ourives nos testemunhos nupciais é bastante significativo, representando este grupo profissional 73 das 149 testemunhas de casamento existentes entre 1870 e 1895, ou seja, um total de 49%. É de considerar, neste caso, que são escolhidas duas testemunhas por cada casamento, tendo sido usada a mesma metodologia adotada para os padrinhos de batismo, ou seja, foram excluídos desta contabilização os casos em que as testemunhas nupciais poderiam apresentar relações familiares diretas com os nubentes.

Mais uma vez, estes dados sugerem que os ourives ocupavam um lugar central nas redes de sociabilidade tecidas em Travassos na segunda metade do século XIX, sendo que 54 dos 90 casamentos registados entre 1870 e 1895, ou seja, um total de 60%, tiveram pelo menos um ourives, sem relação familiar com os nubentes, como testemunha de casamento.¹⁰⁸ Importa agora analisar as ocupações dos noivos (Gráfico 21) que escolheram ourives como testemunhas dos seus casamentos.

¹⁰⁸ No Apêndice L é possível identificar a frequência com que os ourives foram testemunhas de casamento de noivos sem laços familiares, assim como a ocupação dos noivos e o nome dos nubentes ourives.

Gráfico 21 – Ocupação dos noivos com pelo menos um ourives como testemunha nupcial (1870-1895)



Fonte: UM-ADB, Paróquia de Travassos, *registo de casamentos*

Tal como constatado com os apadrinhamentos, estes dados parecem sugerir que os testemunhos nupciais funcionam como uma estratégia de aprofundamento das redes de relacionamento sociais existentes entre os ourives. Sendo o casamento um acontecimento de grande significado social, esta era uma oportunidade para o nubente demonstrar perante a comunidade as relações de proximidade que mantinha com outros ourives, contribuindo não apenas para o reforço da identidade de grupo, mas igualmente para a sua própria identidade e legitimação social. Exemplo disso mesmo é o facto do ourives proprietário João Batista de Vasconcelos ter sido escolhido como testemunha de casamento de José Joaquim de Carvalho, filho de Francisco António de Carvalho, um dos ourives mais ricos de Travassos¹⁰⁹.

É bastante sugestivo constatar, mais uma vez, o número de vezes que os ourives foram escolhidos para testemunhar casamentos de ocupações com poucos rendimentos, como os jornaleiros e os criados de servir¹¹⁰. Neste contexto, é de assinalar que sete dos

¹⁰⁹ UM - ADB, Paróquia de Travassos, Registos de casamento, 1889, assento nº 2

¹¹⁰ É possível que alguns destes criados de servir fossem criados dos ourives que escolheram como testemunhas dos seus casamentos

¹¹¹ UM- ADB, Paróquia de Travassos, Registos de casamento, 1891, assento nº 4

dez jornaleiros com casamentos registados entre 1870 e 1895 tiveram pelo menos um ourives enquanto testemunha nupcial, o mesmo acontecendo com cinco dos dez criados que se casaram naquele período. Apenas para dar um exemplo, refira-se o caso do jornaleiro António Joaquim da Silva e da jornaleira Joana Rita da Silva, casal que apresentou, por altura do seu casamento, o ourives negociante José Francisco Alves e o ourives escrevente Domingos António da Costa como suas testemunhas nupciais¹¹¹.

Repete-se, aqui, a sugestão de que, nos casos de relações economicamente assimétricas, a escolha dos ourives pode obedecer, pelo menos numa parte dos casos, não apenas a uma lógica de reforço da posição social do nubente, mesmo de dependência, mas igualmente a uma estratégia assistencial, através do estabelecimento de vínculos formais com pessoas de maior poder financeiro. Diga-se, a este respeito, que o cruzamento de dados dos ourives mais vezes escolhidos como testemunhas nupciais com os seus níveis de rendimentos reflete uma realidade bastante semelhante à encontrada no caso dos apadrinhamentos, como demonstram os dados na Tabela 17.

Tabela 17 – Ourives, da freguesia de Travassos, mais vezes escolhidos para testemunhas de casamento sem laços familiares diretos com os nubentes (1870-1895)

Ourives	Nº de vezes testemunha nupcial
Manuel Joaquim Antunes	10
João Batista de Vasconcelos	9
José Francisco Alves	8
Manuel Joaquim Lopes de Macedo	7
Eduardo José Pereira	6
José Maria Fernandes	3
Luís Barbosa Mendes	3
Serafim Fernandes	3
Constantino José de Araújo	3
Domingos António da Costa	2
José António Joaquim Rodrigues de Almeida	2

¹¹¹ UM- ADB, Paróquia de Travassos, Registos de casamento, 1891, assento nº 4

Fonte: UM-ADB, Paróquia de Travassos, *registos de casamentos*

Deste universo, cinco ourives (João Batista de Vasconcelos, Manuel Joaquim Lopes de Macedo, José Maria Fernandes, José Francisco Alves e José Joaquim de Almeida), fazem parte do grupo de ourives de Travassos com mais rendimentos. João Batista de Vasconcelos e José Maria Fernandes são inclusivamente identificados como proprietários, enquanto José Francisco Alves é um ourives negociante, sendo que todos eles foram, excetuando José Joaquim de Almeida, testemunhas nupciais de jornaleiros ou de criados de servir. Embora Manuel Joaquim Antunes, o ourives mais vezes escolhido como testemunha de casamento, não figure no universo dos ourives de maiores rendimentos, pelo menos segundo as fontes consultadas, era genro de João Batista de Vasconcelos, esse sim um dos ourives mais abastados de Travassos. Este facto sugere que pertencia a uma família de estatuto socioeconómico elevado, o que lhe permitia manter uma posição de destaque na comunidade. Neste sentido, é sugestivo que estes dois ourives tenham servido como testemunhas nupciais um total de 19 vezes. É importante salientar que a análise apresentada não pretende ser definitiva, pois o tema em questão é complexo e exige ponderação de diversos fatores. Com toda a certeza que outros elementos, para além da ocupação ou do nível de rendimento, podiam concorrer para a escolha dos padrinhos de batismo ou das testemunhas de casamento. Parece, no entanto, significativo que tanto na questão dos apadrinhamentos como dos testemunhos nupciais, sejam os ourives o grupo socioprofissional mais representado e, dentro deste universo mais restrito, sejam os detentores de maiores níveis de rendimento aqueles mais vezes identificados.

Considerações Finais

A permanência e vitalidade da comunidade de ourives de Travassos ao longo da segunda metade do século XIX resultaram de uma conjugação complexa de fatores económicos e socioculturais, sendo impossível compreender a importância que a ourivesaria detém atualmente no concelho da Póvoa de Lanhoso sem recorrer a este olhar retrospectivo sobre a indústria ourives daquela freguesia, local de origem ou de aprendizagem dos antepassados da maioria dos artífices contemporâneos. O reconhecimento desta realidade revela-se, por isso, fundamental, sobretudo num momento em que a filigrana portuguesa é objeto de uma candidatura a Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO.

Considera-se, portanto, que a investigação histórica é essencial para compreender as origens, a evolução e a permanência das produções artesanais, permitindo revelar as condições sociais, económicas e culturais que as moldaram. Num setor muitas vezes esquecido pelas narrativas económicas tradicionais, este tipo de estudo contribui para reconhecer o valor e a complexidade das práticas artesanais, restituindo visibilidade às comunidades que as mantêm vivas e integrando-as de forma mais justa na história económica e cultural do país.

Em termos metodológicos, os objetivos traçados procuravam aferir heranças historiográficas e explorar fontes primárias de forma cruzada, funcionando assim como um laboratório para futuras investigações históricas na área das artes e ofícios tradicionais.

Assim, o percurso realizado permitiu compreender a importância relativa de cada uma das fontes consultadas, caso dos cadernos eleitorais, dos registos paroquiais, dos recenseamentos militares, dos registos de passaportes e dos inventários por óbito, constatando-se ainda as potencialidades e limites de cada uma destas fontes, única forma de interpretar de modo científico os dados por elas veiculados. Depois, perceber o papel decisivo que o cruzamento de fontes desempenha na reconstrução de comunidades, na medida em que cada uma delas reflete uma imagem particular do

objeto de estudo, cabendo ao historiador construir uma imagem global e integrada, o mais completa possível, da sua comunidade, indo além da simples soma das partes, assim ultrapassando as visões parcelares e fragmentadas que cada fonte oferece quando perspetivadas de modo isolado.

O trabalho pioneiro efetuado permitiu avançar para a construção de uma base de dados de ourives de Travassos entre 1870 e 1895, tendo sido inventariados um total de 91 profissionais, com o objetivo de o divulgar à comunidade científica e aos próprios habitantes da freguesia de Travassos, assim contribuindo para o fortalecimento e consolidação da memória coletiva local, estimulando-se ainda a valorização do património cultural da freguesia e incentivando novas abordagens e estudos sobre o tema.

A referida base de dados apresenta uma imagem o mais completa possível da comunidade de ourives, permitindo, sempre que possível, constatar a naturalidade e a morada dos ourives, as suas datas de nascimento, casamento e óbito, as categorias profissionais a que pertencem, a eventual posse de marca própria, os pais, filhos, cônjuges e sogros dos ourives, assim como as suas respetivas ocupações, a capacidade eleitoral dos ourives, o total de impostos pagos, os seus níveis de instrução, os anos dos seus recenseamentos militares e de possíveis movimentos migratórios, a frequência com que os ourives foram escolhidos para padrinhos de batismo ou testemunhas de casamento, assim como, finalmente, o nome e ocupação dos compadres e nubentes cujos casamentos testemunharam.

Apresentando como observatório fundamental a freguesia rural de Travassos, procurou traçar-se um retrato socioeconómico e social dos seus ourives. Sabia-se já que a implantação rural de um ofício tradicionalmente praticado em meio urbano, como a ourivesaria, encontra paralelo ao sucedido com outras indústrias a nível europeu nos séculos XVIII e XIX, num movimento que ficou conhecido sob a designação de proto-industrialização, que obedece a um conjunto de requisitos. No caso concreto das aldeias do concelho da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente Travassos, algumas condições pré-existentes foram determinantes. Entre elas, a proximidade e as ligações existentes com dois centros ourives de inegável relevância histórica, como Guimarães e Braga, a

existência de um mercado regional, ávido consumidor dos adornos de ouro lá produzidos, assim como o aproveitamento de redes de distribuição comercial da produção, implantadas em grande parte por ourives feirantes e outros mercadores com capitais urbanos, que assim ajudaram a disseminar a produção. Este cenário catapultou o concelho da Póvoa de Lanhoso para um lugar de inegável destaque no que se refere à produção de adornos de ouro na segunda metade do século XIX, atrás apenas dos concelhos do Porto e Gondomar.

Relativamente a Travassos, e no segundo capítulo, aferiu-se a relevância do setor da ourivesaria no contexto das atividades económicas da freguesia, constatando-se o lugar proeminente que ocupava na segunda metade do século XIX, sobretudo no contexto do setor secundário. Analisou-se ainda a possível influência da legislação que criou as contrastarias sob controle da Casa da Moeda, em 1882, na redução do número de ourives em Travassos, conforme sugerido por Rocha Peixoto no início do século XX, chegando-se à conclusão que os dados disponíveis nas fontes não comprovam essa suposta diminuição, apresentando, inclusive, indícios contrários, nomeadamente no caso dos cadernos eleitorais, talvez a fonte mais representativa. Este resultado sugere que os ourives de Travassos poderão ter conseguido adaptar-se, com maior ou menor dificuldade, a um enquadramento legal de maior exigência, sendo de considerar o papel que algumas práticas ilegais tiveram nesse processo.

Aferida a relevância económica da ourivesaria, procurou-se perceber o modo como o setor se organizava em Travassos, chegando-se à conclusão de que o ofício de ourives, e as condições subjacentes ao seu exercício, conheceram alterações substanciais relativamente ao modelo corporativo mais tradicional. Em primeiro lugar, ganhou destaque o regime doméstico de produção, onde a unidade de produção se confundia com o próprio agregado familiar, envolvendo o contributo dos seus diversos membros, ao contrário de uma situação em que a casa e a oficina eram espaços e universos separados. Fixados em meio rural, estes ourives destacavam-se ainda por combinarem o trabalho da ourivesaria com outro tipo de atividades, sobretudo a exploração agrícola, uma realidade, típica de contextos proto-industriais, que poderá ter contribuído, pelo

menos em parte, para o embaratecimento do custo da mão de obra e para a competitividade deste núcleo industrial.

Neste cenário, começa a adquirir forma uma certa especialização de tarefas, pelo menos no que à tipologia de peças produzidas diz respeito, uma exigência provocada pelo crescimento da procura, deste modo mais rapidamente satisfeita. Esta segmentação começa por si só a erodir a própria substância do que se entende por artesão, senão no que se refere aos mestres, pelo menos no que às categorias profissionais de base diz respeito, que começaram a perder uma visão integrada e holística do saber-fazer para se especializarem em determinadas tarefas.

Finalmente, assiste-se à clivagem entre a produção e a comercialização das peças, encontrando-se o escoamento da produção e o abastecimento dos mercados a cargo de agentes especializados que forneciam a matéria-prima e encomendavam as peças aos ourives conforme as solicitações do mercado, apesar do recurso a ourives feirantes para a distribuição comercial da produção ser uma prática adotada pelos ourives de Guimarães desde pelo menos a segunda metade do século XVIII.

Apesar das alterações que a organização do trabalho dos ourives sofreu nas aldeias, o ofício prolongou algumas das características que o tornaram reconhecível ao longo dos séculos, como as categorias profissionais, por exemplo, continuando estas a refletir os diversos níveis de conhecimentos e de experiência dos artífices. Estes dividiam-se entre os mestres, os oficiais (operários, segundo o inquérito industrial) e os aprendizes, nomenclatura que espelhava uma realidade marcante do regime corporativo, extinto no longínquo ano de 1834.

Assim, e apesar de assumir determinadas características típicas de contextos proto-industriais, o ofício de ourives não perdeu completamente certas qualidades dos modelos de organização pré-industriais, uma situação que sugere uma realidade híbrida, encontrando-se a meio caminho entre uma realidade em desaparecimento e formas de produção mais eficientes. Ao contrário, porém, do sucedido com outros setores indústrias, como o têxtil, por exemplo, em que o modelo fabril, altamente mecanizado, emergiu, com o tempo, como a solução mais eficaz de alocação de

recursos, o núcleo de produção de Travassos manteve o seu enquadramento laboral doméstico e artesanal praticamente inalterado até aos dias de hoje, evidenciando a diversidade de caminhos percorridos pelos diferentes setores económicos proto-industriais.

O último capítulo, por sua vez, procurou aferir as desigualdades socioeconómicas da comunidade de ourives estudada e avaliar a existência de indicadores que contribuíssem para a identidade coletiva deste grupo profissional. A análise dos níveis de rendimentos e património dos ourives de Travassos revelou uma comunidade economicamente hierarquizada, com enormes variações de riqueza entre os membros mais abastados e aqueles com menores recursos, uma realidade com expressão determinante na vida social da freguesia. Deste modo, os ourives mais ricos desfrutavam de um maior prestígio e influência no tecido social, realidade que pôde ser constatada pelo número de vezes que estes indivíduos eram escolhidos para figurar como padrinhos de batismo ou testemunhas de casamento, posições de elevação social através das quais iam sendo tecidas alianças e redes de apoio material entre famílias.

Da análise dos padrões de escolhas dos padrinhos de batismo e testemunhas de casamento foi também possível concluir pelo papel social nuclear que a partilha de um ofício, como o de ourives, detinha nas redes de sociabilidade que iam sendo estabelecidas em Travassos. Deste modo, verificou-se uma nítida preferência dos ourives pelo estabelecimento de laços de compadrio ou de testemunhos de nupcialidade com membros do mesmo grupo profissional, o que permitia reforçar vínculos de solidariedade, mas também de poder e influência, dentro da mesma comunidade laboral. Esta realidade terá contribuído para a consolidação de um sentido de identidade e destino partilhado entre estes artesãos, algo visível também noutras dimensões sociais, como o nível de instrução elevado dos ourives, tendo-se verificado que a grande maioria deste grupo profissional era alfabetizado, uma realidade transversal à comunidade independentemente do estatuto económico dos seus membros.

O lugar proeminente do trabalho na conformação da identidade coletiva e individual dos ourives, assim como o papel que detinha nas dinâmicas sociais que iam sendo forjadas em Travassos, é uma realidade particularmente relevante de constatar em pleno regime liberal, teoricamente muito mais individualista, em termos laborais, do que aquele existente no antigo regime com as corporações de ofício, demonstrando que as identidades profissionais persistiam e fortaleciam-se mesmo num contexto de valorização da autonomia individual.

Reconhece-se que a investigação desenvolvida ganharia um outro escopo se o objeto de estudo fosse alargado a outras freguesias rurais, tanto do concelho da Póvoa de Lanhoso como de Guimarães, identificadas por fontes originárias do século XIX como núcleos de produção de ourivesaria com características similares às encontradas em Travassos. Esse será tema de um possível projeto de doutoramento, proporcionando uma caracterização mais abrangente da atividade dos ourives em tais localidades.

Existe, porém, a consciência de que o retrato da comunidade de ourives obtido com este estudo é necessariamente parcelar e incompleto, como qualquer outro trabalho que tem o ser humano, com toda a sua complexidade, no centro. Um facto ainda mais evidente no caso da ciência histórica, que lida com realidades que já desapareceram. Neste caso, a palavra "retrato" que se insere no título não foi escolhida ao acaso, procurando realçar o facto de que outros retratos sobre o mesmo objeto de estudo são possíveis. Como qualquer outro trabalho de história, procura-se conferir um determinado sentido, ou significado, aos dados recolhidos nas fontes, interpretando-os de um modo particular. Mas o trabalho da história, como de qualquer outra ciência social, nunca acaba, pois novas relações entre os dados podem ser estabelecidas a qualquer momento, construindo-se assim novas imagens dos objetos de estudo.

Fontes de informação

Fontes primárias manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Governo Civil de Braga, *Registo de passaportes*, PT/UM-ADB/AC/GCBRG/H-D/026/0001 a PT/UM-ADB/AC/GCBRG/H-D/026/0008 (1868-1896).

Mitra Arquiepiscopal de Braga, *Registo geral, Registo de confirmação de estatutos a favor dos oficiais de ourives do ouro e prata desta cidade*, PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0062/012966 (1760).

Paróquia de Travassos, *Registos de batismos*, PT/UM-ADB/PRQ/PPVL27/001/0006 (1862 a 1883) a PT/UM-ADB/PRQ/PPVL27/001/0007 (1884-1903).

Paróquia de Travassos, *Registos de casamentos*, PT/UM-ADB/PRQ/PPVL27/002/0012 (1743-1874) a PT/UM-ADB/PRQ/PPVL27/002/0013 (1875-1899).

Paróquia de Travassos, *Registos de óbitos*, PT/UM-ADB/PRQ/PPVL27/003/0018 (1751-1881) a PT/UM-ADB/PRQ/PPVL27/003/0019 (1881-1911).

Provedoria de Braga, *Testamento de João Silva*, PT/UM-ADB/AC/PRVBRG/002/05849 (1762).

Tribunal da Comarca de Póvoa de Lanhoso, *Inventário por óbito de Luís Joaquim Cruz*, PT/UM-ADB/JUD/TCPVL/002/01717 (1883).

Tribunal da Comarca de Póvoa de Lanhoso, *Inventário por óbito de José Maria Fernandes*, PT/UM-ADB/JUD/TCPVL/002/02006 (1887).

Tribunal da Comarca de Póvoa de Lanhoso, *Inventário por óbito de Inácia Rosa Silva*, PT/UM-ADB/JUD/TCPVL/002/01655 (1872).

Tribunal da Comarca de Póvoa de Lanhoso, *Inventário por óbito de Bernardina Cruz*, PT/UM-ADB/JUD/TCPVL/002/01656 (1871).

Tribunal da Comarca de Póvoa de Lanhoso, *Inventário por óbito de Luís Vieira Lopes*, PT/UM-ADB/JUD/TCPVL/002/05488 (1896).

Tribunal da Comarca de Póvoa de Lanhoso, *Inventário por óbito de Manuel Ferreira*, PT/UM-ADB/JUD/TCPVL/002/01850 (1885).

Tribunal da Comarca de Póvoa de Lanhoso, *Inventário por óbito de Serafim Fernandes*, PT/UM-ADB/JUD/TCPVL/002/01418 (1888).

ARQUIVO MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Livros do recenseamento eleitoral (1836/1970), *Recenseamento dos cidadãos que têm voto e podem ser votados*, PT/CMPL/ND-CIMF-01-MUNICÍPIO PÓVOA LANHOSO/07-ELEIÇÕES-01-RECENSEAMENTO ELEITORAL/01-LIVROS-01-GERAL/1870 a PT/CMPL/ND-CIMF-01-MUNICÍPIO PÓVOA LANHOSO/07-ELEIÇÕES-01-RECENSEAMENTO ELEITORAL/01-LIVROS-01-GERAL/1895.

Registo geral do recenseamento dos mancebos recrutados (1856/1911), *Caderno do registo geral do recenseamento dos mancebos recrutados*, PT/CMPL/ND-CIMF-01-MUNICÍPIO PÓVOA LANHOSO/08-FUNÇÕES MILITARES/01-RECENSEAMENTO-01-GERAL/1870 a PT/CMPL/ND-CIMF-01-MUNICÍPIO PÓVOA LANHOSO/08-FUNÇÕES MILITARES/01-RECENSEAMENTO-01-GERAL/1895.

ARQUIVO MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Fundo Postal. Usos e costumes locais e do Alto Minho, monumentos e paisagens, *Costumes de Viana*, PT/MVCT-AMVCT/AFT/CP/0019. (ca. 1900)

Fundo postal. Usos e Costumes Locais e do Alto Minho, Monumentos e Paisagens, *Camponesas em dia de festa*, PT/MVCT-AMVCT/AFT/CP/0210. (ca. 1904).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Imprensa Nacional – Casa da Moeda. *Contrastaria de Braga contas mensais da receita e despesa da repartição*, PT/TT/INCM-CM/ADM/001/0038/00005. (1896-1897)

Imprensa Nacional – Casa da Moeda. *Contrastaria de Lisboa contas mensais da receita e despesa da repartição*, PT/TT/INCM-CM/ADM/001/0074/0004. (1896-1897).

Imprensa Nacional – Casa da Moeda. *Contrastaria do Porto contas mensais da receita e despesa da repartição*, PT/TT/INCM-CM/ADM/001/0038/00004. (1896 a 1897).

Imprensa Nacional – Casa da Moeda. *Contrastaria – Punção falso apreendido ao fabricante José Fernandes da Silva residente em Travassos, Concelho de Póvoa de Lanhoso*, PT/TT/INCM-CM/ADM/001/0085/0046. (1903)

Imprensa Nacional – Casa da Moeda. *Contrastaria - Artefactos de ourivesaria apreendidos à firma Carvalho & Silva, de Travassos por falta de marca pela repartição de contrastaria de Braga, entregues à mesma firma por decisão do juiz da comarca de Povo de Lanhoso*, PT/TT/INCM-CM/ADM/001/0115/0032. (1908).

Ministério do Reino; Direcção-Geral da Instrução Pública. *Inspecção das escolas públicas e particulares (1867-1875): Braga*, PT/TT/MR/DGIP-2ªREP1869/12/1067. (1875).

Fontes primárias impressas

COMISSÃO CENTRAL DIRECTORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL. (1882). *Inquérito Industrial de 1881: terceira parte*. Lisboa: Imprensa Nacional.

COMISSÃO CENTRAL DIRETORA DO INQUÉRITO INDUSTRIAL. (1884). *Inquérito Industrial de 1881: segunda parte: visita às fábricas do distrito administrativo do Porto*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ESTATÍSTICA DE PORTUGAL. (1868). *População: censo no 1º de Janeiro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1887). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1883-1885*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1888). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1889). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1891). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1889*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1891). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1893). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1891*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1894). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1892*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1895). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1893*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1896). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1894*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1897). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1898). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1896*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1898). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1897*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1898). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1898*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DA FAZENDA; Conselho Superior das Alfândegas (1900). *Commercio do continente do reino e ilhas adjacentes com paizes estrangeiros e com as provincias portuguezas do ultramar: 1899*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA; Direção da Estatística Geral e do Comércio (1896). *Censo da população do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890. Vol. I. Fogos, população de residência habitual e população de facto; sexo, naturalidade estado civil e instrução*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA; Direção da Estatística Geral e do Comércio (1896). *Censo da população do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890. Vol. III. População de facto classificada segundo as grandes divisões profissionais por sexos e grupos de idades, número e composição das famílias*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA; Direção Geral do Comércio e Indústria (1891). *Inquérito Industrial de 1890. Vol. III. Industrias fabris e manufactureiras*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Legislação

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (1852). *Decreto substituindo varias contribuições directas, impostas aos predios, por uma só repartição, denominada contribuição predial*. Diário do Governo, nº 2 (31-12-1852), pp. 901-904.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (1860). *Lei substituindo a decima industrial, maneo de fabricas, addicionaes e sêllo dos conhecimentos relativos a estes tributos, por um novo imposto denominado «contribuição industrial»*. Diário de Lisboa, nº 174 (30-07-1860), pp. 257-271.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (1860). *Lei subrogando os impostos denominados « de creados e cavalgadas, e 4 por cento sobre a renda das casas », bem como os addicionaes e sellos dos conhecimentos respectivos, por uma só contribuição denominada «pessoal»*. Diário de Lisboa, nº 174 (30-07-1860), pp. 271-274.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (1872). *Lei substituindo a contribuição pessoal por duas contribuições denominadas sumptuaria e de rendas de casas*. Diário do Governo, nº 109 (09-05-1872), pp. 51-53.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (1881). *Decreto estabelecendo o toque e a tolerância dos objectos de oiro e prata, ordenando que sejam marcados pelo fabricante e pelo contraste, sem o que não podem ser postos à venda*. Diário do Governo, nº 181 (10-08-1881), pp. 208-209.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (1882). *Lei subordinando à casa da moeda o serviço de contrastaria ou de garantia e fiscalisação do fabrico e commercio de barras e de obras de prata e oiro*. Diário do Governo, nº 169 (27-07-1882), pp. 265-266.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (1886). *Decreto creando uma repartição de contrastaria na cidade de Braga*. Diário do Governo, nº 171 (26-07-1886), pp. 441-442.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (1859). *Decreto regulando o registo paroquial*. Diário do Governo, nº 212 (19-08-1859), pp. 465-468.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (1862). *Carta régia*. Diário de Lisboa, nº 79 (02-04-1862), pp. 68-75.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (1867). *Lei aprovando o código civil*. Diário de Lisboa, nº 213 (01-07-1867), pp. 286-434.

MINISTÉRIO DO REINO. (1852). *Decreto regulando a forma das eleições de deputados às cortes, declarando os cargos públicos que eram incompatíveis com o de deputado e estabelecendo penas para as infracções das disposições relativas a estas eleições*. Diário do Governo, nº 232 (30-09-1852), pp. 479-506.

MINISTÉRIO DO REINO. (1855). *Lei regulando o modo de se fazer o recrutamento para o exército*. Diário do Governo, nº 201 (27-07-1855), pp. 256-268.

MINISTÉRIO DO REINO. (1878). *Lei reforma da lei eleitoral e nova designação dos círculos eleitorais*. Diário do Governo, nº 106 (08-05-1878), pp. 132-141.

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL. (2015). Decreto-Lei nº 121/2015. *Cria o sistema nacional de qualificação e certificação de produções artesanais tradicionais*. Diário da República, 1ª Série, 125 (30-06-2015), pp. 4532-4537

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. (1895). *Decreto reformando a lei eleitoral e alterando a constituição da câmara dos senhores deputados*. Diário do Governo, nº 77 (28-03-1895), pp. 349-368.

SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DO REINO. (1838). *Portaria sobre concessão de passaportes*. Diário do Governo (01-09-1838), pp. 380-381.

SENADO. (1689). *Regimento pelo qual se governem os Ensaiaadores, como os Ourives, na forma que se hão de ensaiar e marcar*. Livro 1683-1700 (13-07-1689), pp. 192-195.

Referências eletrónicas

NEVES, A.A. (2013). *Efeméride do dia: o “contraste” entre Guimarães e Braga* [Em linha].

Em: <https://araduca.blogspot.com/2013/09/efemeride-do-dia-o-contraste-entre.html> (acesso a 8 de julho de 2024).

CEARTE. (2017). *Caderno de especificações para a certificação da filigrana de Portugal*

[Em

linha]. Em: https://www.cearte.pt/public/media.501711554/files/gpao/199_CE_Filigrana_Portugal_20191127.pdf (acesso a 02 de agosto de 2024).

IEFP. (s.d.). *Associação Portugal à Mão* [Em linha]. Em: https://www.iefp.pt/documents/10181/7715954/historial_ass_portugal_mao/073370ad-6fa1-45be-8097-0a05c5ca3c61 (acesso a 1 de Julho de 2024).

MUSEU DO OURO DE TRAVASSOS. (s.d.) *Portal do Museu do Ouro de Travassos* [Em linha]. Em: <https://museudoouro.com/> (acesso a 17 de junho de 2024).

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO. (s.d.). Estatutos dos ourives de ouro e prata de Guimarães (1781) [Em linha]. Em: <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/archsms/item/107707> (acesso a 07 de julho de 2024)

Bibliografia

- ALFANI, G. (2006). Spiritual kinship and the others: Ivrea 16th and 17th centuries. *Popolazione e Storia*, 7 (1), pp. 57-80.
- ARAÚJO, A.C. (2000). Com o nome na mão: aproximação ao universo dos alfabetizados na cidade de Lisboa (1700-1830). Em M.H.C. Coelho (coord.), *A cidade e o campo: coletânea de estudos*. (pp. 267-284). Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- BARAHONA, V.L., NIETO SÁNCHEZ, J.A. (1996). *El trabajo en la encrucijada: los artesanos urbanos en la Europa de la edad moderna*. Madrid: Grupo Taller de Historia Social.
- BRANCO, A., SILVA, E.G. (2017). Growth, institutional change and innovation: 1820-1930. Em D. Freire, P. Lains, *An agrarian history of Portugal: 1000-2000*. Boston: Brill.
- BRANDÃO, M. F., FEIJÓ, R. G. (1984). Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas. *Análise Social*, 20(83), pp. 489–503.
- BRÁS, D.P. (2020). *Visão orgânico-funcional do sistema de informação paroquial de Santa Eulália de Beiriz*. Porto: Faculdade de Letras. Dissertação de mestrado.
- CABRAL, J.P. (1991). *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Difel.
- CALDAS, A.J.F. (1996). *Guimarães: apontamentos para a sua história*. Porto: Tipografia de A.J. da Silva Teixeira.
- CALLIER-BOISVERT, C. (1968). Remarques sur le système de parenté et sur la famille au Portugal. *L'homme*, 8 (2), pp. 87-103.
- CARVALHO, A.L. (1950). O ouro e a prata na tradição da província de Entre-Douro-e-Minho. *Ourivesaria portuguesa*, 11, pp. 182-186.
- CARVALHO, J., CAMPOS, R. (2007). Interpersonal networks and the archaeology of social structures: using social positioning events to understand social strategies

and individual behaviour. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 7, pp. 175-93.

COSTA, A. (1991). Em que circunstâncias a vianesa põe ou não o seu ouro. Em Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, *Como trajava o povo português*. Lisboa: I.N.A.T.E.L.

COSTA, L. (1920). *Uma arte famosa*. Porto: Costa & C.^ª Editores.

COSTA, L.F., LAINS, P., MIRANDA, S. (2014). *História económica de Portugal: 1143-2010*. Lisboa: Esfera dos Livros.

CROSSICK, G. (1997). *The artisan and the european town (1500-1900)*. Aldershot: Scholar Press.

CRUZ, M.A. (2009). Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da monarquia constitucional: da regeneração à república. *História*, III (10), pp. 161-180.

EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL DE GUIMARÃES. Comissão Central. (1884). *Relatório da exposição industrial de Guimarães em 1884*. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira.

FAURE, F.G.C.L.M. (2017). Viajar no tempo de D. Afonso Henriques: vias e pontes no território vimaranense. Em M.J. Barroca, *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

FERNANDES, A., PAIVA, O. (2009). Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910): os bem sucedidos e os outros. Em F. de Sousa, I.L. Martins, I. Matos, *Nas duas margens: os portugueses no Brasil* (pp. 411-423). Porto: Edições Afrontamento, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

FERNANDES, I. M; OLIVEIRA, A. J. (2004). Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos XV e XVI. *Revista de Guimarães*, 113-114, p. 43-209.

- FIORUCCI, E. (2003). Social relations, marriage and godparenthood belonging to the mercers' guild elite in 16th century Venice. *Mélanges de l'École française de Rome - Moyen Âge*, 135 (1), pp. 103-118.
- FREIRE, J. (1997). *Variações sobre o tema trabalho*. Porto: Edições Afrontamento.
- FREITAS, P. (2015). *A Póvoa de Lanhoso no liberalismo: o administrador do concelho na revolução da Maria da Fonte*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal.
- GRAY, J. (2005). *Spinning the threads of uneven development: gender and industrialization in Ireland during the long eighteenth century*. Lanham: Lexington Books.
- HOUSTON, R. SNELL, K.D.M. (1984). Proto-Industrialization? Cottage industry: social change and industrial revolution. *The Historical Journal*, 27 (2), pp. 473-492.
- JUTTE, R. (1994). *Poverty and deviance in early modern europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KRIEDTE, P., MEDICK, H., SCHLUMBOHM, J. (1992). *Industrialization before industrialization: rural industry in the genesis of capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAINS, P. (1986). Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada. *Análise Social*, XXII (91), pp. 381-419.
- LEITE, J. C. (1987). Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social*, 23(97), pp. 463-480.
- LEVINE, D. (1977). *Family formation in an age of nascent capitalism*. New York: Academic Press.
- LITTLEFIELD, A., REYNOLDS, L. (1990). The putting-out system: transitional form or recurrent feature of capitalist production? *The Social Science Journal*, 27(4), pp. 359-372
- LIMA, S.B. (1878). Exposição pecuária de Penafiel. *Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 1 (16), pp. 126-127.

- MAIA, F.P. (2014). As remessas dos emigrantes portugueses no Brasil e a capitalização da economia local: alguns exemplos. Em F. de Sousa (et. al.), *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. (pp. 336-352). Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- MARTINS, C.A. (2005). A agricultura. Em P. Lains, A.F. da Silva (org.), *História económica de Portugal (1700-2000): o século XIX*. Vol. II. (pp. 219-257).
- MATA, E., VALÉRIO, N. (2003). *História económica de Portugal: uma perspetiva global*. Lisboa: Editorial Presença.
- MÉDA, D. (1999). *O trabalho: um valor em vias de extinção*. Lisboa: Edições Fim de Século.
- MEDEIROS, A., BENJAMIM P., BOTELHO, J.A. (2009). *Traje à vianesa: uma imagem da nação*. Viana do Castelo: Câmara Municipal.
- MEDEIROS, F.L., PRADO, L.C.D. (2019). A teoria protoindustrial: origem, desenvolvimento e atualidade. *Estudos Económicos*, 49 (1), pp. 131-161.
- MELO, A.S. (2006). A organização dos mesteres do Porto em tempos manuelinos: entre mudanças e permanências. *Estudos em homenagem ao professor Doutor José Marques* (pp. 369-389). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MENDELS, F. (1972). Proto-industrialization: the first phase of the industrialization process. *The Journal of Economic History*, 32 (1), pp. 241-261.
- MERRINGTON, J. (1975). Town and country in the transition to capitalism. *New left review*, 93, pp. 71-92.
- MONTEIRO, I. (2007). A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar: uma questão em debate na segunda metade do século XIX. (pp. 385-400). Em F. Sousa, I.L. Martins, C.M. Pereira (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Cepese.
- MONTEIRO, I. (2011). Os passaportes: do enquadramento legal à prática (1855-1926). (pp. 117-135). Em F. Sousa, I. Martins, L. M. Menezes, M.I. Matos, M.N. Sarges, S.S. Silva (coord.). *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Cepese.

- MONTEIRO, N.G. (2002). Proprietário. Em N.L. Madureira, (coord.), C. Martins, N.G. Monteiro (org.). *História do trabalho e das ocupações: a agricultura*. Vol. III (pp. 90-97). Oeiras: Celta Editora.
- MOTA, R.M.S. (2011). *Glossário do uso do ouro no norte de Portugal*. Porto: Universidade Católica.
- MOTA, R.M.S. (2021). *A ourivesaria popular portuguesa em Viana do Castelo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal.
- OGILVIE, S., CERMÁN, M. (1996). *European proto-industrialization*. New York: Cambridge University Press.
- PEDREIRA, J. (2005). A Indústria. Em P. Lains, A. F. da Silva, *História económica de Portugal 1700-2000: Vol. I: o século XVIII* (pp. 177-208). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PEIXOTO, R. (1908). As filigranas. Em R. Severo (dir.), *Portugália: materiais para o estudo do povo português*. Tomo II (pp. 540-579). Porto: Imprensa Portuguesa.
- PEREIRA, M. H. (1988) - Artesãos, operários e o liberalismo: dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840). *Ler História*, 14, pp. 41-86
- RACINET, A. (1888). *Le costume historique*. Vol. VI. Paris: Firmin-Didot et Cie.
- REIS, J. (2005). O trabalho. Em P. Lains, A.F. da Silva (org.), *História económica de Portugal (1700-2000): o século XIX*. Vol. II. (pp. 119-151). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- RIBEIRO, M.A.P.N.G. (2002). *Trabalho e quotidiano numa vila do litoral : Vila do Conde no século XVIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- ROCHA, M.M. (1998). *Crédito privado em perspetiva comparada: séculos XVII-XIX*. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social.
- RODRIGUES, H. (2000). Análise à emigração para o Brasil através dos livros de recenseamento militar. *Cadernos Vianenses*, 28, pp. 95-110.

- ROSE, S.O. (1988). Proto-industry, women's work and the household economy in the transition to industrial capitalism. *Journal of Family History*, 13(1), pp. 181-193.
- SANTOS, M.A. (2007). *Mestres ourives de Guimarães*. Porto: Instituto dos Museus e da Conservação.
- SANTOS, M. A. (2020). Ourives de Guimarães na centúria de trezentos. *Revista de Guimarães*. Vol. 130, pp. 91-108.
- SANTOS, M.A., FERREIRA, A., SILVA, F. (2023). *Livros de notas de um ourives feirante: José Moreira Pinto de Carvalho: 1806-1864*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- SERRÃO, J.V. (2002). Lavrador. Em N.L. Madureira, (coord.), C. Martins, N.G. Monteiro (org.). *História do trabalho e das ocupações: a agricultura*. Vol. III (pp. 64-76). Oeiras: Celta Editora.
- SILVA, A.F. (1987). Família e trabalho doméstico no hinterland de Lisboa: Oeiras (1763-1810). *Análise Social*, 23 (97), pp. 531-562.
- SILVA, F.R. (1986). A alfabetização no antigo regime: o caso do Porto e da sua região (1580-1650). *História*, II (3), pp. 101-164.
- SOUSA, A.C. (1997). *Ourivesaria estampada e lavrada: uma técnica milenar numa oficina de Gondomar*. Porto: Faculdade de Letras.
- SOUSA, A.C. (2000). *Metamorfoses do ouro e da prata: a ourivesaria tradicional no noroeste de Portugal*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.
- SOUSA, A. C., Felícia, D. (2021). Una industria na "aldeia": a génesis da ourivesaria no concello de Gondomar: Portugal. Em J.P. Pérez, D. Arciello, N.S. Simarro, M.F. Rueda, *El Paraíso de Fura y Tena: estudios sobre la plata en Iberoamérica: de los orígenes al siglo XIX* (pp. 273-292). México: Instituto Nacional de Antropología e História.
- SOUSA, M.J.C.C. (2005). *O Património arqueológico na longa duração: ourivesaria antiga e tradicional no norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.

STONE, L. (1969). Literacy and education in England (1640-1900). *Past and Present*, 42, pp. 69-139.

TILLY, C. (1983). Flows of Capital and Forms of Industry in Europe, 1500-1900. *Theory and Society*, 12(2), pp. 123–142.

VIDAL, M.G., ALMEIDA, F.M. (1996). *Marcas de contrastes e ourives portuguesas (1887 a 1993)*. Volume II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

VIEIRA, J.A. (1886). *O Minho pitoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira.

Anexos

Anexo 1 – Inventário de ourives naturais da Póvoa de Lanhoso a trabalhar em Guimarães (segunda metade do século XVIII até à segunda metade do século XIX). Autoria: Manuela de Alcântara Santos.

Ourives	Naturalidade	Ocupação	Informações adicionais
António José da Silva	Covelas	Ourives do ouro	Identificado igualmente como dourador
Cândido José Martins	Travassos	Ourives do ouro	Em 1.3.1833 ingressa na Irmandade de N. S ^a . da Consolação e Santos Passos. Falece em 1869.
Diogo José Marinho	Travassos	Ourives do ouro	Em 1804 tem negócio de ourives, "assistindo" no Algarve
Domingos José da Silva Guimarães	Moure	Ourives do ouro, feirante, negociante	Falece em 1841
Francisco José Martins Carneiro	Taíde	Ourives do ouro	Falece em 1793. Pertenceu à Confraria do Santíssimo Sacramento (Guimarães)
Henrique José Coelho	Travassos	Ourives, feirante, negociante	Em 19.07.1834 obtém passaporte para as províncias da Beira e Estremadura no giro do seu negócio, levando um criado

João António da Cruz	Travassos	Ourives do ouro	Falece em 30.12.1881
João António da Silva	Covelas	Ourives do ouro, feirante	Em 20.07.1811 ingressa, juntamente com a mulher, na Irmandade de N.S ^a . da Consolação e Santos Passos (Guimarães)
João Batista da Silva	Covelas	Ourives, negociante	Data de óbito 11.12.1830
João Manuel da Silva	Covelas	Ourives do ouro	Falece em 1842
Joaquim José da Silva Areias	Brunhais	Ourives, negociante	Obtém passaporte para o Porto em 17.09.1834
Joaquim Lemos Ferreira da Costa	Sobradelo da Goma	Ourives, negociante, feirante	Em 20.4.1870 ingressa na Irmandade de N. S ^a . da Conceição e Santos Passos (Guimarães). Entre 1857 e 1860 efetua 4 viagens por terras do reino
José António da Silva	Covelas	Ourives do ouro	Em 07.04.1783 ingressa na Irmandade dos Santos Passos (Guimarães)
José Maria da Costa	Travassos	Ourives do ouro, negociante	Em 8.11.1859 ingressa na Irmandade de N. Sr ^a . da Consolação e Santos Passos (Guimarães)
José Moreira Lopes	Galegos	Ourives do ouro, feirante, negociante	Falece em 1825

Manuel Joaquim da Silva Areias	Brunhais	Ourives, feirante	Em 13.10.1834 obtém passaporte para Tomar e mais terras do Reino. Faleceu c. 1851/2
--------------------------------	----------	-------------------	---

Anexo 2 - Desenhos de adornos de ourivesaria publicados no livro “As filigranas” (1908), de Rocha Peixoto.

Argola



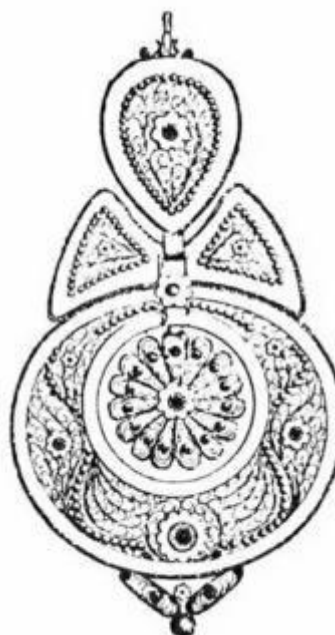
Arrecada



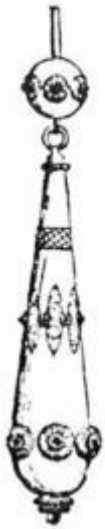
Arrecada



Argola “Brincos” à rainha



Brinco de fuso



Parte de colar de contas coberta de filigrana



Conta coberta avulsa



«Estrela» ou Cruz de Malta



Relicário



Coração



Anexo 3 - Fotografia do ourives Manuel José, de Travassos (Leiradela), publicado no artigo, “As Filigranas” (1908), de Rocha Peixoto.



Cl. de A. Cardoso

Anexo 4 – Postais ilustrados de Viana do Castelo representando conjuntos de lavradeiras com traje ourado, ca. 1900.



Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo; Fundo postal; Usos e Costumes Locais e do Alto Minho, Monumentos e Paisagens, Costumes de Viana, PT/MVCT-AMVCT/AFT/CP/0019 (ca.1900)



Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo; Fundo postal; Usos e Costumes Locais e do Alto Minho, Monumentos e Paisagens, *Camponesas em dia de festa*, PT/MVCT-AMVCT/AFT/CP/0210 (ca.1904)

Anexo 5 – Marcas de ourives de Travassos

Fonte: Vidal, M.G., Almeida, F.M. (1996). Marcas de contrastes e ourives portugueses (1887 a 1993). Volume II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

António José da Silva

Ano do registo; 1887



Carvalho & Filho

Ano do registo: 1887



Domingos António Gomes

Ano do registo; 1887



João António da Costa

Ano do registo: 1887



João Manuel da Cruz Júnior

Ano do registo: 1887



José Fernandes da Silva

Ano do registo: 1887



**Manuel Custódio Vieira
de Macedo**

Ano do registo: 1887



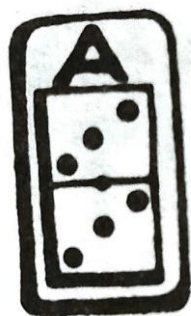
Manuel Joaquim Lopes

Ano do registo: 1888



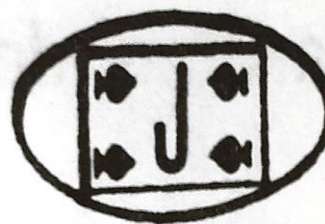
Alexandre Vieira Lopes

Ano do registo: 1892



José Maria Vieira

Ano do registo: 1894



Anexo 6 – A técnica da filigrana e do fabrico de contas

A técnica da filigrana foi a que mais contribuiu para a reputação dos ourives de Travassos, sendo que, em inícios do século XX, já apenas os núcleos fabris de Gondomar e Travassos a dominavam, como refere Rocha Peixoto (1908: 570). Ao contrário das outras técnicas, que dependem de algum tipo de molde, revestindo-se assim de uma maior simplicidade de execução, a filigrana exige do ourives um domínio técnico apurado, apelando igualmente ao seu sentido criativo e de composição, qualidades que deveriam transparecer logo na fase inicial do desenho da peça. Tradicionalmente, os desenhos mais vezes reproduzidos eram guardados nos denominados “livros de fumo”, compostos por folhas de papel onde as peças, previamente defumadas em candeias a petróleo, eram decalcadas como carimbos, ficando registadas as suas formas e dimensões, conforme relatado pelos ourives atuais. Rocha Peixoto refere, por sua vez, a utilização de livros com simples desenhos das peças (PEIXOTO, 1908; 546).

Livro de fumos – Folhas onde as peças, previamente defumadas em candeias a petróleo, eram decalcadas como carimbos, assim ficando registadas as suas formas e dimensões.



© Museu do Ouro de Travassos, 2015

A técnica da filigrana baseia-se na obtenção de fios de ouro de diâmetros finíssimos, pois é com eles que se vai encher a armação das peças. Para o conseguir, o ourives derrama os metais fundidos¹¹² numa rilheira, obtendo assim uma barra.

Forja – Fornalha onde o ouro é fundido conjuntamente com outros metais



© Associação Portugal à Mão, 2022

Cadinho – Recipiente de cerâmica refratária onde os metais são fundidos no interior da forja



© Associação Portugal à Mão, 2017

¹¹² O ouro funde a uma temperatura de 1064°C, a prata a 962°C e o cobre a 1085°C.

Rilheira – Instrumento de ferro onde o metal fundido é vertido



© Associação Portugal à Mão, 2017

Esta barra sofre uma primeira redução de espessura no cilindro ou laminador de fio. Este equipamento é formado por dois cilindros ou rolos sobrepostos, compostos por sulcos ou cavidades de diâmetros cada vez mais reduzidos e por onde a barra vai passando sucessivamente, reduzindo de espessura e aumentando progressivamente de comprimento até alcançar a forma de um fio.

Cilindro de fios – A vara ou barra metálica obtida da rilheira é passada pelo cilindro de fios onde sofre reduções de tamanho sucessivas até ficar com a forma de um fio



© Associação Portugal à Mão, 2017



© Associação Portugal à Mão, 2017

Este fio, depois de recozido para ficar mais macio, é ainda mais adelgadoado no banco de puxar fio, instrumento de madeira composto por um cilindro onde o fio é colocado, sendo este girado manualmente por um sarilho. No outro lado do banco prende-se a fieira ou damasquilha, barra retangular, de ferro ou aço, composta por orifícios graduados no qual o fio, puxado por uma tenaz, vai passando, do maior ao menor.

Banco de puxar fio - Instrumento usado para aprofundar a redução do fio metálico, fazendo-o passar pela fieira ou damasquilho



© Associação Portugal à Mão, 2022

Fieira ou damasquilho - Barra retangular, de ferro ou aço, composta por orifícios graduados no qual o fio vai passando, do maior ao menor



© Associação Portugal à Mão, 2017

Atingida a espessura desejada, o fio é levado para o carrinho de puxar fio, onde é enrolado em duas bobines e estirado nos chamados rubis, orifícios de espessuras ainda mais reduzidas onde o fio sofre uma última redução, até atingir diâmetros semelhantes aos de um fio de cabelo, como refere mais uma vez Rocha Peixoto (1908, 546).¹¹³

¹¹³ Não se conseguiu obter informações acerca do diâmetro exato do fio. O caderno de especificações da Filigrana de Portugal, em vigor atualmente, admite fios até uma espessura máxima de 0,22mm.

Carrinho de puxar fio – Equipamento onde o fio é enrolado em duas bobinas e passado pelos denominados rubis, onde sofre uma última redução de tamanho



© Associação Portugal à Mão, 2022

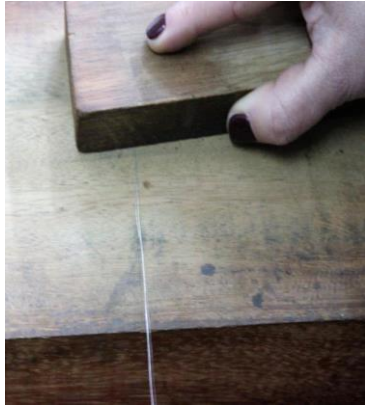
Rubis - Orifícios de espessuras muito reduzidas onde o fio sofre uma última redução, até atingir diâmetros semelhantes aos de um fio de cabelo.



© Associação Portugal à Mão, 2017

Ainda a partir de Rocha Peixoto (1908: 546) sabe-se que a filigrana, propriamente dita, obtinha-se pela torção de dois fios finíssimos entre duas tábuas de madeira, obtendo-se, assim, o torçal.

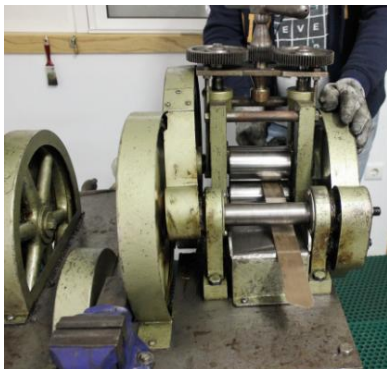
Tábuas de madeira - A obtenção da filigrana depende finalmente da torção de dois finos fios metálicos entre tábuas de madeira, formando um torçal



© Associação Portugal à Mão, 2017

O cordão resultante era alvo de uma recozedura¹¹⁴e, posteriormente, passado no laminador, alcançando assim a forma de fita serrilhada, tão característico da filigrana.

Laminador – O torçal é posteriormente laminado num laminador, adquirindo assim a textura serrilhada tão característica da filigrana.



© Associação Portugal à Mão, 2017

¹¹⁴ Esta recozedura é feita atualmente a uma temperatura de 700°C, segundo informações obtidas juntos dos artesãos, em 2022, aquando da realização da investigação tendente à inscrição da “Arte da Filigrana da Póvoa de Lanhoso” no inventário nacional do Património Cultural Imaterial.

Fio de filigrana



© Associação Portugal à Mão, 2017

A armação da peça, por sua vez, era construída com recurso a fios mais espessos que eram espalmados num laminador de cilindros lisos. Depois de cortada no tamanho desejado, o ourives dava a forma desejada a esta chapa com recurso a uma buchela, assim delimitando os contornos exteriores e as nervuras interiores da peça. As áreas vazias definidas pela armação eram posteriormente cheias a fio de filigrana. Em Travassos, o fio de filigrana era enrolado na zona do remate em formato de SS, espirais ou rodilhões, recorrendo-se novamente à buchela, uma pinça de aço cujas extremidades acabam em gumes.

Buchela – Tenaz de reduzidas dimensões com a qual se enrolam os fios de filigrana para o enchimento das peças e se faz igualmente a armação das peças



© Associação Portugal à Mão, 2017

Armação de um coração de filigrana



© Associação Portugal à Mão, 2017

Armações de corações semi-enchidas com filigrana



© Associação Portugal à Mão, 2017

Uma das etapas fundamentais do fabrico de peças em filigrana prende-se com a soldadura, processo que permite unir os diferentes componentes da armação e a filigrana a tal estrutura. Após a aplicação da goma, uma substância que garante a aderência da solda, esta é cuidadosamente vertida sobre a peça, unindo seus elementos de uma forma consistente. Em Travassos, a solda consiste em 50% de ouro, sendo os restantes dois terços de prata e um terço de cobre. A solda era vertida através de uma

peça designada de “cacifo” e o ourives soldava com o maçarico bucal, que soprava o lume da candeia contra a peça até fundir a solda.

Candeia a petróleo – Utensílio usado para se obter fogo para a soldagem das peças



© Associação Portugal à Mão, 2017

Cacifo – Peça com que se aplica a solda nas peças



© Associação Portugal à Mão, 2017

Maçarico bucal - Com o maçarico bucal o ourives sopra o lume da candeia de encontro à peça até fundir a solda



© Associação Portugal à Mão, 2017

A última fase consistia nos acabamentos, que são idênticos em outras técnicas de ourivesaria, além da filigrana. Decorre da soldagem que as peças ficam oxidadas e sujas, necessitando de ser recozidas. Em Travassos, para esse fim específico, as peças eram submersas em recipientes cerâmicos contendo carvão de urze, os quais eram então aquecidos na forja. Em seguida, estes artefactos eram submetidos a um processo de branqueamento, numa solução bastante diluída de ácido sulfúrico, estando então prontos para serem corados. Com esse objetivo, eram tradicionalmente fervidas numa solução de água composta por 50% de salitre, 25% de sal e outros 25% de pedra hume, de modo a recuperarem a coloração amarela característica.

Posteriormente, as peças eram areadas, processo através do qual estas eram polidas com recurso a areia, água e uma escova fina, assim adquirindo um tom brilhante. A etapa final consistia em brunir, ou seja, polir as peças, processo que era realizado com um instrumento a que se dava apropriadamente o nome de brunidor e que nada mais era que uma vara de aço cilíndrica.

Ao contrário da filigrana, a produção de contas requer o uso de uma embutideira, utensílio formado por concavidades de diversos tamanhos onde a chapa é batida, conforme o tamanho desejado. A técnica de embutir recorre assim ao uso de chapas laminadas, cortadas no tamanho desejado, que são batidas posteriormente, com recurso a um embutidor de cabeça esférica, contra as cavidades na forma de meia esfera que se dispõem ao longo da referida embutideira. Quando obtidas duas esferas, estas são soldadas uma à outra, obtendo-se assim as esferas a que se dá o nome de contas.

Embutideira e embutidores – A embutideira é um utensílio formado por concavidades de diversas dimensões onde a chapa metálica é batida conforme o tamanho desejado. Usado na confeção de contas. Os embutidores são os instrumentos com os quais se bate a chapa contra a embutideira.



© Associação Portugal à Mão, 2022

A memória local, segundo testemunhos recolhidos recentemente,¹¹⁵ conserva ainda as designações com que as contas são conhecidas em Travassos desde há várias gerações; *cobertas*, quando apresentam decoração em filigrana, ou de *olho de perdiz*, quando decoradas com dois pequenos círculos concêntricos. As contas de formato oval são também designadas de *pipos* ou *brasileiras*. Existe uma grande tradição de fabrico deste adereço na Póvoa de Lanhoso e, atualmente, uma das rotundas de acesso à cidade encontra-se decorada por uma escultura representando um conjunto de contas, sublinhando-se assim a importância deste adorno na memória coletiva local.

115 Testemunhos recolhidos em 2022 no âmbito da investigação tendente à inscrição da “Arte da Filigrana da Póvoa de Lanhoso” no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

ANEXO 7 – Fotografias do Museu do Ouro de Travassos

Entrada do Museu do Ouro de Travassos



© Associação Portugal à Mão, 2022

Perspetiva exterior da antiga oficina de ourivesaria da “Casa de Alfena”, atual Museu do Ouro



© Associação Portugal à Mão, 2022

Banca de oficina da antiga oficina de ourivesaria da “Casa de Alfena”



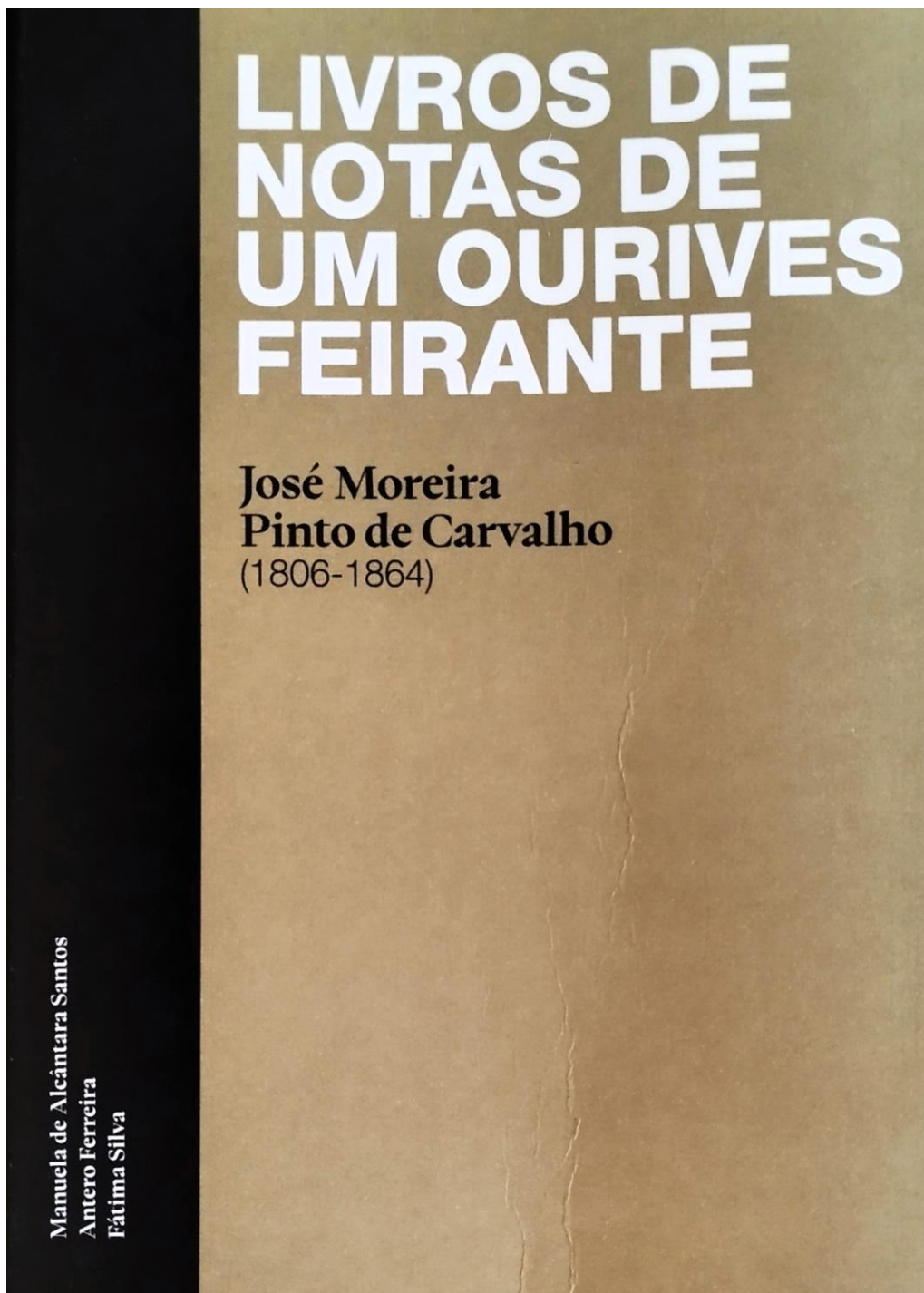
© ASSOCIAÇÃO PORTUGAL À MÃO, 2022

Perspetiva da antiga oficina de ourivesaria da “Casa de Alfena”



© Associação Portugal à Mão, 2022

ANEXO 8 – Capa do livro, “Livros de notas de um ourives feirante”



SANTOS, M.A.; FERREIRA, A.; SILVA, F. (2023). Livros de notas de um ourives feirante: José Moreira Pinto de Carvalho (1806-1864). Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Presença em fontes, naturalidade e moradas.

Legenda: b. (registos de batismos); c. (registos de casamentos); o. (registos de óbitos); ca.el. (cadernos eleitorais); r.m. (recenseamento militar); p. (registo de passaportes); i.o. (inventários por óbito).

Nº registo	Nome	Presença em fontes	Naturalidade	Morada
1	Adelino José de Lima	b. , r.m., ca.el.	Travassos	Travassos
2	Alexandre Vieira Lopes	b., c., o., r.m., ca.el.	Travassos	Raboeira
3	António Augusto da Cruz Braga	b, p., c., o., ca.el.	Braga	Raboeira
4	António Joaquim (da Cruz)	r.m.	Travassos	Travassos
5	António Joaquim de Freitas	b., c., ca.el.	-	Bustelos
6	António Joaquim dos Santos	b., c., r.m., ca. el.	Travassos	Travassos
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	b.	-	Travassos
8	António José da Silva	b., c., ca.el.	-	Travassos

9	António José da Silva	ca. el.	-	Bustelos
10	António Manuel Rebelo	b	-	Travassos
11	António Vieira Lopes	o., r.m.	Travassos	Bustelos
12	Bernardino José da Cruz Martins	b.,p., c., o., r.m., ca. el.	Travassos	Aldeia de Baixo, Bustelos
13	Bernardo Vieira Lopes	b.,c., o., r.m., ca.el.	Travassos	Bustelos
14	Braz Vieira Guimarães	o	Exposto na roda de Guimarães	Bustelos
15	Cândido António da Cruz	ca.el.	-	Aldeia de Baixo
16	Cândido José da Silva Cruz	b.,p., ca.el.	-	Travassos
17	Constantino (Lopes de Macedo)	r.m.	Travassos	Travassos
18	Constantino José de Araújo	c., ca.el.	-	Casa da Porta de Baixo
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	b.,c., o., r.m., ca.el.	Travassos	Bustelos

20	Custódio Manuel Vieira	b., r.m., ca.el.	Travassos	Leiradela
21	Domingos António da Costa	b.,c., r.m., ca.el.	Travassos	Outeirinhos
22	Domingos António Gomes	b., o., ca.el.	Fonte Arcada (freguesia da Póvoa de Lanhoso)	Raboeira
23	Eduardo José Trindade Lima	b.,p.	-	Leiradela
24	Eduardo José Pereira	b.,c., o., ca.el.	Guimarães	Raboeira
25	Eduardo Vieira Lopes	r.m.	Travassos	Travassos (emigra para Braga)
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	r.m.	Travassos	Travassos
27	Francisco António de Carvalho	b.,c., o., ca.el., i.o.	-	Casa de Alfena
28	Francisco António de Matos	b	-	Travassos
29	Francisco da Cruz Vieira	b	-	Travassos
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	c. , ca.el.	Fonte Arcada (freguesia da Póvoa de Lanhoso)	Travassos

31	Fulgêncio da Silva Matos	ca.el.	-	Alfena
32	Gabriel Barbosa Vieira	b., p., ca.el.	-	Bustelos
33	Gabriel da Silva Vieira	b., r.m., c., ca.el.	Travassos	Vilar
34	Gaspar Rebelo de Sousa	b.,p., c., ca.el.	Vieira do Minho	Leiradela
35	Gregório Joaquim da Silva	b.,c., o., ca.el.	Exposto na roda de Guimarães	Lage
36	Jacinto Custódio Rebelo	b.,c.	-	Bustelos
37	João (Alves)	r.m.	Travassos	Travassos
38	João (Vieira)	r.m.	Travassos	Travassos
39	João António da Costa	b., c., o., ca.el.	-	Outeirinhos
40	João António dos Santos	b.,p., c., ca.el.	Garfe (freguesia da Póvoa de Lanhoso)	Bustelos
41	João Batista de Vasconcelos	b.,c., o., ca.el.	-	Igreja, Aldeia de Cima

42	João Manuel da Cruz Júnior	b.,c., o., ca.el.	-	Leiradela
43	Joaquim (Vieira)	r.m.	Travassos	Travassos
44	Joaquim José Vieira	b., ca.el.	-	Leiradela
45	Joaquim Vieira Lopes	b., o., r.m., ca.el.	Travassos	Bustelos
46	Joaquim Pereira Rodrigues	b., p., c., o., ca.el.	-	Travassos
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	b, p., c., o., ca.el.	Fonte Arcada (freguesia da Póvoa de Lanhoso)	Igreja, Aldeia de Cima, Bustelos
48	José Bernardino da Cruz	b., c., ca.el.	-	Lage
49	José Custódio da Silva	c.	-	Aldeia de Cima
50	José Francisco Alves	b.,c., ca.el.	Vieira do Minho	Paredes, Monte, Lage
51	José Joaquim da Cunha	o., c., ca.el.	-	Aldeia de Baixo, Casa do Paço
52	José Joaquim da Silva	b.,c., o., ca.el.	Taíde (freguesia da Póvoa de Lanhoso)	Bustelos, Paredes

53	José Joaquim de Carvalho	b.,c., r.m., ca.el.	Travassos	Casa de Quintam
54	José Joaquim Fernandes da Silva	b., c., o., ca.el.	Sobradelo (freguesia da Póvoa de Lanhoso)	Aldeia de Baixo
55	José Joaquim Vieira	b.,p., c., o., ca.el	-	Leiradela
56	José Maria Fernandes	b.,c., o., r.m., ca.el., i.o.	Travassos	Casa da Carreira de Cima
57	José Maria Pereira Rodrigues	b.,c., ca.el.	-	Torrinheira
58	José Maria Vieira	b.,r.m., ca.el.	Travassos	Leiradela
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	b.,p., c., ca.el.	-	Leiradela
60	José Vieira Lopes	b	Travassos	Travassos (emigra para Braga)
61	Justino José da Silva	c.	-	Travassos
62	Lino José da Cruz	b	-	Travassos
63	Luís António da Silva	b.,p., o., ca.el.	-	Aldeia de Baixo

64	Luís Barbosa Mendes da Silva	b.,c., r.m., ca.el.	Travassos	Bustelos
65	Luís Joaquim da Cruz	b., o., ca.el., i.o.	-	Bustelos
66	Luís José (da Cruz Martins)	r.m.	Travassos	Travassos
67	Luís José da Silva	b., r.m., c., ca.el.	Travassos	Travassos
68	Luís José da Silva Matos	ca.el., p., i.o.	-	Aldeia de Baixo
69	Luís Vieira Lopes	b., o., c., ca.el., i.o.	Travassos	Bustelos
70	Manuel Alberto (da Costa)	r.m.	Travassos	Travassos
71	Manuel António (de Almeida)	r.m.	Travassos	Travassos
72	Manuel Barbosa da Silva	b., o., ca.el.	-	Travassos
73	Manuel da Costa Macedo	b	-	Travassos
74	Manuel dos Santos	b., r.m., c.	Travassos	Bustelos

75	Manuel António dos Santos	c.	-	Bustelos
76	Manuel Gonçalves	b., r.m., c., ca.el.	Sobradelo (freguesia Póvoa Lanhoso)	Travassos
77	Manuel Joaquim (da Silva)	r.m.	Travassos	Travassos
78	Manuel Joaquim Antunes	b.,c., o., ca.el.	Brunhais (freguesia da Póvoa de Lanhoso)	Aldeia de Cima
79	Manuel Joaquim da Costa	b.,c., ca.el.	-	Travassos
80	Manuel Joaquim Gonçalves	b. ca.el.	-	Bustelos
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	b.,c., o., ca.el.	Guimarães	Paredes
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	c.e., r.m., ca.el.	Travassos	Aldeia de Cima
83	Manuel Joaquim Mendes	b., o., ca.el.	-	Bustelos
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	b.,c., o., r.m., ca.el.	Travassos	Bustelos, Raboeira
85	Manuel José da Cruz Martins	b	-	Travassos

86	Manuel José Fernandes	b.,o., c., ca.el.	Travassos	Aldeia de Baixo
87	Manuel José Joaquim Ferreira	b.,o., ca.el., i.o.	-	Bustelos
88	Manuel Mendes Júnior	c.e.	-	Raboeira
89	Miguel de Freitas	b	-	Travassos
90	Serafim Fernandes	b.,c., o., ca.el., i.o.	Castelões (freguesia de Guimarães)	Bustelos
91	Serafim José da Silva	b. , ca.el.	Fonte Arcada (freguesia da Póvoa de Lanhoso)	Bustelos

APÊNDICE B - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Datas de nascimento, datas de casamento, idade ao casamento, datas de óbito, idades ao óbito

Nº registo	Nome	Data de nascimento	Data de casamento	Idade ao casamento	Data de óbito	Idade ao óbito
1	Adelino José de Lima	-	-	-	-	-
2	Alexandre Vieira Lopes	-	1884-09-04	26	-	-
3	António Augusto da Cruz Braga	-	-	-	-	-
4	António Joaquim (da Cruz)	-	-	-	-	-
5	António Joaquim de Freitas	-	-	-	-	-
6	António Joaquim dos Santos	-	1890-12-18	41	-	-
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	-	-	-	-	-
8	António José da Silva	-	-	-	-	-
9	António José da Silva	-	-	-	-	-
10	António Manuel Rebelo	-	-	-	-	-
11	António Vieira Lopes	-	-	-	1878-11-14	27
12	Bernardino José da Cruz Martins	-	1873-12-13	19	-	-
13	Bernardo Vieira Lopes	-	1892-08-05	31	1895-09-13	34
14	Braz Vieira Guimarães	-	-	-	1871-10-31	32

15	Cândido António da Cruz	-	-	-	-	-
16	Cândido José da Silva Cruz	-	-	-	-	-
17	Constantino (Lopes de Macedo)	1874-06-07	-	-	-	-
18	Constantino José de Araújo	-	-	-	-	-
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	-	1878-11-30	25	-	-
20	Custódio Manuel Vieira	-	-	-	-	-
21	Domingos António da Costa	-	1893-07-26	29	-	-
22	Domingos António Gomes	-	-	-	-	-
23	Eduardo José de Trindade Lima	-	-	-	-	-
24	Eduardo José Pereira	-	1880-11-13	22	-	-
25	Eduardo Vieira Lopes	-	-	-	-	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	-	-	-	-	-
27	Francisco António de Carvalho	-	-	-	-	-
28	Francisco António de Matos	-	-	-	-	-
29	Francisco da Cruz Vieira	-	-	-	-	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	-	1895-09-15	29	-	-
31	Fulgêncio da Silva Matos	-	-	-	-	-
32	Gabriel Barbosa Vieira	-	-	-	-	-

33	Gabriel da Silva Vieira	-	1891-06-04	24	-	-
34	Gaspar Rebelo de Sousa	-	1875-06-05	34	-	-
35	Gregório Joaquim da Silva	Exposto na roda de Guimarães	1886-06-05	27	1887-08-12	24
36	Jacinto Custódio Rebelo	-	-	-	-	-
37	João (Alves)	1872-03-03	-	-	-	-
38	João (Vieira)	-	-	-	-	-
39	João António da Costa	-	-	-	-	-
40	João António dos Santos	-	1873-06-05	21	-	-
41	João Batista de Vasconcelos	-	-	-	-	-
42	João Manuel da Cruz Júnior	-	1876-06-10	29	-	-
43	Joaquim (Vieira)	-	-	-	-	-
44	Joaquim José Vieira	-	-	-	-	-
45	Joaquim Vieira Lopes	-	-	-	-	-
46	Joaquim Pereira Rodrigues	-	-	-	-	-
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	-	1871-04-12	22	1879-07-24	30
48	José Bernardino da Cruz	-	1889-05-04	26	-	-

49	José Custódio da Silva	-	-		-	-
50	José Francisco Alves	-	1871-04-29	23	-	-
51	José Joaquim da Cunha	-	-	-	1877-05-29	40
52	José Joaquim da Silva	-	-	-	-	-
53	José Joaquim de Carvalho	-	1889-05-15	21	-	-
54	José Joaquim Fernandes da Silva	-	1875-08-30	21	-	-
55	José Joaquim Vieira	-	1878-06-28 (2º casamento)	35	-	-
56	José Maria Fernandes	-	1882-10-20	19	1887-09-15	25
57	José Maria Pereira Rodrigues	-	1891-11-28	23	-	-
58	José Maria Vieira	1872-04-05	-	-	-	-
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	-	-	-	-	-
60	José Vieira Lopes	-	-	-	-	-
61	Justino José da Silva	-	-	-	-	-
62	Lino José da Cruz	1874-09-23	-	-	-	-
63	Luís António da Silva	-	-	-	-	-
64	Luís Barbosa Mendes da Silva	-	1881-12-10	19	-	-
65	Luís Joaquim da Cruz	-	-	-	1883-03-30	50

66	Luís José (da Cruz Martins)	-	-	-	-	-
67	Luís José da Silva	-	-	-	-	-
68	Luís José da Silva Matos	-	-	-	-	-
69	Luís Vieira Lopes	-	-	-	1880-05-03	53
70	Manuel Alberto (da Costa)	-	-	-	-	-
71	Manuel António (de Almeida)	1872-02-27	-	-	-	-
72	Manuel Barbosa da Silva	-	-	-	-	-
73	Manuel da Costa Macedo	-	-	-	-	-
74	Manuel dos Santos	1874-02-21	-	-	-	-
75	Manuel António dos Santos	-	-	-	-	-
76	Manuel Gonçalves	-	-	-	-	-
77	Manuel Joaquim (da Silva)	-	-	-	-	-
78	Manuel Joaquim Antunes	-	-	-	-	-
79	Manuel Joaquim da Costa	-	-	-	-	-
80	Manuel Joaquim Gonçalves	-	-	-	-	-
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	-	-	-	-	-
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	1872-01-04	-	-	-	-
83	Manuel Joaquim Mendes	Exposto na roda da	-	-	1886-01-08	63

		Póvoa de Lanhoso				
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	-	1880-09-06	23	-	-
85	Manuel José da Cruz Martins	-	-	-	-	-
86	Manuel José Fernandes	-	-	-	1890-02-07	74
87	Manuel José Joaquim Ferreira	-	-	-	1885-01-20	45
88	Manuel Mendes Júnior	-	-	-	-	-
89	Miguel de Freitas	-	-	-	-	-
90	Serafim Fernandes	-	-	-	-	-
91	Serafim José da Silva	-	-	-	-	-

APÊNDICE C - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Categorias profissionais, posse de marca própria, outras ocupações

Nº registo	Nome	Categoria profissional	Marca própria	Outras ocupações
1	Adelino José de Lima	-	-	-
2	Alexandre Vieira Lopes	Mestre	Sim (ano do registo - 1892)	-
3	António Augusto da Cruz Braga	-	-	-
4	António Joaquim (da Cruz)	-	-	-
5	António Joaquim de Freitas	Mestre	-	Negociante
6	António Joaquim dos Santos	Mestre	-	-
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	-	-	-
8	António José da Silva	Mestre	Sim (ano do registo - 1887)	Proprietário
9	António José da Silva	-	-	-
10	António Manuel Rebelo	-	-	-
11	António Vieira Lopes	-	-	-
12	Bernardino José da Cruz Martins	Mestre	-	-
13	Bernardo Vieira Lopes	-	-	-
14	Braz Vieira Guimarães	-	-	-

15	Cândido António da Cruz	-	-	-
16	Cândido José da Silva Cruz	-	-	Proprietário
17	Constantino (Lopes de Macedo)	-	-	-
18	Constantino José de Araújo	Oficial	-	Lavrador
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	Mestre	-	Guarda-civil
20	Custódio Manuel Vieira	Mestre	Sim (ano do registo - 1887)	-
21	Domingos António da Costa	-	-	Escrevente
22	Domingos António Gomes	Mestre	Sim (ano do registo - 1887)	-
23	Eduardo José de Trindade Lima	-	-	-
24	Eduardo José Pereira	Mestre	-	Pedreiro
25	Eduardo Vieira Lopes	-	-	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	-	-	-
27	Francisco António de Carvalho	Mestre	Sim (ano do registo - 1887)	Proprietário
28	Francisco António de Matos	-	-	-
29	Francisco da Cruz Vieira	-	-	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	-	-	-
31	Fulgêncio da Silva Matos	-	-	-
32	Gabriel Barbosa Vieira	-	-	Proprietário, vendeiro

33	Gabriel da Silva Vieira	-	-	-
34	Gaspar Rebelo de Sousa	-	-	-
35	Gregório Joaquim da Silva	-	-	-
36	Jacinto Custódio Rebelo	-	-	-
37	João (Alves)	-	-	-
38	João (Vieira)	-	-	-
39	João António da Costa	Mestre	Sim (ano do registo - 1887)	Proprietário
40	João António dos Santos	-	-	-
41	João Batista de Vasconcelos	-	-	Proprietário, lavrador
42	João Manuel da Cruz Júnior	Mestre	Sim (ano do registo - 1887)	Proprietário
43	Joaquim (Vieira)	-	-	-
44	Joaquim José Vieira	-	-	Proprietário
45	Joaquim Vieira Lopes	-	-	-
46	Joaquim Pereira Rodrigues	-	-	Latoeiro
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	-	-	-
48	José Bernardino da Cruz	-	-	-
49	José Custódio da Silva	Oficial	-	-
50	José Francisco Alves	Mestre	-	Negociante

51	José Joaquim da Cunha	-	-	Proprietário
52	José Joaquim da Silva	-	-	Proprietário, lavrador
53	José Joaquim de Carvalho	Mestre	Sim (ano do registo - 1887)	Proprietário
54	José Joaquim Fernandes da Silva	Mestre	Sim (ano do registo - 1887)	Proprietário
55	José Joaquim Vieira	Mestre	-	Proprietário
56	José Maria Fernandes	-	-	Lavrador, proprietário
57	José Maria Pereira Rodrigues	Oficial	-	-
58	José Maria Vieira	Mestre	Sim (ano do registo - 1894)	-
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	-	-	Fogueteiro, proprietário
60	José Vieira Lopes	-	-	-
61	Justino José da Silva	Mestre	-	-
62	Lino José da Cruz	-	-	-
63	Luís António da Silva	Mestre	-	Proprietário, negociante
64	Luís Barbosa Mendes da Silva	-	-	Negociante, cantoneiro, lojista
65	Luís Joaquim da Cruz	-	-	Proprietário
66	Luís José (da Cruz Martins)	-	-	-
67	Luís José da Silva	-	-	-

68	Luís José da Silva Matos	-	-	Lavrador
69	Luís Vieira Lopes	-	-	Proprietário
70	Manuel Alberto (da Costa)	-	-	-
71	Manuel António (de Almeida)	-	-	-
72	Manuel Barbosa da Silva	-	-	-
73	Manuel da Costa Macedo	-	-	-
74	Manuel dos Santos	-	-	-
75	Manuel António dos Santos	-	-	-
76	Manuel Gonçalves	-	-	-
77	Manuel Joaquim (da Silva)	-	-	-
78	Manuel Joaquim Antunes	-	-	-
79	Manuel Joaquim da Costa	-	-	-
80	Manuel Joaquim Gonçalves	-	-	-
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	Mestre	Sim (ano do registo - 1888)	-
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	-	-	-
83	Manuel Joaquim Mendes	Mestre	-	Proprietário
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	-	-	Jornaleiro, cantoneiro
85	Manuel José da Cruz Martins	-	-	-

86	Manuel José Fernandes	-	-	Proprietário, lavrador
87	Manuel José Joaquim Ferreira	-	-	-
88	Manuel Mendes Júnior	-	-	-
89	Miguel de Freitas	-	-	-
90	Serafim Fernandes	Mestre	-	-
91	Serafim José da Silva	Mestre	-	-

APÊNDICE D – Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Pais dos ourives e suas ocupações.

Nº registo	Nome	Pai	Ocupação	Mãe	Ocupação
1	Adelino José de Lima	Caetano José de Lima	Alfaiate	Maria Joaquina Lopes	Jornaleira, tecedeira
2	Alexandre Vieira Lopes	Luís Vieira Lopes	Ourives, proprietário	Teodora Maria de Lima Marques	-
3	António Augusto da Cruz Braga	Bernardo José da Cruz	Proprietário	Maria Inácia Lopes da Silva	Proprietária
4	António Joaquim (da Cruz)	Luís Joaquim da Cruz	Ourives, proprietário	Emília da Conceição da Cunha Rocha	Proprietária
5	António Joaquim de Freitas	Carlos António de Freitas	Jornaleiro	Maria Luísa Antunes	-
6	António Joaquim dos Santos	-	-	Maria Luísa dos Santos	-
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	-	-	-	-
8	António José da Silva	-	-	-	-
9	António José da Silva	-	-	-	-
10	António Manuel Rebelo	-	-	-	-

11	António Vieira Lopes	Luís Vieira Lopes	Ourives, proprietário	Teodora Maria de Lima Marques	-
12	Bernardino José da Cruz Martins	José António da Cruz Martins	Proprietário, lavrador	Emília Rosa da Cruz Silva	Proprietária
13	Bernardo Vieira Lopes	Luís Vieira Lopes	Ourives, proprietário	Teodora Maria de Lima Marques	-
14	Braz Vieira Guimarães	-	-	-	-
15	Cândido António da Cruz	-	-	-	-
16	Cândido José da Silva Cruz	José António da Cruz Martins	Proprietário, lavrador	Emília Rosa da Cruz Silva	Proprietária
17	Constantino (Lopes de Macedo)	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	Ourives	Felicidade Maria da Costa	Proprietária
18	Constantino José de Araújo				
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	Manuel Joaquim Mendes (exposto)	Ourives, proprietário, jornalista	Emília Rodrigues	Proprietária, jornalista
20	Custódio Manuel Vieira	João António Vieira	-	Maria Genoveva	-
21	Domingos António da Costa	João António da Costa	Ourives, proprietário	Teresa de Jesus Alves Vieira	Proprietária

22	Domingos António Gomes	Manuel António Gomes	Proprietário, lavrador	Maria Joaquina Gonçalves	Proprietária, lavradora
23	Eduardo José de Trindade Lima	Caetano José de Lima	Alfaiate	Maria Joaquina Lopes	Jornaleira, tecedeira
24	Eduardo José Pereira	José Joaquim Pereira	Proprietário	Maria da Conceição Ferreira	Proprietária
25	Eduardo Vieira Lopes	Luís Vieira Lopes	Ourives, proprietário	Teodora Maria de Lima Marques	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	José Vieira Barbosa Rodrigues	Ourives, fogueteiro, proprietário	Teresa Maria da Cruz	Proprietária, costureira, jornaleira
27	Francisco António de Carvalho	José Joaquim de Carvalho	Proprietário	Claudina Rosa	Proprietária
28	Francisco António de Matos	-	-	-	-
29	Francisco da Cruz Vieira	-	-	-	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	José Manuel Rodrigues	Proprietário	Delfina Rosa de Carvalho	Proprietária
31	Fulgêncio da Silva Matos	Luís José da Silva Matos	Ourives, lavrador	Bernardina Rosa da Cruz	-
32	Gabriel Barbosa Vieira	-	-	-	-

33	Gabriel da Silva Vieira	António Manuel Vieira	Jornaleiro	Maria Augusta	-
34	Gaspar Rebelo de Sousa	José Joaquim Rebelo	-	Balbina Rosa de Sousa	
35	Gregório Joaquim da Silva	-	-	-	-
36	Jacinto Custódio Rebelo	-	-	-	-
37	João (Alves)	José Francisco Alves	Ourives, negociante	Antónia Rosa da Silva	Proprietária, costureira
38	João (Vieira)	José Joaquim Vieira	Ourives, proprietário	Maria Luísa de Matos	Proprietária
39	João António da Costa	Custódio José da Costa	Proprietário	Joana D´Afonseca	Proprietária
40	João António dos Santos	António José dos Santos	Lavrador	Custódia Gonçalves Pinheiro	-
41	João Batista de Vasconcelos	Joaquim de Vasconcelos	Proprietário	Maria Joaquina Ribeiro	Proprietária
42	João Manuel da Cruz Júnior	José António da Cruz	Proprietário, lavrador	Antónia Luísa	Reservatária
43	Joaquim (Vieira)	João António Vieira	-	Maria Genoveva	Travassos

44	Joaquim José Vieira	-	-	-	-
45	Joaquim Vieira Lopes	Luís Vieira Lopes	Ourives, proprietário	Teodora Maria de Lima Marques	-
46	Joaquim Pereira Rodrigues	-	-	-	-
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	Narciso José Rodrigues de Almeida	Proprietário	Narcisa da Conceição Sampaio	-
48	José Bernardino da Cruz	José António da Cruz Martins	Proprietário, lavrador	Emília Rosa da Cruz Silva	Proprietária
49	José Custódio da Silva	-	-	-	-
50	José Francisco Alves	Manuel Francisco Ferreira	Proprietário	Antónia Maria Álvares	Proprietária
51	José Joaquim da Cunha	Francisco José da Cunha	-	Maria Inácia Lopes	-
52	José Joaquim da Silva	Constantino José da Silva	Farmacêutico, proprietário	Cândida Maria de Sá	Proprietária
53	José Joaquim de Carvalho	Francisco António de Carvalho	Proprietário, ourives	Inácia Rosa da Silva	Proprietária
54	José Joaquim Fernandes da Silva	Manuel José Fernandes	Proprietário	Angelina de Lima Marques	Proprietária

55	José Joaquim Vieira	João António Vieira	Ourives	Maria Francisca Teresa Vieira	Proprietária
56	José Maria Fernandes	Manuel José Fernandes	Ourives, lavrador, proprietário	Maria Luísa da Cruz de Matos	Lavadora, proprietária
57	José Maria Pereira Rodrigues	Manuel Rodrigues	Jornaleiro	Maria Pereira	Jornaleira
58	José Maria Vieira	João António Vieira	-	Maria Genoveva	Travassos
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	António Vieira	-	Josefa Barbosa Rodrigues	-
60	José Vieira Lopes	Luís Vieira Lopes	Ourives, proprietário	Teodora Maria de Lima Marques	-
61	Justino José da Silva	-	-	-	-
62	Lino José da Cruz	José António da Cruz Martins	Proprietário, lavrador	Emília Rosa da Cruz Silva	Proprietária
63	Luís António da Silva	António José da Silva	Ourives, proprietário	Custódia Maria de Matos	-
64	Luís Barbosa Mendes da Silva	Manuel Joaquim Mendes (exposto)	Ourives, proprietário	Emília Rosa Rodrigues Barbosa Silva	Proprietária, jornalista
65	Luís Joaquim da Cruz	Francisco José da Cruz	Proprietário, lavrador	Joana Barbosa de Matos	Proprietária

66	Luís José (da Cruz Martins)	Bernardino José da Cruz Martins	Ourives	Maria Luísa Alves da Silva	Tecedeira
67	Luís José da Silva	António José da Silva	Ourives, proprietário	Custódia Maria Teresa de Matos	-
68	Luís José da Silva Matos	-	-	Maria da Luz	-
69	Luís Vieira Lopes	-	-	-	-
70	Manuel Alberto (da Costa)	João António da Costa	Ourives, proprietário	Teresa de Jesus Alves Vieira	Proprietária
71	Manuel António (de Almeida)	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	Ourives	Antónia Rosa Rebelo	Proprietária, tecedeira
72	Manuel Barbosa da Silva	-	-	-	-
73	Manuel da Costa Macedo	-	-	-	-
74	Manuel dos Santos	João António dos Santos	Ourives	Clementina Rosa da Cruz	Tecedeira
75	Manuel António dos Santos	-	-	-	-
76	Manuel Gonçalves	António Gonçalves	-	Maria Teresa	-

77	Manuel Joaquim (da Silva)	Jerónimo Joaquim da Silva	Jornaleiro	Antónia Barbosa da Silva	Padeira, tecedeira
78	Manuel Joaquim Antunes	José António Antunes	Ferreiro	Benedita Rosa	-
79	Manuel Joaquim da Costa	-	-	-	-
80	Manuel Joaquim Gonçalves	-	-	-	-
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	José António Lopes de Macedo	Proprietário	Maria Teresa Lopes	Proprietária
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	Ourives	Felicidade Maria da Costa	Proprietária
83	Manuel Joaquim Mendes	-	-	-	-
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	Manuel Joaquim Mendes (exposto)	Ourives, proprietário, jornaleiro	Emília Rosa Rodrigues. Barbosa Silva	Proprietária, jornaleira
85	Manuel José da Cruz Martins	José António da Cruz Martins	Proprietário, lavrador	Emília Rosa da Cruz Silva	Proprietária
86	Manuel José Fernandes	José Maria Fernandes	-	Albina Rosa da Silva	-
87	Manuel José Joaquim Ferreira	José António Ferreira	Jornaleiro	Francisca Joana Leite	Jornaleira

88	Manuel Mendes Júnior	-	-	-	-
89	Miguel de Freitas	-	-	-	-
90	Serafim Fernandes	António Fernandes Magalhães	Proprietário	Maria Rosa Vieira	-
91	Serafim José da Silva	-	-	-	-

APÊNDICE E – Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Cônjuges dos ourives, suas ocupações e naturalidades

Nº registo	Nome	Cônjuge	Ocupação	Naturalidade
1	Adelino José de Lima			
2	Alexandre Vieira Lopes	Elisa Maria da Costa	Costureira	-
3	António Augusto da Cruz Braga	Josefa Rodrigues Barbosa	Proprietária	-
4	António Joaquim (da Cruz)	-	-	-
5	António Joaquim de Freitas	Maria Antónia Fernandes da Silva	Costureira	-
6	António Joaquim dos Santos	Maria de Jesus da Silva	Costureira	-
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	-	-	-
8	António José da Silva	Custódia Maria Teresa de Matos	-	-
9	António José da Silva	-	-	-

10	António Manuel Rebelo	-	-	-
11	António Vieira Lopes	-	-	-
12	Bernardino José da Cruz Martins	Maria Luísa Alves da Silva	Tecedeira	-
13	Bernardo Vieira Lopes	Delfina de Jesus Gonçalves	Costureira	-
14	Braz Vieira Guimarães	-	-	-
15	Cândido António da Cruz	-	-	-
16	Cândido José da Silva Cruz	-	-	-
17	Constantino (Lopes de Macedo)	-	-	-
18	Constantino José de Araújo	-	-	-
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	Olívia da Glória de Macedo	Costureira	-
20	Custódio Manuel Vieira	-	-	-

21	Domingos António da Costa	Inácia Rosa Rodrigues	-	Fonte Arcada (freguesia)
22	Domingos António Gomes	Joaquina Rosa Alves	Proprietária, Costureira	Garfe (freguesia)
23	Eduardo José de Trindade Lima	-	-	-
24	Eduardo José Pereira	Maria de Jesus Silva da Cruz	Lavradora, costureira	-
25	Eduardo Vieira Lopes	Maria Rosa Vieira	-	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	-	-	-
27	Francisco António de Carvalho	Inácia Rosa da Silva	Proprietária	-
28	Francisco António de Matos	-	-	-
29	Francisco da Cruz Vieira	-	-	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	Eva Maria Barbosa Carvalho	Proprietária	Travassos
31	Fulgêncio da Silva Matos	-	-	-

32	Gabriel Barbosa Vieira	-	-	-
33	Gabriel da Silva Vieira	Florinda da Silva	-	-
34	Gaspar Rebelo de Sousa	Maria José Antunes	Costureira	-
35	Gregório Joaquim da Silva	Joana / Joaquina Rita	Jornaleira, costureira	-
36	Jacinto Custódio Rebelo	-	-	-
37	João (Alves)	-	-	-
38	João (Vieira)	-	-	-
39	João António da Costa	Teresa de Jesus Alves Vieira	Proprietária	Taíde (freguesia)
40	João António dos Santos	Clementina Rosa da Cruz	Tecedeira	-
41	João Batista de Vasconcelos	Maria Emília Fernandes Vieira d' Afonseca Vasconcelos	Proprietária	Fafe
42	João Manuel da Cruz Júnior	Carolina Rosa de Matos	Proprietária, lavradora	-

43	Joaquim (Vieira)	-	-	-
44	Joaquim José Vieira	-	-	-
45	Joaquim Vieira Lopes	Francisca Cândida de Vasconcelos	Costureira	-
46	Joaquim Pereira Rodrigues	Genoveva Rosa de Oliveira	-	-
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	Antónia Rosa Rebelo	Proprietária, tecedeira	-
48	José Bernardino da Cruz	Claudina Rosa da Silva	Jornaleira, tecedeira	-
49	José Custódio da Silva	-	-	-
50	José Francisco Alves	Antónia Rosa da Silva	Proprietária, Costureira	-
51	José Joaquim da Cunha	-	-	-
52	José Joaquim da Silva	Cândida Augusta da Silva	Proprietária	-
53	José Joaquim de Carvalho	Elisa Augusta Barbosa	Proprietária	-

54	José Joaquim Fernandes da Silva	Gracinda Rosa Fernandes	Proprietária	-
55	José Joaquim Vieira	Maria Luísa de Matos	Proprietária	-
56	José Maria Fernandes	Olívia Rosa de Matos	Lavradora, proprietária	-
57	José Maria Pereira Rodrigues	Maria Joaquina Rodrigues	Jornaleira	-
58	José Maria Vieira	-	-	-
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	Teresa Maria da Cruz	Proprietária, costureira, jornaleira	-
60	José Vieira Lopes	Rosa da Conceição Vieira	-	-
61	Justino José da Silva	-	-	-
62	Lino José da Cruz	-	-	-
63	Luís António da Silva	Delfina Rosa Gomes	Proprietária, costureira	Fonte Arcada (freguesia)
64	Luís Barbosa Mendes da Silva	Cândida Rosa da Silva	Costureira, tecedeira	-

65	Luís Joaquim da Cruz	Emília da Conceição da Cunha Rocha	Proprietária	-
66	Luís José (da Cruz Martins)	-	-	-
67	Luís José da Silva		-	-
68	Luís José da Silva Matos	Bernardina Rosa da Cruz	-	-
69	Luís Vieira Lopes	Teodora Maria de Lima Marques	-	-
70	Manuel Alberto (da Costa)	-	-	-
71	Manuel António (de Almeida)	-	-	-
72	Manuel Barbosa da Silva	-	-	-
73	Manuel da Costa Macedo	-	-	-
74	Manuel dos Santos	-	-	-
75	Manuel António dos Santos	-	-	-

76	Manuel Gonçalves	-	-	-
77	Manuel Joaquim (da Silva)	-	-	-
78	Manuel Joaquim Antunes	Júlia Augusta de Vasconcelos	Costureira	-
79	Manuel Joaquim da Costa	-	-	-
80	Manuel Joaquim Gonçalves	-	-	-
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	Felicidade Maria da Costa	Proprietária	-
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	-	-	-
83	Manuel Joaquim Mendes	Emília Rosa Rodrigues Barbosa Silva	Proprietária, jornalista	-
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	Maria da Conceição Jesus Fernandes Gonçalves	Jornaleira	-
85	Manuel José da Cruz Martins	-	-	-
86	Manuel José Fernandes	Maria Luísa da Cruz de Matos	Proprietária, lavradora	.

87	Manuel José Joaquim Ferreira	Maria Joaquina da Silva	Jornaleira	-
88	Manuel Mendes Júnior	-	-	-
89	Miguel de Freitas	-	-	-
90	Serafim Fernandes	Rosa da Conceição Fernandes	Costureira	-
91	Serafim José da Silva	Maria Delfina Pereira da Rocha	Serviço da casa	Fonte Arcada (freguesia)

APÊNDICE F – Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Sogros dos ourives e suas ocupações.

Nº registo	Nome	Sogro	Ocupação	Sogra	Ocupação
1	Adelino José de Lima	-	-	-	-
2	Alexandre Vieira Lopes	João António da Costa	Ourives, proprietário	Teresa de Jesus Alves Vieira	Proprietária
3	António Augusto da Cruz Braga	António José Barbosa	Proprietário	Maria José Francisca	Proprietária
4	António Joaquim (da Cruz)	-	-	-	-
5	António Joaquim de Freitas	Manuel José Fernandes	Proprietário	Angelina de Lima Marques	Proprietária
6	António Joaquim dos Santos	Jerónimo José Joaquim da Silva	Jornaleiro	Antónia Barbosa da Silva	Padeira, tecedeira
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	-	-	-	-

8	António José da Silva	-	-	-	-
9	António José da Silva	-	-	-	-
10	António Manuel Rebelo	-	-	-	-
11	António Vieira Lopes	-	-	-	-
12	Bernardino José da Cruz Martins	José Joaquim da Silva	Barbeiro	Joaquina Rosa Alves	Tecedeira
13	Bernardo Vieira Lopes	António Joaquim Gonçalves	-	Maria Teresa (exposta)	-
14	Braz Vieira Guimarães	-	-	-	-
15	Cândido António da Cruz	-	-	-	-

16	Cândido José da Silva Cruz	-	-	-	-
17	Constantino (Lopes de Macedo)	-	-	-	-
18	Constantino José de Araújo	-	-	-	-
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	Ourives	Felicidade Maria da Costa	Proprietária
20	Custódio Manuel Vieira	-	-	-	-
21	Domingos António da Costa	José Manuel Rodrigues	Proprietário	Delfina de Carvalho	Proprietária
22	Domingos António Gomes	-	-	Teresa Maria (solteira)	-
23	Eduardo José de Trindade Lima	-	-	-	-

24	Eduardo José Pereira	José António da Cruz Martins	Lavrador, proprietário	Emília Maria da Cruz e Silva	Proprietária
25	Eduardo Vieira Lopes	-	-	-	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	-	-	-	-
27	Francisco António de Carvalho	António José da Silva	Ourives, proprietário	Custódia de Matos	Proprietária
28	Francisco António de Matos	-	-	-	-
29	Francisco da Cruz Vieira	-	-	-	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	Custódio José Barbosa da Silva	Proprietário	Maria Joaquina da Silva Martins	Proprietária
31	Fulgêncio da Silva Matos	-	-	-	-

32	Gabriel Barbosa Vieira	-	-	-	-
33	Gabriel da Silva Vieira	Zacarias Xavier de Matos	Proprietário	Teresa Rita da Silva	Proprietária
34	Gaspar Rebelo de Sousa	-	-	Custódia Maria Antunes	-
35	Gregório Joaquim da Silva	José da Silva	-	Joana (exposta)	-
36	Jacinto Custódio Rebelo	-	-	-	-
37	João (Alves)	-	-	-	-
38	João (Vieira)	-	-	-	-
39	João António da Costa	Manuel Joaquim Alves Vieira	Proprietário	Maria Joaquina	Proprietária

40	João António dos Santos	José António da Cruz Martins	Lavrador, proprietário	Emília Maria da Cruz e Silva	Proprietária
41	João Batista de Vasconcelos	Custódio Fernandes Guimarães	Proprietário	Francisca d'Afonseca Vieira	Proprietária
42	João Manuel da Cruz Júnior	Bernardo António de Matos	Proprietário, lavrador	Clementina Rosa de Matos	Proprietária
43	Joaquim (Vieira)	-	-	-	-
44	Joaquim José Vieira	-	-	-	-
45	Joaquim Vieira Lopes	João Batista de Vasconcelos	Ourives, proprietário, lavrador	Maria Emília Fernandes Vieira Afonseca Vasconcelos	Proprietária
46	Joaquim Pereira Rodrigues	-	-	-	-
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	José António Rebelo	Proprietário	Joaquina Rosa Barbosa	Proprietária

48	José Bernardino da Cruz	-	-	Custódia Maria da Silva	Jornaleira
49	José Custódio da Silva	-	-	-	-
50	José Francisco Alves	José Maria da Silva	Proprietário	Maria Rosa de Ramos	Proprietária
51	José Joaquim da Cunha	-	-	-	-
52	José Joaquim da Silva	António José da Silva	Ourives, proprietário	Custódia de Matos	Proprietária
53	José Joaquim de Carvalho	Custódio José Barbosa da Silva	Proprietário	Maria Joaquina da Silva Martins	Proprietária
54	José Joaquim Fernandes da Silva	Manuel José Fernandes	Ourives, lavrador, proprietário	Maria Luísa de Matos	Proprietária, lavradora
55	José Joaquim Vieira	Bernardo António de Matos	Proprietário, lavrador	Clementina Rosa de Matos	Proprietária

56	José Maria Fernandes	José António de Matos	Lavrador, proprietário	Maria José Fernandes	Lavradora, proprietária
57	José Maria Pereira Rodrigues	-	-	Joana Rita Rodrigues	Jornaleira, lavradora caseira
58	José Maria Vieira	-	-	-	-
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	José António da Cruz	Proprietário, lavrador	Antónia Luísa da Cruz	-
60	José Vieira Lopes	-	-	-	-
61	Justino José da Silva	-	-	-	-
62	Lino José da Cruz	-	-	-	-
63	Luís António da Silva	Manuel António Gomes	Proprietário, lavrador	Maria Joaquina Gonçalves	Proprietária, lavradora

64	Luís Barbosa Mendes da Silva	Jerónimo José Joaquim da Silva	Jornaleiro	Antónia Barbosa da Silva	Padeira, tecedeira
65	Luís Joaquim da Cruz	Salvador da Cunha Rocha	Proprietário	Clara Delfina de Magalhães	Proprietária
66	Luís José (da Cruz Martins)	-	-	-	-
67	Luís José da Silva	-	-	-	-
68	Luís José da Silva Matos	-	-	-	-
69	Luís Vieira Lopes	-	-	-	-
70	Manuel Alberto (da Costa)	-	-	-	-
71	Manuel António (de Almeida)	-	-	-	-

72	Manuel Barbosa da Silva	-	-	-	-
73	Manuel da Costa Macedo	-	-	-	-
74	Manuel dos Santos	-	-	-	-
75	Manuel António dos Santos	-	-	-	-
76	Manuel Gonçalves	-	-	-	-
77	Manuel Joaquim (da Silva)	-	-	-	-
78	Manuel Joaquim Antunes	João Batista de Vasconcelos	Ourives, proprietário, lavrador	Maria Emília Fernandes Vieira Afonseca Vasconcelos	Proprietária
79	Manuel Joaquim da Costa	-	-	-	-

80	Manuel Joaquim Gonçalves	-	-	-	-
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	Custódio José da Costa	Proprietário	Joana d' Afonseca	Proprietária
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	-	-	-	-
83	Manuel Joaquim Mendes	Manuel da Silva	Ourives	Josefa Barbosa	Tendeira
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	João Fernandes (solteiro)	-	Joana Gonçalves	Jornaleira
85	Manuel José da Cruz Martins	-	-	-	-
86	Manuel José Fernandes	-	-	-	-
87	Manuel José Joaquim Ferreira	Manuel José da Silva	Jornaleiro	Quitéria Rosa da Silva	Jornaleira

88	Manuel Mendes Júnior	-	-	-	-
89	Miguel de Freitas	-	-	-	-
90	Serafim Fernandes	Manuel José Fernandes	Ourives, proprietário, lavrador	Maria Luísa de Matos	Proprietária, lavradora
91	Serafim José da Silva	Custódio José Pereira	-	Maria da Conceição Jorge da Rocha	-

APÊNDICE G – Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Filhos de ourives nascidos entre 1870-1895

Nº registo	Nome	Ano de batismo (filhos de ourives)
1	Adelino José de Lima	-
2	Alexandre Vieira Lopes	1887 (Isidro); 1888 (Elisa); 1892 (Isidro); 1895 (Maria da Glória)
3	António Augusto da Cruz Braga	1872 (Abel); 1875 (Francisco)
4	António Joaquim (da Cruz)	-
5	António Joaquim de Freitas	1885 (Carlos); 1877 (Lola?); 1890 (Elisa); 1894 (Silvina)
6	António Joaquim dos Santos	-
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	-
8	António José da Silva	-
9	António José da Silva	-

10	António Manuel Rebelo	-
11	António Vieira Lopes	-
12	Bernardino José da Cruz Martins	1874 (Lino); 1876 (Elvira); 1878 (Luís); 1879 (Clementina); 1881 (Marcelina); 1884 (Ernestino); 1886 (Jaime); 1890 (João); 1894 (Cândido)
13	Bernardo Vieira Lopes	1892 (Rosa); 1894 (José)
14	Braz Vieira Guimarães	-
15	Cândido António da Cruz	-
16	Cândido José da Silva Cruz	-
17	Constantino (Lopes de Macedo)	-
18	Constantino José de Araújo	-
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	1881 (Manuel); 1883 (Alexandre); 1884 (Maria); 1887 (Isaura); 1888 (Silvino); 1892 (António)
20	Custódio Manuel Vieira	-

21	Domingos António da Costa	-
22	Domingos António Gomes	1886 (Filomena); 1888 (Alberto); 1890 (Ilídio); 1892 (Cândida); 1894 (Lúcio); 1895 (José)
23	Eduardo José de Trindade Lima	-
24	Eduardo José Pereira	1881 (Emília); 1883 (Angelina); 1884 (João); 1887 (Francisco); 1888 (Manuel); 1891 (??); 1894 (Clementina); 1895 (Manuel)
25	Eduardo Vieira Lopes	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	-
27	Francisco António de Carvalho	1870 (Maria da Conceição)
28	Francisco António de Matos	-
29	Francisco da Cruz Vieira	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	-
31	Fulgêncio da Silva Matos	-

32	Gabriel Barbosa Vieira	-
33	Gabriel da Silva Vieira	1893 (José)
34	Gaspar Rebelo de Sousa	1876 (José); 1882 (Bernardo); 1888 (Bernardina)
35	Gregório Joaquim da Silva	1886 (Patrício)
36	Jacinto Custódio Rebelo	-
37	João (Alves)	-
38	João (Vieira)	-
39	João António da Costa	1870 (Maria); 1873 (Emília); 1874 (José Maria); 1876 (Libânia); 1879 (Cândida); 1881 (Ermindia); 1883 (Leocádia)
40	João António dos Santos	1874 (Manuel), 1876 (Felicidade), 1878 (Álvaro)
41	João Batista de Vasconcelos	1870 (Amélia); 1872 (Antónia); 1874 (Deolinda); 1876 (José); 1879 (Maria); 1881 (Bernardo); 1884 (Joaquim)
42	João Manuel da Cruz Júnior	1877 (Beatriz); 1878 (José); 1880 (Aristides); 1882 (Aurora); 1883 (David); 1885 (Francisco); 1887 (Francisco); 1889 (César); 1891 (Leopoldina); 1894 (Cândida)

43	Joaquim (Vieira)	-
44	Joaquim José Vieira	-
45	Joaquim Vieira Lopes	1887 (Américo); 1888 (António); 1891 (Américo); 1894 (Adélio); 1895 (Augusta)
46	Joaquim Pereira Rodrigues	-
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	1872 (Manuel); 1874 (Felicidade); 1876 (Balbina); 1878 (José)
48	José Bernardino da Cruz	1889 (Gracinda); 1891 (Álvaro); 1893 (José); 1894 (Manuel)
49	José Custódio da Silva	-
50	José Francisco Alves	1872 (João); 1874 (Libânia); 1876 (Júlia); 1879 (Manuel); 1882 (Maria); 1885 (Palmira)
51	José Joaquim da Cunha	-
52	José Joaquim da Silva	1878 (António); 1880 (Maria); 1882 (Constantino); 1885 (Joana); 1887 (Abílio); 1889 (Felismina); 1891 (Deolinda)
53	José Joaquim de Carvalho	1891 (Francisco); 1892 (Manuel); 1894 (Joana)

54	José Joaquim Fernandes da Silva	1875 (Laura); 1878 (Amélia); 1879 (Silvina); 1880 (Álvaro); 1882 (Adélia); 1883 (Isidro); 1886 (Maria); 1887 (Beatriz); 1888 (Helena); 1890 (Olinda); 1892 (Leocádia); 1894 (Manuel)
55	José Joaquim Vieira	1870 (Francisco); 1872 (Rosa); 1873 (Ida); 1875 (Joaquim); 1880 (Maria); 1881 (José); 1883 (Paulino); 1885 (Isaura)
56	José Maria Fernandes	1883 (Albina); 1885 (Maria); 1886 (Zeferino)
57	José Maria Pereira Rodrigues	1892 (João Maria); 1894 (Manuel); 1895 (Henriqueta)
58	José Maria Vieira	-
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	1872 (Felismina); 1875 (Artur); 1877 (José); 1880 (João); 1883 (Américo)
60	José Vieira Lopes	-
61	Justino José da Silva	-
62	Lino José da Cruz	-
63	Luís António da Silva	1876 (António); 1878 (Patrocínia); 1880 (Manuel); 1883 (Adelaide); 1886 (Abel); 1890 (Albertina); 1893 (Manuel)
64	Luís Barbosa Mendes da Silva	1882 (José); 1884 (Rosa); 1885 (Manuel); 1888 (Maria); 1890 (Palmira); 1892 (Ana); 1895 (António)

65	Luís Joaquim da Cruz	1870 (José); 1872 (Manuel); 1873 (Olívia); 1874 (Rosa); 1875 (Olívia)
66	Luís José (da Cruz Martins)	-
67	Luís José da Silva	-
68	Luís José da Silva Matos	-
69	Luís Vieira Lopes	-
70	Manuel Alberto (da Costa)	-
71	Manuel António (de Almeida)	-
72	Manuel Barbosa da Silva	-
73	Manuel da Costa Macedo	-
74	Manuel dos Santos	-
75	Manuel António dos Santos	-

76	Manuel Gonçalves	-
77	Manuel Joaquim (da Silva)	-
78	Manuel Joaquim Antunes	1885 (Francisca); 1887 (Hermínia); 1889 (Esmeralda); 1891 (Joaquim); 1893 (Ema)
79	Manuel Joaquim da Costa	-
80	Manuel Joaquim Gonçalves	-
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	1872 (Manuel); 1874 (Constantino); 1877 (João); 1882 (José)
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	-
83	Manuel Joaquim Mendes	1871 (Amélia)
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	1881 (Zulmira); 1883 (Benjamim); 1885 (Adelaide); 1888 (José Maria); 1891 (Manuel); 1893 (Arménio)
85	Manuel José da Cruz Martins	-
86	Manuel José Fernandes	-

87	Manuel José Joaquim Ferreira	1870 (Conceição); 1873 (José); 1875 (Emília); 1877 (Libânia)
88	Manuel Mendes Júnior	-
89	Miguel de Freitas	-
90	Serafim Fernandes	1887 (António)
91	Serafim José da Silva	1874 (José); 1877 (Adriano); 1879 (António); 1880 (Emília)

APÊNDICE H – Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Alfabetização, capacidade eleitoral, ourives elegíveis para deputados, total de impostos pagos

Nº registo	Nome	Alfabetização	Capacidade eleitoral	Elegível para deputado	Impostos pagos – total (em milhares de réis)
1	Adelino José de Lima	Sim	Sim (1885-1890)	Não	-
2	Alexandre Vieira Lopes	Sim	Sim (1881-1895)	Não	-
3	António Augusto da Cruz Braga	Sim	Sim (1870-1876)	Não	6,530 réis
4	António Joaquim (da Cruz)	Sem informação	Não	Não	-
5	António Joaquim de Freitas	Sim	Sim (1885-1895)	Não	-
6	António Joaquim dos Santos	Sim	Sim(1879-1895)	Não	-
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	Sabe assinar	Não	Não	-
8	António José da Silva	Sim	Sim (1870-1895)	Sim (de 1870 a 1895)	1,253,706 réis
9	António José da Silva	Não	Sim (1879-1888)	Não	-

10	António Manuel Rebelo	Sabe assinar	Não	Não	-
11	António Vieira Lopes	Sem informação	Não	Não	-
12	Bernardino José da Cruz Martins	Sim	Sim (1876-1877; 1879-1887; 1890-1895)	Não	2,600 réis
13	Bernardo Vieira Lopes	Sim	Sim (1886-1895)	Não	-
14	Braz Vieira Guimarães	Sem informação	Não	Não	-
15	Cândido António da Cruz	Sim	Sim (1881-1883)	Não	-
16	Cândido José da Silva Cruz	Sim	Sim (1885-1895)	Não	-
17	Constantino (Lopes de Macedo)	Sem informação	Não	Não	-
18	Constantino José de Araújo	Sim	Sim (1879-1883)	Não	-
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	Não	Sim (1879-1895)	Não	-
20	Custódio Manuel Vieira	Sim	Sim (1890-1893)	Não	-

21	Domingos António da Costa	Sim	Sim (1886-1893)	Não	-
22	Domingos António Gomes	Sim	Sim (1885-1895)	Não	-
23	Eduardo José de Trindade Lima	Sabe assinar	Não	Não	-
24	Eduardo José Pereira	Sim	Sim (1884-1895)	Sim (em 1886)	-
25	Eduardo Vieira Lopes	Sem informação	Não	Não	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	Sem informação	Não	Não	-
27	Francisco António de Carvalho	Sim	Sim (1870-1895)	Sim (de 1871 a 1895)	259,724 réis
28	Francisco António de Matos	Sabe assinar	Não	Não	-
29	Francisco da Cruz Vieira	Não	Não	Não	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	Sim	Sim (1890-1892)	Não	-
31	Fulgêncio da Silva Matos	Sim	Sim (1886-1887)	Não	-

32	Gabriel Barbosa Vieira	Sem informação	Sim (1875-1878)	Não	6,500 réis
33	Gabriel da Silva Vieira	Sim	Sim (1893-1895)	Não	-
34	Gaspar Rebelo de Sousa	Sim	Sim (1879-1895)	Não	-
35	Gregório Joaquim da Silva	Não	Sim (1885-1887)	Não	-
36	Jacinto Custódio Rebelo	Sabe assinar	Não	Não	-
37	João (Alves)	Sem informação	Não	Não	-
38	João (Vieira)	Sem informação	Não	Não	-
39	João António da Costa	Sim	Sim (1870-1895)	Sim (de 1875 a 1891)	80,336 réis
40	João António dos Santos	Sim	Sim (1876-1877; 1879-1885)	Não	2,600 réis
41	João Batista de Vasconcelos	Sim	Sim (1870-1877; 1881-1895)	Não	7,600 réis
42	João Manuel da Cruz Júnior	Sim	Sim (1876-1895)	Sim (de 1892 a 1895)	35,423 réis

43	Joaquim (Vieira)	Sem informação	Não	Não	-
44	Joaquim José Vieira	Sim	Sim (1892-1895)	Não	-
45	Joaquim Vieira Lopes	Sim	Sim (1885-1895)	Não	-
46	Joaquim Pereira Rodrigues	Sim	Sim (1876-1877; 1879-1885; 1893-1895)	Não	2,000 réis
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	Sim	Sim (1876-1877; 1879)	Não	3,001 réis
48	José Bernardino da Cruz	Sim	Sim (1890-1895)	Não	-
49	José Custódio da Silva	Sabe assinar	Não	Não	-
50	José Francisco Alves	Sim	Sim (1876-1895)	Não	3,600 réis
51	José Joaquim da Cunha	Sim	Sim (1871-1877)	Não	4,520 réis
52	José Joaquim da Silva	Sim	Sim (1879-1891)	Não	-
53	José Joaquim de Carvalho	Sim	Sim (1890-1895)	Sim (de 1893 a 1895)	103,987 réis

54	José Joaquim Fernandes da Silva	Sim	Sim (1888-1895)	Não	-
55	José Joaquim Vieira	Sim	Sim (1870-1887)	Não	13,430 réis
56	José Maria Fernandes	Sim	Sim (1883-1887)	Sim (de 1884 a 1887)	50,403 réis
57	José Maria Pereira Rodrigues	Sim	Sim (1890-1895)	Não	-
58	José Maria Vieira	Sim	Sim (1893-1895)	Não	-
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	Sim	Sim (1870-1885)	Não	6,700 réis
60	José Vieira Lopes	Sabe assinar	Não	Não	-
61	Justino José da Silva	Não	Não	Não	-
62	Lino José da Cruz	Sabe assinar	Não	Não	-
63	Luís António da Silva	Sim	Sim (1876-1895)	Não	4,500 réis
64	Luís Barbosa Mendes da Silva	Sim	Sim (1884-1895)	Não	-

65	Luís Joaquim da Cruz	Sim	Sim (1870-1884)	Sim (de 1870 a 1883)	361,153 réis
66	Luís José (da Cruz Martins)	Sem informação	Não	Não	-
67	Luís José da Silva	Sim	Sim (1885-1895)	Não	-
68	Luís José da Silva Matos	Sim	Sim (1892-1895)	Não	-
69	Luís Vieira Lopes	Sim	Sim (1870-1877)	Não	7,000 réis
70	Manuel Alberto (da Costa)	Sem informação	Não	Não	-
71	Manuel António (de Almeida)	Sem informação	Não	Não	-
72	Manuel Barbosa da Silva	Sim	Sim (1890-1895)	Não	-
73	Manuel da Costa Macedo	Sabe assinar	Não	Não	-
74	Manuel dos Santos	Sabe assinar	Não	Não	-
75	Manuel António dos Santos	Sem informação	Não	Não	-

76	Manuel Gonçalves	Sim	Sim (1887-1895)	Não	-
77	Manuel Joaquim (da Silva)	Sem informação	Não	Não	-
78	Manuel Joaquim Antunes	Sim	Sim (1885-1895)	Não	-
79	Manuel Joaquim da Costa	Sim	Sim (1890-1895)	Não	-
80	Manuel Joaquim Gonçalves	Sim	Sim (1885-1895)	Não	-
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	Sim	Sim (1870-1895)	Não	28,308 réis
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	Sim	Sim (1895)	Não	-
83	Manuel Joaquim Mendes	Sim	Sim (1870-1885)	Não	7,828 réis
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	Não	Sim (1884-1895)	Não	-
85	Manuel José da Cruz Martins	Sabe assinar	Não	Não	-
86	Manuel José Fernandes	Sim	Sim (1870-1891)	Sim (de 1876 a 1888)	139,836 réis

87	Manuel José Joaquim Ferreira	Sim	Sim (1876-1877; 1879-1884)	Não	2,200 réis
88	Manuel Mendes Júnior	Não	Sim (1884-1885)	Não	-
89	Miguel de Freitas	Não	Não	Não	-
90	Serafim Fernandes	Sim	Sim (1884-1886)	Não	-
91	Serafim José da Silva	Sim	Sim (1876-1877; 1879-1886)	Não	3,400 réis

APÊNDICE I – Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Ano do primeiro recenseamento militar; ano da emigração, idade à emigração, retorno da emigração

Nº registo	Nome	Recenseamento militar	Emigração	Idade	Retorno
1	Adelino José de Lima	Sim (1884)	-	-	-
2	Alexandre Vieira Lopes	Sim (1878)	-	-	-
3	António Augusto da Cruz Braga	-	Sim (1875)	44	Não
4	António Joaquim (da Cruz)	Sim (1888)	-	-	-
5	António Joaquim de Freitas	-	-	-	-
6	António Joaquim dos Santos	Sim (1870)	-	-	-
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	-	-	-	-
8	António José da Silva	-	-	-	-
9	António José da Silva	-	-	-	-
10	António Manuel Rebelo	-	-	-	-
11	António Vieira Lopes	Sim (1871)	-	-	-
12	Bernardino José da Cruz Martins	Sim (1874)	Sim (1887)	33	Sim
13	Bernardo Vieira Lopes	Sim (1882)	-	-	-
14	Braz Vieira Guimarães	-	-	-	-
15	Cândido António da Cruz	-	-	-	-

16	Cândido José da Silva Cruz	-	Sim (1883)	44	Sim
17	Constantino (Lopes de Macedo)	Sim (1894)	-	-	-
18	Constantino José de Araújo	-	-	-	-
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	Sim (1874)	-	-	-
20	Custódio Manuel Vieira	Sim (1888)	-	-	-
21	Domingos António da Costa	Sim (1885)	-	-	-
22	Domingos António Gomes	-	-	-	-
23	Eduardo José de Trindade Lima	-	Sim (1891)	22	Não
24	Eduardo José Pereira	-	-	-	-
25	Eduardo Vieira Lopes	Sim (1876)	-	-	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	Sim (1890)	-	-	-
27	Francisco António de Carvalho	-	-	-	-
28	Francisco António de Matos	-	-	-	-
29	Francisco da Cruz Vieira	-	-	-	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	-	-	-	-
31	Fulgêncio da Silva Matos	-	-	-	-
32	Gabriel Barbosa Vieira	-	Sim (1871, 1878, 1887)	31, 38, 47	Sim

33	Gabriel da Silva Vieira	-	-	-	-
34	Gaspar Rebelo de Sousa	-	Sim (1885)	44	Sim
35	Gregório Joaquim da Silva	-	-	-	-
36	Jacinto Custódio Rebelo	-	-	-	-
37	João (Alves)	Sim (1892)	-	-	-
38	João (Vieira)	Sim (1885)	-	-	-
39	João António da Costa	-	-	-	-
40	João António dos Santos	-	Sim (1880)	27	Sim
41	João Batista de Vasconcelos	-	-	-	-
42	João Manuel da Cruz Júnior	-	-	-	-
43	Joaquim (Vieira)	Sim (1886)	-	-	-
44	Joaquim José Vieira	-	-	-	-
45	Joaquim Vieira Lopes	Sim (1884)	-	-	-
46	Joaquim Pereira Rodrigues	-	Sim (1876)	44	Sim
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	-	Sim (1874)	25	Sim
48	José Bernardino da Cruz	-	-	-	-
49	José Custódio da Silva	-	-	-	-
50	José Francisco Alves	-	-	-	-

51	José Joaquim da Cunha	-	-	-	-
52	José Joaquim da Silva	-	-	-	-
53	José Joaquim de Carvalho	Sim (1888)	-	-	-
54	José Joaquim Fernandes da Silva	-	-	-	-
55	José Joaquim Vieira	-	Sim (1887)	46	Não
56	José Maria Fernandes	Sim (1883)	-	-	-
57	José Maria Pereira Rodrigues	-	-	-	-
58	José Maria Vieira	Sim (1892)	-	-	-
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	-	Sim (1883)	45	Sim
60	José Vieira Lopes	-	-	-	-
61	Justino José da Silva	-	-	-	-
62	Lino José da Cruz	-	-	-	-
63	Luís António da Silva	-	Sim (1888)	35	Sim
64	Luís Barbosa Mendes da Silva	Sim (1883)	-	-	-
65	Luís Joaquim da Cruz	-	-	-	-
66	Luís José (da Cruz Martins)	Sim (1894)	-	-	-
67	Luís José da Silva	Sim (1873)	-	-	-
68	Luís José da Silva Matos	-	Sim (1891)	31	Sim

69	Luís Vieira Lopes	-	-	-	-
70	Manuel Alberto (da Costa)	Sim (1887)	-	-	-
71	Manuel António (de Almeida)	Sim (1892)	-	-	-
72	Manuel Barbosa da Silva	-	-	-	-
73	Manuel da Costa Macedo	-	-	-	-
74	Manuel dos Santos	Sim (1894)	-	-	-
75	Manuel António dos Santos	-	-	-	-
76	Manuel Gonçalves	Sim (1885)	-	-	-
77	Manuel Joaquim (da Silva)	Sim (1888)	-	-	-
78	Manuel Joaquim Antunes	-	-	-	-
79	Manuel Joaquim da Costa	-	-	-	-
80	Manuel Joaquim Gonçalves	-	-	-	-
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	-	-	-	-
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	Sim (1892)	-	-	-
83	Manuel Joaquim Mendes	-	-	-	-
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	Sim (1877)	-	-	-
85	Manuel José da Cruz Martins	-	-	-	-
86	Manuel José Fernandes	-	-	-	-

87	Manuel José Joaquim Ferreira	-	-	-	-
88	Manuel Mendes Júnior	-	-	-	-
89	Miguel de Freitas	-	-	-	-
90	Serafim Fernandes	-	-	-	-
91	Serafim José da Silva	-	-	-	-

APÊNDICE J – Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Frequência com que os ourives foram escolhidos para padrinhos de batismo, ocupação dos compadres e nomes de compadres ourives

Nº registo	Nome	Ocupação dos compadres	Total
1	Adelino José de Lima	-	-
2	Alexandre Vieira Lopes	1 ourives (Custódio Barbosa Mendes da Silva)	1
3	António Augusto da Cruz Braga	-	-
4	António Joaquim (da Cruz)	-	-
5	António Joaquim de Freitas	-	-
6	António Joaquim dos Santos	-	-
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	-	-
8	António José da Silva	1 negociante	1
9	António José da Silva	-	-

10	António Manuel Rebelo	-	-
11	António Vieira Lopes	-	-
12	Bernardino José da Cruz Martins	1 sapateiro	1
13	Bernardo Vieira Lopes	1 ourives (Gaspar Rebelo de Sousa); 2 jornaleiros	3
14	Braz Vieira Guimarães	-	-
15	Cândido António da Cruz	-	-
16	Cândido José da Silva Cruz	-	-
17	Constantino (Lopes de Macedo)	-	-
18	Constantino José de Araújo	-	-
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	-	-
20	Custódio Manuel Vieira	1 pedreiro	1

21	Domingos António da Costa	3 ourives (Domingos António Gomes; Manuel Joaquim Antunes; Luís barbosa Mendes da Silva)	3
22	Domingos António Gomes	-	-
23	Eduardo José de Trindade Lima	-	-
24	Eduardo José Pereira	-	-
25	Eduardo Vieira Lopes	-	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	-	-
27	Francisco António de Carvalho	5 ourives (Bernardino José da Cruz; José Joaquim Fernandes Silva; José António de Almeida; António Augusto da Cruz Braga; Eduardo José Pereira ; 1 moleiro)	6
28	Francisco António de Matos	-	-
29	Francisco da Cruz Vieira	-	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	1 lavradora caseira; 1 ourives (Luís barbosa Mendes da Silva)	2
31	Fulgêncio da Silva Matos	-	-

32	Gabriel Barbosa Vieira	1 ourives (Manuel José Ferreira)	1
33	Gabriel da Silva Vieira	1 alfaiate	1
34	Gaspar Rebelo de Sousa	-	-
35	Gregório Joaquim da Silva	-	-
36	Jacinto Custódio Rebelo	1 fogueteiro	1
37	João (Alves)	-	-
38	João (Vieira)	-	-
39	João António da Costa	2 ourives (Eduardo José Pereira; José Fernandes da Silva)	2
40	João António dos Santos	-	-
41	João Batista de Vasconcelos	2 ourives (José Francisco Alves; José Francisco Alves; 2 jornaleiros	4
42	João Manuel da Cruz Júnior	2 ourives (Gregório Joaquim da Silva; José Joaquim da Silva)	2

43	Joaquim (Vieira)	-	-
44	Joaquim José Vieira	1 ourives (António Joaquim de Freitas)	1
45	Joaquim Vieira Lopes	-	-
46	Joaquim Pereira Rodrigues	1 caseiro	1
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	-	-
48	José Bernardino da Cruz	-	-
49	José Custódio da Silva	-	-
50	José Francisco Alves	-	-
51	José Joaquim da Cunha	-	-
52	José Joaquim da Silva	-	-
53	José Joaquim de Carvalho	2 ourives (José Joaquim Fernandes da Silva; Domingos António Gomes); 1 alfaiate	3

54	José Joaquim Fernandes da Silva	2 ourives (António Joaquim de Freitas; José António de Almeida)	2
55	José Joaquim Vieira	-	-
56	José Maria Fernandes	2 ourives (Manuel Joaquim Ferreira; Luís Barbosa Mendes da Silva) ; 1 pedreiro	3
57	José Maria Pereira Rodrigues	-	-
58	José Maria Vieira	1 jornaleiro	1
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	-	-
60	José Vieira Lopes	1 ourives (Luís Barbosa Mendes da Silva)	1
61	Justino José da Silva	-	-
62	Lino José da Cruz	-	-
63	Luís António da Silva	1 negociante; 1 ourives (Bernardino José da Cruz)	2
64	Luís Barbosa Mendes da Silva	-	-

65	Luís Joaquim da Cruz	-	-
66	Luís José (da Cruz Martins)	-	-
67	Luís José da Silva	-	-
68	Luís José da Silva Matos	-	-
69	Luís Vieira Lopes	-	-
70	Manuel Alberto (da Costa)	-	-
71	Manuel António (de Almeida)	-	-
72	Manuel Barbosa da Silva	-	-
73	Manuel da Costa Macedo	-	-
74	Manuel dos Santos	1 jornaleiro	1
75	Manuel António dos Santos	-	-

76	Manuel Gonçalves	2 jornaleiros	2
77	Manuel Joaquim (da Silva)	-	-
78	Manuel Joaquim Antunes	1 jornaleiro; 1 barbeiro	2
79	Manuel Joaquim da Costa	-	-
80	Manuel Joaquim Gonçalves	1 pedreiro	1
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	1 ourives (José Francisco Alves); 2 carpinteiros	3
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	-	-
83	Manuel Joaquim Mendes	-	-
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	-	-
85	Manuel José da Cruz Martins	-	-
86	Manuel José Fernandes	1 caseiro; 1 ourives (Manuel Joaquim Ferreira)	2

87	Manuel José Joaquim Ferreira	1 jornaleiro	1
88	Manuel Mendes Júnior	-	-
89	Miguel de Freitas	-	-
90	Serafim Fernandes	1 ourives (Eduardo José Pereira)	1
91	Serafim José da Silva	1 ourives (João António da Costa)	1

APÊNDICE L - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Frequência com que os ourives foram escolhidos para testemunhas de casamento, ocupação dos nubentes e nomes de nubentes ourives

Nº registo	Nome	Ocupação dos noivos cujos casamentos testemunharam	Total
1	Adelino José de Lima	-	-
2	Alexandre Vieira Lopes	-	-
3	António Augusto da Cruz Braga	-	-
4	António Joaquim (da Cruz)	-	-
5	António Joaquim de Freitas	1 criado da lavoura	1
6	António Joaquim dos Santos	-	-

7	António Joaquim Moreira Rodrigues	-	-
8	António José da Silva	-	-
9	António José da Silva	-	-
10	António Manuel Rebelo	-	-
11	António Vieira Lopes	-	-
12	Bernardino José da Cruz Martins	1 carpinteiro	1
13	Bernardo Vieira Lopes	-	-
14	Braz Vieira Guimarães	-	-

15	Cândido António da Cruz	-	-
16	Cândido José da Silva Cruz	-	-
17	Constantino (Lopes de Macedo)	-	-
18	Constantino José de Araújo	1 sapateiro; 1 carpinteiro; 1 ourives (João Manuel da Cruz Júnior)	3
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	-	-
20	Custódio Manuel Vieira	-	-
21	Domingos António da Costa	1 mineiro; 1 jornaleiro	2
22	Domingos António Gomes	-	-

23	Eduardo José de Trindade Lima	-	-
24	Eduardo José Pereira	3 pedreiros; 1 ourives (José Maria Fernandes); 2 jornaleiro	6
25	Eduardo Vieira Lopes	-	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	-	-
27	Francisco António de Carvalho	1 ourives (Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho)	1
28	Francisco António de Matos	-	-
29	Francisco da Cruz Vieira	-	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	-	-

31	Fulgêncio da Silva Matos	-	-
32	Gabriel Barbosa Vieira	-	-
33	Gabriel da Silva Vieira	-	-
34	Gaspar Rebelo de Sousa	-	-
35	Gregório Joaquim da Silva	-	-
36	Jacinto Custódio Rebelo	1 pedreiro	1
37	João (Alves)	-	-
38	João (Vieira)	-	-

39	João António da Costa	-	-
40	João António dos Santos	1 jornalista	1
41	João Batista de Vasconcelos	4 ourives (José António de Almeida; Bernardino José da Cruz; João Manuel da Cruz Júnior; José Joaquim de Carvalho) ; 1 sapateiro; 1 carpinteiro; 1 tamanqueiro; 1 serralheiro;1 jornalista	9
42	João Manuel da Cruz Júnior	1 lavrador	1
43	Joaquim (Vieira)	-	-
44	Joaquim José Vieira	-	-
45	Joaquim Vieira Lopes	-	-
46	Joaquim Pereira Rodrigues	1 ourives (José Francisco Alves)	1

47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	2 ourives (Custódio Barbosa Mendes da Silva; João António dos Santos)	2
48	José Bernardino da Cruz	-	-
49	José Custódio da Silva	1 alfaiate	1
50	José Francisco Alves	2 ourives (Eduardo José Pereira; Bernardino José da Cruz); 1 caseiro; 1 criado de servir; 1 jornaleiro; 1 barbeiro; 1 pedreiro; 1 jornaleiro	8
51	José Joaquim da Cunha	1 desconhecido	1
52	José Joaquim da Silva	1 ourives (João António dos Santos)	1
53	José Joaquim de Carvalho	1 ourives (Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho)	1
54	José Joaquim Fernandes da Silva	1 proprietário	1

55	José Joaquim Vieira	-	-
56	José Maria Fernandes	1 ourives (Luís Barbosa Mendes da Silva); 1 criado de servir; 1 pedreiro	3
57	José Maria Pereira Rodrigues	-	-
58	José Maria Vieira	-	-
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	-	-
60	José Vieira Lopes	-	-
61	Justino José da Silva	-	-
62	Lino José da Cruz	-	-

63	Luís António da Silva	1 criado de servir	1
64	Luís Barbosa Mendes da Silva	3 ourives (António Joaquim dos Santos; José Maria Fernandes; Alexandre Vieira Lopes)	3
65	Luís Joaquim da Cruz	-	-
66	Luís José (da Cruz Martins)	-	-
67	Luís José da Silva	-	-
68	Luís José da Silva Matos	-	-
69	Luís Vieira Lopes	-	-
70	Manuel Alberto (da Costa)	-	-

71	Manuel António (de Almeida)	-	-
72	Manuel Barbosa da Silva	-	-
73	Manuel da Costa Macedo	-	-
74	Manuel dos Santos	1 ourives (Domingos António da Costa)	1
75	Manuel António dos Santos	1 criado na lavoura	1
76	Manuel Gonçalves	1 desconhecido	1
77	Manuel Joaquim (da Silva)	-	-
78	Manuel Joaquim Antunes	2 ourives (Bernardo Vieira Lopes; Domingos António da Costa); 2 desconhecidos; 2 criados; 1 pedreiro; 1 fogueteiro; 1 mineiro; 1 proprietário	10

79	Manuel Joaquim da Costa	1 desconhecido	1
80	Manuel Joaquim Gonçalves	-	-
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	2 ourives (Gabriel da Silva Vieira, António Joaquim dos Santos); 1 desconhecido; 1 moleiro; 1 tecelão; 1 soldado; 1 jornaleiro	7
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	-	-
83	Manuel Joaquim Mendes	-	-
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	-	-
85	Manuel José da Cruz Martins	-	-
86	Manuel José Fernandes	-	-

87	Manuel José Joaquim Ferreira	-	-
88	Manuel Mendes Júnior	-	-
89	Miguel de Freitas	-	-
90	Serafim Fernandes	1 criado de servir; 1 jornaleiro; 1 ourives (Gregório Joaquim da Silva)	3
91	Serafim José da Silva	-	-

APÊNDICE M - Base de dados de ourives de Travassos (1870-1895). Inventários por óbito de ourives ou seus cônjuges entre 1870 e 1899; Valor dos bens em milhares de réis.

Nº registo	Nome	Inventário por óbito	Bens imóveis	Bens móveis	Semoventes	Total
1	Adelino José de Lima	-	-	-	-	-
2	Alexandre Vieira Lopes	-	-	-	-	-
3	António Augusto da Cruz Braga	-	-	-	-	-
4	António Joaquim (da Cruz)	-	-	-	-	-
5	António Joaquim de Freitas	-	-	-	-	-
6	António Joaquim dos Santos	-	-	-	-	-
7	António Joaquim Moreira Rodrigues	-	-	-	-	-
8	António José da Silva	-	-	-	-	-
9	António José da Silva	-	-	-	-	-

10	António Manuel Rebelo	-	-	-	-	-
11	António Vieira Lopes	-	-	-	-	-
12	Bernardino José da Cruz Martins	-	-	-	-	-
13	Bernardo Vieira Lopes	-	-	-	-	-
14	Braz Vieira Guimarães	-	-	-	-	-
15	Cândido António da Cruz	-	-	-	-	-
16	Cândido José da Silva Cruz	-	-	-	-	-
17	Constantino (Lopes de Macedo)	-	-	-	-	-
18	Constantino José de Araújo	-	-	-	-	-
19	Custódio Barbosa Mendes da Silva	-	-	-	-	-
20	Custódio Manuel Vieira	-	-	-	-	-

21	Domingos António da Costa	-	-	-	-	-
22	Domingos António Gomes	-	-	-	-	-
23	Eduardo José de Trindade Lima	-	-	-	-	-
24	Eduardo José Pereira	-	-	-	-	-
25	Eduardo Vieira Lopes	-	-	-	-	-
26	Francisco (Barbosa Rodrigues)	-	-	-	-	-
27	Francisco António de Carvalho	Sim	2,995,300 réis	136,160 réis	157,000 réis	3,288,460 réis
28	Francisco António de Matos	-	-	-	-	-
29	Francisco da Cruz Vieira	-	-	-	-	-
30	Francisco Joaquim Rodrigues de Carvalho	-	-	-	-	-
31	Fulgêncio da Silva Matos	-	-	-	-	-

32	Gabriel Barbosa Vieira	-	-	-	-	-
33	Gabriel da Silva Vieira	-	-	-	-	-
34	Gaspar Rebelo de Sousa	-	-	-	-	-
35	Gregório Joaquim da Silva	-	-	-	-	-
36	Jacinto Custódio Rebelo	-	-	-	-	-
37	João (Alves)	-	-	-	-	-
38	João (Vieira)	-	-	-	-	-
39	João António da Costa	-	-	-	-	-
40	João António dos Santos	-	-	-	-	-
41	João Batista de Vasconcelos	-	-	-	-	-
42	João Manuel da Cruz Júnior	-	-	-	-	-

43	Joaquim (Vieira)	-	-	-	-	-
44	Joaquim José Vieira	-	-	-	-	-
45	Joaquim Vieira Lopes	-	-	-	-	-
46	Joaquim Pereira Rodrigues	-	-	-	-	-
47	José António Joaquim Rodrigues de Almeida	-	-	-	-	-
48	José Bernardino da Cruz	-	-	-	-	-
49	José Custódio da Silva	-	-	-	-	-
50	José Francisco Alves	-	-	-	-	-
51	José Joaquim da Cunha	-	-	-	-	-
52	José Joaquim da Silva	-	-	-	-	-
53	José Joaquim de Carvalho	-	-	-	-	-

54	José Joaquim Fernandes da Silva	-	-	-	-	-
55	José Joaquim Vieira	-	-	-	-	-
56	José Maria Fernandes	Sim	3,231,704 réis	60,100 réis	122,000 réis	3,413,804 réis
57	José Maria Pereira Rodrigues	-	-	-	-	-
58	José Maria Vieira	-	-	-	-	-
59	José Vieira Barbosa Rodrigues	-	-	-	-	-
60	José Vieira Lopes	-	-	-	-	-
61	Justino José da Silva	-	-	-	-	-
62	Lino José da Cruz	-	-	-	-	-
63	Luís António da Silva	-	-	-	-	-
64	Luís Barbosa Mendes da Silva	-	-	-	-	-

65	Luís Joaquim da Cruz	Sim	4,951,800 réis	245,880 réis	407,600 réis	5,605,280 réis
66	Luís José (da Cruz Martins)	-	-	-	-	-
67	Luís José da Silva	-	-	-	-	-
68	Luís José da Silva Matos	Sim	1,236,200 réis	20,380 réis	-	1,256,580 réis
69	Luís Vieira Lopes	Sim	152,000 réis	-	-	152,000 réis
70	Manuel Alberto (da Costa)	-	-	-	-	-
71	Manuel António (de Almeida)	-	-	-	-	-
72	Manuel Barbosa da Silva	-	-	-	-	-
73	Manuel da Costa Macedo	-	-	-	-	-
74	Manuel dos Santos	-	-	-	-	-
75	Manuel António dos Santos	-	-	-	-	-

76	Manuel Gonçalves	-	-	-	-	-
77	Manuel Joaquim (da Silva)	-	-	-	-	-
78	Manuel Joaquim Antunes	-	-	-	-	-
79	Manuel Joaquim da Costa	-	-	-	-	-
80	Manuel Joaquim Gonçalves	-	-	-	-	-
81	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	-	-	-	-	-
82	Manuel Joaquim Lopes de Macedo Júnior	-	-	-	-	-
83	Manuel Joaquim Mendes	-	-	-	-	-
84	Manuel Joaquim Mendes da Silva	-	-	-	-	-
85	Manuel José da Cruz Martins	-	-	-	-	-
86	Manuel José Fernandes	-	-	-	-	-

87	Manuel José Joaquim Ferreira	Sim	60,000 réis	7,500 réis	-	67,500 réis
88	Manuel Mendes Júnior	-	-	-	-	-
89	Miguel de Freitas	-	-	-	-	-
90	Serafim Fernandes	Sim	25,000 réis	3,500 réis	-	28,500 réis
91	Serafim José da Silva	-	-	-	-	-